

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA  
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA  
**ELIZIANE MEURER BOING**

MIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE:  
FACES E INTERFACES DA MIGRAÇÃO HAITIANA EM JOINVILLE-SC

RIO DE JANEIRO

2020

ELIZIANE MEURER BOING

**MIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE:  
FACES E INTERFACES DA MIGRAÇÃO HAITIANA EM JOINVILLE-SC**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Comunicação e Cultura.

Orientador: Professor Doutor Mohammed ElHajji

RIO DE JANEIRO

2020



**ATA DA QUADRIGENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUARTA SESSÃO  
PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR  
ELIZIANE MEURER BOING NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA UFRJ**

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte, às dez horas, através de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Eliziane Meurer Boing**, intitulada: "**Migração e Interculturalidade: faces e interfaces da migração haitiana em Joinville**" perante a banca examinadora composta por: **Mohammed ElHajji** [orientador(a) e presidente], **Micael Maiolino Herschmann**, **Igor Pinto Sacramento**, **Sirlei de Souza** e **Charles Matheus Pontes Gomes**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

X aprovada  reprovada  aprovada mediante alterações

E, para constar, eu, **Thiago Couto**, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2020

*Mohammed ElHajji*

\_\_\_\_\_  
Mohammed ElHajji [orientador(a) e presidente]

*Micael Maiolino Herschmann*

\_\_\_\_\_  
Micael Maiolino Herschmann [examinador(a)]

*Igor Pinto Sacramento*

\_\_\_\_\_  
Igor Pinto Sacramento [examinador(a)]

*Sirlei de Souza*

\_\_\_\_\_  
Sirlei de Souza [examinador(a)]

*Charles Matheus Pontes Gomes*

\_\_\_\_\_  
Charles Matheus Pontes Gomes [examinador(a)]

*Eliziane Meurer Boing*

\_\_\_\_\_  
Eliziane Meurer Boing [candidato(a)]

*O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo se não como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza mesmo são AS PESSOAS, através de TROCAS CULTURAIS possibilitadas pelas redes de COMUNICAÇÃO E LUGARES.*  
(MILTON SANTOS, 1993)

## AGRADECIMENTOS

“É muito melhor lançar-se em busca de *conquistas grandiosas*,  
mesmo expondo-se ao fracasso,  
do que alinhar-se com os pobres de espírito,  
que nem gozam muito nem sofrem muito,  
porque vivem numa penumbra cinzenta,  
onde não conhecem nem vitória, nem derrota”  
(Theodore Roosevelt)

Com essa frase, início meus agradecimentos, que farei na primeira pessoa. Fui à busca de uma *conquista grandiosa*, mas um degrau da minha trajetória de vida foi alcançado, fazer um doutorado parecia ser um sonho distante, mas, acreditem, sonhos se tornam realidade, mesmo tendo que ultrapassar barreiras gigantes nessa estrada. E para atingir esse sonho, vários foram os caminhos e as contribuições recebidas, então, chegou o grande momento de expressar minha GRATIDÃO a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram, para a concretização de um passo importante na minha vida pessoal e profissional.

Agradeço, primeiramente, a DEUS, que me ilumina e me faz crer que com muita fé e paciência, mesmo nos momentos mais difíceis, sempre conseguimos galgar mais um degrau em nossa vida, principalmente na finalização deste projeto de vida.

A minha FAMÍLIA merece um agradecimento *prá lá de especial*. A minha mãe Augusta Meurer Boing, sem a qual, não tenho dúvidas, jamais teria terminado a pós-graduação, pois seus enormes esforços permitiram-me estudar e chegar ao Doutorado. Ao meu pai Itamar Blasius Boing (*in memoriam*), que felizmente me acompanhou na trajetória escolar e pode me ver conquistar o título de Mestre, e no caminho seguinte apenas sei ‘que em algum lugar, ele zela por mim’, saudades eternas “*meu chicletinho*”. A vocês devo a importância que devotei aos estudos, por serem meu porto seguro, pelo apoio pelas palavras doces, de força, ternura, conselhos e persistências dirigidas a mim. Muito Obrigada pelo apoio incondicional.

Aos meus amados irmãos, Edilson, Edinéia e Edson, que além dos laços de sangue, são meus melhores amigos e estão sempre por perto, puxando minha orelha quando necessário, me fazendo refletir, mas principalmente me encorajando a olhar para o final e a desconsiderar as dificuldades do meio do caminho e por também não pouparem esforços para garantir o término da minha jornada.

Aos meus irmãos de coração, meu cunhado José Luiz, minhas cunhadas Solange e Denise, por terem aceitado fazerem parte dessa família, nos alegrando e me apoiando quando necessário. Aos meus tios, tias, primos, primas, por entenderem a minha ausência, nesses últimos anos, agora vamos poder bater aquele papo, tomar um “chima” e fazer aquele “churras”!

Aos meus filhos “postiços”, meus sobrinhos amados Victor Hugo, Ana Beatriz, Miguel Felipe, Micheli, Manuela e Antonela, vocês são a minha inspiração para que eu seja uma pessoa mais evoluída e que busca essas conquistas grandiosas, e que o amor, carinho, família e a Educação, é o maior legado que podemos ter. Vocês ALEGRAM e são a LUZ dos meus dias.

Ah!! Não poderia deixar de agradecer a minha Ana Beatriz, pelas “massagens” e auxílio na digitação do trabalho.

Após a família, quero fazer um agradecimento especial ao Prof. Dr. Doutor Mohammed ElHajji, por ter-me deixado fazer parte do seu grupo de trabalho e, ter acreditado em mim, entendendo minhas dificuldades, mas reforçando as minhas capacidades. Agradeço ainda o trato simples, correto e científico, com que sempre abordou as nossas reuniões de trabalho, meus emails, sem nunca ter permitido que o desalento se instalasse, mesmo quando as coisas não corriam bem. Com seu auxílio, consegui ultrapassar as dificuldades surgidas ao longo do caminho.

Também quero agradecer a instituição Univille, que há vinte anos faz parte da minha vida, primeiro com o tão almejado curso superior, logo com a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho na parte administrativa, onde fui incentivada a prosseguir meus estudos, seja pela possibilidade de ajuda financeira para a especialização e agora para o Doutorado ou adequação de horários para poder cursar o Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. Como ainda, a oportunidade de virar docente, me incentivando a lecionar no Campus da Univille na cidade de São Bento do Sul, e a assumir também a função de Assessora da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.

Aos meus colegas professores de gestão acadêmica que viraram grandes amigos, Eduardo Silva, parceiro de aulas do doutorado, e que com suas reflexões filosóficas ajudou a desconstruir ideias e me fez entender e compreender melhor outras. Ao Gean Cardoso de Medeiros, quero expressar um agradecimento especial, pois foi quem me recebeu no campus SBS, acreditou no meu potencial para assumir a Assessoria da Proex, foi o impulso para a história toda do Doutorado, ao falar do

edital do Dinter e incentivar minha participação, meus eternos agradecimentos. À amiga querida Liandra Pereira, que além dos “goles”, me fez ir em frente, mesmo quando o desânimo batia forte, sua dedicação à educação, que uso como exemplo, me motivando a querer ser uma docente cada vez mais qualificada e melhor, assim como o suporte em todos os momentos, seja através de um bate-papo, ou a indicação de onde ir para essa migrante joinvilense.

Assim como a minha equipe, pois, fazer gestão universitária, lecionar, ser pesquisadora e extensionista, e ainda escrever uma tese, dedico em especial a funcionária Tatiane Fendrich, mas também a Samara Souza, as estagiárias Vanusa Kupicki e Grazieli Gobetti. Aos demais funcionários do campus, que me auxiliaram e incentivaram a continuidade, não nominarei, pois tenho receio de ser injusta e esquecer alguém. Agradeço de coração.

À Prof. Dra. Sirlei de Souza (professora, amiga e irmã de doutorado), quero de uma forma imensa, expressar o meu muito obrigada... *“por tudo”*. Pela forma amiga e generosa, sensível com que sempre me incentivou e ajudou, e pelo estímulo sentido após cada conversa, que me faziam “carregar as baterias”, pela sua generosidade em compartilhar comigo as histórias dos projetos de extensão, envolvendo os imigrantes. Assim como aos meus outros “irmãos” de doutorado Silvio Simão de Matos, Eduardo Silva, Gilberto Mazzetti Júnior, Daniel Westrupp, Wilson de Oliveira Neto, Jucilei Geraldo Hubner, o incentivo de vocês foi primordial.

Quero agradecer à professora Marialva Carlos Barbosa e ao professor Charles Gomes, que fizeram parte da banca de qualificação e que, com suas sugestões, auxiliaram na melhora do direcionamento deste trabalho. Quero ressaltar que suas contribuições foram valiosas e agradeço-lhes por isso.

E, os meus amigos. Ah!! Se não fossem os amigos, pessoas generosas, maravilhosas, como poderia passar por tudo isso, minhas amigas de longa data (Rose, Izi, Zu, Tina, Taisa), que além de entenderem minha ausência nessa fase, me incentivavam sempre, nem que fosse por uma mensagem com um simples, “você consegue”, os demais não nominarei, porque graças a Deus, tenho muitos amigos e tenho receio de esquecer alguém (neste momento da escrita). Mas, nesse ponto, quero agradecer por demais, a *“sociedade secreta do anel”* (Jean, Delcio, Liandra, Marili, Sandra, Janaina, Edina, Rafael), se não fossem nossa conversas, os “goles”, talvez eu não teria permanecido em São Bento do Sul, pois ao ser migrante, vocês me acolheram e se tornaram a minha família nessa cidade que escolhi para

morar. AMO VOCÊS! E se não mencionei alguém, me perdoem, mas tenham certeza, que todos fazem parte desta conquista.

Aos meus alunos e ex-alunos, por entenderem e perceberem que os maiores beneficiados com minhas ausências e conhecimento adquirido pelo doutorado, seriam eles.

E por fim agradecer aos meus “*Anjos protetores*”, que me ajudaram a terminar essa tese.

*Dedico esse trabalho a minha família. Em especial aos meus pais!  
Quando as raízes são profundas não há razão para temer o vento.  
(Provérbio Chinês)*

## RESUMO

BOING, Eliziane M. **Migração e Interculturalidade: faces e interfaces da imigração haitiana em Joinville-SC (2014-2019)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Durante sua jornada migratória, os imigrantes passam por importantes mudanças e transições. Para muitos, a inclusão no mercado de trabalho, por exemplo, é um passo importante na promoção da integração em seu país anfitrião, no entanto, várias dificuldades podem ser vivenciadas por essas pessoas através desse processo, como a discriminação sistêmica e o processo de aculturação pelo qual os imigrantes buscam adotar atitudes, valores, costumes, crenças e comportamentos de um novo país. Com o mundo cada vez mais globalizado e hiperconectado, vê-se a essencialidade das práticas comunicacionais interagindo de maneira eficaz entre as culturas, fazendo-se necessário compreender as perspectivas culturais estrangeiras e sua relação com a comunidade receptora. A área de concentração da presente exploração é a comunicação e cultura, visando ampliar as pesquisas para os estudos culturais, tendo como objetivo compreender a dimensão intercultural, no processo contemporâneo de imigração, por meio da análise das narrativas dos imigrantes haitianos na cidade de Joinville/SC. A metodologia empregada é de natureza qualitativa exploratória, com estudos de observação etnográfica dos Haitianos em Joinville e o uso da Hermenêutica de Profundidade das narrativas das histórias de vida e de entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas utilizadas para este estudo, estavam transcritas e disponíveis no Laboratório de História Oral da Univille, como fonte de pesquisa e haviam sido concedidas a um grupo de pesquisadores em 2017. O uso desse material é justificado pelo rico conteúdo e pelas multiplicidades interpretativas possíveis, além de servir como fonte de futuras pesquisas e estudos. Fez-se a pesquisa hermenêutica que traz à luz a reflexão teórica como um princípio científico e educativo para a interlocução e para a contradição formativa em diálogo com o outro, superando as fraquezas e limitações da incompreensão. Os resultados deste estudo expõem que as redes interculturais criam barreiras para os imigrantes haitianos, bem como para a comunidade que acolhe esses novos grupos. Partindo do entendimento de que a natureza intercultural representa o espaço interacional e o contato entre indivíduos de culturas dissemelhantes, as tecnologias nas formas de comunicação se apresentam como fatores que auxiliam as práticas comunicacionais, além de gerar no indivíduo consciência de crenças e valores de outras pessoas e a vontade de reconhecer quando elas podem colidir, apontando que tal sensibilidade pode afetar e interferir no processo intercultural.

**Palavras-chave:** interculturalidade; imigrantes haitianos; comunicação intercultural; Joinville.

## ABSTRACT

BOING, Eliziane M. **Migration and interculturality: faces and interfaces of Haitian immigration in Joinville-SC (2014-2019)**. Thesis (Doctorate in Communication and Culture) – School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

During their migratory journey, immigrants go through many important changes and transitions. For many, inclusion in the labor market, for example, is an important step in promoting integration in their host country. However, several difficulties can be experienced by these people through this process, such as systemic discrimination and the process of acculturation whereby immigrants seek to adopt the attitudes, values, customs, beliefs and behaviors from the new country. Considering the world is increasingly globalized and hyperconnected, the essentiality of communicational practices is seen interacting effectively between cultures, making it necessary to understand foreign cultural perspectives and their relationship with the receiving community. The area of concentration of this exploration is communication and culture, aiming to expand the investigation for cultural studies and to understand the intercultural dimension in the contemporary immigration process, through the analysis of Haitian immigrants in the city of Joinville (SC). The methodology used had exploratory qualitative nature, with studies of ethnographic observation of Haitians in Joinville, through the narratives of life stories and semi-structured interviews. The interviews used for this study were transcribed and available at the Univille Oral History Laboratory, as a research source, by a group of researchers in 2017. The use of this material is justified by its richness of content and by the multiplicity of interpretations, besides serving as a source for future research and studies. Hermeneutic research was carried out, which brings to light theoretical reflection as a scientific and educational principle for dialogue and formative contradiction in dialogue with the other one, overcoming the weaknesses and limitations of incomprehension. The results show that intercultural networks create barriers for Haitian immigrants, as well as for the community that welcomes new groups. Based on the understanding that intercultural nature represents interactional space and contact between people from different cultures, technologies in forms of communication are presented as factors that help communicational practices, in addition to generating in the subject awareness of other people's beliefs and values and the desire to recognize when they may collide, pointing out that such sensitivity can affect the intercultural process and interfere in it.

**Keywords:** interculturality; Haitian immigrants; intercultural communication; Joinville.

## RESUMEN

BOING, Eliziane M. **Migraciones e interculturalidad: Caras e interfaces de la de la Inmigración Haitiana en Joinville-SC (2014-2019)**. Tesis (Doctorado en Comunicación y Cultura) – Escuela de Comunicación, Universidad Federal de Río de Janeiro, Río de Janeiro, 2020.

Durante su viaje migratorio, los inmigrantes pasan por muchos cambios y transiciones importantes. Para muchos, la inclusión en el mercado laboral, por ejemplo, es un paso importante para promover la integración en su país anfitrión. Sin embargo, esas personas pueden experimentar varias dificultades en ese proceso, como la discriminación sistémica y el proceso de aculturación. Por eso, los inmigrantes buscan adoptar actitudes, valores, costumbres, creencias y comportamientos del nuevo país. Con el mundo cada vez más globalizado e hiperconectado, se considera que la esencialidad de las prácticas comunicativas interactúa eficazmente entre culturas. Es necesario comprender las perspectivas culturales extranjeras y su relación con la comunidad receptora. El área de concentración de esta exploración es la comunicación y la cultura, y sus objetivos son ampliar la investigación para estudios culturales y comprender la dimensión intercultural en el proceso de inmigración contemporánea, por medio del análisis de inmigrantes haitianos en la ciudad de Joinville (SC). La metodología utilizada es de naturaleza cualitativa exploratoria, con estudios de observación etnográfica de haitianos en Joinville, por medio de narraciones de historias de vida y entrevistas semiestructuradas. Las entrevistas utilizadas para este estudio fueron transcritas por un grupo de investigadores en 2017 y estaban disponibles en el Laboratorio de Historia Oral de Univille como fuente de investigación. El uso de ese material se justifica por su riqueza de contenido y por las multiplicidades interpretativas, además de servir como fuente de futuras investigaciones y estudios. Se realizó una investigación hermenéutica, que saca a la luz la reflexión teórica como principio científico y educativo para el diálogo y la contradicción formativa en el diálogo con el otro, superando las debilidades y limitaciones de la incompreensión. Los resultados muestran que las redes interculturales crean barreras para los inmigrantes haitianos, así como para la comunidad que acoge los nuevos grupos. Con base en la comprensión de que la naturaleza intercultural representa el espacio de interacción y el contacto entre individuos de culturas diferentes, las tecnologías en formas de comunicación se presentan como factores que ayudan a las prácticas comunicacionales, además de generar en el individuo conciencia de creencias y valores de otras personas y el deseo de reconocer cuándo pueden chocar, señalando que tal sensibilidad puede afectar el proceso intercultural e interferir en él.

**Palabras clave:** interculturalidad; Inmigrantes haitianos; comunicación intercultural; Joinville.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Convite do 3.º Jantar Beneficiente dos Imigrantes Haitianos de Joinville 33
- Figura 2** – Rota dos migrantes de longo termo, segundo principais países de nascimento (2011-2018). ..... 164
- Figura 3** – Ranking das principais nacionalidades dos migrantes que chegaram ao Brasil entre 2010 e 2018 ..... 165
- Figura 4** – Concentração de migrantes por região brasileira, 2011-2018..... 166
- Figura 5** – Principais rotas dos haitianos para entrada no Brasil ..... 174
- Figura 6** – Fluxos de haitianos por (A) Tabatinga (AM), (B) Brasileia e Eitaciolândia (AC) e (C) São Paulo (SP), de 2010 a 2014..... 175
- Figura 7** – Movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal – admissões (2011-2018)..... 177

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Número de imigrantes de longo termo registrados pela Polícia Federal no Brasil entre 2010 e 2018 .....	165
<b>Gráfico 2</b> – Número de haitianos por ano de registro 2011-2018. ....	173
<b>Gráfico 3</b> – Registros por nacionalidade: República do Haiti (quantidade de imigrantes por mil).....	181

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Fases do processo hermenêutico desta pesquisa .....	36
<b>Quadro 2</b> – Contexto de cada entrevistado para a análise .....	37
<b>Quadro 3</b> – Elementos para a comunicação intercultural .....	97

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
1.1 ENFOQUE DA PESQUISA .....	18
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO: MÉTODOS E TÉCNICAS .....	24
1.3 DESENVOLVIMENTO DA TESE .....	39
<b>2. RELAÇÕES CULTURAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.....</b>	<b>42</b>
2.1 A ÓTICA CONTEMPORÂNEA DA GLOBALIZAÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO DA GLOBALIDADE.....	44
<b>2.1.1 A dinâmica da globalização como fenômeno social .....</b>	<b>51</b>
2.2 DIMENSÃO CULTURAL NA GLOBALIZAÇÃO .....	55
<b>2.2.1 Cultura como mercadoria: homogeneidade x heterogeneidade.....</b>	<b>62</b>
2.3 AS IDENTIDADES NO PROCESSO CULTURAL .....	70
<b>2.3.1 A ótica sociológica de formação de Identidade: a Consciência Coletiva .</b>	<b>71</b>
<b>2.3.2 Elementos identitários em sociedades multiculturais .....</b>	<b>77</b>
<b>3 A COMUNICAÇÃO EM CONTEXTOS INTERCULTURAIS.....</b>	<b>83</b>
3.1 DESAFIOS INTERCULTURAIS .....	84
3.2 AS PRÁTICAS COMUNICACIONAIS NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS MEDIADAS PELA TECNOLOGIA.....	86
3.3 COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL.....	90
<b>3.3.1 Competência de Comunicação Intercultural.....</b>	<b>95</b>
3.4 ADAPTAÇÃO INTERCULTURAL.....	98
<b>3.4.1 Processo de Adaptação Cultural .....</b>	<b>103</b>
<b>4 CAMINHOS TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES.....</b>	<b>108</b>
4.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORANEOS .....	108

	17
4.2 APORTES TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES.....	114
<b>4.2.1 Aspectos microindividuais.....</b>	<b>116</b>
<b>4.2.2 Aspectos macroestruturais.....</b>	<b>120</b>
4.3 REDES DE MIGRAÇÃO.....	123
4.4 OS REFLEXOS DA MIGRAÇÃO.....	126
4.5 POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO.....	133
<b>4.5.1 Marcos regulatórios sobre Migração.....</b>	<b>137</b>
4.6 A IMIGRAÇÃO E A DIVERSIDADE CULTURAL.....	148
<b>5 FLUXO DAS MIGRAÇÕES PARA O CENÁRIO BRASILEIRO.....</b>	<b>156</b>
5.1 PANORAMA HISTÓRICO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL.....	156
5.2 E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	163
5.3 SANTA CATARINA NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO HAITIANA.....	170
5.4 A ESTREITA RELAÇÃO DE JOINVILLE (SC) COM A MIGRAÇÃO HAITIANA.....	179
<b>6 AS MÚLTIPLAS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO: NARRATIVAS.....</b>	<b>186</b>
6.1 CONTEXTO DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO.....	187
6.2 INFLUÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO FAMILIAR.....	191
6.3 COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS.....	194
6.4 ADAPTAÇÃO SOCIOCULTURAL E RELAÇÕES COM A COMUNIDADE.....	199
6.5 O RECORDAR DA CULTURA DO PAÍS DE ORIGEM.....	204
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>215</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade em que os saberes se renovam muito rapidamente e são reconstruídos constantemente, assim, a pesquisa científica tem um grau de importância para a sociedade e é uma atividade de produção do conhecimento. Desta forma, o interesse pelo tema de pesquisa, muitas vezes, advém da curiosidade do próprio pesquisador, ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno significativo existente.

A partir do momento em que o pesquisador se propõe a pesquisar seu objeto de estudo, aparecem as preocupações científicas de como o assunto será estudado, sua relevância para a sociedade, como será feita a coleta das informações, quem serão os participantes. Assuntos que servem para fomentar o desenvolvimento da pesquisa para o alcance dos objetos propostos para o estudo.

## 1.1 ENFOQUE DA PESQUISA

O interesse pelo tema a ser estudado e pesquisado para esta tese de doutoramento surgiu da interrogação sobre um fenômeno significativo existente: por que os imigrantes haitianos estavam se deslocando para a cidade de Joinville/SC? Essa migração apresentaria uma nova forma de convivência na sociedade joinvilense, pela diversidade cultural apresentada entre o grupo imigrante e o grupo receptor de Joinville? Como seria a aceitação dos recém-chegados pela sociedade receptora?

Tomando como perspectiva a interação desses diferentes povos, dos grupos sociais, mas principalmente os seus diferentes costumes e modos de ser e estar, ou seja, as culturas distintas, fundamentou-se uma reflexão a respeito da questão da interculturalidade como um campo de debate sobre os vários processos identitários socioculturais que despontaram nesse espaço (Joinville) decorrentes desse fluxo migratório contemporâneo. A curiosidade sobre essa questão foi sendo alimentada, no decorrer das aulas, no convívio com os colegas de sala e na troca de informações e ideias acerca dos mais variados assuntos, assim como no compartilhamento do conhecimento dos professores, ou seja, grupos sociais

distintos que reforçaram a questão sobre esse fenômeno significativo, norteador da pesquisa.

Além disso, para definir os objetos de estudo, fez diferença escutar os relatos da colega professora Sirlei, que, com sensibilidade ímpar, falava do Grupo de Pesquisa Cidade, Cultura e Diferença<sup>1</sup>, do qual fazia parte, bem como dos projetos de extensão<sup>2</sup> desenvolvidos pela Universidade da Região de Joinville (Univille) envolvendo os imigrantes haitianos nas mais variadas atividades, entre eles o Projeto “Sendika: o Haiti é Aqui”<sup>3</sup> – desse projeto, foi possível participar da ação realizada com o grupo, iniciando-se assim uma forma de aproximação e de observação. Ademais, houve uma frase proferida pela professora Ilanil Coelho em uma de suas aulas, ainda no mestrado, na disciplina Memória e Identidade, em relação ao fenômeno da imigração: “Somos todos migrantes!”, visto que o ser humano está em constante mudança.

Essa afirmação gerou a seguinte reflexão: “É isso mesmo! Afinal, somos migrantes internos ou externos”. Deu-se também um resgate de memória que fortaleceu a conexão com os objetos de estudo, os imigrantes haitianos e a interculturalidade, que foi alimentado com o contato com o Grupo de Pesquisa Diaspotics<sup>4</sup> e seus membros, quase na sua totalidade de migrantes. No entanto, ao selecionar os imigrantes e a interculturalidade como objetos de pesquisa, conforme relata Escudero (2017, p. 16), deve-se considerar falar desses sujeitos por meio de “um compromisso ético”, pois eles “não são apenas um instrumento metodológico”, mas que possuem percepções próprias.

---

<sup>1</sup> Mais detalhes em Souza (2019, p. 20) e no *site*: <<http://cidadecultura.wix.com/gp>>.

<sup>2</sup> A extensão constitui atividade permanente da Universidade da Região de Joinville (Univille), articulada ao ensino e à pesquisa, por meio do diálogo e do compartilhamento de conhecimentos, problemas e soluções com a comunidade (UNIVILLE, 2020).

<sup>3</sup> “Para o ano de 2017, foi aprovado em edital de demanda interna mais um projeto de extensão: ‘Sendika: o Haiti é Aqui’: Integração de Imigrantes Haitianos na Sociedade Joinvilense, com o propósito de promover, de maneira participativa, colaborativa e compartilhada, um conjunto de ações de extensão universitária voltadas tanto à qualificação e integração de imigrantes haitianos/as no mercado de trabalho joinvilense quanto à produção de conhecimentos sobre a história de vida desses imigrantes no Haiti e em Joinville. Também nesse projeto há o envolvimento de professores, alunos e egressos da Univille” (SOUZA, 2019, p. 20).

<sup>4</sup> Grupo de pesquisa vinculado à Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social (Eicos) da UFRJ. Coordenado pelo professor doutor Mohammed ElHajji, tem uma proposta de apreensão, análise e compreensão do fenômeno migratório e diaspórico com base nos fluxos e rastros subjetivos produzidos pelo imigrante e pelas comunidades diaspóricas, mediados pelas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Ou seja, analisa o conjunto de transformações nas formas de representação do real pelas quais os sujeitos sociais se movem dentro de seus percursos subjetivos e materiais constitutivos de sua condição transnacional e multiterritorial. Informações disponíveis em: DIASPOTICS..., 2020.

Percebe-se que os estudos sobre a imigração haitiana no Brasil estão ampliando-se<sup>5</sup>, conforme dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA, 2019), que apresenta várias publicações acerca do assunto. Também, as migrações de haitianos para o Brasil têm representado importante fluxo nos últimos anos, vide o aumento dos números absolutos, verificado após o início da concessão de visto humanitário pelo governo brasileiro<sup>6</sup>. Complementa-se, então, a fala de Patarra (2005, p. 23) sobre a importância das “migrações internacionais”<sup>7</sup> e o crescimento do “número expressivo de contribuições importantes, de caráter teórico e empírico, que atestam sua diversidade, significados e implicações”, que perspassam desde a área das políticas nacionais dos países destinatários desse fenômeno<sup>8</sup> até as pesquisas concernentes à concentração de fluxos migratórios e seus reflexos “na sociedade e no mercado de trabalho”, entre outros.

Por essa “significativa contribuição”<sup>9</sup>, as recentes tendências dos movimentos migratórios internacionais também vêm demandando “a incorporação de novas dimensões explicativas” (PATARRA, 2005, p. 24). Concomitantemente, surgiu uma discussão a respeito da dimensão intercultural como referência à diversidade cultural que se manifesta na sociedade atual, por causa dessa pluralidade de culturas.

---

<sup>5</sup> Informações extraídas do Observatório das Migrações Internacionais, particularmente do dossiê intitulado “Imigração haitiana no Brasil: estado das artes” (OBMigra, 2019), da lista de publicações da página Diaspotics... (2020) e das referências do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM).

<sup>6</sup> No ano de 2017, o Instituto de Migração e Direitos Humanos, lançou a décima segunda edição do Caderno de Debates: Refugio, Migrações e Cidadania. Os artigos aqui reunidos referem-se principalmente ao contexto brasileiro, mas trazem questões que refletem muitas das preocupações em âmbito global. A necessidade de se adotar uma abordagem humana e garantidora de direitos, conta com sete artigos cujos pontos discutidos abordam principalmente sobre a legislação migratória, com destaque para a Lei de Migração aprovada no Brasil, a Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017 e traz um ensaio sobre a imigração haitiana no Brasil, balanço e reflexões.

<sup>7</sup> Camila Escudero (2017), em sua tese *Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens*, apresentou uma contribuição riquíssima para o aprofundamento da “genealogia dos estudos migratórios”, a fim de oferecer um panorama das preocupações e discussões que têm guiado os trabalhos científicos da área das ciências humanas e sociais no que diz respeito às “migrações internacionais” ao longo do tempo até 2017. Na tese, foi realizada uma pesquisa interdisciplinar, com destaque para a área da comunicação social, concentrando-se, especialmente, nos trabalhos desenvolvidos na América Latina e no Brasil.

<sup>8</sup> Embora a maioria dos estudos sobre migração se concentre na importância das políticas nacionais, há várias outras obras que focam no reflexo de tais políticas em nível local. Assim, a migração de haitianos para o Brasil exige respostas de diferentes atores e setores, incluindo a sociedade, a fim de atender adequadamente à recepção desses migrantes, especialmente pelo alto nível de vulnerabilidade desse grupo.

<sup>9</sup> Sirlei de Souza (2019, p. 26), em sua tese *Narrativas imigrantes: tramas comunicacionais e tensões da imigração haitiana em Joinville/SC (2010-2016)* aponta os principais estudos realizados sobre a imigração haitiana e descreve sobre os tipos de abordagens que vão desde a questão específica do terremoto até a relação da imigração ao mundo do trabalho, à legislação e às políticas públicas.

Levando em conta as grandes cidades como ponto de partida, é possível encontrar pessoas de variadas origens étnicas, línguas e tradições culturais bem diversificadas. Além disso, segundo Bennett (2013), “à medida em que as sociedades tornam-se mais multiculturais, e isso quer dizer que há mais mobilidade entre as pessoas, que há mais movimentos de imigração da população, a comunicação, a linguagem precisa melhorar”. Assim, para que ocorra uma convivência harmoniosa entre essas pessoas, é necessário promover valores como a integração, a comunicação, a tolerância e o respeito mútuo.

Logo, a interculturalidade desponta como o sistema em que as culturas estrangeiras se inserem em outras culturas locais. Conforme Fleuri indica é um “conjunto de propostas de convivência democrática entre diferentes culturas”, buscando no apoio ao “diálogo transcultural”, ou melhor, na comunicação intercultural, “uma integração entre essas culturas, sem anular sua diversidade” (FLEURI, 2005, n.p.). Trata-se, no entanto, de uma tendência desafiadora dentro das culturas, envolvendo, além da aceitação passiva de um fato multicultural em uma sociedade, a interação e a aceitação da normalização das diferenças, como comenta ElHajji (2017, p. 146): “o intercultural, enquanto filosofia de abertura e aceitação da diversidade, desemboca necessariamente na prática de cidadania global”.

A interculturalidade, portanto, expressa o desejo de uma melhor convivência entre os seres humanos. Esses atores sociais buscam por meio da sua história, da sua cultura, adaptar-se a esse novo espaço social. No aspecto relacional existe uma busca em compreender as redes de interações e os sistemas de relações entre os indivíduos e as classes sociais. Assim, eles “se tornam agentes ativos e atores de mudanças sociais e políticas tanto no plano local como global” (ELHAJJI, 2017, p. 146). Todavia, esse é um caminho com todo o tipo de obstáculos: a superação dos preconceitos, da barreira do idioma e da hegemonia histórica de alguns grupos sobre outros. Definitivamente, a interculturalidade consiste em uma aposta pela inclusão social do conjunto da cidadania, uma questão que deve ser abordada nos meios de comunicação, na legislação, na educação e na vida cotidiana, um processo que “aspira que as diferenças se traduzam em plena integração das culturas”.

Assim, este estudo pretende abordar a particularidade da dimensão intercultural desenvolvida no contexto global do fenômeno migratório. Para isso, tem

como objetivo principal compreender o papel da interculturalidade, no processo contemporâneo de imigração, por meio da análise das narrativas dos imigrantes haitianos na cidade de Joinville (2015-2020). De modo a alcançar esse objetivo e para auxiliar na execução da pesquisa, foram definidos alguns objetivos específicos:

- efetuar um levantamento dos principais referenciais teóricos que fundamentam a formação do processo de interculturalidade e migração contemporânea, propondo interdisciplinaridade entre os temas abordados, entre eles a globalização, a comunicação intercultural, a adaptação cultural e as variações decorrentes desse processo;
- investigar o fenômeno migratório ante a dinâmica econômica do processo de globalização e as teorias existentes sobre migração e seus fluxos;
- analisar, por meio de uma abordagem hermenêutica, entrevistas já efetuadas por um grupo de pesquisa que estão disponíveis no Laboratório de História Oral da Univille e que foram realizadas com imigrantes haitianos.

Ao selecionar esse material, percebe-se que as histórias orais devem ser usadas como um processo gerador de dados, pela riqueza de seu conteúdo, além de permitir a exploração de outros significados e valores, que auxiliaram na compreensão da relação entre a interculturalidade e a migração haitiana em Joinville.

A pesquisa empreendida aqui é necessária e ocorre sob várias razões e justificativas. O êxodo e as correntes migratórias sempre foram parte integrante, além de importante fator determinante, da história humana. Cabe lembrar que o processo migratório se dá desde o nascimento da humanidade até a atualidade, sendo uma “incessante marcha migratória” (ELHAJJI, 2017, p. 146) que nos últimos dois séculos acarretou aumento sem precedentes nos movimentos migratórios, principalmente por causa da globalização econômica e de seus efeitos na troca de trabalho (SANTOS, *et al*, 2010). No atual cenário internacional, revela a intensa expansão internacional do capital e da mobilidade da força de trabalho (SASSEN, 1988).

Embora os movimentos populacionais em busca dessa dinâmica econômica do processo de globalização assumam, de um lado, os deslocamentos internos, que ocorrem dentro do mesmo país, na busca principalmente por melhores condições de

vida, empregos formais, entre outros, como destaca Singer (2000); por outro lado, fatores de expulsão e estagnação do campo-cidade levaram milhões de trabalhadores para as cidades e para outros países.

Para Baraldi (2014, p. 16), ao tratar da “questão da mobilidade internacional”, a geografia “trabalha com os conceitos de imigração e emigração”. A partir do ponto de “vista de um Estado nacional, imigração indica a entrada de pessoas de outros países em seu território, e a emigração, por sua vez, a saída de pessoas deste”, e essa mobilidade alcançou magnitude significativa, por ser uma “realidade cada vez mais presente no atual cenário de crescente transnacionalismo”, em que é “comum migrar mais de uma vez durante a vida estabelecendo-se múltiplos vínculos de pertencimento”, muitas vezes por “procurar melhores condições de vida, segurança, trabalho, paz” (MILESI, 2007, p. 78).

A realidade desse “sonho” para os imigrantes estrangeiros, muitas vezes, acaba por tornar-se um pesadelo, em função dos obstáculos existentes, tais como a barreira do idioma, a desqualificação da educação adquirida no país de origem e a discriminação sistêmica, “pois são sujeitos que constituem uma ‘minorias imigratória’ desprovida de poderes sociais relativos, por exemplo, a trabalho, educação, domínio da língua portuguesa” (SILVA, 2016, p. 4).

Embora o Brasil seja um país construído com a força dos imigrantes, a última grande onda de estrangeiros que se estabeleceram no país foi no início do século XX. Segundo Cogo (2014, p. 24), a partir de 2008, “intensifica-se no Brasil a chegada de novos fluxos migratórios internacionais constituídos”, dentre outros, por “norte-americanos, espanhóis, portugueses, senegaleses e haitianos”.

Essa situação provocou na esfera pública e por parte de alguns políticos brasileiros uma demanda pela atualização da legislação relacionada à imigração, a Lei de Migração, aprovada no Brasil sob o n.º 13.445, de 24 de maio de 2017, que prevê “um paradigma migratório humanista” (JARDIM, 2017, p. 9). Ou seja, pela primeira vez na história brasileira, a nova lei aponta “consequência na liberdade, na integridade e na vida dos imigrantes” (JARDIM, 2017, p. 9). A legislação anterior datava da era da ditadura e “deixa[va] clara a política dos militares de tratamento do estrangeiro” (MILESI, 2007, p. 80), o que dificultava a implementação de um acordo para permitir a livre circulação de pessoas e a manutenção de igualdade e de seus direitos fundamentais, juntamente com o combate ao racismo e à xenofobia.

No entanto, muitos problemas de migração são complexos e sensíveis. A introdução de pessoas pertencentes a uma cultura em uma cultura diferente tende a levantar suspeitas, medos e, no pior caso, rejeição e xenofobia. Nos últimos anos, houve uma mudança acentuada nas características gerais da migração, por causa, sobretudo, do surgimento de novas formas de convivência nas cidades, em razão da economia mundial e das mudanças causadas pelas tecnologias de comunicação e transportes. O *boom* midiático e o barateamento dos meios de transporte (ELHAJJI, 2012) alteraram a estrutura dos lugares onde as pessoas moravam e a maneira como se contatavam. Atualmente, todos os países têm movimentos populacionais significativos, como países de origem ou países de trânsito ou destino.

Cabe lembrar, conforme Alves (2015), que no Brasil a temática sobre imigração internacional carecia de devida atenção à produção de pesquisas científicas nos mais diversos setores. De modo geral, a primazia da produção de conhecimento concentrava-se em investigações concernentes a migrações internas. Contudo, ao longo do tempo, a imigração internacional foi ganhando notoriedade na esfera acadêmica, especialmente diante dos estudos relacionados à demografia e à concentração de fluxos, “entendida como um processo social”, e, no caso da migração internacional, destaca-se o surgimento de espaços e “comunidades transnacionais” (ELHAJJI, 2011). Para Alves (2015, p. 23), é possível notar, depois de 2010, “um aumento sintomático dessas pesquisas, abrangendo diferentes Estados no Brasil e um leque mais diversificado em relação às nacionalidades de imigrantes e de solicitantes de refúgio da América Latina, África e Ásia”. Entre essas pesquisas, pode-se verificar aumento das informações sobre a migração haitiana para o Brasil.

## 1.2 PERCURSO METODOLÓGICO: MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a execução deste estudo, utilizaram-se algumas estratégias de pesquisa de natureza qualitativa e ao apresentar o percurso metodológico delineado e realizado neste estudo, busca caracterizar e fundamentar as reflexões geradas para a elaboração da pesquisa, considerando o alinhamento da área da comunicação com os estudos culturais, examinando a questão dos fluxos migratórios, com destaque para a migração haitiana para a cidade de Joinville.

Nesta seção, informam-se as abordagens metodológicas adotadas para explorar sua investigação, sendo cuidadosamente pensadas e redigidas. Dessa forma, ao instituir a pesquisa qualitativa como método de pesquisa, definiu-se a utilização da teoria geral da interpretação. Ou seja, por meio da análise Hermenêutica de Profundidade (HP), buscou-se a compreensão dos dados gerados nas entrevistas selecionadas. A pesquisa hermenêutica foi escolhida como metodologia para esta tese, uma vez que sua abordagem permeia a interpretação dos textos, documentos e materiais produzidos sobre a migração, com o enfoque na interculturalidade e na imigração contemporânea.

Ainda nesse percurso de descrição dos métodos, foi realizada a apresentação dos participantes do estudo, evidenciando os migrantes haitianos como grupo a ser pesquisado. Também foram descritas no processo metodológico as contribuições das observações realizadas e a análise hermenêutica feita com as narrativas dos haitianos em Joinville. A fundamentação teórica foi delimitada aos autores Minayo (2016), Gil (2008), Angrosino (2009), Thompson (2011).

Um dos aspectos mais subliminares do estudo foi o movimento *além das fronteiras*. Isso não poderia ser diferente para o delineamento do percurso metodológico. As fronteiras aqui são a perspectiva do uso de várias estratégias metodológicas que levam o pesquisador a ter possibilidades de adentrar de maneira mais ampla na produção da ciência, ao investigar sob aspectos multifacetados seu objeto de pesquisa, além do benefício de se criar interdisciplinariedade entre as áreas estudadas, aqui com destaque para a comunicação, a sociologia, a economia e a antropologia. Essa troca entre campos disciplinares, que se considera fecunda para pensar a dimensão metodológica na pesquisa, produz um cenário de múltiplas possibilidades de abordagem que fomenta o entendimento de toda esta investigação.

Considera-se, portanto, que o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica que, mediante a indagação e a (re)construção da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza diante da realidade (MINAYO, 2016). Para tanto, uma metodologia de avaliação por meio de um estudo bibliográfico, assim como do documental, ajuda a equacionar os caminhos a serem seguidos na pesquisa. Inicia-se assim com a pesquisa bibliográfica, que oferece um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em

inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição, do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (GIL, 2008).

Ao utilizar a pesquisa bibliográfica, a preocupação do pesquisador passa a ser a avaliação das publicações selecionadas, de modo a categorizar o que é de fato relevante e tenha sido feito dentro de um universo de estudo. Ou seja, o fato deve representar o estado da arte, além de primar pela qualidade, abrangência e significância (LOPES, 2004). Neste estudo, esse auxílio passou pelo mapeamento de fontes primárias e secundárias – livros, revistas, legislações, pesquisas midiáticas em *sites*, redes sociais e projetos já executados ou em andamento da instituição (Universidade da Região de Joinville) – convergentes com a temática.

Para cada capítulo da tese, foram identificados autores cujas proposições e argumentações serviram de alcance e possibilidades para instruir-se sobre o objeto do estudo e aprofundar a análise sócio-histórica, além de delinear articulações possíveis com outras propostas e conceitos no intuito de melhor apreender o fenômeno investigado.

No caso da aproximação com o objeto de estudo, os procedimentos técnicos identificados foram às observações assistemáticas (ANGROSINO, 2009), e conversas narrativas formais e/ou informais com os imigrantes haitianos e a sociedade receptora de convívio cotidiano, para mapear essas possibilidades e levantar o material necessário para análise.

Nesse ponto, cabe um reforço para os procedimentos e métodos com os quais foi realizada a coleta de dados das entrevistas<sup>10</sup>, ou seja, o material selecionado para análise das narrativas dos imigrantes haitianos, de modo a possibilitar a compreensão da dimensão intercultural no processo de imigração desse grupo. Entre essas metodologias, o uso da história oral é um rico instrumento para coleta de dados, principalmente vinculados a temas como “memória e história” (SOUZA, 2019, p. 34), visto que, por se tratar de uma abordagem qualitativa, acaba gerando narrativas. Assim, entende-se o material produzido pelas narrativas como “a

---

<sup>10</sup> As entrevistas foram realizadas pela professora doutora Sirlei de Souza e seu grupo de pesquisa, para sua tese de doutoramento, *Narrativas imigrantes: tramas comunicacionais e tensões da imigração haitiana em Joinville/SC (2010-2016)*, além de também por outros trabalhos feitos para fins acadêmicos vinculados ao grupo. Cabe aqui um destaque. Essas entrevistas foram concedidas, transcritas, seguindo as diretrizes estabelecidas para a realização da história oral, assim como os procedimentos para incorporação ao acervo, estão disponíveis no Laboratório de História Oral (LHO) e são um material cujo conteúdo é *rico* e cujas possibilidades de análise são inúmeras, uma vez que fornece detalhes que podem fomentar várias pesquisas e estudos futuros, gerando uma rede compartilhada de informações entre os pesquisadores.

gravação e transcrição”, que servem de estímulo para que seja utilizado para outras formas de uso. Conforme Alves e Silva (1992, p. 65), é inquestionável que as entrevistas semiestruturadas, em que o “discurso dos sujeitos foi gravado e transcrito na íntegra”, produzem um “volume imenso de dados” extremamente “diversificados pelas peculiaridades da verbalização de cada um”.

Assim como para Freund (2013, p. 29) “existe agora um vasto arquivo global de histórias orais, previamente produzidas, que os pesquisadores podem usar para resolver questões de investigações próprias”, o autor ainda completa que “as entrevistas, realizadas por outros pesquisadores, podem ser consideradas como dados gerados em processo” (FREUND, 2013, p. 29).

Com base nessa compreensão, a história oral tomada pelo grupo de pesquisa foi utilizada como eixo primordial para o entendimento dos deslocamentos migratórios de haitianos e suas vivências em Joinville. Na visão de Souza (2019), “a produção de narrativas pelos próprios haitianos, com base em suas histórias de vida”, auxiliam na compreensão do “processo de imigração”, além de atribuir sentidos à sua “chegada e permanência na cidade, às redes de sociabilidade e aos meios comunicacionais utilizados para a integração no espaço urbano” (SOUZA, 2019, p. 34).

Para o uso desse método de pesquisa, o grupo delimitou alguns aspectos, como inclusão e exclusão de participantes, questionário e entrevistas semiestruturados, assim como blocos temáticos a serem trabalhados, a fim de atender ao objeto de estudo do grupo de pesquisa<sup>11</sup>. Esse material produzido faz parte de um banco de narrativas de histórias de vida, nesse caso dos imigrantes haitianos, que estão disponíveis no Laboratório de História Oral (LHO)<sup>12</sup>. Ao trabalhar com esse grupo, principalmente para o uso da tese, “partiu-se do princípio

---

<sup>11</sup> Grupo de pesquisa que integra estudantes e professores de várias áreas. “Atualmente esse grupo congrega pesquisas e estudos sobre cidades nos seguintes temas: intervenções e requalificações do espaço em áreas centrais; memórias urbanas e processos de identificações culturais; patrimônio cultural e gastronomia; políticas públicas de cultura e de turismo; história, memória e educação para o patrimônio. Em 2017 houve o desenvolvimento de quatro projetos de pesquisa envolvendo a questão da imigração haitiana. São eles: Usos e apropriações do patrimônio cultural nas cidades contemporâneas; Mídia e mediações socioculturais: imigração e vivências de haitianos em Joinville; Migrantes haitianos e o patrimônio cultural de Joinville; e Influência de elementos culturais haitianos nas respostas de *coping* na condição migrante. Mais informações em: <<http://cidadecultura.wix.com/gp>>” (SOUZA, 2019, p. 20).

<sup>12</sup> Programa de história oral que tem como objetivo criar mecanismos de suporte para o funcionamento do LHO da Univille, principalmente no que diz respeito à criação de fontes orais, de acordo com os procedimentos teórico-metodológicos da história oral (<[www.univille.br/extensao](http://www.univille.br/extensao)>), sob a coordenação da professora Ilanil Coelho.

de que não existe um imigrante haitiano, mas haitianos imigrantes no plural, com singularidades e histórias próprias” (SOUZA, 2019, p. 37).

Para o uso dessas narrativas na tese de doutorado, Souza (2019) fez um direcionamento para “contemplar perfis específicos de imigrantes haitianos”, tais como “trabalhadores de uma grande indústria metalúrgica de Joinville”, assim como “membros da direção da Associação de Imigrantes Haitianos de Joinville” e alguns “trabalhadores imigrantes em empresas de prestação de serviço” (SOUZA, 2019, p. 37). Ainda segundo Souza (2019), foram realizadas dez entrevistas com imigrantes haitianos. Entre os entrevistados, estavam sete homens e três mulheres.

Como a abordagem da comunicação intercultural presente nesta tese afirma, na atualidade, sua aplicabilidade deve se pautar nas trocas interculturais da sociedade contemporânea – como destaca ElHajji (2005, p. 55), a Comunicação Intercultural “tem um duplo valor sócio-científico” –, pois, além de “servir de interface social intercomunitária”, também constitui “condições teóricas e analíticas necessárias para a apreensão do significado dos fluxos migratórios” (ELHAJJI, 2005, p. 55). Dessa maneira, defende-se neste estudo o uso de entrevistas e materiais já produzidos por outros pesquisadores. Afinal, as narrativas geradas pelos imigrantes com suas histórias de vida são um material que permite “ampliações e adaptações” para outras “análises do sujeito” por outro pesquisador, de forma qualitativa (ALVES; SILVA, 1992).

Isso faz com que as narrativas sirvam como interface social, por ser um material de riqueza imensurável para os estudos sobre migração haitiana em Joinville, fomentado pela compreensão do significado dos fluxos migratórios, visto que há poucos estudos acerca dessa temática na cidade. Os vários usos desse material possibilitam a ampliação da sua interpretação e ver as nuances geradas, assim como o distanciamento (desfocado da intencionalidade gerada pelo pesquisador primário), possibilitando a ampliação do material já produzido com e sobre “o olhar do outro”. Intensifica-se a reflexão metodológica riquíssima de pesquisa, além da vantagem do aspecto colaborativo de pesquisa.

Ao produzir esse estudo multifacetado, a intenção consiste em expressar a pluralidade desse material. Afinal, ele não fica vedado a apenas uma abordagem, pois apresenta várias características – de aspectos econômicos, antropológicos e comunicacionais. Compreende-se que a comunicação intercultural é um reflexo repleto de significados na sua forma de interação subjetiva, no entanto necessária

para as negociações dos grupos, para “sua integração plena na sociedade receptora” (ELHAJJI, 2005, p. 59).

Veem-se também, sob pressão do aumento da globalização, os processos de comunicação, as questões relativas às limitações e as possibilidades de entendimento intercultural como foco de atenção dos estudiosos. Portanto, neste ponto do trabalho, faz-se uma exposição diante da possibilidade fundamental da comunicação intercultural, como um processo metodológico, ligado a questão qualitativa da prática comunicacional. Com base nisso, revela-se neste tópico como ocorreram os processos de entendimento intercultural com os resultados alcançáveis de uma reconstrução metodologicamente configurada, a hermenêutica, por meio da análise das narrativas dos imigrantes haitianos na cidade de Joinville.

A abordagem da teoria da interpretação, para este estudo, por meio da abordagem da Hermenêutica de Profundidade<sup>13</sup> (HP) (THOMPSON, 2011, p.355), demonstra ser importante para as pesquisas acadêmicas em comunicação, o “objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” constituindo uma rica fonte de análise, trazendo contribuições para a construção do fenômeno significativo existente de pesquisa, para a análise de dados e sua respectiva interpretação, possibilitando uma reflexão teórica sobre como um princípio científico e educativo para a interlocução e para a contradição formativa em diálogo com o outro supera as fraquezas e limitações da incompreensão.

Na definição de Thompson (2011) Hermenêutica de Profundidade (HP) é um “referencial teórico-metodológico”, para a maneira como as “formas simbólicas são produzidas, transformadas e transmitidas na sociedade”, um dos elementos prioritários a serem conhecidos são justamente as formas simbólicas: os “fenômenos significativos” que são tanto “produzidos como recebidos por pessoas situadas em contextos específicos” (THOMPSON, 2011, p. 22), sob essa perspectiva, não somente textos, imagens e falas podem ser interpretadas, mas também opiniões, crenças, atitudes, ideologias e formas de dominação.

Assim a aplicação da Hermenêutica de Profundidade (HP) parte de algumas etapas a serem seguidas, o primeiro passo metodológico é chamada de Interpretação da Doxa, ou Hermenêutica da vida cotidiana, nessa etapa, a análise

---

<sup>13</sup> É uma releitura que Thompson elabora sobre a hermenêutica de Ricoeur e de Habermas, e busca recuperar um caráter particular das formas simbólicas, sendo de central importância a análise, a compreensão e a interpretação dessas formas simbólicas e de seus contextos (PREDIGER; SCHERER; ALLEBRANDT, 2018).

parte da forma de se entender os sujeitos, como percebem a sua realidade, quais são suas crenças, opiniões, senso comum, enfim, a compreensão que os atores têm da sua realidade.

Thompson (2011) sugere outras três fases, que, embora colocadas como etapas a serem cumpridas, e que possuem uma ideia de ligação e complementaridade, não são necessariamente etapas cronológicas pré-definidas. Ainda segundo o autor, os objetivos da análise e a forma de condução por parte do pesquisador, muitas vezes, pode ocorrer à necessidade de se voltar e complementar uma análise que por algum momento tenha se dado como finalizada. As fases posteriores são apresentadas da seguinte forma: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e a interpretação / reinterpretação.

Ressalta-se que a comunicação entre indivíduos situados no mesmo contexto cultural nem sempre é direta. Nesse sentido, a comunicação entre indivíduos em culturas distintas é inerentemente ainda mais frágil. Argumenta-se, aqui, que a compreensão intercultural pode ser alcançada pelo menos aproximadamente, porque difere apenas em grau, mas não em essência.

Para esclarecer o entendimento do parágrafo anterior, foi realizada a revisão de algumas das principais ideias reunidas pela aplicação hermenêutica na presente tese, sendo reconsiderados os problemas da comunicação intercultural praticados por sociólogos, linguístas e antropólogos à luz dessas ideias. Finalmente, evidencia-se que, para que o entendimento intercultural possa ser mais amplo e facilitado, se faz necessário o emprego de um mediador cultural, um *cointérprete* nativo da cultura.

Para a análise das entrevistas, *a priori*, ficam evidenciados os tipos de mal-entendidos que podem surgir nos atos comunicativos entre indivíduos, e não nos sistemas culturais de significado. Cabe lembrar que, nas conversas interculturais, os esclarecimentos, as correções e os reajustes de premissas e expectativas mútuas são necessários antes que um ato comunicativo seja considerado bem-sucedido, bem como antes que o significado apareça.

A marcha incessante da globalização econômica e cultural aponta problemas não apenas na comunicação intercultural em tela, mas também no entendimento intercultural. Isto é, problemas de comunicação de significados incorporados a um quadro de referência desconhecido e global e cujo horizonte completo de implicações não pode ser apreciado simplesmente pelo esclarecimento de atos

comunicativos únicos. Para esse fim, buscando a compreensão intercultural, que é o eixo basilar deste estudo, aborda-se de maneira expressiva um postulado básico do passo a passo da metodologia empregada.

Compreende-se que há uma preocupação, de modo geral, ao fazer esse tipo de pesquisa com os comportamentos dos indivíduos em determinado contexto social e com as maneiras pelas quais buscamos entender tais comportamentos. Com base em teorias da interpretação textual, começa-se a tarefa de analisar como os atos comunicativos foram realizados e como eles terminam ou não na compreensão mútua. Ainda, dado que dois sujeitos, mesmo da mesma cultura, têm histórias de vida diferentes, mesmo a comunicação mediada é imperfeita, pois cada mensagem, quando ligada à história e ao contexto de vida do sujeito, deve adquirir um significado exclusivo para a consciência dele.

Se membros da mesma cultura precisam recriar os meios de se entender, parte-se, portanto, da ideia de que membros de culturas diferentes devem estar em posição de fazer o mesmo. Logo, ressalta-se que a fronteira entre os processos comunicativos interculturais pode ser vista como fluida, de modo que a compreensão intercultural seja realizada. Ao ter em mente o alcance da compreensão intercultural neste estudo, precisou-se compreender que a comunicação, independentemente do tipo, repousa sobre uma base variável de perspectivas divergentes.

Para ver como surge a compreensão entre dois ou mais indivíduos de diferentes origens culturais, seria desejável seguir vários processos de ajuste ao longo de todas as entrevistas que permitiriam observar dissonâncias comunicativas e a resultante construção gradual das nuances de semelhança cultural. Como essa abordagem é especialmente laboriosa e pode até mesmo tangenciar o enfoque deste estudo, a abordagem padrão feita foi com base na transcrição e na análise do material.

Sabe-se que os pesquisadores, quando são confrontados com a tarefa de entender uma cultura migrante, são inevitavelmente convidados a aceitar um diálogo, uma necessidade que o debate sobre a cultura da escrita enfatizou. O recurso essencial ao diálogo introduz um problema de perspectivas, causando uma intencionalidade que a pesquisadora não teve escolha, a não ser usar a própria biografia e antecedentes culturais como base contextual para tal abordagem.

O acesso à experiência alheia é facultado pelo que o investigador tem como pré-compreensão haja vista a própria experiência pessoal. Boaventura de Sousa

Santos (1989) afirma que toda e qualquer ciência dialoga diretamente com o contexto social em que está sendo desenvolvida e utilizada, não havendo espaço para pensamento asséptico, alheio às práticas sociais e ao contexto espaço-tempo que lhe é peculiar. Abandonar a postura de superioridade e certezas absolutas ante uma temática tão volátil e recente é condição necessária para que se interprete o campo comunicacional por meio de um olhar que “procura interpretar seu campo de estudo pelo que consegue enxergar na materialidade e no simbólico, reconhecendo seus limites e os das ferramentas que se utiliza” (LOPES, 2004, p. 35).

Se as tentativas de obter traduções autênticas da cultura migratória são condenadas ao fracasso, é preciso perguntar quais são as possibilidades existentes, ou seja, de acordo com quais regras ocorre o diálogo de harmonização com o nativo estrangeiro. Tradução significa, portanto, apropriação. Desse modo, foi tarefa desta pesquisa a reunião de hipóteses harmonizadoras fora do diálogo com a cultura estrangeira com base no próprio pré-entendimento culturalmente condicionado da autora, tendo como respaldo a observação não indireta da amostra, assim como a participação em momentos da cultura estudada, como descreve Angrosino (2009, p. 16): “Estudar a cultura envolve um exame de comportamentos, costumes e crenças apreendidos e compartilhados do grupo”.

Nesse ponto, ressalta-se que a tarefa do pesquisador não é tornar-se nativo, mas entender a cultura estrangeira por sua própria perspectiva. De qualquer maneira, o problema enfrentado com mais frequência pelo investigador ao tentar reconstruir claramente os processos de entendimento intercultural é que ele pode não estar familiarizado com pelo menos uma das perspectivas de comunicação envolvidas.

A observação assistemática ocorreu no campo interacional, em momentos em que foi possível estar com o grupo, como em um dos encontros do projeto de extensão “Sendika - o Haiti é aqui”<sup>14</sup>, no qual, *a priori*, se pôde observar a interação dos haitianos com os joinvilenses. Nesse encontro, cabe destacar que a questão do idioma ficou evidente. Viu-se que os haitianos tinham dificuldades com a linguagem. Por exemplo, na hora do intervalo, que era o momento das trocas entre culturas, os migrantes haitianos acabavam falando em sua língua materna – o crioulo. Poucos se

---

<sup>14</sup> As informações sobre o projeto foram detalhadas na seção do enfoque de pesquisa.

arriscavam na língua portuguesa, para gerar diálogo com os professores. Nesse caso, de forma leve, os tutores buscavam fazer essa aproximação.

Além do encontro no projeto, também houve a participação no 3.º Jantar Beneficente dos Imigrantes Haitianos de Joinville (Figura 1), evento no qual o valor arrecadado com a venda dos ingressos se destinava à manutenção da Associação de Imigrantes Haitianos, formada no bairro Comasa, em Joinville, cujo principal objetivo é auxiliar os imigrantes com problemas de ordem econômica e social.



**Figura 1** – Convite do 3.º Jantar Beneficente dos Imigrantes Haitianos de Joinville  
Fonte: arquivo pessoal (2017)

Nesse jantar, notou-se as possíveis formas e características culturais e de socialização. Além de serem servidas comidas típicas do Haiti, também se optou por fazer comida mais *brasileira*, com menos condimentos, ao estilo brasileiro, para quem não se adaptasse aos pratos haitianos. Aqui, destaca-se uma forma de adaptação realizada pelos haitianos para criar um vínculo com a comunidade joinvilense. Outro ponto de interação entre os haitianos e os brasileiros pôde ser observado nas vestimentas. Os imigrantes estavam muito coloridos, suas peças de roupa são de cores fortes, enquanto as roupas dos brasileiros eram mais neutras e escuras. Esse fato chamou a atenção principalmente das haitianas, que relatavam, com risadas e num português hesitante, que os brasileiros não tinham cor, por a roupa ser mais discreta.

Nesse evento, coube muito mais a comunicação intercultural por gestos e expressões, pois um ponto que merece destaque é a dificuldade de comunicação linguística entre os participantes do jantar. Tal questão foi muito perceptível, pois durante o evento muitos haitianos conversavam entre si em crioulo, enquanto os brasileiros falavam em português, ficando mais em evidência a barreira do aspecto comunicacional. Contudo, como era um momento de interação, o modo de aproximação cultural ocorreu por meio da comida, da dança apresentada (*zouk*, merengue) e da decoração, que remetia à bandeira do Haiti. Um fato que merece atenção é a felicidade demonstrada pelos haitianos, por o evento contar com vários convidados brasileiros.

Outro ponto em que se observaram os imigrantes haitianos em vários momentos temporais foi em um estabelecimento comercial muito frequentado da cidade. O local é uma lanchonete localizada em uma rodovia de grande circulação no Distrito de Pirabeiraba, em Joinville. Essa rodovia liga a cidade de Joinville ao planalto norte catarinense. Assim, a circulação de pessoas é considerável. Nesse local, chamado de Rio da Prata<sup>15</sup>, há vários haitianos trabalhando, em funções gerais. Destaque para o fato de que essa lanchonete é de colonização alemã e o distrito em que ela está instalada é uma região com concentração germânica muito alta, em que a língua alemã ainda predomina em várias residências.

Em uma conversa informal com o proprietário do estabelecimento, ele comentou que a contratação de haitianos se deu, pois são “*bons trabalhadores*”, além de residirem perto do local. Os haitianos que trabalham ali, de modo geral, ficam em funções exercidas na cozinha ou na limpeza do salão, auxiliando a recolher os utensílios e a efetuar a limpeza das mesas, o direcionamento para essas funções, deve-se a dificuldade com o idioma (escrito e falado) para anotar pedidos. Ressalva-se que os garçons são brasileiros. Foi possível perceber que a relação deles com os colegas de trabalho imigrantes faz-se pelo acolhimento, e em uma comunicação gestual, pelas dificuldades na comunicação em língua portuguesa. Há, portanto, uma troca cultural substancial, já que os brasileiros buscam fazer essa aproximação e demonstram ter bom relacionamento com os haitianos e vice-versa.

---

<sup>15</sup> Conforme anúncio nas redes sociais: “Parada obrigatória para quem sobe ou desce a serra Dona Francisca, a Lanchonete Rio da Prata fica numa casa estilo colonial às margens da rodovia SC 430, tem um amplo estacionamento, e muitas mesas no interior. O atendimento é rápido, e as opções são variadas”. Disponível em < <https://www.facebook.com/lanchoneteriodaprata/>>. Acesso: 20.fev.2020.

Os processos comunicativos que haitianos estabelecem entre si e a sociedade buscam responder como tais processos contribuem com a reconstrução identitária desses sujeitos migrantes no novo território (AVILA, 2016). Em alguns momentos, foi possível observar, sob a questão da receptividade da cidade, por parte de alguns frequentadores do local, que muitos clientes brasileiros da lanchonete não percebem que há haitianos trabalhando ali, ou não querem puxar assunto, pois não há interação, por causa da dificuldade do idioma. No entanto surge o questionamento: os imigrantes são invisíveis? A questão do idioma é a única dificuldade, embora existam várias formas de se comunicar? Como a estrutura social do local impacta nessa relação entre o migrante e os frequentadores? Questionamentos esses que demandam pesquisas e estudos mais detalhados, sendo uma limitação, que não foi possível abordar na tese.

Os dados coletados na observação foram avaliados da seguinte forma: após serem apresentados aos objetivos da pesquisa, foi realizado um estudo aprofundado das entrevistas, de acordo com as diretrizes apontadas no movimento de análise da Hermenêutica de Profundidade (HP), para poder identificar leituras alternativas na perspectiva estrangeira. Essas leituras alternativas foram, contudo, construídas de forma a serem reconhecidas como tal pela pesquisadora no seu aspecto sócio-histórico. Isso significa que as leituras alternativas foram orientadas para o quadro de interpretação da pesquisadora. Assim, selecionou-se um primeiro conjunto de construções de analogia, que apontaram o caminho para o restante do trabalho.

Posteriormente, na avaliação das discussões interpretativas transcritas, a interpretação final foi adaptada ao quadro interpretativo do objetivo central deste estudo, de acordo com critérios de relevância estabelecidos.

Em síntese, as fases do processo hermenêutico empregado neste estudo podem ser observadas no Quadro 1.

<b>Fase 1</b>	Linhas de investigação	Avaliação crítica da entrevista e observações técnicas da investigadora.
<b>Fase 2</b>	Preocupações centrais	Identificação das preocupações centrais, temas importantes ou significados que estão desdobrando-se para os informantes.
<b>Fase 3</b>	Significados compartilhados	Preocupações centrais dos informantes somadas às conexões interpretativas escritas entre significados encontrados dentro das histórias e entre elas, ou padrões constitutivos.

<b>Fase 4</b>	Interpretações finais	Interpretações de trechos que dizem respeito a resumos centrais, avaliação final das entrevistas e observações que abordam linhas que ficaram pendentes.
<b>Fase 5</b>	Divulgação da interpretação	Manuscrito relatando as interpretações já refinadas.

**Quadro 1** – Fases do processo hermenêutico desta pesquisa  
Fonte: primária (2020)

Realizadas as fases 1, 2 e 3, em um esquema para a seleção das ideias centrais, foram elaborados resumos de cada entrevista, como uma apresentação dos entrevistados e as categorias a serem observadas, para que, dessa forma, pudesse ser aplicada a divulgação final dos resultados deste estudo. No Quadro 2 está o contexto de cada entrevistado.

<b>ENTREVISTADO</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>
<b>JEAN MICHELET</b>	Nasceu em 1987, no Haiti, em uma ilha denominada de Lagonav, perto de Porto Príncipe. Tem dois irmãos. Seu pai migrou para a Venezuela. Portanto, foi sua mãe quem o criou. Ele veio para o Brasil em 2013. Tem uma filha, que nasceu em 2016, no Chile. Foi o primeiro haitiano a trabalhar na Fundação Tupy.
<b>JEAN SEFOOD</b>	Nasceu em 1982, no Haiti, na ilha de Lagonav. É casado, possui um filho, é professor. Sua migração ocorreu porque primeiramente resolveu imigrar para a Venezuela, um sonho desde criança, porém, como o salário era muito baixo, decidiu vir para o Brasil.
<b>LUTHER JEAN LUIZ</b>	Nasceu no Haiti em 1991, não tem filhos e é cabeleireiro. Seu pai imigrou para a Venezuela, naturalizou-se e sempre foi ausente na família. Sua imigração para o Brasil ocorreu pela busca de melhores condições de vida de todos os familiares.
<b>MANOUSE FRANÇOAIS</b>	Nasceu em 1988 em uma província que se chama Maiça, no Haiti. Tem quatro irmãs e dois irmãos. Seus pais estão no Haiti. Seu pai trabalha em um cartório e sua mãe trabalha como vendedora em um mercado. A migração começou quando ela tinha por volta de seus 15 anos, quando saiu do Haiti para a República Dominicana para cuidar de sua tia. Manouse ficou 13 anos na República Dominicana, casou e teve dois filhos. Ela voltou para o Haiti e, depois do terremoto, veio para o Brasil, em busca de uma vida melhor. Seu marido já estava no Brasil.

<b>PIERRE WOODY E JEANA RAYMOND</b>	Pierre tem 36 anos e Jeana 33. Ambos nasceram no Haiti. Pierre migrou direto para o município de Joinville. Ele veio para o Brasil em busca de melhores oportunidades e foi motivado quando viu o discurso da presidente Dilma Roussef informando sobre oportunidade para os haitianos. No caso de Jeana, sua imigração ocorreu porque seu marido estava no Brasil. Depois de um ano da imigração dele, ela resolveu vir para o país.
<b>ROLAND LAFRONT</b>	Nasceu no Haiti e foi para a Venezuela estudar. Ficou um ano e meio lá e imigrou para o Brasil em 2013, depois que a situação política venezuelana piorou.
<b>ROSE SANDY</b>	Haitiana, saiu do Haiti e foi para Santo Domingo, depois para Equador, Peru e por fim Brasil, em 2015. Não tem filhos e nasceu em 1990. Resolveu imigrar para o Brasil para viver só, para estudar, trabalhar e ajudar sua família.
<b>SHILLER PIERRE</b>	Nasceu em 1985 em uma ilha denominada de Lagonav, no Haiti. Tem dois irmãos. Seu pai migrou para outro país quando Shiller tinha 4 anos, em busca de uma vida melhor. O pai contribui financeiramente com a família. A mãe de Shiller não trabalha; ela cuida de todos na família. Shiller veio para o Brasil com seu irmão após o terremoto que aconteceu no Haiti, em busca de melhores condições financeiras e, dessa forma, poder ajudar sua família.
<b>WHISTLER ERMOFILS</b>	Nasceu em 1977, no Haiti, em uma ilha que se chama Lagonav, na zona rural. Ficou até 15 anos na zona rural, terminou o ensino fundamental, tem duas irmãs e decidiu vir para o Brasil após o terremoto.

**Quadro 2** – Contexto de cada entrevistado para a análise

Fonte: primária (2020)

Com base nas fases de pesquisa vinculadas às do processo hermenêutico de profundidade, utilizando como critérios a análise formal ou discursiva, optou-se pela criação de categorias a serem observadas na interpretação e reinterpretação das entrevistas. Essas categorias fomentam uma relação com o processo de comunicação intercultural e a medição feita pelo aspecto colaborativo de pesquisa.

São elas:

- processo de imigração;
- influência e fragmentação familiar;
- comunicação intercultural e o papel das tecnologias;
- adaptação sociocultural e relações com a comunidade;
- o recordar da cultura do país de origem.

A escolha dessas cinco categorias centrais está amparada na compreensão sobre a maneira como são codificadas e recodificadas as mensagens e como essas

ações são influenciadas pela experiência, incluindo não apenas as experiências individuais únicas, mas também as do grupo compartilhado e as experiências culturais. A interculturalidade depende da comunicação e das expressões faciais ou verbais que podem informar ao remetente, por exemplo, se a mensagem foi entendida.

Os haitianos entrevistados, ao buscarem se comunicarem de forma correta com os brasileiros, criam experiências de aprendizagem interculturais, haja vista que precisam adaptar seus comportamentos e seu modo de comunicação para serem entendidos e evitar, por exemplo, ofensas por um comportamento cultural malquisto.

Entende-se que o migrante precisa interagir com a cultura da nação anfitriã, suas atitudes, seus valores, suas crenças e suas normas, e uma condição importante deve ser satisfeita antes que esse aprendizado cultural possa prosseguir. Os imigrantes devem ter laços estreitos com membros da sociedade anfitriã que são capazes e estão dispostos a agir como amigos e mediadores da cultura. Logo, o aprendizado intercultural precisa refletir a experiência social individual e coletiva com pessoas de outras culturas, e não o mero contato. O fato do simples reconhecimento da diversidade tampouco pode ser suficiente por si só.

Embora a diversidade reconheça a diferença em nossas sociedades e nossas identidades múltiplas e complexas, ela não fornece garantia de justiça ou harmonia social. Isso só pode ser alcançado pelos processos de coesão social. Sendo assim, a escolha dessas categorias para a análise hermenêutica das entrevistas parte do entendimento de que os pontos de destaque para a percepção e reflexão do autor, tais como o recordar da cultura de origem, as manifestações culturais dos haitianos, como se relacionam com a cidade de Joinville e como se comunicam, orientam o atendimento da adaptação de como a interculturalidade pode coadjuvar o acolhimento e o alinhamento das diferenças sociais presentes, bem como rastrear os desafios processados pela interculturalidade em seu limiar histórico.

A abordagem da Hermenêutica de Profundidade (HP) prevista na metodologia foi desenvolvida por meio da aplicação da interpretação da Doxa, que ocorreu no processo de levantamento de dados, além de observações assistemáticas e conversas formais e/ou informais, ocorridas no cotidiano. As demais etapas, foram interpretadas em cada categoria definida. A primeira o *processo de imigração*, pensando em como foi esse processo no contexto histórico para os entrevistados, foi direcionado para uma análise sócio-histórica do processo de migração.

A estrutura social, foi abordada, na categoria *influência e fragmentação familiar* no contexto da estrutura social, considerando como a família é o ponto central das decisões do ato de migrar. O papel do campo de interações, pode ser averiguado, na *comunicação intercultural e o papel das tecnologias*, observadas como forma de perceber como os imigrantes se comunicam e interagem. Ainda nessa análise, foi possível na categoria *adaptação sociocultural e relações com a comunidade*, ou seja, como é a relação interacional dos sujeitos com a cidade que escolheram para viver. Sendo que o *recordar da cultura do país de origem*, com ênfase no saudosismo e nas manifestações culturais, deriva da análise proposta pela temática, os estudos culturais.

Isto posto, a seleção dessas categorias para análise justifica-se diante da investigação, pois as diferenças culturais constituem razão para a exclusão social de alguns grupos.

### 1.3 DESENVOLVIMENTO DA TESE

Para o desenvolvimento deste estudo, principalmente as abordagens teóricas efetuadas no primeiro e segundo capítulo, as principais contribuições são de estudiosos envolvidos com as temáticas propostas. Seus estudos e pesquisas sobre as questões da globalização, as relações culturais oriundas do fenômeno migratório, as abordagens envolvendo os aspectos da comunicação intercultural e seus desdobramentos, foram de grande auxílio para a estruturação desta tese. Dentre esses pesquisadores podemos destacar os estudos de Denise Cogo, Mohammed ElHajji, Neide Lopes Patarra, Rosana Baeninger, Camila Baraldi, Sofia Zanforlin, assim como outros pesquisadores que produzem material científico sobre o assunto. Bem como pensadores que abordam os estudos culturais como Nestor Garcia Canclini, Stuart Hall, que no decorrer de seus escritos, foram semeando as indagações que fomentam as pesquisas e trabalhos científicos que discutem sobre a temática abordada nessa pesquisa.

O estudo foi dividido em seis partes. A primeira, exposta no capítulo um da tese, abordou sobre a percursos de pesquisa e metodológicos. Na segunda parte, *Relações culturais na era da globalização*, o objetivo foi contextualizar as relações

da cultura e da globalização, buscando nessa contextualização os aspectos fundantes da globalização cultural, o pensar a representação da cultura como mercadoria, as formas de migração, que passam pela hibridização e homogeneização, assim como a ótica atual da globalização, a desconstrução da globalidade e a ótica sociológica da formação de identidade, fazendo um alinhamento entre globalização, cultura e identidade.

A terceira parte, *Comunicação em contextos interculturais*, foi desenvolvida para entender as práticas comunicacionais nos processos migratórios e como elas estão entrelaçadas na questão da comunicação e adaptação intercultural, uma vez que se compreende a relevância de evidenciar o equilíbrio de duas culturas enquanto ocorre uma adaptação intercultural à sociedade.

Em *Caminhos teóricos das migrações*, a quarta parte deste estudo, foi realizada uma análise teórica pensando na contribuição das teorias para o entendimento do fenômeno migratório, passando pelo aspecto micro (individual) e pelo macro (conjuntural), enfocando a formação das redes de migração e os seus reflexos e como isso influenciou na alteração dos marcos legais da migração, promovendo a diversidade cultural. Quando as teorias sobre as migrações são discutidas com o auxílio dos autores Peixoto (2004), Santos, *et al* (2010), Massey *et al.* (1993), Schmitz (2015).

A quinta parte, intitulada *Fluxos das migrações para o cenário brasileiro*, apresenta um panorama histórico sobre os fluxos migratórios, sendo alinhada a esse fato uma abordagem sobre a migração no Brasil contemporâneo, principalmente no estado de Santa Catarina e na cidade de Joinville, contribuindo dessa maneira para a ênfase no fluxo da migração haitiana. Para contribuir com o entendimento sobre os fluxos migratórios no contexto brasileiro, principalmente da migração haitiana contou-se com a contribuição de Souza (2019), Silva (2016), Magalhães (2010; 2014), Oliveira (2017).

Por fim, na sexta parte, onde os resultados são apresentados em *As múltiplas formas de interpretação:narrativas*, fez-se a análise baseada na Hermenêutica de Profundidade (HP) das entrevistas selecionadas, as contribuições ocorrem das narrativas dos imigrantes haitianos: Manouse François; Shiller Pierre; Jean Michelet; Pierre Woody; Jeana Raymond; Whistler Ermofils; Jean Sefood; Roland Lafront; Luther Jean Luiz; e Rose Sandy, por intermédio da aplicação de categorias,

apreciadas no intuito de auxiliar no entendimento da relação entre a interculturalidade e a migração contemporânea. São elas:

- processo de imigração, pensando em como foi esse processo no contexto histórico para os entrevistados;
- influência e fragmentação familiar no contexto da estrutura social, considerando como a família é o ponto central das decisões do ato de migrar;
- comunicação intercultural e o papel das tecnologias, observadas no campo da interação como forma de perceber como os imigrantes se comunicam e interagem;
- adaptação sociocultural e relações com a comunidade. Ou seja, como é a relação interacional dos sujeitos com a cidade que escolheram para viver;
- o recordar da cultura do país de origem, com ênfase no saudosismo e nas manifestações culturais.

Ademais, as descrições da observação realizada nas abordagens de campo, alinharam-se à diáspora haitiana e à busca para a compreensão dessa dimensão intercultural do processo de migração contemporâneo. E por último as considerações finais extraídas de todo o percurso percorrido no estudo, finalizando, mas não encerrando essa temática que necessita ainda de muitas pesquisas científicas.

## 2. RELAÇÕES CULTURAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Esta parte do trabalho aspira contribuir para o entendimento de como abordamos a cultura no contexto da globalização e as relações culturais do global e do local. Este capítulo serve para descrever o contexto atual de como funcionam as relações da cultura global traçando um possível panorama dos efeitos vinculativos da conversão da cultura em um viés superficial, oferecem-se algumas reflexões sobre a questão das fronteiras impostas pela sociedade, ao pensar a representação da cultura como mercadoria, bem como o processo cultural e as identidades culturais, que trazem à luz uma nova maneira de pensar essa relação, a interculturalidade.

O período em que vivemos é marcado por encontros culturais de todos os tipos. Encontros cada vez mais frequentes e intensos, que ocorrem por meio das formas de migração, que passam pela discussão sobre homogeneização, pela hibridização, assim como pela ótica atual da globalização e desconstrução da globalidade e pela perspectiva sociológica da formação das identidades culturais. No entanto, apesar de estarmos cientes de que as distâncias entre as sociedades estão diminuindo, continuamos a reagir à diversidade cultural que o novo cenário social apresenta.

Ao pensarmos no século XXI, podemos considerar que a palavra *globalização* está entre as mais mencionadas nas pesquisas. Pela abordagem interdisciplinar, sua referência encontra-se nas mais diversas áreas, como economia, sociologia, comunicação, ciências sociais, entre outras. Segundo Canclini (2003, p. 19), “quando escutamos as diversas vozes que falam de globalização, surgem ‘paradoxos’”. De um lado, “é concebida como expansão dos mercados”, visando demonstrar as “potencialidades econômicas da sociedade”. Por outro, “reduz a capacidade de ação dos Estados nacionais”, caracteriza a “produção de maior intercâmbio transnacional e deixa cambaleante a segurança que dava o fato de pertencer a uma nação”.

Partindo dessa premissa, surgem algumas formas de perceber como essa temática perpassa por um leque muito mais amplo, afinal, além da aplicação pura nas dimensões econômicas, deriva também para as dimensões políticas, culturais e comunicacionais. Assim, “devemos aceitar que existem múltiplas narrativas sobre o

que significa globalizar-se, mas sendo seu aspecto central a intensificação das interligações entre sociedades” (CANCLINI, 2003, p. 11). Nessa perspectiva mais ampla do contexto globalizante, tem-se a ideia de tentar descrever um mundo homogêneo, no qual as diferenças, as fronteiras e as nações são uniformes.

Todavia, essa ideia de homogeneidade deve ser abordada com certo aspecto crítico, pois, como relata Burke (2010), estamos assumindo que não existem fronteiras estritamente fechadas, que há um tipo de continuidade cultural em que “as relações sociais contemporâneas apresentam enorme diversidade” (CASTLES, 2010, p. 28). Logo, a cada nova troca cultural, a cada novo relacionamento gerado pelo processo migratório inserido no contexto social global, a ideia de uma sociedade homogênea fica cada vez mais distante da realidade e de ser sustentada. Como o geógrafo Milton Santos (1996, p. 273), ao falar sobre globalização afirma: “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, gerando assim uma contradição com os demais pensadores que defendem a homogeneização.

Portanto, nas sociedades multiculturais, que são desenvolvidas por meio dos fluxos humanos, econômicos e de informações oriundas do processo de globalização, de forma genérica se vê, conforme Giddens (1990, p. 64), em uma “intensificação das relações globais que ligam localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são moldados por eventos ocorridos muitas milhas distantes, e vice-versa”.

Para compreender esse mundo da globalização, no qual se nota a intensificação dos fluxos midiáticos, com o uso das tecnologias de comunicação, principalmente a internet, entre os diversos setores das sociedades, é impossível ignorar a tendência de uma interconexão nas relações, ou seja, como diz Canclini (2015a), os processos interculturais, que fazem parte da dinâmica global, afinal “empréstimos e hibridismos fazem parte de uma dinâmica constante e global de difusão cultural” (ELHAJJI, 2016, p. 6). Por fim, Hall (2002) sustenta o argumento de que vivemos em um contexto de hibridismo em que ocorre a fusão entre as distintas tradições culturais e que, com sua poderosa fonte criativa, produz novas formas de cultura, que são consideradas “modernidade tardia”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Para aprofundamento, ver: Hall (2002).

Por meio dessa perspectiva, ampliam-se os debates sobre homogeneidade e diversidade, pois “os relatos que idealizam o poder homogeneizador da globalização tendem a ignorar as diferenças e a desigualdade dos intercâmbios” (CANCLINI, 2003, p. 93) que ocorrem no mundo.

Essas múltiplas perspectivas também são observadas, para o entendimento da influência da globalização, na noção de identidade cultural, que surge na interação entre a cultura local tradicional e a cultura global imposta e seus reflexos nas culturas dos povos, o que reforça a concepção de uma zona de conflito entre o global e o local, mas que habilita “uma forma de conceber o mundo dentro das globalizações (pluralidade)” (WEISSMANN, 2016, p. 25). Segundo Hall (2002), em consequência das migrações advindas dos variados lugares do mundo, tornaram-se impossíveis a manutenção das identidades culturais intactas.

Assim, como Boaventura de Sousa Santos (2005, p. 93) assinala: “O processo de globalização pode ser visto, quer como altamente destrutivo de equilíbrios e identidades insubstituíveis, quer como a inauguração de uma nova era de solidariedade global ou até mesmo cósmica”. A configuração é no sentido de mostrar, por intermédio de símbolos visíveis, as diversidades que fazem parte da formação da cidadania. Assim, cada cidadão tem sua identificação com o que está a sua volta, seja de forma global, seja localmente.

Desse modo, no decorrer deste capítulo, espera-se explicar a relação entre que tipo de identificação é atribuível à complexa sociedade global e os caminhos que sustentam essa identificação, promovendo uma maneira de auxiliar no seu entendimento. Para isso, o presente capítulo busca expor algumas reflexões teóricas oriundas dos diversos campos do conhecimento, principalmente da sociologia, antropologia, economia e comunicação, que visam compreender como a globalização contribui e apresenta efeitos nos fluxos humanos, sobretudo no que diz respeito à interculturalidade.

## 2.1 A ÓTICA CONTEMPORÂNEA DA GLOBALIZAÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO DA GLOBALIDADE

Um sinal de que o conceito de globalização é um fenômeno complexo que suscita múltiplas abordagens é o fato de existirem maneiras distintas de

compreender a presença da cultura no contexto da globalização e as relações culturais do global e do local, assim como sua crescente aplicação ante os aspectos da vida humana. Da enorme lista de novidades editoriais que contêm as expressões sobre globalização, podemos dividir a análise geral das dimensões predominantes em categorias mais específicas, mas ainda amplas, tais como saúde, esportes, literatura, família, guerra, religião, entre outras.

O que se revela vai além do âmbito editorial e se mostra na produção do conhecimento, de forma a integrar à sociedade os aspectos da globalização como uma ferramenta essencial para auxiliar no entendimento da cultura moderna, para além do que vários estudiosos abordam sobre o que é a homogeneização cultural.

As lentes do globalismo impõem a globalização como algo simplista (BECK, 1999), no entanto a percepção de que o global é algo simplista deve ser antes de tudo mensurada. Ou seja, para essa estrutura, cercada por esse cenário contemporâneo, entender o impacto da globalização na esfera da cultura, deve-se considerar uma infinidade de identidades particulares. Para Beck (1999), ninguém vive de forma “global” física nem metaforicamente, já que a presença física implica localidade e esta requer uma referência específica para gerar significado. Assim, para compreender a força da globalização cultural, necessita-se notar essa localidade e as maneiras pelas quais ela está sendo transformada por esses fluxos contemporâneos, pelos bens materiais e, sobretudo pelas migrações.

Então, pondera-se: o que é o global? Entende-se como global tudo o que diz respeito ao planeta ou, talvez mais significativamente, ao globo terrestre. Todavia, essa dimensão gigantesca causa alguns impedimentos no entendimento do seu conceito e de como a globalização afeta a sociedade. O processo de análise sofre interferências ao discorrer sobre esse assunto conforme o ponto de vista. Caso pense de forma pessimista, Giddens (2000) explica que se argumenta que a “globalização tende a destruir as culturas locais e aumentar as desigualdades do mundo”. Enquanto isso, os otimistas dizem que “os efeitos produzidos pela globalização considerados relevantes para a sociedade se sobressaem aos negativos” (GIDDENS, 2000).

De qualquer forma, as culturas locais e globais são “fenômenos sociais”, em que não há homogeneidade, mas sim uma é o complemento da outra: “a globalização produz na verdade novas readaptações globais em ambientes regionais” (GADINI; REIS, 2016, p. 157). Como esclarece Hall (1997, p. 3), “a cultura

global” necessita do diferente para evoluir, mesmo que “apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial (como, por exemplo, a cozinha étnica)”. Portanto, é mais provável que produza, respectivamente “*novas* identificações – globais e *novas* identificações locais do que uma cultura global uniforme e homogênea” (grifo do autor).

Essa abordagem remete a um ponto em que o global não é um espaço, nem mesmo uma entidade cuja relação significativa com a globalização seja algo de difícil compreensão. Tampouco o global é somente um espaço político, porque é muito claro que o sistema de Nação estado continua a determinar fortemente o espaço global. Nada disso seria de grande importância se não fosse o fato de o global se tornar um conceito imaginário-chave no processo de globalização (GIDDENS, 2000).

Em muitos aspectos, o global e o local são concebidos como categorias separadas em uma dicotomia, por serem verdadeiros no campo da cultura, resultado de uma união peculiar entre as dinâmicas políticas, econômicas e tecnológicas e a construção do significado, da identidade e da imaginação humana. À medida que o processo se torna familiar, suas sutilezas e contradições passam a ser mais visíveis.

A globalização nunca foi um termo muito preciso para descrever o processo que está ocorrendo e foi estabelecido de forma irrevogável, mas, definindo-a no seu sentido mais simples e menos controverso, vê-se que ela se refere a uma rede complexa e crescente de conexões e interdependências de praticamente tudo o que caracteriza a vida moderna: fluxos de capital, matérias-primas, conhecimento, informação e ideias, pessoas, crimes, moda, imagens, crenças, entre outros (CASTELLS, 2003). Essas conexões, porém, obrigam a sociedade a pensar em termos de uma entidade chamada global.

O contexto espacial apropriado no qual se estuda a globalização cultural deve começar da localidade, por ser onde estão inseridos os sujeitos e onde as culturas são geradas e experienciadas. Nesse viés, o conceito de localidade não deixa de ter ambiguidades. De modo geral, concebe-se o local de acordo com critérios vagos e pouco diferenciados, como localizações geográficas específicas, uma medida de escala, um tipo de formação social, em termos de julgamento de preferências e valores culturais e mesmo em relação à sobrevivência histórica. Castells (2003) assevera que, muitas vezes, se compreende a ideia abstrata de localidade e esta

parece cobrir somente as características de um assentamento específico, como uma cidade.

O conceito de local, portanto, é indispensável quando se trata de entender o contexto da existência física e, portanto, identificado em um local específico. Logo, envolve o uso de uma única dimensão, derivada da definição de globalização como um processo de conectividade de crescente complexidade, num tempo em que a sociedade é regida por uma cultura globalizante, em que a aprendizagem deriva de novas experiências com diferentes campos, sejam globais, sejam locais, desenvolvidas pelas tecnologias da globalização.

Deve-se, dessa forma, entender os locais em termos do grau de conectividade que eles têm: de um nível relativamente alto a um nível baixo. O ponto desse entendimento é o fato de que esse grau de conectividade é decisivo para a transformação das localidades, na medida em que permite eventos (CHAVES, 2006).

A proximidade do distante ocorre de várias formas e está presente em quase todas as práticas diárias de locais de alta conectividade. Ela está em nossa interação com a mídia eletrônica global, que regularmente traz notícias, imagens, informações e entretenimento de todos os cantos do mundo para nossas casas, Canclini (2015a, p. 88), relata a “redefinição do urbano em cenas cotidianas”, quando o uso, por exemplo, do telefone celular e a internet, possibilitam um contato mais ou menos instantâneo entre os continentes, na crescente utilização de mecanismos de pesquisa *on-line*, como o Google, e não em receptáculos físicos de informações, como bibliotecas públicas, o que “sugerem o modo como à cidade se reordena através de vínculos eletrônicos e telemáticos” (CANCLINI, 2015a, p. 88) presentes nas práticas do consumidor.

Na cultura gastronômica, os restaurantes étnicos tornam as culinárias italiana, chinesa, tailandesa, turca, americana ou japonesa um lugar comum na vida urbana globalizada. Essas atividades, que agora são um dado adquirido nas economias avançadas e que crescem rapidamente nos setores urbanos do mundo em desenvolvimento, constituem o indicador da globalização cultural.

O que é ainda mais significativo por meio dessas práticas diárias é o fato de que a globalização penetra nos mundos culturais individualizados, na compreensão do que é “nosso” e do que é “estrangeiro”, no horizonte moral e cultural e no senso de identidade cultural (BAENINGER; DEMETRIO; DOMENICONI, 2020).

Nesse ponto, é válido ressaltar que muitas das primeiras reações críticas à globalização cultural foram baseadas em uma suposta ameaça à diversidade cultural. Em certo sentido, já havia uma estrutura crítica pré-fabricada para isso nas noções de imperialismo cultural e “americanização”, que circulam desde a segunda metade do século XX, no entanto poucos críticos hoje apoiam a ideia de que a globalização é basicamente um processo de imperialismo cultural.

Dito isso, o debate mais amplo sobre diversidade cultural não perdeu força, especialmente no campo das políticas culturais e em organizações como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Tem-se aqui a questão parcialmente empírica de que a globalização representa uma ameaça de fato à diversidade cultural, bem como à questão político-cultural, cujo valor deve ser atribuído à diversidade cultural, especialmente quando usada como argumento para justificar medidas de protecionismo cultural por regimes políticos.

A principal razão pela qual a globalização concebe ser uma ameaça é porque ela permanece sem solução, pela dificuldade de obter evidências empíricas conclusivas (BAENINGER, 2012; MAGALHÃES, 2017). Em parte, isso se deve ao próprio escopo da tarefa. Embora existam casos individuais bem documentados de perda de práticas culturais, incluindo perda de idiomas, para relacionar esse processo que, afinal, sempre fez parte de nossas mudanças culturais ao longo do percurso sócio-histórico, e mesmo que uma relação causal pudesse ser estabelecida, reunir os casos particulares para articular uma tese geral sobre a perda da diversidade cultural seria uma tarefa monumental, uma vez que novas práticas culturais e variações de dialetos são constantemente geradas. Logo, observa-se que a maneira como se estrutura a questão da globalização em relação à diversidade cultural pode ser decisiva para as instituições (MAGALHÃES, 2017).

Insiste-se em equiparar globalização à globalidade, uma categoria sem conteúdo. É possível que esta seja preenchida com peças soltas de cultura – artigos e marcas – que pode considerar ambos globais simplesmente por serem amplamente distribuídos em todo o mundo. Ao longo do caminho, têm-se estabelecido as bases interpretativas errôneas e têm-se reunido impressões convincentes, uma vez que as marcas ocidentais parecem estar em toda parte e

estas agregam peso à instituição, daí a ameaça imaginária de uma uniformidade global incipiente<sup>2</sup>.

Essa questão é reforçada por Canclini (2015a, p. 89) quando afirma que os “processos globalizadores acentuam a interculturalidade moderna quando criamos mercados mundiais de bens materiais e dinheiro, mensagens e migrantes”.

Para compreender o impacto da globalização quando se descarta de uma vez por todas o conceito de globalidade e se concentra na crescente conectividade entre localidades, é possível adotar um caminho de pensamento diferente, no qual a globalização, como já mencionado, não leva à homogeneização sistemática da cultura (IANNI, 1999). Pois, após “uma etapa em que a homogeneização foi vista como oposta ao local” começou-se a conceber “a universalização e as particularizações regionais como complementares” (CANCLINI, 2015a, p. 135) pelo menos no sentido da “unificação dos estilos de vida, símbolos culturais e formas transnacionais de convivência” (MANCEBO, 2002, p. 292).

Segue-se o entendimento não somente de que a crescente conectividade não é um mero canal para a uniformidade cultural global, mas também que seus efeitos sobre a diversidade cultural são bastante complexos. Não podemos ignorar a vulnerabilidade de algumas práticas culturais tradicionais à globalização. Isso ocorre porque o crescente escopo da experiência cultural e o senso de pluralismo que acompanha a maior conectividade impõem um desafio para a construção de significados baseados na tradição.

Isso não significa que as práticas tradicionais devam desaparecer diante da modernidade cultural. Em certas circunstâncias, podem levar à redescoberta de certas práticas e preferências tradicionais. Tudo isso sugere que o destino da diversidade cultural sob a globalização é uma questão muito mais complexa do que parece à primeira vista (MANCEBO, 2002).

Conforme já exposto, um dos problemas associados a isso é a dificuldade inerente de realizar investigações empíricas dos processos culturais, seja em escala, seja não, pela conseqüente falta de evidências, no entanto um estudo publicado por Norris e Inglehart (2009) sobre o impacto cultural das comunicações globais – e mais especificamente, o da mídia – começou a corrigir essa falta. Os autores argumentam que as ameaças à diversidade cultural decorrentes do aumento da

---

<sup>2</sup> Ver: Ortiz, 1999.

exposição à mídia global foram exageradas e demonstram isso por intermédio de uma pesquisa meticulosamente desenvolvida acerca de atitudes e crenças individuais e sociais.

Seu estudo baseia-se amplamente na investigação de valores globais e na pesquisa de valores europeus realizada entre 1981 e 2007, que juntas constituem o maior conjunto de dados já compilados nessa área (cobrindo um total de 93 países), e, de maneira especial e em termos de uso da mídia, na pesquisa mais recente sobre esse tópico, feita em 57 países entre 2005 e 2007. Nos dois conjuntos de dados, estão representadas empresas com renda *per capita* alta e muito baixa e democracias liberais estabelecidas a regimes autoritários.

Possivelmente, as descobertas mais interessantes de Norris e Inglehart (2009) estão contidas no que os teóricos chamam de tese do efeito do *firewall*. Eles se referem ao fato de que existem vários fatores determinantes nos níveis socioinstitucionais, econômicos e sociais que servem para moderar a influência das importações culturais nas culturas nacionais, sobretudo aquelas que não pertencem aos países ocidentais ricos (NORRIS; INGLEHART, 2009).

São precisamente sociedades em geral consideradas vulneráveis aos efeitos homogeneizadores da globalização. Para que, na dimensão institucional, baixos níveis de integração no mercado global, desenvolvimento econômico e investimento de sistemas de comunicação sejam associados a baixos níveis de acesso à informação e liberdade de imprensa, logo todos os elementos se combinam para reduzir o impacto da mídia global nas populações nacionais. Os autores apontam fatores individuais, tais como a falta de recursos e competências econômicas, que os impedem de tirar proveito dos sistemas de comunicação e informação (NORRIS; INGLEHART, 2009).

Além disso, suas conclusões não se limitam à situação das sociedades não ocidentais. Os autores também mostram que, mesmo nas sociedades com níveis mais baixos de *firewalls* institucionais, ou seja, nas democracias liberais mais prósperas e com alto grau de conectividade, um consenso crescente sobre uma série de valores cosmopolitas não significa que suas diferenças culturais estejam desaparecendo. Sendo assim, vê-se o argumento de Norris e Ingehart (2009, p. 209):

Mesmo entre sociedades pós-industriais, como Estados Unidos e Grã-Bretanha, Suécia e Alemanha, Japão e Coréia do Sul, que estão estreitamente interconectadas por redes de comunicações, fluxos comerciais e economias interdependentes, e que compartilham produtos culturais na forma de programas audiovisuais, existem diferenças culturais significativas que não têm sinais de desaparecer. Essas sociedades não compartilham uma cultura ocidental monolítica para a qual as sociedades em desenvolvimento convergem. Em vez disso, tanto as sociedades em desenvolvimento quanto as ocidentais estão passando por mudanças geradas pelas grandes forças da modernização, mas mantendo suas características culturais nacionais distintas.

Embora o trabalho empírico de Norris e Inglehart (2009) sobre a mídia se concentre, como eles mesmos enfatizam, em um único aspecto dos fluxos culturais envolvidos no processo de globalização, seu trabalho serve para apoiar as intuições dos analistas culturais, que há muito tempo têm sido céticos sobre a ameaça homogeneizadora da globalização.

Entretanto, o debate sobre diversidade cultural, não é apenas empírico, e seus comentários acerca da conformação das experiências culturais globais pelas grandes forças da modernização levam à segunda questão que deve ser abordada em relação à diversidade cultural hoje: simplificar o máximo possível o valor relativo que deve ser atribuído à diversidade, em relação a outros valores e princípios modernos, como liberdade de expressão, direitos humanos e assim por diante, uma vez que isso pode se tornar um problema, especialmente quando medidas culturais protecionistas estão presentes.

Diante dessas considerações, abandonar o termo *homogeneização* para falar de “nivelamento cultural” (CANCLINI, 2015a) permite entender o processo de convergência dos hábitos culturais, sem deixar de perceber as trocas nem as ressignificações entre o global e o local (GADINI; REIS, 2016). Nos encontros culturais, global e local se misturam e influenciam-se mutuamente.

### **2.1.1 A dinâmica da globalização como fenômeno social**

A definição das novas áreas de interação que marcam a globalização como um processo aberto aparece como uma das principais preocupações da disciplina sociológica contemporânea. Como se pode observar na abordagem de autores-chave para o pensamento sociológico atual, como Habermas (2002) e Bauman (2010), é necessário tentar encontrar diferentes pontos de encontro que permita a

definição mais precisa possível sobre as maneiras ou perspectivas que os seres humanos têm de interpretar o mundo, ajudando a definir a configuração das sociedades contemporâneas e servindo como pilares sobre os quais construir as regras básicas da convivência em um mundo profundamente desigual.

Com o desenrolar da dinâmica da globalização, apoiado pelo desenvolvimento imparável das tecnologias da informação e comunicação, a humanidade foi exposta a um processo de contínua mudança e transformação que resultou em uma profunda crise de instituições sociais que afeta, diretamente, as políticas de bem-estar social que marcaram padrões de interação essenciais para a modernidade.

A globalização afeta todas as dimensões da vida social (política, cultural e midiática). Por isso, faz-se preciso analisá-la como um fenômeno social de enorme alcance e impacto. Diante do modelo clássico de uma identidade social gerada em um microplano da vida social, o processo de globalização, “a mobilidade é a qualidade do que é móvel” (BARALDI, 2014, p. 18), visto que projeta para o indivíduo um tipo de identidade móvel, ou, como descreve Hall (2002, p. 12), uma “celebração móvel”, por emergir de elementos que a configuram à medida que o mundo se torna mais interdependente. Hall (2002, p.12) salienta:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo deslocadas.

Essa inter-relação global instiga uma apreensão de identidade, por meio da liberação de diferentes processos que devem ser analisados com base em uma visão sociológica, mas contemporânea, afinal o conhecimento dos elementos centrais e essenciais de diferentes culturas e civilizações nunca foi tão debatido como na atualidade.

Os deslocamentos humanos, as redes sociais, os fluxos midiáticos e os novos espaços identitários que superam e ultrapassam os quadros políticos e geográficos convencionais, constituem uma composição civilizacional inédita que exige abordagens e métodos originais; no afã de apreender a questão em estudo de modo completo e abrangente (ELHAJJI, 2011, p. 2).

Como Huntington (1996) aponta, ocorre que pela primeira vez na história a política global se tornou multipolar e multicivilizada. A sociedade atual projeta espaços em que o contato com outras culturas é constante, acentuado pela proximidade da diversidade e pelo desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação. Essa proximidade espaço temporal da diversidade, segundo ElHajji (2011, p. 5), “favorece o reforço dos laços comunitários dos migrantes e a consolidação de seu sentimento de pertencimento ao país ou cultura de origem”, o que resulta na dificuldade “da sua assimilação completa pela sociedade de destino” (ELHAJJI, 2011, p. 5). Por outro lado, desperta certa preocupação, por alguns pesquisadores, há algum tempo, visto que o território foi durante todo o tempo a principal garantia de segurança. Isto é, as medidas de segurança foram pensadas e implementadas em termos de extensão e das particularidades do território controlado. O poder era territorial, e a privacidade que liberava toda interferência desse poder também o era.

O espaço em si era um espaço com bordas que podiam ser ajustadas e impermeabilizadas. Assim, a intrusão poderia ser evitada, e a entrada, regulada e estritamente controlada. Embora tudo isso tenha acabado há muito tempo com o desenvolvimento do processo de globalização, o mundo ocidental conhece-o desde 11 de setembro de 2001<sup>3</sup>. Nos dias de hoje, vê-se que o sistema global não gera apenas realocação produtiva crescente, mas também causa grandes fluxos migratórios de diferentes fontes (PATARRA, 2005).

Assim, considera-se que os “movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária” (PATARRA, 2005, p. 24), o que, por sua vez, está diretamente relacionado “à reestruturação econômico-produtiva em escala global” (PATARRA, 2005, p. 24). Essa percepção acaba influenciando os indivíduos quanto à necessidade de sair da pobreza, e a esperança de um futuro melhor desperta o espírito empreendedor migratório e faz a América Latina, a África e a Ásia se tornarem, juntamente com a Europa oriental, a

---

<sup>3</sup> O dia 11 de setembro ficou marcado na história pelo ataque terrorista aos Estados Unidos. O ano era 2001, muitos americanos acordavam de manhã para um dia normal de trabalho. Era só mais uma terça-feira comum. Até que, por volta das 9 horas, um avião colidiu contra uma das torres do World Trade Center (WTC), um grande complexo comercial localizado na cidade de Nova York. A princípio, pareceu um acidente, não fosse por 20 minutos depois outra aeronave colidir com o segundo prédio. Pânico tomou conta não só da população nova-iorquina, mas de todo o mundo.

fonte contínua de pessoas que procuram áreas ricas (PATARRA, 2005; COGO, 2012).

Diante desse crescente movimento da imigração e da resposta às demandas dos cidadãos que percebem seus símbolos, normas e valores questionados, os governos das economias mais desenvolvidas tentam preservar seu modo de vida tradicional, levantando “barreiras físicas e jurídicas”, desafiando a “ordem jurídico-política”, principalmente na elaboração das políticas de migração que impedem a mobilidade, o que gera “batalhas de travamento de fronteiras”, assim como “violação de direitos diversos” (BARALDI, 2014, p. 18).

De qualquer maneira, a tendência para a multietnia e o multiculturalismo das sociedades mais avançadas do planeta é uma dinâmica já irreversível, por alguns pontos. Em primeiro lugar, porque milhões daqueles chamados imigrantes na Europa e nos Estados Unidos já nascem nesses países. Assim, já possuem um forte senso de identidade com os valores culturais dessas sociedades. Segundo, para as economias mais poderosas, a imigração ainda é necessária para aliviar o declínio de sua população, manter o crescimento econômico e reduzir a taxa de dependência de ativos inativos que, se continuassem a aumentar, dificultariam a manutenção das redes de proteção tecidas há anos (CASTLES, 2005).

O conflito de identidades culturais como um obstáculo à integração dos imigrantes ou como um risco para as relações de cooperação, o conflito entre a globalização da informação e as respostas identitárias, ou a reafirmação dos nacionalismos identitários como uma reação à homogeneidade que a globalização substancialmente implicou ao longo do processo histórico de imigração são agora objeto de análise e reflexão sociológica. Baraldi (2014, p. 18) reforça essa questão ao dizer que as “teorias sociológicas do transnacionalismo [são] a respeito das migrações”.

É nessa área, a da identidade ligada à cultura e à civilização, que suscita o debate sobre ordem e desordem mundial, riscos e possibilidades. Um debate que gira em torno de quem é o sujeito e do que a globalização cultural fez dele, isto é, seres tecidos com fios de todas as cores que compartilham com a grande comunidade de seus contemporâneos o essencial de suas referências, comportamentos, crenças e o que acreditam conviver num mundo que progride econômica, cultural e socialmente, seguindo diferentes velocidades.

## 2.2 DIMENSÃO CULTURAL NA GLOBALIZAÇÃO

Para compreender as condições que vinculam essa noção de dimensão cultural à globalização, faz-se necessário o entendimento dos aspectos fundantes desse processo. Por certo, essa ligação entre globalização e cultura ocorre desde que o fenômeno da globalização passou a ser patrocinado pelo modelo de sociedade caracterizado pelos avanços técnico-científicos informacionais: “Foram estabelecendo que a cultura designava os processos de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2003, p. 57). Ocasinou-se, então, uma integração mundial não só econômica, mas também política, social e cultural.

Quando se busca datar quando a globalização começou, seja no século XVI, quando houve a expansão capitalista e a modernidade ocidental seja em meados do século XX, quando as “inovações tecnológicas e comunicacionais articula[ra]m os mercados em escala mundial”, ao diferenciar esse começo se apregoa a possibilidade de fortalecer a inclusão da abordagem cultural no contexto globalizante. Segundo Canclini (2003, p. 41, grifo nosso), “justificar a aparição recente desse processo *dá mais peso* a suas dimensões políticas, *culturais* e comunicacionais”.

O autor Clifford Geertz (2003, p. 39), ao falar sobre cultura, acredita que ela se origina no compartilhamento das ideias, gerando uma “teia de significados” tecida pelo homem, para orientar sua “existência humana”. Trata-se de um sistema de construções simbólicas que interage reciprocamente com os sistemas de símbolos de cada indivíduo e que engloba os significados integrados num conjunto de símbolos compartilhados. Ainda na definição de Geertz (2003, p. 39), esse símbolo é como “qualquer ato, objeto, acontecimento ou relação que representa um significado”. Assim, compreender o homem e a cultura é interpretar essa teia de significados:

Acreditando, como Marx Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais, enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2003, p. 15).

Para Stuart Hall (2003, p. 136), nesse contexto, a “teoria da cultura” é o “estudo das relações entre elementos em um modo de vida global”:

Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas. [...] O propósito da análise é entender como as inter-relações de todas essas práticas e padrões são vividas e experimentadas como um todo, em um dado período: essa é sua “estrutura da experiência” (HALL, 2003, p. 136).

Vê-se que a “cultura não é somente uma prática e nem apenas a soma de costumes” (HALL, 2003, p. 136), mas sim a inter-relação entre os elementos que compõem a sociedade. É o modo de organização da energia humana, percebido nas identidades, nas correspondências ou nas discontinuidades. Então, ao compreender essa inter-relação entre esses elementos e como isso influencia o processo de construção social, nota-se o aparecimento de uma globalização da cultura, por ser o meio pelo qual se desenvolve o intercâmbio das várias culturas dos variados países, em função das trocas efetuadas, derivadas principalmente dos fluxos migratórios.

De acordo com Beck (1999) a globalização da cultura refere-se à transmissão de ideias, significados e valores ao redor do mundo, de forma a estender e intensificar as relações sociais. Ainda na sua percepção, o autor afirma que o espaço cultural pode se chamado de “translocal”. Nesse espaço, “pode ser possível ocorrer à prevalência global de características homogeizantes”, no entanto “mescla-se a esse processo linear, o surgimento de pessoas que possuem vínculos localizados em vários lugares do globo” (BECK, 1999, p. 71). Assim, essas pessoas circulam por esse espaço e influenciam a heterogeneidade cultural.

A circulação de culturas, ou melhor, as trocas culturais tornaram-se intensas (BECK, 1999) o que permite que os indivíduos participem de relações sociais estendidas que atravessam fronteiras nacionais e regionais. Além da questão mercadológica, a criação e a expansão de tais relações sociais não são meramente observadas em nível material. Jameson (1993 *apud* CANCLINI, 2003, p. 57) afirma que a cultura “é uma miragem objetiva que emerge na relação entre dois grupos no mínimo” e traz a crescente interconectividade entre diferentes populações e culturas.

Assim, a globalização cultural envolve a formação de normas e conhecimentos compartilhados com os quais as pessoas associam suas identidades

culturais individuais e coletivas, no entanto “a globalização cultural abala intensamente a histórica aliança existente entre o Estado e identidade nacional” (BECK, 1999, p. 71), por ser um processo difundido e cujos “significados podem variar”, conforme o caminho que passa a integrar nas mais diversas áreas, como antropologia, sociologia, comunicação, estudos culturais, geografia, ciência política, economia e relações internacionais.

Aqui, tratamos a globalização pelo viés dos estudos culturais, da economia e da comunicação, áreas em que as culturas difundidas pela internet, assim como a mídia popular, são cada vez mais incorporadas ao estudo da cultura, além do aumento dos processos de troca e colonização de mercadorias, que têm uma história mais longa de transmissão de significados culturais ao redor do mundo.

Alguns estudos, tais como o de Martin e Schumann (2000)<sup>4</sup>, descrevem como quatro forças principais estão impulsionando essa era global, influenciando assim a questão da cultura na globalização: tecnologia, viagens, comércio e televisão. Para reforçar, Baraldi (2014, p. 121) assegura que essa influência fica mais aparente com o acesso “ilimitado” às tecnologias da comunicação.

Essas quatro forças prepararam o terreno para uma experiência mais coletiva, estimulando a maioria das pessoas no compartilhamento de costumes e de modos de vida, como no que se refere à comida, moda, diversão etc. Como exemplo a se considerado, pode-se mencionar o grande número de passageiros. A Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA) no ano de 2016 para o mercado de viagens transnacionais estimou o fluxo de 3,8 bilhões de passageiros, distribuídos em 54 mil rotas (MILESKI, 2013). Outro exemplo são as culturas árabe, oriental e africana, que penetram nos “centros do capitalismo mundial, seja através da música, das comidas ou das tradições e costumes trazidos pelos movimentos migratórios” (BECK, 1999, p. 72). Assim, “ocorre uma mútua influência proporcionada pela globalização”, ou seja, a “cultura se transnacionaliza” (BECK, 1999, p. 72).

Nesse ponto da reflexão, é possível perceber que essas forças promovem o aparecimento de uma cultura global. Para alguns autores, essa forma simultânea que os avanços tecnológicos promovem ao indivíduo, o contato direto com o mundo, remete à homogeneização cultural. É inevitável essa unificação, por ser uma “tendência das culturas dominantes”, como observado por Mancebo (2002, p. 292).

---

<sup>4</sup> Ver: Martin e Schumann, 2000.

“Há uma imposição crescente de uma certa universalização, pelo menos no sentido da unificação dos estilos de vida, símbolos culturais e formas transnacionais de convivência” (MANCERO, 2002, p. 292).

Um aspecto visível da globalização cultural é a difusão de certas cozinhas, como as cadeias de *fast food* americanas. Os dois estabelecimentos globais de maior sucesso em alimentos e bebidas, McDonald's e Coca-Cola, são empresas americanas frequentemente citadas como exemplos de globalização, com mais de 35 mil pontos de venda. Há até mesmo o índice Big Mac<sup>5</sup>, mesmo que informal, que consiste em uma medida da paridade do poder de compra entre as moedas mundiais (GÓES, 2010; MALVENTANO, 2018).

A cultura de forma global pode ser composta de variados elementos, como esportes, TV, cinema, arte, música, negócios, ciência, turismo, moda. Até um hambúrguer pode ser uma cultura global, visto a alusão à “mcdonaldização do mundo”<sup>6</sup>. Segundo Ianni (1997, p. 49-50), “nenhuma mercadoria é inocente. Ela é também signo, símbolo, significado. Carrega valor de uso, valor de troca e recado. Povo a imaginário da audiência, auditório, público, multidão”. Um dos melhores exemplos da cultura global que se tem hoje é a internet. Ela é global, porque foi planejada dessa maneira, e é ao mesmo tempo cultural, pois grande parte da vida acontece nela (APPADURAI, 1999).

Vivemos em uma modernidade difundida: “Não há nada nas épocas do passado que possa ser comparado a *World Wide Web* pela capacidade de agir transfronteiriço” (MALVENTANO, 2018, p. 9). Assim, a eletrônica permite a criação de um “campo global e variado de comunicações, no qual todas as outras formas de mediação comunicativa são realocadas” (MALVENTANO, 2018, p. 9).

---

<sup>5</sup> O Big Mac *Index* foi criado em 1986 pela revista britânica *The Economist* e compara os preços do Big Mac em diferentes países do mundo onde contém a cadeia de restaurantes McDonald's. Além disso, o estudo leva em conta o fato de esse produto ser homogêneo em todos os países em que é comercializado, considerando os custos para oferecê-lo e o preço de venda (ÍNDICE BIG MAC, 2020).

<sup>6</sup> George Ritzer, em seu livro *The McDonaldization of Society* (1993), aborda os preceitos da empresa transnacional de *fast food* com base num modelo de produtividade e rápido escoamento de gêneros padronizados. A obra de Góes (2010) também procura compreender as representações sociais e os significados desse tipo de alimentação, descrevendo e interpretando as mudanças de hábitos alimentares dos consumidores de duas lanchonetes de uma grande franquia, com o surgimento dessa alimentação em Salvador. Por meio de relatos, foi possível buscar nas relações socioculturais e simbólicas dos indivíduos um novo olhar acerca do ato alimentar e de sua influência na saúde.

Essas formas variadas de comunicação acabam estimulando os indivíduos a assistirem aos mesmos filmes, a lerem praticamente as mesmas revistas e a dançarem, de modo geral, as mesmas danças populares de sucesso no mundo.

São produções musicais, cinematográficas, teatrais, literárias e muitas outras, lançadas diretamente no mundo como signos mundiais ou da mundialização. Difundem-se pelos mais diversos povos, independentemente das suas peculiaridades nacionais, culturais, linguísticas, religiosas, históricas ou outras (IANNI, 1999, p. 120).

Existem autores<sup>7</sup>, porém, que abordam a tradicional teoria cultural, em que não há a imposição pela globalização de uma unificação cultural, pois a “produção de símbolos culturais e de informação em massa”, mais do que permitir o aparecimento de uma cultura global, “tende a propiciar um cenário para a expressão e expansão das diferenças” (MANCEBO, 2002, p. 292).

A cultura global dá-se principalmente em um nível superficial:

O conhecimento de culturas de nações distintas, promovido em larga escala pelos *mass media*, pode gerar efeitos diversos, como uma maior consciência da diversidade dos estilos de vida encontrados no mundo, a ampliação da compreensão da própria sociedade e cultura nas quais os indivíduos se encontram envolvidos e, até mesmo, movimentos de fechamento de grupos para reforçar identidades – étnicas, geopolíticas, de gêneros, dentre outras –, que se sentem ameaçadas, o que, neste caso, dificultaria a possibilidade de desenvolvimento de uma cultura global unificada (MANCEBO, 2002, p. 292).

A cultura global, portanto, abarca a diversidade cultural, transcendendo as fronteiras nacionais, envolvendo todo o globo. Outros pontos importantes a ser mencionados são a mídia internacional e outros tipos de transmissores culturais, como cinema ou arte, já apontados por Ianni (1999). Essas mídias influenciam o modo de pensar das pessoas em todo o mundo e comportam-se como agentes de socialização. Ao fazer isso, as mídias transferem valores e crenças de uma cultura para outra (APPADURAI, 1999)<sup>8</sup>.

Procura-se, no entanto, ir além e pensar que “o produto consumido carrega consigo uma imagem que, por sua vez, é composta de valores específicos,

---

<sup>7</sup> Ver: Mike Featherstone (1996), Appadurai (1999)

<sup>8</sup> Nota-se, nesse ponto, conforme informa Appadurai (1999), que a evidência de que a “cultura global” existe em um nível mais profundo (valores, crenças, visões de mundo) é muito escassa. Embora existam certas ações que as pessoas aprendem com outras culturas, tais como a cultura empresarial, que em todo o mundo está começando a se tornar mais monocrônica no uso do tempo, em vez de policrônica, isso não afeta a cultura como um todo.

frequentemente ligados a distinções econômicas e a frações de classe” (FEATHERSTONE, 1996, p. 112). Nesse pensamento, indaga-se: é possível mensurar essa questão da homogeneidade cultural?

Houve inúmeras tentativas de medir a globalização, geralmente usando índices que capturam dados quantitativos para fluxos comerciais, integração política e outras medidas. A globalização cultural, no entanto, é extraordinariamente difícil de capturar tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, em decorrência da “disseminação global de ideias e tendências” (KLUPER; FU, 2004). Uma tentativa de fazê-lo foi o índice de globalização cultural, proposto por Randolph Kluver e Wayne Fu em 2004. Esses pesquisadores promoveram a experiência de medir o fluxo cultural por meio do mapeamento dos movimentos do comércio global de produtos de mídia – foram medidas as exportações e importações de livros, periódicos e jornais de cada país – como produtos do fluxo cultural.

Kluver e Fu (2004) seguiram com uma análise extensa, usando esse método para medir a globalização cultural no sudeste da Ásia, mas percebe-se que adotaram dados quantitativos, visto que seus estudos apontaram que os canais pelos quais ideias, crenças e valores são transmitidos, podem sofrer alterações conforme as condições sociais do país, chegando a uma dependência cultural. Assim, os autores definem “dependência cultural, na qual uma nação, porque não possui significantes indústrias culturais próprias, depende unicamente de outra fonte, neste caso EUA”, o que remete a falta de abertura social está de alguma forma associados à falta de globalização cultural<sup>9</sup>.

Os padrões da globalização cultural são uma maneira de espalhar teorias e expandir os pontos de vista, para uma noção de envolvimento diário, por intermédio dos contatos culturais com os outros. Em decorrência desses contatos, surgem os conflitos, pois, embora a globalização tenha afetado econômica e politicamente a sociedade, no aspecto social a afetação foi em escala mais ampla, visto as questões das desigualdades, criando estereótipos, como os sistemas raciais, étnicos e de classe.

Com essa afetação, onde surgem as “situações de classe na sociedade”, ou melhor, que de certa “forma serve para caracterizar subculturas de classe ou de setores de classe” (ESCUADERO, 2017, p.33). Assim, uma elite global está se

---

<sup>9</sup> Ver: Kluver e Fu (2004).

desenvolvendo, e são pessoas que viajam de um país para outro como parte de sua carreira e que assumem altas posições nos negócios, na mídia ou na política. Os membros dessa subcultura podem ser descritos como tendo uma identidade global, no sentido de que aprenderam a agir com sucesso em vários ambientes culturais. Na visão de Habermas (2002), o comportamento das pessoas também está convergindo cada vez mais, a ponto de algo como uma subcultura estar nascendo, permitindo que as pessoas desse grupo se comuniquem com sucesso.

Todavia, mesmo as pessoas membros da elite global (que representam apenas uma pequena parte da população mundial) poderiam ser de fato chamadas de mentalidade “global”? Esse questionamento dá-se uma vez que a cultura que elas estão desenvolvendo é fortemente centrada na Europa e na América, ou seja, é particularmente anglo-saxônica.

Embora essas pessoas tenham aprendido a usar um nível mínimo de adaptação a outro ambiente cultural, a ponto de serem capazes de realizar tarefas simples nesse ambiente, sua comunicação é limitada, sobretudo a outras pessoas da elite global. Assim sendo, compreende-se que a cultura global existe apenas em um nível superficial, mas em um grau muito limitado no que diz respeito ao nível de valores e crenças.

Com a globalização, ampliaram-se as facilidades de comunicação, e conseqüentemente, a transmissão de valores culturais. Nota-se que as diferentes culturas e os diversos costumes podem interagir sem a necessidade de integração territorial. Nas palavras de Beck (1999, p. 124), a globalização coloca-nos ante o desafio de configurar uma “segunda modernidade”, caracterizada por “processos translocais de aprendizado” e mais reflexiva, sendo definida como “multiplicidade sem unidade, não integradas e não delimitadas” (BECK, 1999, p. 125). Isto é, quando a cultura de determinado local se abre para a influência do global e aceita de forma plural tradições diversas.

No processo histórico da imigração envolvendo a relação entre os fluxos culturais e a globalização, ainda nas civilizações antigas, viu-se a migração humana precoce, com a prática do mercantilismo, calcada na intensiva troca comercial e na criação de redes sociais entre nações. Surgiram também as religiões do mundo e verificaram-se o desenvolvimento de redes comerciais transregionais, com comércios de longa distância, muitas delas centradas na China e na Índia (BRZOZOWSKI, 2012).

Na fase moderna, ocorreu o imperialismo europeu, com a ascensão do Ocidente. O expansionismo europeu, especialmente com o encontro de Cristóvão Colombo com o Novo Mundo, permitiu que bens e pessoas atravessassem o Atlântico. Havia uma economia internacional emergente, migração internacional e desenvolvimentos fora do Ocidente, além da propagação da modernidade, do avanço médico, da ascensão do Estado-nação (desenvolvimento da liberdade de movimento e da difusão cultural) e da industrialização (demanda por matérias-primas para suprir indústrias). A ciência cresceu imensamente com remessas eletrônicas, ferrovias e novas formas de comunicação, como a tecnologia a cabo (BRZOZOWSKI, 2012).

A fase contemporânea, que ocorre até os dias de hoje, em que as lutas após a Guerra Fria levaram a um aumento lento, mas constante, dos fluxos culturais, com a imigração de povos, ideias, bens, símbolos e imagens. Esse período representou a interconexão cultural global, o que acabou propiciando o desenvolvimento de infraestruturas de transporte, como companhias aéreas, construção de redes rodoviárias e ferroviárias. Isso permitiu mais turismo e mudanças nos padrões de migração global (MARTINE, 2005; BARALDI, 2014).

Pode-se perceber que, embora a globalização cultural seja uma das três principais dimensões da globalização, geralmente encontrado direcionamentos na literatura acadêmica, sendo as duas outras a globalização econômica e a globalização política, alvos constante de pesquisa e estudos, diferentemente, a globalização cultural, de modo geral, que não tem sido objeto de pesquisa. O campo é notavelmente amplo, pois existem vários conceitos que podem ser entendidos como culturais ou transnacionais.

### **2.2.1 Cultura como mercadoria: homogeneidade x heterogeneidade**

Uma perspectiva enfatizada sobre a globalização cultural é que existe a transfiguração da diversidade mundial em uma “pandemia” da cultura de consumo ocidentalizada, ao “adotarem a receita neoliberal americana e promoverem a difusão global [...]. Como resultado, a globalização e a homogeneização cultural experimentaram uma forte aceleração” (MALVENTANO, 2018, p. 6). Dessa forma, alguns autores, tais como Malventano (2018), informam que o domínio da cultura

americana, que influencia o mundo inteiro, acabará por resultar no fim da diversidade cultural, ou, como diz Malventano (2018, p. 1), essa globalização cultural pode levar à “redução da diversidade cultural, através de um modo de ser”.

Em termos culturais, essa inter-relação faz com que aquilo que é culturalmente produzido (o que está na moda) assemelhe-se a qualquer produto industrializado.

Neste ponto Boing e ElHajji (2018, p. 173) citam um exemplo de que tanto faz o produto, por ser um “brinco” que apareceu na orelha da atriz principal da novela das oito, “promovida pela mídia eletrônica globalizada”, ou outro produto qualquer, que tenha “gerado nas massas a necessidade de consumo”. O que movimenta são as especulações criadas em cima do que se visa naquele momento, incluindo toda uma estratégia de marketing com o objetivo de levar esse produto ao público consumidor.

Esse processo, entendido como um tipo de imperialismo cultural (SCHILLER, 1976)<sup>10</sup>, está associado à destruição de identidades culturais, dominadas por uma cultura de consumo homogeneizada e ocidentalizada. A influência global dos produtos, negócios e cultura americanos em outros países ao redor do mundo tem sido referida como americanização (MALVENTANO, 2018).

Tal influência é representada principalmente por meio da “nova mídia de massa do século XX, em particular a TV e o cinema: portanto falamos sobre a indústria cinematográfica de Hollywood” (MALVENTANO, 2018, p. 6), com sede nos Estados Unidos da América e retransmitida de forma global. Também, grandes empresas americanas como McDonald’s<sup>11</sup> e Coca-Cola<sup>12</sup> tiveram papel importante

---

<sup>10</sup> Schiller (1976) chama a atenção para a necessidade de não confundir imperialismo cultural com americanização, que é apenas um tipo de imperialismo cultural. O surgimento do conceito imperialismo cultural, contudo, também pode ser entendido como parte do antiamericanismo que cresceu por parte de movimentos de esquerda à época da guerra do Vietnã como uma maneira de demonstrar os males da sociedade norte-americana.

<sup>11</sup> *McDonaldization*, por outro lado, é um termo desenvolvido pelo sociólogo George Ritzer em seu livro *The McDonaldization of Society* (1993). O processo pode ser resumido como a maneira pela qual os princípios do restaurante *fast-food* estão dominando cada vez mais setores da sociedade americana e do resto do mundo. Estes são mais precisamente quatro elementos primários: eficiência (o método ideal para realizar uma tarefa), calculabilidade (objetivo quantificável em vez de subjetivo), previsibilidade (não importa aonde uma pessoa vai, ela receberá o mesmo serviço e o mesmo produto) e controle (funcionários padronizados e uniformes, substituição de humanos por tecnologias não humanas). Outro termo relacionado é o *McWorld*, referindo-se à disseminação dos restaurantes McDonald’s em todo o mundo como resultado da globalização e, de maneira mais geral, aos efeitos da *McDonaldização* internacional dos serviços (MALVENTANO, 2018, p. 7).

<sup>12</sup> Coca-Cola, ou cocacolonização, começou no início da Segunda Guerra Mundial e segue até os dias de hoje. Quando a guerra estourou e as tropas americanas foram enviadas para o exterior, a empresa Coca-Cola prometeu que todos os americanos fardados poderiam conseguir uma Coca-Cola

na disseminação da cultura americana em todo o mundo<sup>13</sup>. Afinal, o que a mídia, assim como as grandes empresas dominantes, tenta vender é a “felicidade através do consumo”<sup>14</sup> (LIPOVETSKY, 2007), podemos citar a frase adotada nas propagandas do refrigerante Coca-Cola<sup>15</sup>.

Nesse sentido, Malventano (2018) aponta que o sistema, gerado pelo processo de globalização, não se democratiza totalmente, atingindo setores economicamente dominantes do mundo e das sociedades. Ainda, ao se falar da homogeneização das culturas, essa padronização dos modos de ser e agir dos indivíduos tem como ponto principal a referência dominante, e os valores locais e tradicionais acabam sucumbindo.

Conforme vai se disseminando a capacidade dos meios de comunicação, informação e transporte, os valores e costumes locais interpõem-se aos elementos globais, concebendo assim uma heterogeneização cultural gerada pela globalização. Portanto, deve-se observar a hierarquia nos sistemas de comunicação, para analisar essa heterogeneização ou a hegemonização cultural, que ocorre em função do processo globalizante.

Como menciona Canclini (2003), com a homogeneidade gerada pela circulação de capitais e bens, emergem as diferenças culturais. Não como simples resistências ao global, mas sim como um novo olhar sobre o atual contexto histórico. Outra perspectiva em relação ao processo de globalização cultural é por meio de um “choque de civilizações”<sup>16</sup>, defendido por Huntington (1996), que aborda o conceito

---

por cinco centavos onde quer que estivessem. Como resultado, a empresa construiu estações de engarrafamento no Pacífico e na frente ocidental. Hoje, a Coca-Cola é distribuída para mais de 200 países em todo o mundo (MALVENTANO, 2018, p. 8).

<sup>13</sup> Os analistas mais rigorosos, por exemplo, não atribuem mais automaticamente a ideia de globalização cultural às categorias de dominação cultural, imperialismo cultural, ocidentalização, americanização e assim por diante. A previsão de que a globalização acabaria por levar à homogeneização total da cultura global – uma previsão que os intelectuais ainda defendiam no fim do século XX – hoje parece pungentemente ingênua, dado o momento de turbulência cultural e econômica existente. Mas ainda se tem um longo caminho a percorrer, tanto na conceituação da globalização cultural quanto na compreensão dos desconcertantes problemas culturais e políticos que ela está gerando.

<sup>14</sup> Ver: LIPOVETSKY(2007)

<sup>15</sup> Exemplo: segundo o material impresso da empresa, a propaganda de Natal de 2015, teve seguinte slogan “Abra a felicidade em 2015” (figura 1)<sup>15</sup>, e foi criada pela empresa *McCann* para a *Coca-Cola*. A propaganda fez uma interessante comparação entre os fogos do Réveillon e canudos. Essa veiculação ocorreu em mobiliários urbanos da zona sul do Rio de Janeiro, que hospeda a festa de Réveillon de Copacabana, que reuniu um público estimado em 02 milhões de pessoas na virada para 2015. Fonte: Meio & Mensagem (2015).

<sup>16</sup> Em linhas gerais, a tese de Samuel Huntington (1996) consiste no fato de que as explicações para os conflitos presenciados no mundo atual não são essencialmente ideológicas ou econômicas, mas sim de origem e de ordem cultural.

de uma ordem mundial baseada no conflito entre civilizações, que para o autor são “entidades culturais distintas”, originadas principalmente pelo aspecto cultural.

De fato, enquanto o mundo está ficando cada vez menor e interconectado, as interações entre os povos de *civilizações* diferentes aumentam a consciência da civilização às semelhanças, no entanto também reforçam as diferenças. O autor faz um diagnóstico de um mundo multipolar e multicivilizacional, em que “a cultura e as identidades culturais – que, em nível mais amplo, são as identidades das civilizações – estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria” (HUNTINGTON, 1996. p. 18-19).

Dessa forma, pode-se perceber que, em vez de alcançar uma comunidade cultural global, ou melhor, a homogeneização da cultura, as diferenças culturais acentuadas por esse mesmo processo de globalização cultural são uma fonte de conflito. Afinal, os conflitos mais significativos do futuro tendem, segundo Huntington (1996), a ocorrer ao longo das linhas de cisão cultural que separam cada uma dessas civilizações. Existem alguns pontos sobre conflitos gerados pela globalização cultural, por ser um processo ambivalente, que acaba trazendo um intenso senso de diferença local, mas que também apresenta contestação ideológica, porém não é o foco deste trabalho abordar os conflitos<sup>17</sup>.

Uma maneira de tratar dessa questão é considerar o papel primordial da cultura na existência humana: ser o recurso e o contexto para a geração de significado. A cultura fornece recursos para articular uma narrativa da vida, fornecendo respostas coletivamente derivadas ao enigma da existência humana, razões para viver e a capacidade de imaginar a melhor maneira possível de viver coletivamente (CANCLINI, 2015a).

Se aceitarmos essa definição basilar da função da cultura, certos contextos culturais serão julgados mais ricos que outros. É um julgamento qualitativo que não implica a imposição de um padrão universal de origem etnocêntrica, o chamado único modo justo de viver a vida.

O fato de o contexto cultural ser mais pobre ou mais rico tem a ver com a margem que ele dá para construir histórias de vida que tenham significados. Isso é importante quando se fala do impacto da globalização, pois pode ser que uma das características essenciais da experiência cultural globalizada, a tendência de

---

<sup>17</sup> Para aprofundamento sobre o tema, ver, entre outros autores: Tuscisny (2004).

considerar a cultura como um artigo de consumo, indique restrição do escopo da geração de significados necessários para o ser humano prosperar (HALL, 2002).

Embora haja pouca evidência de que o capitalismo global esteja produzindo a homogeneização da cultura, não há dúvida de que uma proporção significativa de práticas culturais em todo o planeta se tornou mercadoria. Afinal, a distribuição dos estilos de vida do povo norte-americano faz parte do cotidiano de uma distribuição quase universal, que acaba sendo adotada e transformada em padrões culturais geralmente expostos pela mídia. Para Hall (1997, p. 3), as “gigantes transnacionais das comunicações”, tais como CNN, oferecem para o mundo a transmissão de “um conjunto de produtos culturais estandarizados, utilizando tecnologias ocidentais padronizadas, apagando as particularidades e diferenças locais e produzindo, em seu lugar, uma ‘cultura mundial’ homogeneizada, ocidentalizada” (HALL, 1997, p. 3).

Dessa forma, essa mercadoria foi convertida em entidades com valor intrínseco de mercado, bens e serviços que podem ser comprados e vendidos. Gadini e Reis (2016, p. 155) comentam essa questão ao afirmar que “a cultura divulgada pela mídia é tratada como mercadoria”. Isso significa que os grandes “conglomerados dos meios de comunicação tentam produzir produtos populares, que vendam, ou que – como ocorre no rádio e na televisão – atraiam a audiência do público” (GADINI; REIS, 2016, p. 155).

Portanto, percebe-se que a “cultura da mídia, na maioria das vezes, orienta-se pelos interesses comerciais dos grandes conglomerados de comunicação” (GADINI; REIS, 2016, p. 155), que priorizam os altos rendimentos em detrimento da qualidade dos produtos e das atividades culturais. Ainda sobre esse aspecto mercadológico, esses órgãos da mídia<sup>18</sup>, como são empresas privadas, em que, na sua concepção, se busca o lucro, agem movidos pelos interesses dos grupos que representam.

Ocorre que esse processo muitas das vezes, acaba alterando algumas práticas e experiências culturais, que acabam deixando de ser uma expressão direta de significado, mesmo que ocorra nas experiências repetitivas da vida cotidiana, para se tornarem algo diferente, algo menos substancial. A preocupação é que a transformação da cultura em um artigo de consumo exige a substituição das nuances da vida cotidiana por uma espécie de código de segurança, e tal

---

<sup>18</sup> Exemplos: emissoras de TV, rádios, jornais, revistas, portais.

transformação pode ser vista como uma ameaça à integridade da cultura. Nesse diapasão, tem-se um exemplo de Alves (2010, p. 74) sobre a consciência crítica e a disputa de hegemonias contrastantes, afinal o “problema de toda concepção do mundo que se transformou em um movimento cultural, produzindo uma atividade prática”, é justamente “conservar a unidade ideológica de todo bloco social”.

Alguns críticos da mercantilização da cultura, tais como Lipovetsky<sup>19</sup> (2007) parecem exagerados, talvez seja, porque esse fenômeno está tão enraizado na sociedade, que essa “mercantilização dos modos de vida”, já são modos de ser e viver na atualidade, a abrangência da influência do mercado no comportamento da sociedade, pois, desde o despertar, o indivíduo está exposto a uma motivação para o consumo, sendo difícil imaginar uma situação na qual não se tenha a possibilidade de consumir.

Mostrar a vontade de preservar a integridade da expressão cultural não é superestimar o alcance da tese da cultura como um artigo de consumo. Isso significa insistir nos aspectos da experiência cultural cotidiana que, de fato, escapam à influência do mercado: sentimentos profundamente enraizados de identidade nacional ou étnica, um conjunto de atividades relacionadas à observância religiosa, atividades baseadas na comunidade, como música ou teatro amador, voluntariado, entre outros.

Essas e muitas outras práticas comuns constituem exceções que não são desprezíveis à regra de ferro do controle de mercado, uma vez que são colocadas em prática e experimentadas em diferentes contextos e tradições, contribuindo assim para as culturas de massa (GEERTZ, 1989), ajudando a preservar as diferenças culturais e resistindo ao progresso imparável da uniformização da cultura capitalista.

No entanto, esse processo não se dissemina de forma igualitária, de modo que alguns centros economicamente dominantes transmitem em maior número os seus elementos culturais. Nessa linha se pode citar a chamada “indústria cultural”<sup>20</sup>, estudada por Adorno e Horkheimer (1985), que surgiu no início do século XX, mas que na visão de alguns sociólogos é bastante atual, principalmente pela ligação com

---

<sup>19</sup> Gilles Lipovetsky (2007) realizou um debate abordando essa relação entre felicidade e consumo nos tempos “hipermodernos”, como ele define o período histórico atual, caracterizado pela radicalização dos elementos fundamentais da modernidade, a saber, a cultura democrática individual, a tecnociência e o mercado.

<sup>20</sup> Ver: Adorno e Horkheimer (1985).

o desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pelo consumo, pela produção crescente e, de certa maneira, descartável, cuja indústria vem de uma vertente capaz de controlar padrões e gerar comportamentos e costumes na sociedade.

Mais importante, a transformação da cultura em mercadoria, por mais poderosa que seja, é apenas mais um aspecto da natureza complexa, contraditória e mutável da modernidade, ou seja, é recente e contemporânea e deve ter sua reflexividade inseparável da natureza, expressão do comportamento humano (BECK; GIDDENS; LASH, 2008)<sup>21</sup>.

O antropólogo argentino Néstor Garcia Canclini, pode ser considerado um desses autores que criticam que existe uma homogeneização da cultura, e para contrapor essa teoria, desenvolveu o conceito de *culturas híbridas*, provocando uma reflexão na ênfase em como as pessoas consomem, assimilam e transformam as culturas. Nessa teoria, a hibridização se dá a partir das *estruturas e práticas*, que estavam até então separadas e são combinadas e acabam proporcionando *novas estruturas, objetos e práticas* (CANCLINI, 2015b).

A noção moderna de hibridação serve para designar “as misturas interculturais”, assim como aquelas “geradas pelas integrações dos Estados nacionais, os populismos políticos e as indústrias culturais” (CANCLINI, 2015b, p. XXX). A hibridação, como processo de interseção e transações, é o que torna possível que a *multiculturalidade* evite o que tem de segregação e se converta em *interculturalidade* (CANCLINI, 2015b, p. XXVII, grifos do original).

No século XX, a hibridação estendeu-se aos processos culturais, que utilizavam esse processo para descrever uma situação em que houvesse a junção de duas ou mais culturas. Na visão de Canclini (2015b, p. 18, grifo do autor) uma “*reestruturação econômica e simbólica com que os*” migrantes do campo adaptam seus saberes para viver na cidade e seu artesanato para atrair o interesse dos consumidores urbanos, ou quando “reformulam sua cultura de trabalho frente às novas tecnologias de produção sem abandonar crenças antigas”.

Como Canclini (2015b, p. XLI) afirma, existem outras formas que também remetem a essa interseção na cultura, como exemplo: processos interétnicos e de descolonização; processos globalizadores; viagens e cruzamentos de fronteiras;

---

<sup>21</sup> Ver: Beck, Giddens e Lash (2008), obra em que três proeminentes autores discutem as implicações da “modernização reflexiva” na teoria social e cultural contemporânea.

fusões artísticas, literárias e comunicacionais; hibridação gastronômica e associações e instituições privadas.

A definição de hibridação utilizada para este estudo é vinculada às ciências sociais e descrita por Canclini (2015b) em seu livro *Culturas híbridas* como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2015b, p. XIX).

Muitos autores, tais como Pieterse (1997), sugerem que a globalização cultural é um processo histórico de longo prazo para trazer diferentes culturas à inter-relação entre pessoas. Pieterse (1997) afiança ainda que a globalização cultural envolve integração e hibridação humanas, argumentando que é possível detectar a mistura cultural entre continentes e regiões que remontam há muitos séculos. Refere-se, por exemplo, ao movimento de práticas, línguas e culturas religiosas trazidas pela colonização espanhola das Américas. Nesse âmbito, Canclini (2015b, p. 285) mostra que “a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural”.

Vê-se a pluralização do impacto da globalização cultural na sua história de longo prazo. O trabalho desses historiadores culturais qualifica a linhagem de autores predominantemente economistas e sociólogos, que traçam as origens da globalização ao capitalismo recente, facilitado por avanços tecnológicos, uma vez que estamos falando de um fenômeno que não afeta apenas a interação comunicativa entre indivíduos e grupos, mas também causa mudanças nos processos de hibridação cultural (CANCLINI, 2015b).

No que tange às distâncias espaciais, vê-se que o tempo foi drasticamente reduzido com essas novas ferramentas digitais em todos os aspectos, não apenas no que diz respeito à comunicação interpessoal, mas também de uma perspectiva mais global (PIETERSE, 1997). Assim, Canclini (2015b) afirma que o deslocamento dos estudos culturais, para sermos mais suscetíveis, passa pela “hibridação”, visto que “modificam-se os modos de falar sobre identidade, cultura, diferença, desigualdade e multiculturalismo” (CANCLINI, 2015b, p. XVII). Nessa ótica, interessa apresentar a hibridação para pensar em seguida como as culturas locais se relacionam com esses elementos globais.

Logo, a cultura como mercadoria é oposta ao hibridismo. Mesmo que seja um produto da indústria cultural, a mistura das culturas, dos valores e dos gostos

fomenta o interesse mercadológico, visto que considera a população alienada diante do conteúdo que recebe. Por sua vez, o hibridismo é o contrário da homogeneização do consumo, ou seja, não vê a sociedade contemporânea como monobloco.

### 2.3 AS IDENTIDADES NO PROCESSO CULTURAL

A cultura faz parte da vida do homem desde o seu nascimento, podendo ser considerada a identidade de um povo ou de uma nação, por características que distinguem e que diferem cada grupo, em função de ritos, símbolos, comportamentos. Dessa forma, é possível definir cultura como algo adquirido, aprendido e também acumulativo, resultante da experiência de várias gerações.

Nesse aspecto, faz-se uma referência à antropologia cultural, pelo estudo do aspecto social em sua evolução, particularmente pela ótica dos processos culturais, os quais “são maneiras, conscientes ou inconscientes, através das quais os grupos sociais se organizam e se comportam” (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p. 39). Por meio dos processos culturais, as culturas realizam mudanças significativas, seja assimilando novos traços, seja abandonando outros. Isso ocorre pelo contato, pela difusão, pela interação e pela aculturação, isto é, pela adoção ou imposição das normas de uma cultura por outra.

Como afirmam Marconi e Presotto (2006, p. 22), cultura é “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e aptidões adquiridas pelo homem como membro da sociedade”. Portanto, a cultura é a forma de se expressar de determinada sociedade ou de um grupo de pessoas, podendo variar de um grupo para outro. Ainda na percepção dos autores, a cultura resulta de “qualidade da cultura”, que pode ser entendida como os modos de vida de um povo, e manifesta-se nos seus atos e artefatos, de maneira “social, seletiva, explícita e implícita” (MARCONI; PRESOTTO, 2006, p. 22).

Já para Santos (2006), há duas concepções de cultura. A primeira “remete a todos os aspectos de uma realidade social”, e a segunda refere-se mais “especificamente ao conhecimento, às ideias e crenças, assim como às maneiras como eles existem na vida social” (SANTOS, 2006, p. 24). O autor ainda traz um exemplo: “A sociedade nacional tem classes e grupos sociais, tem regiões de

características bem diferentes” (SANTOS, 2006, p. 24). A população difere ainda internamente, como, por exemplo, em faixas de idade e escolarização. Além disso, a “população nacional foi constituída com contingentes originários de várias partes do mundo. Tudo isso se reflete no processo cultural” (SANTOS, 2006, p. 18).

Por isso, a memória de um povo é fundamental, pois é no “momento em que relembra, examina ou narra seu passado, que o indivíduo e o grupo através dele tomam consciência de sua identidade” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2016, p. 8). Ainda, quando o tempo “desdobrado no processo de narração e reconstrução da memória é um tempo representado, disposto e organizado conforme os hábitos e práticas sociais do grupo naquele contexto histórico” (ELHAJJI; ESCUDERO, 2016, p. 8), essa organização permite traçar uma linha na qual o presente se encaixa e possibilita que o indivíduo saiba mais ou menos quem é, de onde vem, ou seja, a sua identidade.

Marconi e Presotto (2006) lembram que o etnocentrismo é a supervalorização da própria cultura em relação às demais e que todos são portadores desse sentimento, com tendência a julgar as outras culturas segundo os padrões da sua, no entanto deve-se olhar pelo relativismo, pois a grande variedade de culturas mostra que há costumes bons para um grupo e que serviriam para outros. Esse etnocentrismo pode se manifestar também na discriminação, no proselitismo – que é o empenho de converter uma ou várias pessoas, ou determinados grupos, a certa causa, ideia ou religião –, na violência e na agressividade verbal, mas há um aspecto positivo, em que se passa a considerar sua cultura a mais saudável, favorecendo o bem-estar individual e a integração social.

Podemos inferir, então, que a identidade cultural efetiva-se na existência de uma nação, representada pelo idioma, pelo Estado e por sua constituição geográfica, assim como pela multiplicidade de culturas étnicas que formam(ram) o país em suas raízes históricas. Essa identidade tem como base cultural uma fusão de valores e costumes que conferem à nossa identidade um caráter plural.

### **2.3.1 A ótica sociológica de formação de Identidade: a Consciência Coletiva**

As perguntas sobre quem é o sujeito, como ele é definido, como ajustar o comportamento individual ao cenário coletivo de acordo com as crenças e até que

ponto o ambiente social influencia as respostas a cada um desses questionamentos são, ainda hoje, um desafio importante para a teoria sociológica. De acordo com ElHajji (2011, p. 2 grifo autor) a noção primária de identidade “engloba o conjunto dos quadros imaginários, simbólicos, culturais e sociais que subtendem o seu “*estar-no-mundo*”. Em suma, Hall (2002) propõe “o sujeito sociológico”, juntamente com outros dois, na concepção de identidade do ser humano:

Distingue três concepções de identidade do ser humano: o sujeito do Iluminismo, que é o indivíduo centrado e dotado de capacidades de razão; o sujeito sociológico, presente no mundo moderno e que não é independente, uma vez que se forma pela relação que estabelece com os outros; e o sujeito pós-moderno, o qual não possui uma identidade fixa, promovendo assim esse debate em torno da *crise de identidade* (HALL, 2002, p. 10) (grifo nosso).

A identidade é um sentimento importante, especialmente em um mundo globalizado, no qual fluxos de poder, capital e comunicação fazem com que as vidas dependam de eventos não controlados e de decisões mal definidas. Trata-se de pertencer a isso, a algo para o qual a identidade fornece significado e segurança e, ao mesmo tempo, cria um cenário social compartilhado, uma linguagem comum, um mundo próprio no qual o ser humano pode viver mais pacificamente em um período de mudanças contínuas.

Na questão da identidade, da consciência coletiva ou do sentimento de pertencer à sociedade, Hall (2002) abandona a visão essencialista e unificada do sujeito, compreendendo a identidade como um processo complexo, móvel, dinâmico, performático, contraditório, marcado por conflitos e relações de poder. ElHajji (2011, p.2) complementa que “o indivíduo e a sociedade são”, justamente, os “dois termos dessa equação”, na medida em que a “enunciação da sua subjetividade” é necessariamente “social e discursivamente significada”. Portanto, os “dois pólos são totalmente imbricados, correlacionados e interdependentes na produção de estruturas de diferenciação individual, cultural e social.”

O assunto tem sido um dos tópicos mais complexos e difusos entre aqueles que interagem no campo sociológico, e isso obrigou inúmeros pesquisadores a aprofundar suas raízes, mas não deixam dúvidas quanto à “importância do substrato histórico, social, cultural e étnico na formação da identidade individual e na produção de sua subjetividade” (ELHAJJI, 2011, p.2).

O autor ainda aponta que a “principal justificativa pertinente da afirmação de uma identidade coletiva determinada seria, neste sentido, a sua suposta diferença em relação a todas as outras” (ELHAJJI, 2011, p.4). O que remete a consciência coletiva, gerada em situações sociais especiais de convulsão emocional e baseada em uma natureza dupla, individual e social da consciência humana, que expressa estados coletivos na forma de representações e tem a função de regular (normas) e integrar (ideais) sociedades de todos os tipos.

A consciência coletiva é a maneira mais elevada de vida psíquica, pois consiste em uma consciência da consciência que é colocada fora e acima das contingências individuais e locais. Esses “recortes coletivos da identidade”, são gerados independentemente da “natureza heterogênea de todo sujeito contemporâneo”, não se pode ignorar a “dimensão grupal da identidade deste mesmo sujeito”, e o “papel dessa dimensão na recepção, tradução e metabolização dos discursos sociais”, afetam o processo “maior de produção de sentido e conformação da visão de mundo do sujeito” (ELHAJJI, 2011, p.3).

Portanto, para Hall (2002), a partir do momento em que a sociedade moderna se torna mais complexa, coletiva e social, principalmente em função das transformações em nível econômico e político, também ocorre uma modificação na identidade do ser humano, passando a ser visto mais como um ser definido no interior dessas novas estruturas de sociedade.

Partindo a premissa que a consciência coletiva coexiste com a consciência individual. Isso se dá para que todos os membros de uma cultura pensem, sintam e trabalhem de acordo com as prescrições do coletivo, de modo que a consciência coletiva seja tanto a consciência das consciências quanto a coerção das instituições sociais (CASTELLS, 2000), afinal “nenhum grupo social ou comunidade cultural vive ou pode viver em isolamento” (ELHAJJI, 2011, p.4).

Essa visão destaca as obrigações que pesam sobre as pessoas e as impelem a agir de uma maneira ou de outra. Identificar o fato social com a obrigação é igual a afirmar que a obrigação se revela como coerção, ou seja, a força de resistência que ela opõe àquele que quer ignorá-la. Destarte, os elementos que compõem a consciência coletiva são os fatos externos aos indivíduos e internalizados pelas personalidades individuais.

A perspectiva que afeta a própria concepção de personalidade está ligada aos criadores do interacionismo simbólico, especialmente Cooley (1930) e Mead (1964).

Essa concepção determinista da consciência coletiva foi seguida por Parsons (1968), que especificou a identificação como a autorrecuperação dos valores de um modelo que engloba o conjunto de expectativas compartilhadas pelos membros de uma sociedade, “a emergência da individualidade é, assim, o resultado de uma contínua negociação entre pluralidade e singularidade” (ELHAJJI, 2011, p.3).

Nesse mesmo sentido, Tönnies (1979), falando em comunidade (pluralidades), queria mostrar que nas relações comunitárias o sentimento de pertencer ao grupo é imposto ao pensamento e às ações das pessoas, criando uma solidariedade mecânica que garante a cooperação de cada um, a união de membros e grupos. Assim, o indivíduo não age apenas para seus próprios interesses, mas de acordo com normas internalizadas. ElHajji (2011, p.4) descreve que “os valores (atuais) desse grupo ou essa cultura (na sua versão mais recente) sejam abraçados, adotados e perpetuados”, é necessário que “seja produzido (através de algumas das instituições do grupo) um discurso argumentativo que destaque o que essa cultura e identidade possuem de singular e de diferente das demais”.

Dessa maneira, o conceito de identidade é, para alguns autores, o resultado de uma dupla operação linguística: diferenciação e generalização. A diferença é aquela que afeta a singularidade de algo ou alguém em relação aos outros. Nesse caso, identidade é a diferença, e as diferenças devem necessariamente se basear em características únicas que servem como marcadores para os membros do grupo para poderem se distinguir e se diferenciar dos outros.

Como descreve Canclini (2015b, p. 190), “ter uma identidade seria, antes de tudo, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico e intercambiável”. Assim, os que não compartilham desse território nem o habitam acabam não praticando os mesmos costumes e ritos; são os diferentes. Portanto, a identidade exhibe certa quantidade de características distintivas acordadas pelos indivíduos que fazem parte do grupo (HABERMAS, 2002). Esse é o significado de diferenciação, ou também da distinção aplicável ao grupo quando ele se opõe a outros grupos.

Por seu lado, a generalização procura definir o vínculo comum a vários elementos diferentes dos outros: identidade é pertencimento comum. Essas duas operações linguísticas caem em uma clara contradição: o que é único é o que é compartilhado, mas a identidade é gerada para alguém, para o outro. Não há identidade sem alteridade; elas precisam de si mutuamente e se reforçam. A

identidade como diferença é gerada por coletividades que implicam a noção de território e uma história comum a ela ligada. Como descreve ElHajji (2016, p. 15), a alteridade e a diferença não são “apenas variações sem sentido em nossa paisagem existencial”, mas representam “uma presença que estimula nossa consciência do mundo e dá sentido à nossa singularidade; uma presença que nos completa”.

Portanto, compreende-se que as características distintivas que geram identidade coletiva são baseadas em costumes, formas de organização e na história social da população. Todas essas formas de identificação são acompanhadas de características como uma história comum vivida por membros do grupo social (a experiência da história comum é uma das características mais usadas para marcar distâncias com o outro), idioma, cultura (embora com características claramente de hibridização de identidade), religião e organização política, econômica e social diferenciada.

A combinação específica e única de todos esses elementos determina a identidade coletiva gerenciada pelos imigrantes como marcadores de distinção contra a alteridade (HUNTINGTON, 1996). Canclini (2015b, p. 288) estabelece ligação com as ideias de Huntington ao afirmar que “as identidades coletivas encontram cada vez menos na sua história, distante ou recente, seu palco constitutivo”, pois as “informações sobre as peripécias sociais são recebidas em casa, comentadas em família ou com amigos próximos” (CANCLINI, 2015b, p. 288).

Esse sistema distintivo é ativado quando se entra em interação com os outros. O contato contínuo com os outros torna a sequência de ativação quase permanente, o que faz com que a questão da identidade seja uma das mais importantes no desenvolvimento da vida cotidiana desses cidadãos. A questão de quem somos e, acima de tudo, a insistência em mostrar que somos diferentes às vezes se tornam obsessivas.

Além disso, essas características são concebidas como distintivas, porque um dos processos de formação e perpetuação da identidade coletiva reside precisamente no fato de ser expresso em oposição a de outro ou a de outros grupos com relação aos quais as diferenças são marcadas. Portanto, a definição que os atores sociais fazem de si mesmos como grupo, etnia, nação etc., em termos de um conjunto de características que todos os membros supostamente compartilham, é apresentada de maneira objetiva.

A consequência desse processo é o aparecimento do pronome *nós* antes do pronome *e/les*. Ou seja, trata-se da disputa entre grupos e grupos externos, que continuará se reproduzindo na socialização ao longo da vida dos membros do grupo. O indivíduo reestrutura o cenário de ação social de acordo com o atual aqui e agora. Essa visão de identidade estabelece uma relação entre desenvolvimento pessoal e o ambiente social no qual indivíduos e grupos estão imersos.

Dessa forma, a identidade só pode ser explicada com base na formação sócio-histórica de dado grupo, em certa situação e na frente de outros grupos (HALL, 2002). Logo, entende-se que a identidade é, em si, um processo em movimento contínuo, em constante elaboração e transformação. Mas, se o indivíduo não é concebido sem os meios, ele precisa interagir com os outros para definir sua própria identidade. Chega-se, então, a concluir que a identidade leva significado apenas quando verificada pela interação com outras identidades e pelo reconhecimento intercoletivo (SCHÜTZ, 1993).

A identidade coletiva é, portanto, a expressão do sentimento de pertencer a um grupo que contém elementos de diferenciação étnica, histórica, cultural, religiosa, política etc. Em torno dessa identidade coletiva, emerge toda uma série de símbolos que contribuem para a consolidação e a transmissão das características distintivas do grupo identitário.

O imaginário coletivo torna-se uma espécie de entidade unificadora que se estende a todos os aspectos da cultura e confere ao grupo seu próprio caráter: hinos, bandeiras, expressões externas, modos de se vestir e qualquer elemento que sirva para distinguir seus membros de outros grupos. Esses elementos identitários exercem uma força muito grande de atração que tende a aproximar e identificar os membros do grupo com o próprio grupo e, conseqüentemente, a se diferenciar dos “outros” (HUNTINGTON, 1996).

Por tudo o que foi exposto, fica evidente como as mudanças nas estruturas sociais, legais e econômicas estão afetando a formação da identidade e da cidadania nas sociedades multiculturais que surgem como resultado do desenvolvimento da globalização, no entanto as sociedades multiculturais estão em um campo em que a construção da identidade é muito mais complexa, ao “enunciar a sua identidade etnicamente equivale a uma tomada de posição política dentro de um sistema social ele mesmo étnica e culturalmente hierarquizado” (ELHAJJI, 2011, p. 4).

As condições sociais que em uma cultura constroem identidades automaticamente atendem às condições de outras culturas. A isso se acrescenta que a identidade é fundamentalmente construída no campo do senso comum, ou seja, que é negociada no campo da vida cotidiana. A vida cotidiana, no caso das sociedades interculturais, portanto, apresenta-se como uma convivência contínua com o outro, com a diferença e com outras formas de viver a identidade.

Assim, a identidade é uma construção que flutua entre padrões sociais e culturais gerais que tendem a criar uma identidade forte e unitária e a negociação de tais padrões no campo da vida cotidiana. Nas sociedades de múltiplas identidades, a resposta para essa multiplicidade pode ser:

- rejeição e uso do outro para construir seu próprio padrão de identidade, apegando-se a um forte sentimento de identidade, mesmo que imaginário e irreal;
- negligência na identidade, com uma construção em estratos de identidade (HUNTINGTON, 1996).

De qualquer maneira, essas respostas produzem movimentos sociais marcados por teor racista e xenófobo, principalmente no contexto das migrações contemporâneas, que fazem com que essas sociedades funcionem como minilaboratórios, em vistas de um processo de mudança social acelerado.

### **2.3.2 Elementos identitários em sociedades multiculturais**

As migrações modernas estão transformando o conceito monocultural e estático de sociedades receptoras em novas culturas autênticas, porque não se trata como aconteceu em outros períodos históricos, de um deslocamento com perspectiva de retorno, mas da construção de um novo espaço intercultural (CANCLINI, 2015c).

Considerando assim que, diferentemente das migrações ocorridas no passado, o atual emigrante tende a se estabelecer definitivamente no país de destino, sem previsão de retorno, tendo um novo espaço intercultural, solicita o reagrupamento familiar com consequências claras para si e para o país de origem. Dessa forma, a emigração não deve ser considerada apenas como um projeto

peçoal, mas como parte de um projeto global cujas consequências se refletem no plano econômico, político, social e cultural de todo o planeta (WEISSMANN, 2016).

Logo, a grande questão para muitos países é se é necessário exigir respeito e adaptação à sociedade anfitriã pelos imigrantes, ou se a especificidade da cultura do país anfitrião deve ser comprometida. Quais tradições devem ser preservadas e quais não? A resposta a essa pergunta é debatida no espaço público, onde se constrói um novo discurso sobre metáforas do passado que gradualmente moldam um conceito de identidade móvel.

Durante grande parte dos séculos XIX e XX, a *assimilação* vinculou a integração, identificando os cidadãos com o ideal de uma cultura idêntica para todos, o que sublinha que todos os indivíduos são iguais no espaço público, sem diferenças. Na prática, isso significa que os imigrantes eram frequentemente pressionados a abandonar sua identidade, ou seja, a se livrar de sua origem cultural antes de entrar no país de destino (TRUZZI, 2012). A “concepção de assimilação calcada aspectos de natureza racial e cultural, cujo desfecho se traduz pela aniquilação das culturas alienígenas em favor de uma suposta primazia nacional” (TRUZZI, 2012, p. 519).

Avila (2018, s.p.) expõe que a “assimilação e a marginalização seriam os extremos, sendo a primeira o esquecimento da cultura de origem e a segunda a negação da cultura acolhedora”. Desta forma, na última parte do século XX, essa abordagem tornou-se insustentável, e o multiculturalismo começou a ser aceito de maneira muito básica: embora todos os cidadãos tenham de adotar um conjunto comum de valores e ideais, ao mesmo tempo eles podem manter suas características étnicas e suas crenças culturais distintas na esfera da vida privada (TAYLOR, 1997).

Conforme Cogo (2015, p. 102) são duas as perspectivas conceituais para o entendimento do multiculturalismo, de um lado como “fato que supõe a convivência em um mesmo espaço social de pessoas identificadas com culturas variadas”, e, por outro lado, o multiculturalismo como “projeto político, com um sentido”, portanto, “normativo, de não-reforço ao etnocentrismo ou de redução à simples coexistência de culturas”, mas como um caminho de “respeito às identidades culturais e caminho para a convivência, fertilização cruzada e a mestiçagem cultural”.

Em sua tipologia ideal, o multiculturalismo garante que todos os cidadãos possam manter suas identidades, preservar as características fundamentais de sua

cultura de origem e ter um senso de pertencimento à cultura receptora. Na prática, no entanto, o multiculturalismo tem sido interpretado de muitas maneiras diferentes e aplicado em vários contextos nacionais com graus variados de sucesso. Assim como para Castells que parte da convicção de que entramos em um mundo realmente “multicultural e interdependente”, que só poderá ser entendido e transformado a partir de “uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais” (CASTELLS, 1999a, p. 43).

Além de outros elementos, a chegada de imigrantes com a vocação de se instalar no país receptor questiona as ideias de uma identidade fechada e de que a sociedade deve ser sempre a mesma. Agora, é preciso estar ciente de que, na sociedade global, novos fatos e interações ocorrem todos os dias, os quais, juntamente com o fenômeno da imigração, questionam e redefinem as identidades. Deve-se considerar o papel de três instâncias, como comenta COGO (2015), para o debate multicultural, “as individuais, que dizem respeito à realização pessoal, à interioridade e às subjetividades”; também as “socioculturais, conformadas por valores, por estilos de vida e pela esfera privada”; e por último as “reivindicações identitárias, orientadas pela necessidade de reconhecimento e afirmação de especificidade” (COGO, 2015, p. 104).

Os imigrantes contribuem com sua riqueza cultural, suas crenças, sua ética e seus costumes. Dessa forma, ainda na visão de Cogo (2015, p. 104), “as atitudes e os comportamentos dos indivíduos estão amplamente ligados às suas interpretações do espaço social”, onde reconhecer a existência de outras culturas (multiculturalidade) é somente o começo do processo.

É a metodologia para construir uma identidade integradora compartilhada por todos. Todavia, o multiculturalismo cai sob o pretexto de simetria cultural, ignorando a dialética intercultural e o peso diferente de cada cultura. Torna-se a resposta politicamente correta à ignorância e à incerteza geradas pelo fenômeno da migração. Em alguns casos, vê-se a pretensão de se criar ilhas de identidade, como hispânicos nos Estados Unidos ou a população chinesa em algumas cidades da Espanha. Essa afirmação é o grande obstáculo à integração e gera ignorância, que dá lugar ao medo e à rejeição da população nativa.

Quando uma “reivindicação identitária ou uma necessidade de reconhecimento se manifestam no seio de um grupo”, essas se encontram “enraizadas em uma frustração cultural ou em uma marginalização social que as

antecedem ou alimentam” (COGO, 2015, p. 105), assim, a imigração implica, de modo geral, a existência de preconceitos. Castles (2005) chama de a “era das migrações”, uma era cheia de desafios, de complexidades sociais emergentes e de mudança da referência espacial, o Estado-nação, cuja construção parece ser cada vez mais suplantada por uma consciência transnacional, multicultural e global.

Os grupos são essenciais para a integração e desempenham papel central no amortecimento do impacto da incorporação de uma nova sociedade e de um novo país. A integração é um dos principais desafios colocados pela emigração internacional, Avila (2018, s.p.) coloca que a “integração é a melhor das escolhas”, ao manter “indivíduo sua cultura original, na mesma medida em que participa da cultura que o acolhe, interagindo com ela”.

Os governos dos países beneficiários devem incentivar espaços de convivência, no sentido de Conforme Cogo (2015, p. 104), assumir que, em um “contexto multicultural, não há um único espaço social, mas tantos espaços quanto às percepções derivadas de diferentes grupos”. Além de promover a tolerância e o respeito mútuo, e criar oportunidades de enriquecimento social e cultural promovidas pelos emigrantes, no entanto o processo de integração social do imigrante é apresentado em nossas sociedades cheio de indeterminação e ambiguidade.

Para que o intercâmbio cultural funcione nessas áreas, ações e políticas devem ser estabelecidas para facilitar o processo dinâmico, deve ajudar o imigrante a ser reconhecido como membro de uma sociedade e, assim, poder participar, pelo menos no nível mínimo, dos indicadores de bem-estar social alcançados em determinado país.

Contudo os exemplos de integração desenvolvidos em torno do imigrante, de modo geral, acabam não sendo tão eficazes, embora sua participação na vida econômica de uma sociedade seja aceita para dar continuidade a setores econômicos em crise ou deficientes de mão de obra local, rejeita-se sua participação na configuração cultural, “integração como característica importante, mas insuficiente em compreender o pertencimento do imigrante em sua nova sociedade” (AVILA, 2018, s.p.).

Para que a integração seja completa, é preciso começar gerando uma verdadeira identidade cultural coletiva, onde no mundo da globalização, o conceito de identidade torna-se fundamental (HALL, 2002). Os indivíduos enfrentam as mudanças geradas pela dinâmica da sociedade por meio da criação da identidade

coletiva, entendida como o conjunto de qualidades em que um grupo de indivíduos é intrinsecamente reconhecido e gera um sentimento de pertencimento compartilhado, com base no qual certo enredo da realidade é interpretado e definido, orientando as ações, individuais e sociais, de todos aqueles que compartilham desse sentimento (FRÓIS, 2004).

Portanto, a identidade não é algo inato no indivíduo, mas aparece como um instrumento de integração construído por intermédio da ação social de indivíduos que compartilham do mesmo cenário. Por esse instrumento, torna-se o mundo inteligível. Na visão de Hall (2002), além disso, como um instrumento socialmente construído baseado na interação, a identidade não aparece como um conceito estático, mas sim que a centralidade da cultura na “constituição da subjetividade”, da “própria identidade” e da “pessoa como ator social”, mas é constantemente definida e redefinida de acordo com as necessidades de determinado contexto social.

Agora, se o indivíduo é um ser social que precisa de outros para formar sua personalidade e aprender os padrões culturais necessários para se tornar membro de uma sociedade, por que não é tão simples construir essa identidade coletiva com base na coexistência? Por que o conflito cultural, que é um obstáculo à integração, aparece tão facilmente em nossas sociedades? Devemos ter em mente que as mudanças culturais que se originam como consequências dos processos dinâmicos que a globalização traz consigo, questionam as identidades tradicionais da comunidade e estão causando o surgimento de ideologias essencialistas que nos convidam a aceitar ou rejeitar as culturas como um todo compacto sem acreditar em diálogo intercultural.

Esse modo de pensar faz parte da ideia equivocada de que a identidade não pode ser negociada ou compartilhada, mas apenas imposta e defendida (HALL, 2002). Com base nesses essencialismos culturais, constrói-se o modelo de segurança que triunfa nas sociedades mais avançadas do planeta e busca proteger o espaço conhecido para não permitir a entrada de todos aqueles que questionam os elementos de identidade criados em um passado que agora se torna mítico e imaginado. Na visão de ElHajji (2017, p. 206), esse essencialismo cultural manifesta-se nas “formas contemporâneas de negatificação simbólica dos grupos indesejados da sociedade”, a partir de segmentos hegemônicos e comportamentos racistas e xenófobos e está na base de fundamentalismos ou novos nacionalismos.

Em resposta a esse essencialismo cultural, deve-se pensar que a identidade é criada no compartilhamento dos componentes de uma cultura, ou seja, símbolos, valores e crenças, atitudes, espaços e territórios, entre outros que o indivíduo, como membro de uma comunidade ou grupo, entende como seu e, portanto, como identificador. Destarte, as identidades, em um mundo global, são construídas no processo de inter-relação social nas sociedades multiculturais, facilitando o diálogo intercultural.

Para isso, faz-se essencial trabalhar o conceito de cidadania, como ElHajji (2017, p. 212) “o próprio princípio de cidadania, entendido tradicionalmente enquanto estatuto jurídico formal, é reinterpretado na perspectiva autonomista a partir de seus atributos combativos”. A interação só é possível quando o indivíduo se sente parte de um grupo e os outros componentes o identificam como um membro.

Cidadão é todo mundo que faz parte de uma comunidade política e, portanto, tem uma série de deveres e uma série de direitos que precisam ser respeitados e cumpridos, ou a “mobilização social, política e cultural dos migrantes é considerada, em si, como uma ação cidadã concreta e prática, fundada no supremo “direito de reivindicar direitos” (ElHajji, 2017, p. 212). A integração do imigrante envolve necessariamente sentir-se cidadão da sociedade em que reside, ao ser aceito como membro dessa sociedade. ElHajji (2017) complementa que a “ação que acaba transformando, na prática, as noções de democracia e cidadania e transbordando os limites do Estado-nação, para se inscrever na tradição humanista que não dissocia o ideal democrático dos direitos humanos universais”.

Portanto, no mundo da globalização, em que o conceito de sociedade aberta é uma realidade, a cultura, a cidadania, a identidade e a integração devem ser entendidas como aspectos fundamentais do processo de aceitação social do imigrante (CANCLINI, 2015a). Deve-se fugir da tentativa de limitar esses conceitos e entender que os elementos fazem parte de um processo contínuo que retribui e gera nas sociedades multiculturais modernas uma mudança cultural necessária.

### 3 A COMUNICAÇÃO EM CONTEXTOS INTERCULTURAIS

A terceira parte, “A comunicação em contextos interculturais”, foi desenvolvida para entender a relação das práticas comunicacionais nos processos migratórios e como isso está entrelaçado com a questão da comunicação e da adaptação intercultural, uma vez que se compreende a relevância de evidenciar o equilíbrio de duas culturas enquanto ocorre uma adaptação intercultural à sociedade.

A migração não é um fenômeno recente na sociedade humana. Ela tem estado presente ao longo da história do homem. No entanto, nas últimas décadas, os fluxos migratórios intensificaram-se, e, com isso, novas formas de espaço-tempo foram sendo desenvolvidas com a aproximação dos grupos sociais, culturais e étnicos, estimulada pela circulação de informações e deslocamentos humanos. O presente capítulo apresenta como se dão as práticas comunicacionais nos processos migratórios contemporâneos. Vê-se que, com a chegada da era da globalização, ocorreu o surgimento de uma nova estrutura social, conectando a comunicação aos estudos migratórios, derivados da interculturalidade. A comunicação intercultural e sua adaptação têm mostrado importância crescente em muitos aspectos da vida moderna, bem como para o sucesso da integração, pois sem o indivíduo não há migração, fluxo ou deslocamento.

Logo, neste capítulo, são expostas, *a priori*, as práticas comunicacionais nos processos migratórios, mediadas pela tecnologia, revelando alguns constructos interculturais que auxiliam na compreensão da comunicação intercultural e de sua competência, assim como do processo inerente de adaptação intercultural. À medida que as sociedades contemporâneas estão expostas a uma pluralidade de visões sob diferentes contextos, passam por um dilema intercultural, decorrente da abertura econômica, dos processos migratórios e dos aspectos transnacionais facilitados pela tecnologia.

Esse cenário, para além das fronteiras geográficas, aponta para uma vertente de como essa pluralidade está sendo percebida pela sociedade de forma mais ampla, despontando a “adoção de uma perspectiva sistêmica, em que a cultura e a comunicação são dimensões sinérgicas que não funcionam em separado”

(FERRARI, 2015, p. 43). Ou, como alguns pesquisadores mencionam, essa ligação colabora com o estudo de uma nova perspectiva, a interculturalidade.

Como peças de uma corrente, têm-se os processos comunicacionais, que, ao lado da cultura, estabelecem as bases para o diálogo cultural entre os diferentes grupos. Portanto, a análise da comunicação intercultural deve ir para além da abordagem entre identidades e diferenças, assim como para além da somente comparação entre culturas. Esse contato entre duas ou mais culturas não pode ser encarado de maneira leviana, pois traz consigo exigências em todas as suas vertentes e representa um desafio para a diversidade cultural, ao criar condições para um novo diálogo entre culturas e civilizações.

### 3.1 DESAFIOS INTERCULTURAIIS

A perspectiva intercultural está orientada para a construção de uma sociedade democrática, que valoriza e respeita todas as diferenças e trata com igualdade seus diversos atores sociais. No entanto, como os fluxos humanos em constante movimento, as diferentes culturas “afetam e são afetadas e tensionadas pelas próprias vivências e contingências da imigração” (SOUZA, 2019, p. 50), bem como pelos entrelaçamentos e cruzamentos, onde configuram novas frentes investigativas da interculturalidade, por ser mais condizente com a formação histórica latino-americana (ELHAJJI, 2012).

De acordo com ElHajji (2012, p. 37), o “viés intercultural promove uma sociabilidade baseada no contágio social e subjetivo, na tradução, na hibridização e na contínua reformulação dos princípios identitários do indivíduo, do grupo e da sociedade na sua totalidade”. Assim, a interculturalidade abarca uma dimensão da cidadania das migrações passível de ser constituída mediante um diálogo capaz de produzir um lugar ou uma ética em que se combinam dimensões universais e/ou particulares das identidades culturais relacionadas tanto aos contextos de origem quanto aos de destino dos migrantes (ZANFORLIN, 2014).

Nesse aspecto, a temática da interculturalidade no contexto de mudança, por se tratar de uma ideia que implica as relações e trocas entre culturas diferentes, ajuda a entender os sucessivos desafios que são lançados na perspectiva global e são resultado das exigências de uma globalização contra-hegemônica, que deixa

transparecer a multiplicidade de identidades que compõem a sociedade multicultural. Esses desafios partem da perspectiva de que o “pluralismo cultural não pode ignorar a diversidade e as relações entre os diferentes indivíduos e grupos, sejam esses contatos estruturados ou não”. (RAMOS, 2001, p. 156)

A noção do intercultural parte do conceito de que as culturas não se encontram isoladas. Por conta disso, a interculturalidade pode ser manifestada de três principais formas. A primeira delas mostra que o contato entre diferentes culturas não deve conter relação de dominação nem de não reconhecimento da cultura alheia. Já a segunda diz que, ao entrar em contato com uma cultura, é necessário que haja diálogo, respeito e reconhecimento das particularidades dessas culturas, o que pode vir a modificar alguns símbolos existentes nessas culturas, por causa da interação. A última forma define a interculturalidade como uma relação entre duas ou mais culturas, porém com o reconhecimento de que o resultado de um diálogo não vai afetar ou modificar as diferentes culturas (OEI, 1997-1998, p. 4).

Esses aspectos implicam que a noção de interculturalidade deve perspassar pela relação, processo, dinâmica e ser levando em conta das identidades individuais e coletivas, além de integrar cada vez mais o contexto social, econômico e político (RAMOS, 2001), ou seja, a interculturalidade assinala uma dimensão de interação, contato entre pessoas de culturas distintas e de universos simbólicos compartilhados. No entanto, os estudos interculturais apontam que as diferenças culturais são em geral antes um fator de conflito do que de sinergia, operando numa perspectiva transnacional.

Para acompanhar essas mudanças oriundas principalmente de uma nova estrutura social, com base em elementos transnacionais constitutivos da sociedade contemporânea, faz-se necessário pensar na “interculturalidade e na comunicação intercultural, como marcos centrais da paisagem social e política da atualidade” (ELHAJJI, 2006, p. 3).

Na atualidade, como descreve Zanforlin (2012, p. 434) os grupos migrantes buscam muito mais “reiterar sua cultura”, além de manter os seus “laços originais num processo constante de negociação”, bem como proceder com a “interlocação com a cultura do local” onde passam a constituir suas novas vidas. Desta forma, a interculturalidade se conduz como um princípio norteador dos novos grupos de migrantes, ampliando os usos que se faz do termo, não apenas no “aspecto cultural/identitário, mas também político e cidadão”.

### 3.2 AS PRÁTICAS COMUNICACIONAIS NOS PROCESSOS MIGRATÓRIOS MEDIADAS PELA TECNOLOGIA

Nas últimas décadas do século XX, o mundo pôde perceber as grandes transformações ocorridas nas diversas áreas, econômica, social, política, tecnológica, ideológica, cultural, entre outras, vinculadas principalmente a uma visão globalizante da expansão do capitalismo. Essas mudanças, que são de ordens diferentes e em inúmeras esferas da sociedade, acabaram por alterar as imagens e ideias sobre o processo de migração, com a circulação de capital, mercadorias e pessoas. Assim, se os deslocamentos humanos, como já se sabe, têm sido constantes ao longo das páginas da história, as migrações nas últimas décadas foram vistas como um processo intrínseco às grandes mudanças do mundo, construindo um excedente populacional.

Para compreender esse processo de mudança nos espaços comunicativos transnacionais, Denise Cogo (2010, p. 81)<sup>22</sup> comenta que existem três processos de mudança social contemporâneos: “As possibilidades de experimentação abertas pelas tecnologias da comunicação, a intensificação das redes sociais e o incremento dos movimentos migratórios transnacionais”.

O primeiro está ligado às “possibilidades de experimentação abertas pelo desenvolvimento das Tecnologias da Comunicação”, em que os espaços têm um caráter essencial para a “construção e circulação de imaginários”, notadamente quando direcionados para as disputas de “cidadania nos âmbitos socioeconômico, político e cultural” (COGO, 2010, p. 83). Ainda na descrição de Cogo (2010, p. 83), o segundo processo dá-se com a “intensificação das redes sociais”, enquanto gerador de novas modalidades relacionais e de “mobilização das sociedades” contemporâneas, nas quais se admitem “dimensões inventivas e solidarísticas” que “extrapolam as dinâmicas locais e nacionais”.

Já o terceiro processo diz respeito ao “incremento dos movimentos migratórios em âmbito internacional”. Esse incremento vem colaborando demasiadamente para a “intensificação e aprofundamento dos contatos,

---

<sup>22</sup> A autora neste artigo propõe o conceito de “comunicação cidadã” e faz uma análise das práticas comunicativas das migrações transnacionais como exemplo para refletir sobre como os exercícios da comunicação cidadã vão se definindo por modos específicos de interações transnacionais dos migrantes com as tecnologias da comunicação desde a perspectiva tanto do consumo individual como da ação solidária em nível coletivo (COGO, 2010).

intercâmbios e conflitos culturais”, assim como para a difusão de duas novas formas de cidadania, “a intercultural e a cosmopolita” (COGO, 2010, p. 84).

Dessa maneira, esses processos derivam de espaços comunicacionais, nos quais se tem o alinhamento da comunicação com as interações interculturais existentes. “A cultura se relaciona com a comunicação” a partir do momento em que a segunda permite que a primeira não se torne algo estático, mas sim “de constante reafirmação e também de redefinição” (FERRARI, 2015, p. 50). Notadamente, “as relações entre a cultura e a comunicação” possuem uma natureza “tão complexa que até mesmo expressá-las é difícil”. Ao mesmo tempo em que “a comunicação permite a existência da cultura, a cultura condiciona a forma de comunicarmos” (FERRARI, 2015, p. 50).

Se a “comunicação é um processo constitutivo da sociedade atual” (AVILA, 2016, p. 23), então se pode afirmar que “as práticas comunicativas [...] ocorrem em um contexto multicultural [...] compreendidas por suas características próprias” (FERRARI, 2015, p. 50). Logo, nesses novos circuitos sociais, advindos, sobretudo das mídias e tecnologias da informação, as práticas comunicativas dão-se em torno desse novo ambiente, midiático e híbrido.

As diásporas contemporâneas são dispersas e difusas, estendidas por uma diversidade de territórios (ZANFORLIN; DRAVET, 2015). Com a diminuição das distâncias e do tempo, assim como a possibilidade de transporte rápido e a “instantaneidade” da comunicação, distâncias “vivas” entre diferentes pontos do “espaço físico são inversamente proporcionais ao tempo necessário para atravessá-las” (ELHAJJI, 2006, p. 9). Pois, na atualidade, ao configurar essa nova esfera “étnico-cultural transnacional”, torna-se cada vez mais longe a desvinculação do “universo simbólico inicial ou o afastamento das comunidades ‘irmãs’ espalhadas” pelo mundo (ELHAJJI, 2006, p. 9).

Essa significativa ampliação da mobilidade humana, pautada na premissa de emigrar, residir no país receptor por um período e retornar com condições melhores, principalmente com capital financeiro superior ao de sua saída. Assim, nos variados campos e espaços dos estudos de migração, também se coloca a questão do retorno, como um dos aspectos onde mais se teve transformações, derivados da ampliação das práticas comunicacionais, relacionadas na sua totalidade a “comunicação eletrônica”, que se tornam suportes importantes para analisar a continuidade desta mobilidade ao longo do tempo. De acordo com Avila (2016, p.75)

“as redes sociais podem ser todas as interações de indivíduos ou grupos em suas relações cotidianas”, assim como podem surgir a partir de “demandas das subjetividades e da identidade de cada um.”

Muitos estudiosos do fenômeno da migração, em diferentes continentes, dentre eles Sayad (2000) têm insistido no argumento de que a migração de retorno, é constitutivo do projeto migratório, mesmo que ao longo do tempo não se concretize. Esse movimento populacional produz marcas no território de origem, de destino e nos sujeitos que dele participam. Esse esforço “de enraizamento e reterritorialização que, na prática comunicacional, se reflete por notáveis estruturas de comunicação e mídia” (ELHAJJI, 2011, p. 6) configura o atual debate sobre o processo migratório. Uma vez, que o processo de “desterritorialização vem acompanhado do de re-territorialização, via ciberespaço” (HAESBAERT, 2004, s.p.), configuram esse atual debate sobre o processo migratório proporcionado pela globalização “onde a vivência da experiência da superação do território” fornece recursos para toda “espécies de experiências de construção do eu em todo tipo de sociedades e para todo tipo de pessoas” (APPADURAI, 2014, p. 14-15).

A sofisticação tecnológica em seus diferentes campos – comunicação, informação, transporte, entre outros – contribuiu para a relativização social do espaço físico, em que as distâncias tomam novos olhares. Destarte, observa-se como os imigrantes recorrem constantemente à relativização de instrumentos de distância, no viés da comunicação virtual e telefônica, propiciada de modo especial por meio de celulares/*smartphones*, *chats*, videochamadas, *WhatsApp*, etc. Pode-se afirmar que essas tecnologias possibilitam a manutenção da união, a reciprocidade e a interação das pessoas que estão distantes geograficamente.

Além disso, é possível afirmar que a disponibilidade dos meios de comunicação e de transporte avançado deu origem a um novo tipo de movimento em projetos migratórios que permite o surgimento de espaços múltiplos e comunidades transnacionais. Ou, como afirmam Zanforlin e Dravet (2015, p. 3), essa mudança de concepção nesse cenário remete “à noção de pertencimento e à emergência do transnacionalismo, em que o pluripertencimento” aparece de maneira inevitável a ser discutido. Ainda segundo Zanforlin (2012, p. 435) “esses múltiplos pertencimentos, locais e globais”, coexistindo em espaços cada vez mais diversos, sendo capazes de “conviver, reconhecer e apontar a diferença, a alteridade, num entrelaçamento intercultural”.

Nos diversos estudos sobre o fenômeno migratório, torna-se evidente a forte conexão que os imigrantes estabelecem com a sociedade de emigração por causa do desenvolvimento de novas tecnologias. As redes migratórias “são constituídas por laços que conectam migrantes, migrantes pioneiros, migrantes em potencial nas áreas de origem e destino” (BRZOZOWSKI, 2012, p. 141), geralmente pelas relações familiares, amizades e comunidades de origem. Essas redes são facilitadas pelas tecnologias de comunicação, e esse contato entre migrantes acaba sendo um importante fator ativo nas suas relações diárias.

Por essa conjuntura, o uso no “cotidiano das tecnologias da Comunicação que fazem os migrantes como cidadãos inseridos em redes sociais, especialmente de familiares e de amigos” (COGO, 2010, p.97), em prol dos meios de comunicação, favorecem a possibilidade de o emigrante participar da vida de sua comunidade, trazendo uma realidade positiva diante das possibilidades oferecidas pelos meios de comunicação tecnológicos.

Ainda no caso dos imigrantes, os recursos tecnológicos auxiliaram na “implementação de seus projetos migratórios e de vida nos territórios simbólicos de intersecção entre as culturas do país de nascimento e dos lugares de trânsito e instalação” (COGO, 2010, p.97), seja por meio das câmeras *web*, os suportes informáticos de comunicação instantânea, as câmeras digitais e o envio de arquivos de multimídia permitem-lhes partilhar a sua experiência com os membros de sua comunidade de origem e vice-versa, diariamente.

Dessa forma, os imigrantes podem transmitir e compartilhar seus diferentes momentos emocionais, suas preocupações e alegrias, suas transformações físicas, ou mesmo momentos específicos, está interrelação reforça “o migrante como sujeito que se agrega, também em redes, a outros migrantes e não migrantes e mobiliza capacidades solidarísticas para transformar as tecnologias em lugar de (re) criação de ações transnacionais” (COGO, 2010, p.97).

A natureza do fenômeno migratório é fundamentalmente ambígua. Ou seja, ela está no nó de contradições que habitam a consciência de todos os migrantes e no limite de cada indivíduo diante da representação que ele tem da emigração e da imigração (sua, eventualmente, e, sempre, a dos outros), na medida em que todo indivíduo é, em princípio, um membro de um grupo original (a gênese não é apenas biológica aqui, mas também social, histórica, política, cultural etc.) (BRZOZOWSKI, 2012).

Hoje em dia, a tecnologia digital e a comunicação eletrônica propiciam que os migrantes construam uma forma de presença que não escapa às formas de relacionamento virtual que assumiram grande relevância nas sociedades modernas como um todo. Essas mudanças nas dimensões espacial e temporal das sociedades contemporâneas são o que Castells (1999a) chama de “cultura da virtualidade real”, baseada em geral em elementos de uma teoria transcultural. A economia e a sociedade formam uma rede para facilitar as conexões e os fluxos comunicacionais entre os migrantes na adaptação para com o novo ambiente, mas com diversos vínculos com o país de origem.

Assim, avanços tecnológicos, que afetam todas as esferas da sociedade, também dizem respeito à experiência dos imigrantes. Todavia, “não é o caráter de novidade da comunicação alavancado pelas novas mídias” o ponto central da discussão, e sim a forma “com que as redes, virtuais ou não, propiciam ou não que sujeitos tenham um espaço de circulação de informação e, com ele, apropriem sentidos e os produzam” (AVILA, 2016, p. 76).

Vê-se que o acesso a essas mídias determina a construção de novas formas de presenças e ausências, proximidade e afastamento, que apresentam articulação e lógica cada vez mais complexas, cuja influência deve ser considerada para a compreensão dos processos migratórios.

### 3.3 COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

A comunicação intercultural não surgiu com a globalização, nem é um novo paradigma do século XXI. Na história da humanidade há indícios de que a comunicação intercultural sempre existiu: em guerras entre tribos, na subjugação de povos, na expansão de impérios, no estabelecimento de comércio, na conquista de territórios, na exportação de produtos. Atualmente, ela tornou-se mais intensa, pelo desenvolvimento do capitalismo e pelas correntes de migração internacional, facilitada, sobretudo pela evolução dos meios de comunicação, da tecnologia e dos meios de transporte. Assim, o mundo começou a estruturar as nações para abrigar e inserir as pessoas no contexto internacional, gerando o crescimento dos países, mas dando oportunidade para que pessoas pudessem ter seu lugar ao sol.

A criação de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) demonstrou que era necessário conhecer a cultura dos diferentes povos para poder se comunicar e, principalmente, para negociar com eles (FERRARI, 2015; ALSINA, 2004). Liga-se esse ponto à sociedade globalizada, que tem sido um dos fenômenos mais discutidos no *boom* da informação contemporâneo.

O número de migrantes internacionais em todo o mundo atingiu 272 milhões em 2019, contra 221 milhões em 2010 e 174 milhões em 2000. Esse número deve chegar a 405 milhões em 2050. Da população mundial no ano de 2019, 3,5% foi de migrantes internacionais, em comparação com 2,8% em 2000<sup>23</sup> (ONU, 2019).

Esses dados indicam como a migração internacional é um fato consumado. Não é mais possível imaginar o mundo sem esses fluxos humanos. “O fato migratório é definitivamente aceito” como um “fenômeno histórico irreversível” (ELHAJJI, 2014, p. 147). Segundo Patarra (2005, p. 24), os movimentos migratórios internacionais devem ser considerados, pois “constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária” e, com isso, sua relação com a “reestruturação econômica produtiva em escala global”.

Dessa maneira, na atualidade, entende-se que a comunicação intercultural acaba contribuindo para esse fato consumado, afinal, como descreve ElHajji (2005), ela é um “reflexo repleto de significados das mudanças estruturais e organizacionais que afetaram o nosso mundo contemporâneo”, em decorrência do processo de globalização e de seus conhecidos efeitos “sobre a geografia humana, social, política e cultural do planeta” (ELHAJJI, 2005, p. 53).

---

<sup>23</sup> De acordo com *International Migration 2019*, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (2019), em níveis e tendências da migração internacional a parcela dos migrantes internacionais na população total variou consideravelmente entre as regiões. Oceania (21,2%), América do Norte (16,0%), Europa (11,0%) e norte da África e Ásia ocidental (9,4%) registraram as proporções mais altas de migrantes internacionais na população total. Por outro lado, os migrantes internacionais representavam 2,2% do total da população na África Subsaariana, 1,8% na América Latina e no Caribe, 1,0% na Ásia Central e do Sul e 0,8% no leste e sudeste da Ásia. Em 2019, dois terços de todos os migrantes internacionais viviam em apenas 20 países. O maior número de migrantes (51 milhões) residia nos Estados Unidos da América, igual a 19% do total do mundo. Alemanha e Arábia receberam o segundo e o terceiro maior número de migrantes em todo o mundo (cerca de 13 milhões cada um), seguidos pela Federação Russa (12 milhões), Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (10 milhões) e Emirados Árabes Unidos (nove milhões). Dos 20 principais países de destino de migrantes internacionais em todo o mundo, sete estavam na Europa, quatro no norte da África e na Ásia ocidental, três na Ásia central e na do sul, dois na Ásia oriental e na do sudeste, dois na América do Norte e um na África subsaariana e na Oceania.

A comunicação intercultural tem sido relevante em muitas áreas da vida contemporânea, uma vez que estabelece uma dinâmica intercultural entre migrantes e suas sociedades de acolhimento e de origem. O termo *comunicação intercultural* foi proposto pela primeira vez por Edward T. Hall (1975), no seu livro *The silent language*, e o teórico foi reconhecido como o fundador do campo (ZANFORLIN, 2014). Ademais, a “comunicação intercultural é uma comunicação conflitiva, pois desencadeia interações que nem sempre estão estruturadas para a simetria e o equilíbrio” (FERRARI, 2015, p. 57). Portanto, como sugere ElHajji (2005, p. 58) a proposta em termos de “comunicação intercultural”, no mundo contemporâneo “é de não ignorar o caráter político e estratégico da culturalidade e da etnicidade em seus níveis regional, nacional e global”.

Hofstede (2003), em sua teoria sobre dimensões culturais, defende que o ponto de partida para que esses conflitos sejam solucionados é a “tomada de consciência”, em que o indivíduo passa a compreender melhor a realidade do outro. Ou seja, a aprendizagem de outros valores culturais pode ser concretizada conforme a “aquisição de conhecimento”. Touraine (1998) diz ainda que um indivíduo somente conseguirá concretizar uma comunicação intercultural caso ele se desligue previamente da comunidade, tornando possível a compreensão do “outro” sem receios nem inseguranças.

Em uma entrevista, o interculturalista Milton J. Bennett (2011 *in* HACKRADT, 2013) afirmou:

A Comunicação Intercultural é uma evolução da Teoria da Comunicação para um contexto mais global; defende que as pessoas precisam primeiro entender a si, aprender a dar significado a suas próprias formas de comunicação, para só então poder criar significados que façam sentido para todos os outros.

Por dar significado às suas formas de comunicação, esta é concebida como interativa. Explica Ferrari (2015, p. 57) que o “processo comunicativo como mecanismo que permite as ações relacionais [...] é também relacional porque o peso dessas relações condiciona constantemente a direção e o sentido da interação”. A relação entre os sujeitos ocorre na vida cotidiana, que, na visão de Falikoski (*apud* WEBER, 2004), ocorre porque introduz um novo termo neste trabalho, que é o *ruído*, representado por qualquer força que impede a efetividade da comunicação. Esse ruído pode ser caracterizado como:

- *externo* ou físico, que corresponde a algo que distraia e que prejudique a audição;
- *fisiológico*, que inclui os fatores biológicos do transmissor ou do receptor, como, por exemplo, a fadiga;
- *psicológico*, que prejudica a habilidade de expressar e compreender uma mensagem, em razão de alguma perturbação interna do comunicador (ADLER; TOWNE *apud* WEBER, 2004, p. 44).

Esse ruído na comunicação intercultural aparece principalmente, de modo subjetivo, quando ocorre a interação intercultural entre dois ou mais grupos e o contato com a cultura “diferente”, em que são produzidas as “interpretações do mundo” (FERRARI, 2015). Os fenômenos de comunicação envolvendo esses grupos os obriga a influenciar e ser influenciados pelos elementos culturais anteriores inscritos no indivíduo (FERRARI, 2015).

Nesse sentido, Edward T. Hall (1975) relata que a comunicação funciona da mesma forma que a linguagem humana, e a cultura é uma linguagem que trabalha com mais equipamentos do que o vocal e os símbolos não verbais. Na fala de ElHajji (2005, p. 43), a análise da comunicação intercultural deve

servir de instrumento para medir e avaliar as relações intercomunitárias e interculturais e prever eventuais conflitos em incubação entre os diferentes grupos culturais componentes da sociedade e/ou entre um determinado grupo e a sociedade geral.

Pode-se então inferir que a comunicação intercultural é, em essência, um processo de interação em múltiplos níveis, intrapessoais, interpessoais e sociais. Logo, o contato e a comunicação são os dois conceitos críticos de comunicação intercultural. Ou seja, a comunicação intercultural deve ser entendida pela “nova dinâmica da sociedade”, na qual as culturas são “híbridas” e os “contatos entre as pessoas diferentes” são cada vez mais frequentes, o que leva à “aceitação de que a comunicação e os processos culturais” são cada vez mais incoerentes no “mundo global e da onipresença digital” (FERRARI, 2015).

Criam-se, portanto, os espaços para o diálogo cultural, à medida que os sujeitos compreendem a comunicação intercultural. Avila (2018, s.p) escreve que para os estudos de “comunicação intercultural não basta integrar-se politicamente,

socialmente e economicamente, mas, junto a isso, o grupo acolhedor e o grupo acolhido devem comprometer-se um ao outro, a partir do convívio respeitoso”.

Bennett (2013) diz que a comunicação intercultural como teoria evolutiva da comunicação, em razão das mudanças advindas da globalização, precisa entender quais são essas diferenças, perceber o que afeta essa comunicação e buscar uma forma eficaz de se comunicar, embora haja diferenças culturais entre duas ou mais pessoas ou grupos.

A interculturalidade enfoca a necessidade do diálogo, da vontade de inter-relação e não de dominação de forma permanente e constante. Esse diálogo ocorre para a construção das relações interculturais, quando o elemento central do processo comunicacional é a compreensão, onde o grupo começa a entender e assumir o sentido que as coisas e os objetos têm para os “outros”.

As condições para um diálogo intercultural, pode perpassar pela sensibilidade cultural, ao sugerir uma forma de aproximação à diversidade. Nesse sentido, quando ocorre a *adaptação*, as pessoas, usando os conhecimentos relativos às diferenças culturais, se relacionam mesmo que com algumas dificuldades com pessoas ou grupos sociais diferentes. Principalmente a *integração*, que é quando as pessoas, despreendem esforços de forma contínua para superar e resolver situações de conflitos e preconceitos, vivem uma convivência positiva (BENNETT, 2004, s.p). Essa duas formas, podem ser entendidas como a própria interculturalidade ou o caminho mais próximo para se chegar a ela.

Em geral, visões etnocentristas podem ser percebidas como maneiras de evitar a diferença cultural, seja negando a existência da diferença, levantando as defesas contra a diferença ou minimizando a importância da diferença. Já as visões etnorelativistas são maneiras de alcançar a diferença cultural, quer seja aceitando sua importância, ajustando a perspectiva para considerá-la ou integrando esse conceito na definição de uma identidade (BENNETT, 2004, s.p). Para além do contexto das migrações internacionais, a comunicação intercultural também é importante para os contextos locais onde ocorrem os encontros de culturas, assim como a sensibilidade e também a competência são essenciais.

### 3.3.1 Competência de Comunicação Intercultural

A competência da comunicação intercultural é considerada uma das mais importantes pesquisas de abordagem interdisciplinar, sendo amplamente estudada por autores como Rathje (2007) e Spitzberg (2000), afinal uma comunicação intercultural apropriada requer competência social também. O modelo integrativo de Wiemann (1977)<sup>24</sup> abordou a competência de comunicação como a capacidade de um interagente em escolher entre comportamentos comunicativos disponíveis, a fim de que esse indivíduo possa alcançar com sucesso as suas próprias metas interpessoais, mantendo a linha de seus companheiros interagentes, conforme as limitações da situação. A conceituação de Wiemann (1977) baseia-se principalmente em suposições no campo da comunicação interpessoal.

Os princípios de eficácia (alcançar a própria meta) e adequação (não violar normas) na definição das competências de comunicação de Wiemann (1977) foram ainda elaborados por modelos mais abrangentes que incluem componentes do conhecimento, motivação, habilidades sociais e fatores contextuais em diferentes níveis de análise.

Tem havido um debate sobre a questão de saber se a comunicação intercultural é específica da cultura universal, tal como em Koester e Olebe (1988)<sup>25</sup>, ou se a comunicação intercultural, assim como a comunicação interpessoal, é por si só em essência uma forma de interação social que exige competência social comunicativa. Todavia, se a definição de comunicação intercultural equivalesse a qualquer outra interação social, ignoraria a dificuldade excepcional, de modo geral, dos interagentes diante das suas experiências em contextos de ter de se adaptar a outras culturas (RATHJE, 2007).

Nessa medida, Ferrari (2015, p. 59) afiança que as competências interculturais são definidas por um “conjunto de capacidades necessárias para um relacionamento” condizente com aquilo que é diferente de cada indivíduo. Afinal, as capacidades são de “natureza fundamentalmente comunicativa, mas também

---

<sup>24</sup> Sua pesquisa investigou o conceito de competência comunicativa. Uma definição e um modelo de competência comunicativa de cinco componentes são propostos. Gerenciamento de interação, empatia, afiliação/apoio, flexibilidade comportamental e relaxamento social são identificados como componentes de competência, com o gerenciamento de interação desempenhando papel central.

<sup>25</sup> A abordagem comportamental para medir a eficácia da comunicação intercultural é usada como base teórica e metodológica para o desenvolvimento da eficácia da escala de avaliação comportamental para a comunicação intercultural (BASIC).

compreendem a reconfiguração de pontos de vista e de visões do mundo” (FERRARI, 2015, p. 59).

Alguns teóricos, tais como Rathje (2007), afirmam que a competência bicultural é fundamentada nas experiências e no conhecimento de uma ou mais culturas específicas. Por meio dessas experiências, o indivíduo cultural tende a identificar a si próprio com o ambiente cultural externo. Logo, vê-se que a identidade cultural se tornou, assim, a noção-chave para a competência comunicativa intercultural, já que o “diálogo intercultural requer o empoderamento de todos os participantes para que exista a interação sem a perda da identidade pessoal ou coletiva” (FERRARI, 2015, p. 59; UNESCO, 2009).

Seguindo essa mesma linha, Ting-Toomey (1999) e Samovar, Porter e McDaniel (2012) fundam suas teorias no pressuposto de que a comunicação intercultural ocorre pelo fato de as diferentes camadas se comunicarem com elementos culturais concretos. Portanto, três elementos culturais têm o potencial de afetar situações em que as pessoas que vêm de diferentes origens se comunicam umas com as outras: percepção, processos verbais e processos não verbais. Assim como três elementos socioculturais são diretamente pertinentes à percepção e comunicação: os valores culturais, a visão de mundo (religião) e a organização social (família e estado).

O aspecto verbal da comunicação falada e escrita reflete a cultura, por esta ser um conjunto de crenças, valores e condutas aprendidas, compartilhadas e realizadas por grupos de pessoas em interação. A linguagem verbal é um veículo para as pessoas se comunicarem na interação social, expressando e criando experiências. Por fim, a mensagem não verbal na comunicação intercultural pode ser recebida pela análise de comportamento, pelos movimentos corporais, pelas expressões faciais, pelos conceitos de tempo e pela utilização do espaço, conforme Quadro 3.

Elementos da comunicação intercultural		
Percepção	Processos verbais	Processos não verbais
<p><b>Valores culturais:</b> ética e moral, lazer, atitudes em relação a gênero e idade, definição de liberdade, práticas religiosas, ritmo de vida, hábitos alimentares, música e decoração, amizades etc.;</p> <p><b>Visão de mundo:</b> religião, expressões artísticas;</p> <p><b>Organizações sociais:</b> sistemas de educação familiar, atividades econômicas, linguagem verbal, comportamento corporal, trabalho e práticas diárias, movimentos corporais, expressões faciais, toque, conceito do tempo, uso do espaço e da política.</p>	<p>Linguagem verbal.</p>	<p>Comportamento corporal; Movimentos corporais; Expressões faciais; Conceito de tempo; Uso do espaço.</p>

**Quadro 3** – Elementos para a comunicação intercultural  
Fonte: adaptado de Samovar e Porter (2003)

A cultura manifesta-se em aspectos como linguagem, práticas comunicativas, atos sociais, atividades econômicas e políticas, hábitos alimentares, amizades, sistemas de ensino, expressões artísticas, instituições políticas e sociais, capacidades econômicas e práticas diárias. Igualmente, os valores envolvendo ética e moral, trabalho e lazer, definições de liberdade, importância do passado, práticas religiosas, ritmo de vida e atitudes em relação ao sexo e à idade estão entrenchados profundamente em uma cultura.

Os valores culturais que influenciam mais diretamente na comunicação intercultural se relacionam com o individualismo e o coletivismo, a família, a religião, o materialismo, a natureza humana, a ciência e a tecnologia, a concorrência, o trabalho e o lazer, a igualdade, os papéis de gênero, a natureza e o ambiente, o tempo, a formalidade e a informalidade, a conversa, o silêncio e a harmonia interpessoal (SAMOVAR; PORTER, 2003).

Corroborando com esse pensamento, a Unesco (2009, p. 10) assegura:

O êxito do diálogo intercultural não depende tanto do conhecimento dos outros, mas sim da capacidade de ouvir, da flexibilidade cognitiva, da empatia, da humildade e da hospitalidade. [...] Do mesmo modo, as práticas e os acontecimentos multiculturais, como o estabelecimento de redes de cidades mundiais, os carnavais e os festivais culturais podem ajudar a superar barreiras criando momentos de comunhão e diversão urbanas.

Ting-Toomey (1999) apresenta uma perspectiva de negociação de identidade de competência de comunicação transcultural em comunicação consciente entre culturas. Como observado pelo autor, os fatores antecedentes para adaptação intercultural podem ser categorizados por diferentes níveis:

- fatores de nível de sistema, que incluem condições socioeconômicas;
- postura multicultural e política;
- grau de apoio institucional;
- definições dentro ou fora do grupo;
- grau de distância cultural;
- fatores a nível individual para cobrir motivações dos recém-chegados;
- expectativas individuais;
- conhecimento cultural;
- atributos de personalidade.

Os indivíduos quando estão em uma nova cultura podem sofrer o processo de mudança durante a adaptação intercultural, ou seja, o processo de choque de cultura, que envolve perda de sensação de identidade, rejeição de identidade, confusão de identidade ou impotência de identidade. Também pode ser influenciado por fatores antecedentes como: o sistema, o individual e o interpessoal (TING-TOMMEY, 1999). Com as alterações dos fatores do processo, vê-se o gerenciamento dos problemas relativos ao choque cultural, aos objetivos, à mudança de identidade, bem como na esfera de como gerenciar a nova relação, decorrente, na atualidade, na sua maioria dos fluxos migratórios. Por fim, os fatores resultantes expõem a busca pelo nivelamento dos fatores antecedentes.

### 3.4 ADAPTAÇÃO INTERCULTURAL

A pesquisa em comunicação intercultural foi estabelecida pela primeira vez como campo acadêmico em 1960, quando os voluntários do Corpo da Paz americano foram motivados por interesses práticos a estudar sobre o conhecimento de culturas no mundo em desenvolvimento (FERRARI, 2015). Essa linha do tempo também teve influência do Centro de Estudos Culturais (1964), por abordar aspectos

culturais da sociedade contemporânea e relacioná-los às teorias e políticas (FERRARI, 2015).

Na década de 1980, a comunicação intercultural então foi conduzida a uma vibrante recém-surgida área de pesquisa construída sob o viés interdisciplinar das disciplinas das ciências sociais.

Essa transversalidade mostra que na área da comunicação intercultural são frequentemente mencionados conceitos como ajuste, adaptação e aculturação, que são associados a experiências de transição, de desterritorialização e processo de migração, despontando assim a adaptação cultural. Shaffer e Shoben (1965) abordam os conceitos de ajuste e adaptação. Enquanto o primeiro se refere à redução ou à satisfação de unidades de curta duração, sendo algo quase instantâneo, o segundo apresenta valor para o indivíduo a longo prazo para a sobrevivência racial.

O termo *aculturação* enfatizou o aspecto da aprendizagem e aquisição de elementos da nova cultura ou ambiente (KIM, 2001). De acordo com Cuche (2002, p. 115), aculturação é um conjunto “de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos culturais iniciais de um ou dos dois grupos”.

Avila (2008, s.p) “adaptação é um ajuste às situações sociais criadas pela rivalidade e pelo conflito, sendo estes dois processos anteriores a um movimento de desorganização e reorganização”. Já a adaptação é amplamente utilizada para aludir aos processos gerais de encaixe com um ambiente mais amplo, e por isso é o termo mais frequentemente empregado no campo de pesquisa em comunicação intercultural, embora na maioria das vezes também seja alternado por aculturação a prazo.

A adaptação intercultural tornou-se a principal preocupação dos estudos de comunicação intercultural ocidental destinado a identificar maneiras de aliviar o estresse e facilitar o processo de aculturação e de imigração. Esse conceito, inicialmente, foi concebido como um fenômeno unidimensional, sobretudo à luz da análise psicológica de experiências dos imigrantes em um ambiente estranho (KLOPF, 1987). Posteriormente, na fase de investigação, esse conceito tem sido considerado como um fenômeno multifacetado digno de exploração por várias perspectivas, sendo estas as alterações cognitivas, emocionais, afetivas e comportamentais que ocorrem nos indivíduos que se esforçam para melhor ajuste

na sociedade de acolhimento. Como afirma Alsina (2004), para conseguir uma conduta intelectual adequada, tem de se produzir sinergia nos âmbitos cognitivo e emotivo.

Em sua pesquisa sobre o modelo de adaptação, Anderson (1994) delineou a literatura intercultural em quatro grandes famílias:

- a forma como um plano cartesiano de U, que é um modelo de recuperação, descrevendo o choque cultural;
- o mecanismo de acomodação cultural, que vê a adaptação como um processo de aprendizagem;
- o modelo de jornada psicológica;
- o modelo de difusão psicológica cognitiva.

O formato de U com o modelo de choque de cultura emergiu juntamente com o conceito de choque cultural e teve influência na literatura intercultural até 1990, mas investigações posteriores com base no modelo de aprendizagem começaram a tomar peso na descrição do processo de adaptação (ANDERSON, 1994).

Mais tarde, por causa da falta de experiências de apoio, a validade do modelo U-curva foi posta em dúvida por muitos teóricos, uma vez que a adaptação transcultural começou a ser descrita como uma inclinação ascendente da linha de aprendizagem. Para que uma pessoa fique adaptada na sociedade de acolhimento, ela passa por uma aprendizagem constante sobre a língua de tal sociedade, destaca ElHajji (2012, p.38) para o migrante ser considerado como um regional “passa pelo domínio da língua e outros símbolos e códigos sociais; ainda que isto não seja garantia de igualdade social”.

Nesse ponto, considera-se que a adaptação é um processo de mudança do imigrante envolvido para deixar de ser ignorante quanto à sociedade de acolhimento e, por conseguinte, conseguir realizar a fácil compreensão das etapas, adquirindo conhecimento cognitivo e comportamental.

Até a poucos anos, os modelos mais abrangentes como os seis princípios de Anderson (1994) aplicáveis à adaptação transcultural, eram baseados em trabalhos precedentes que forneceram aos pesquisadores atuais informações mais detalhadas para a compreensão de tais competências. Estas representam uma gama de habilidades cognitivas, afetivas e comportamentais que levam a efetivas e apropriadas comunicações com pessoas de outras culturas.

Anderson (1994) afirma que a adaptação cultural é, na sua essência, um contínuo progresso das respostas aos desafios e das alterações nas circunstâncias de vida causadas por experiências de transição. Trata-se de uma experiência que exige adaptação cultural causada pela perda da base familiar em seu ambiente de vida antigo. Nesse sentido, a competência de adaptação transcultural deve ser considerada tão importante na medida em que qualquer experiência comum em nossa vida diária poderia envolver algum grau de competência de adaptação.

Nesse contexto de adaptação, o indivíduo é suscetível tanto a influências externas quanto internas, como é a identidade intercultural, que muitas vezes é chamada de identidade bicultural, determinada por uma variedade de fatores, que vão desde os atributos de disposição, tais como personalidade, até o ambiente social imediato ao amplo contexto sócio-histórico dos próprios grupos culturais (HUYNH *et al.*, 2011). Três níveis de fatores são reivindicados como antecedentes de identidade bicultural:

- grupo cultural histórico, contexto político;
- fatores de disposição, tais como personalidade;
- o ambiente imediato social e experiências.

Como Yum (1987) argumenta, o contexto e algumas outras condições necessárias devem ser satisfeitos antes de os migrantes estarem envolvidos na comunicação intercultural, uma vez que esses requisitos são obtidos.

Os fatores contextuais para Kim (2001) são categorizados em disposicionais (chamados de predisposição) e nos arredores (chamados de ambiente). O primeiro inclui itens como a preparação do indivíduo para a mudança, proximidade étnica e personalidade adaptativa, e o último contém itens como receptividade, pressão de conformidade e força do grupo.

De acordo com o conceito de comunicação intercultural, o contexto da adaptação inclui objetos e fenômenos concretos de diferentes níveis do sistema que podem influenciar no resultado da adaptação. Um modelo integrativo de comunicação intercultural explica um processo interativo entre três agentes: motivação dos indivíduos para se comunicar, conhecimento da comunicação no contexto situacional e habilidades para realizar sua motivação e conhecimento (SPITZBERG, 2000).

No entanto, esses agentes são direta ou indiretamente influenciados por fatores contextuais, de acordo com a explicação estrutural preferida pelos

sociólogos. A explicação estrutural tende a olhar para um problema ou fenômeno em virtude da perspectiva da macroteoria referente aos antecedentes das circunstâncias socioeconômicas, em vez das características inerentes ao indivíduo.

Confiança na comunicação, crenças de eficácia relevantes à recompensa, disposições da abordagem do comunicador ou relação custo x benefício de uma situação aumentarão a motivação de comunicação do indivíduo. Esses antecedentes são ainda determinados por circunstâncias concretas, como tempo de residência, competência linguística, motivos de imigração, condição socioeconômica dos pais e origem do lugar, entre outros (SPITZBERG, 2000).

Para o conhecimento da comunicação no contexto e as habilidades de implementação do conhecimento, diferentes resultados podem derivar da interação em função de elementos como formação educacional, serviços institucionais, experiências pessoais e contato prévio com o outro comunicador.

Conforme Berry (2009), um imigrante traz consigo qualidades culturais e psicológicas para uma nova sociedade, e é importante conhecer as características de pré-contato dos grupos de imigrantes. Como defensor do universalismo, o autor reconhece pontos comuns de processos psicológicos básicos universais que todos os seres humanos individuais possuem, mas ele também argumenta que essas características comuns e inerentes são infinitamente variadas por fatores culturais ao longo das atividades diárias e do desenvolvimento.

Em outras palavras, essas características comuns subjacentes são expressas de maneira díspar em comunidades culturais muito distintas. Aplicado ao caso dos imigrantes, o universalismo implica que indivíduos provenientes de comunidades compartilhadas possam ter desempenho diferente em termos de adaptação cultural a uma nova sociedade, porque cada um deles se desenvolve de acordo com certas experiências culturais e competências e porque as *performances* também dependem de fatores situacionais. Portanto, para entender a competência de adaptação transcultural de um indivíduo, é essencial examinar os fatores contextuais aos quais ele está sujeito.

### 3.4.1 Processo de Adaptação Cultural

O termo adaptação cultural refere-se ao processo de “mudança ao longo do tempo que ocorre entre indivíduos que concluíram seu processo primário de socialização em uma cultura e depois entram em contato direto e prolongado, em primeira mão, com uma cultura nova e desconhecida” (KIM, 1995, p 98). O processo de adaptação pode ser identificado por três aspectos inter-relacionados: psicológico, sociocultural e econômico, conforme a teoria integrativa de Kim (1995). Uma variedade de modelos teóricos tem sido proposta para abordar diferentes níveis de adaptação individual.

As variáveis sociais e pessoais que residem na sociedade de origem e na sociedade de assentamento são consideradas inclusivas, e suas especificações são características psicológicas/de personalidade, padrões/habilidades de comunicação, características demográficas, expectativas realistas antes da partida, uso da mídia de massa, *status* socioeconômico, identidade cultural, entre outros (CUCHE, 2002).

Kim (1995) desenvolve sua estrutura teórica ponderando sobre as dimensões da comunicação humana do processo de comunicação pessoal (intrapessoal) e social. A comunicação pessoal refere-se a todas as atividades mentais internas que ocorrem no sistema dos indivíduos. Somente quando os sistemas de comunicação interna se sobrepõem suficientemente aos dos nativos é que a adaptação bem-sucedida se realiza. Isso pode ser observado em três dimensões: complexidade cognitiva, coorientação afetiva e competência comportamental.

Logo, pode-se verificar o conhecimento da linguagem, o conhecimento do comportamento não verbal e o conhecimento das regras de comunicação do receptor. O comportamento não verbal do receptor pode ser estudado por indicadores como expressões faciais, movimento corporal, padrões vocais e comportamentos espaçotemporais. Ainda de acordo com Kim (1995), o conhecimento das regras de comunicação do anfitrião abrange o conhecimento das práticas históricas, políticas, econômicas, religiosas e educacionais da sociedade anfitriã, das instituições e dos subgrupos do grupo, além de artes, ciências e tecnologia, atitudes, crenças e valores, requisitos de papel recíproco.

A complexidade cognitiva de estranhos culturais diz respeito a como eles sabem em relação ao ambiente cultural do anfitrião e é manifestada pela

diferenciação cognitiva, integração cognitiva e flexibilidade cognitiva (KIM, 1995). A coorientação afetiva permite que os estrangeiros se coloquem em uma posição psicológica favorável e compatível com a do ambiente cultural anfitrião e envolve motivação adaptativa, atitude afirmativa do eu/outro e orientação estética/emocional. A competência comportamental implica proficiências verbal, não verbal e interacional (KIM, 1995).

No que diz respeito ao processo de comunicação social na comunicação intercultural, são analisados dois ramos – comunicação social receptora e comunicação social étnica –, os quais são observados pelas divisões da comunicação interpessoal e de massa. A comunicação interpessoal é estudada ao longo da dimensão das redes relacionais cujos elementos são categorizados na proporção e no tamanho dos laços interpessoais e na força desses laços (KIM, 1995). Kim (1995) ainda completa que a comunicação de massa abrange elementos como atividades que envolvem a mídia de massa, teatro, museus, galerias de arte, bibliotecas, restaurantes, escolas, igrejas, supermercados, indústria da moda, entre outros.

As condições de receptividade do ambiente do hospedeiro para com estrangeiros e a pressão da conformidade são pertinentes ao resultado da adaptação transcultural (KIM, 1995). A primeira condição refere-se ao grau em que os nacionais anfitriões mostram abertura e aceitação em relação a estrangeiros, e a segunda significa o grau em que o ambiente anfitrião exige que os estrangeiros sigam seus padrões normativos. Estes podem ser examinados na atitude de aceitação ou negação de estrangeiros expressa na comunicação interpessoal e de massa.

A predisposição concerne às características de fundo que variam com o indivíduo. Dois fatores influenciam os processos adaptativos:

- semelhança cultural, que pode ser constatada por indicadores como linguagem, comportamento não verbal, regras de comunicação, orientação emocional e estética e padrões de comportamento, atributos de personalidade de abertura, idade, resiliência;
- preparação para a mudança, que consiste em elementos como experiências formais de educação, treinamento pré-entrada e circunstâncias da comunicação (KIM, 1995).

Como resultados do processo de adaptação, extrai-se a questão da ginástica funcional, da saúde psicológica e da identidade intercultural. Ao mostrar os

resultados da adaptação cultural, há uma referência que se faz necessária ressaltar: trata-se de um processo como um todo, cujo tempo é variável em cada indivíduo na busca por assimilar uma nova cultura. Vê-se, de qualquer forma, a sensibilidade de procurar sistematizar os resultados da adaptação levando em consideração como fatores preponderantes o viés e a particularidade psicológica do ser humano.

O fator psicológico destaca-se pela sua subjetividade no processo de adaptação. De acordo com Dantas (2017, p. 57):

A motivação da partida, o momento de chegada e o ajuste ao novo ambiente envolvem processos psicológicos específicos e a compreensão dos mesmos é urgente para que se realize um trabalho preventivo nas instituições que recebem essa população. A chegada de novos grupos ao país e seu impacto precisam ser abordados e compreendidos a fim de que o Estado possa implementar políticas voltadas para medidas preventivas que propiciem um contato pautado em conhecimento e compreensão do processo migratório.

De fato, os imigrantes enfrentam diversos desafios à saúde mental. Pode haver estresse aculturativo, estresse pós-traumático para refugiados e conflitos entre imigrantes e seus filhos, na medida, por exemplo, em que a geração mais jovem se adapta à vida em um país que pode ter valores muito diferentes dos seus.

Além da adaptação intercultural, um termo utilizado pelas áreas da sociologia e da antropologia como um processo que ocorre por meio do contato, da relação de elementos pertencentes a duas *ou* mais *culturas*, ocasionando de forma natural ou impositiva uma nova cultura, é a aculturação. Que pode ser definida como “o processo pelo qual o *empréstimo* de um ou de alguns elementos da cultura ocorre como resultado de um contato de qualquer duração entre duas sociedades diferentes” (BURNS, 2002, p. 128 grifo do autor).

No entanto, esse termo, raramente é utilizado na área da comunicação, mas o uso dos seus derivados, que segundo Burns (2002, p. 129) indica ainda os processos de simbiose cultural e assimilação, significando “a substituição de um conjunto de traços culturais por outro”.

Mas, cabe aqui, a abordagem das quatro estratégias de aculturação de Berry (2009) – integração, separação, assimilação ou marginalização – são os pilares teóricos para o estudo desse termo. O autor concorda com a suposição de que, embora os grupos interculturais em contato conheçam o papel que desempenham no nível cultural, as pessoas variam no nível individual dentro do grupo cultural em razão de fatores estruturais, como formação educacional, ocupacional e familiar. É o

que o indivíduo faz para lidar com sua nova sociedade anfitriã que decide o resultado do processo de aculturação. Com as atitudes avaliadas inicialmente e outros atributos medidos em momento posterior, como proficiência da linguagem, desempenho comportamental, identidade cultural e motivação, o quadro teórico de Berry (2009) acerca das estratégias de aculturação fica bem definido.

A estrutura de Berry (2009) apresenta quatro orientações, divididas em duas dimensões: manutenção do indivíduo imigrante em sua própria herança cultural e seu envolvimento com outros grupos étnicos na sociedade anfitriã. Aqueles que são fortemente identificados com a cultura anfitriã e a cultura étnica são considerados integrados. Aqueles com forte orientação para a cultura anfitriã sem afinidade com a cultura étnica são classificados como assimilados. Aqueles que se identificam apenas com o patrimônio cultural étnico sem nenhum interesse no ambiente anfitrião são considerados separados. Já aqueles que sentem que não pertencem a nenhum dos grupos culturais podem ser, de modo geral, marginalizados. A marginalização e a separação são apontadas como indicadores de falha na incorporação à sociedade anfitriã, enquanto a assimilação e a integração são vistas como dois modos diferentes de aculturação, com a primeira tendo identificação nacional com o hospedeiro e a segunda identificação conacional (BURNS, 2002).

As orientações mencionadas são definidas pela perspectiva das minorias étnicas em uma cultura anfitriã. De acordo com Berry (2009), acredita-se e provou-se que, durante o processo de comunicação intercultural, os dois grupos em contato exercem influência um sobre o outro, em vez de a cultura dominante impactar unilateralmente a minoria.

Em outras palavras, a sociedade anfitriã pode ser assimilada por qualidades culturais trazidas por minorias etnoculturais. Quando analisadas da posição da sociedade em geral, as estratégias aculturativas são categorizadas, e, no momento em que a sociedade dominante impõe uma política de assimilação às minorias, ela procura ser um Estado monocultural. Se o país anfitrião respeita e aceita a diversidade cultural causada pelas minorias e até leva em conta o enriquecimento da cultura anfitriã, a nação anfitriã implementa uma política multiculturalista. A marginalização forçada pelo grupo dominante sobre os imigrantes é chamada de exclusão, e, finalmente, quando a separação ocorre no tocante a questões raciais ou étnicas diferentes, tem-se a segregação por parte dos formuladores de políticas.

A política de integração deveria ser mais amplamente adotada no mundo atual. O multiculturalismo torna-se possível apenas quando a sociedade receptora assume posição aberta e inclusiva no que diz respeito à questão da diversidade cultural (BERRY, 2009).

É necessário consenso de acomodação mútua entre o país receptor e os imigrantes para a implementação bem-sucedida de uma política multiculturalista. Exigem-se esforços dos imigrantes para aprender e aceitar valores básicos da sociedade em geral, obter ativamente conhecimento da cultura dominante e obedecer às leis e estipulações públicas etc. Também se demandam da sociedade anfitriã o reconhecimento dos direitos iguais das minorias membros para trabalhar e viver como membros do grupo dominante, a aceitação de minorias étnico-culturais que vivem como pessoas culturalmente diferentes e o ajuste de serviços institucionais para atender às necessidades dos novos membros.

## 4 CAMINHOS TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES

Em “Caminhos teóricos das migrações”, a quarta parte deste estudo, procurou-se realizar uma análise teórica descrevendo, os fluxos migratórios contemporâneos, assim como buscar nas contribuições das teorias o entendimento do fenômeno migratório, tanto do aspecto micro (ênfase no individual) quanto do macro (enfoques conjunturais), destacando a formação das redes de migração e os delineamentos de algumas reflexões que possibilitam compreender melhor quem são, por que partem e como vivem os imigrantes. Abordam-se também as políticas de migração, reforçando a reflexão do processo migratório. Essa análise foi fundamentada em autores considerados referência no assunto e em pesquisadores que colaboraram com a elaboração desse percurso teórico, como Peixoto (2004), Santos *et al.* (2010), Massey *et al.* (1993), Schmitz (2015) e Patarra (2006).

### 4.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS CONTEMPORANEOS

Em um contexto marcado pelo então fenômeno da globalização, os fluxos da sociedade global passam a fazer parte dessa cadeia interconectada, ao notar que esses fluxos passam por três vertentes: a econômica, a de informação e a de pessoas. Para Thompson (1998, p. 135), a “globalização se refere à crescente interconexão entre as diferentes partes do mundo, um processo que deu formas complexas de interação e interdependência” e que permite a circulação entre as esferas globais, por ser um “processo de intensificação das relações sociais em escala mundial” (GIDDENS, 1999).

Stuart Hall (2003) entende como uma das características da globalização a contração “espaço-tempo”, em que os processos globais tornam as distâncias e os eventos distantes, como algo que tem impacto imediato em outros lugares, assim como nas pessoas. Ou seja, “a sua realização ou a sua vivência simultânea [se dão] em múltiplos pontos do espaço” (ELHAJJI, 2005, p. 56).

Esse “estreitamento do mundo” (MATTELART, 2005), por um lado, tem sido um grande estimulante e um dos vários fatores que impulsionam o processo por

parte das pessoas dos mais variados lugares do planeta de decidirem migrar, além do fato da “rearticulação das relações sociais” e de “produção em torno das novas tecnologias da comunicação” (ELHAJJI, 2005, p. 55). Segundo ElHajji (2005), essa seria uma das “particularidades da época contemporânea”, quando salienta a “natureza info-temporal e tecno-organizacional do processo de globalização”, ou seja, “da dimensão espacial para a temporal, e a instituição do princípio de instantaneidade e de imediatez como base de regulação de nossa experiência significativa” (ELHAJJI, 2005, p. 55).

Por outro lado, essa época contemporânea, para o sociólogo Octavio Ianni (1999), faz parte do novo ciclo de expansão do capitalismo, capaz de ultrapassar as fronteiras, não importa se geográficas, culturais, políticas. Com essa forma de transpor as fronteiras, insere-se a noção de “capitalismo mundial integrado” (MATTELART, 2005), isto é, a construção de “um espaço homogêneo de valorização, de unificação das normas de competitividade e de rentabilidade em escala planetária” (GADINI; REIS, 2016, p. 152), que representa o crescimento dos deslocamentos espaciais da população.

As sociedades contemporâneas contam com o desenvolvimento acelerado das tecnologias da comunicação e da informação, que, conforme Cogo (2012, p. 45), são “um incremento significativo das migrações transnacionais que vem convertendo as cidades e nações em espaços de convivência entre realidades socioculturais diversas”. A difusão da internet como ferramenta interativa e social possibilitou a milhares de pessoas conhecer o mundo e a buscar desenvolver oportunidades em outras localidades, estimulando, assim, o fluxo de pessoas. “A globalização aumenta o fluxo de informações a respeito das oportunidades ou dos padrões de vida existentes ou imaginados nos países industrializados” (MARTINE, 2005, p. 8).

De acordo com Zanforlin (2014), os meios de transporte modernos tornaram a mudança de um lugar para outro muito mais fácil, mais rápida e mais acessível do que em qualquer outro momento da história. Portes (2004, p. 74) comenta que o fenômeno das migrações “recebeu um forte impulso com o advento das tecnologias na área dos transportes e das telecomunicações”, facilitando, então, a comunicação entre as grandes distâncias e as fronteiras.

Nas mesmas redes sociais, que assumiram “relevância para o estudo das migrações contemporâneas” (COGO, 2012, p. 45), muitos encontram conhecimento

e o apoio para tomar a “decisão de migrar”. Assim, a “mobilidade humana e cultura midiática começa[m] a ser vista[s] no marco de um tipo de ambiência em torno da qual vem se dinamizando a chamada sociedade em rede” (COGO, 2012, p. 45). Esse “processo de constituição em redes”, reforça Castells (1999a), é decorrente da presença significativa das tecnologias da comunicação.

Na concepção de Castells (1999b), é preciso ampliar a noção de redes, entendendo-as como estruturas abertas, capazes de se expandir ilimitadamente, integrando novos atores, agentes e instituições. Isso inclui redes no âmbito das políticas públicas, redes formais, redes de organismos sociais, entidades religiosas e assistenciais e redes informais, potencializadas pelas redes sociais e mediadas pelo uso da tecnologia. Adotam-se as “teorias das redes, as quais focam a ação coletiva dos migrantes e comunidades na organização de processos migratórios e de integração” (CASTLES, 2010, p. 33).

Ademais, para fortalecer essa constituição de redes, surgiram as instituições sem fins lucrativos para apoiar e acolher os imigrantes nos países receptores, bem como algumas redes para fins comerciais transnacionais, cuja finalidade era dedicada a facilitar os fluxos humanos, prevendo, além do aspecto econômico, outras formas de lidar com os muitos aspectos legais e organizacionais decorrentes dos fluxos transnacionais.

As mudanças econômicas de menor abrangência já eram geradoras de migração, a globalização então, com suas políticas de liberalização do comércio associadas, resultaria em um aumento da mobilidade das pessoas através das fronteiras. Afinal, “difícil manter as fronteiras abertas a movimentos de informação, de mercadorias e de capital, e fechadas para as pessoas” (CASTLES, 2005, p. 3).

Dessa forma, as mudanças na tecnologia e nas comunicações, vinculadas à globalização, sob o viés da expansão do capitalismo e da abertura de mercado, produziram o que hoje é denominado de mercado mundial. Canclini (2003, p. 41) afirma que “essa conjunção de mudanças tecnológicas e mercantis só ganha contornos globais quando se estabelecem mercados planetários nas comunicações e na circulação do dinheiro”.

Esse mercado mundial serviu também para no século XX intensificar significativamente os fluxos migratórios. Segundo Martine (2005, p. 3), na atualidade “o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima, nem à capital do estado ou do país”. Esse horizonte muito mais amplo é tal qual o mundo que ele

pode vislumbrar “no cinema, na televisão, na comunicação entre parentes e amigos” (MARTINE, 2005, p. 3). Ainda, esse migrante vive num mundo onde a globalização dispensa “fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor” (MARTINE, 2005, p. 3). Segundo Beck (1999), a globalização vem demonstrar sua complexidade e novidade na concretização de uma verdadeira sociedade mundial, possibilitando o conhecimento das condições sociais nos países, além de disseminar uma ampla gama de informações às pessoas.

Por outro lado, são percebidas inconsistências e implicações, como dificuldades e morosidade, na relação dos fluxos transnacionais em alguns aspectos, impulsionados pela globalização, entre elas contradições, como menciona Gasana (2012, p. 4), uma delas é o fato de os “próprios Estados não resistirem a políticas desregulatórias para o movimento de pessoas”. A “vulnerabilidade também permitiu desvendar o papel das políticas, legislações e práticas na criação de subordinação e dependência de migrantes irregulares” (GASANA, 2012, p. 4). Originaram-se, assim, as barreiras diante dos fluxos transnacionais e da busca do refúgio de muitos, barreiras estas que as mesas de gestão da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2013) colocam em pauta, discutindo questões tais como os custos humanos, sociais, financeiros e também ecológicos.

De acordo com a OIM (2013, p. 31), é necessário contar com uma “base empírica muito mais sólida”, a fim de compreender “adequadamente os vínculos entre a migração e o desenvolvimento”, pois a “migração de pessoas tem um efeito acumulativo, em escala nacional, e pode ter repercursões” sobre a situação “econômica dos países de origem e destino”. E a “migração pode dar lugar para uma corrente de desenvolvimento que se inicia pelas pessoas, passa pelas famílias e comunidades, até atingir os países” (OIM, 2013, p. 31).

O Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) alertou em 2009 que a migração mundial seria um processo permanente e que continuaria a crescer, sublinhando: “A história e as evidências contemporâneas sugerem que o desenvolvimento e a migração andam de mãos dadas” (PNUD, 2009). Martine (2005, p. 3) assevera que “muitos países crescem pouco ou nada e, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumentam”. Ainda conforme o autor essas desigualdades “contribuem para aumentar o desejo e até a necessidade de migrar para outros países”.

Percebe-se uma discrepância entre o discurso e a prática, nos processos de globalização econômica e de migração internacional. Ainda segundo Martine (2005), ao mesmo tempo em que há a prerrogativa de que ocorra a migração, por conta do desenvolvimento econômico, por outro lado há “as contradições oriundas da falta de políticas públicas capazes de fundamentar esse fluxo”, com ações migratórias condizentes com a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento.

Conforme observa Pellegrino (2003, p. 8) ao mencionar que o projeto liberal em “matéria de circulação de capitais e mercadorias”, na sua maioria “sustentado por grande parte dos Estados centrais”, entra em “contradição com os severos controles impostos à livre mobilidade dos trabalhadores”, assim como à “fixação das pessoas nos territórios nacionais desses Estados”.

Assim, longe de se constituir em um processo totalizante e completamente homogêneo, a globalização mostra-se cada vez mais um fenômeno plural (BECK, 1999), pois, como observa Canclini (2003, p. 41), “muito do que se diz sobre a globalização é falso, por exemplo, que ela uniformiza todo o mundo”. Nessa conjuntura, há a manifestação da pluralidade de dimensões, entre elas sempre com destaque a econômica, no entanto a globalização deve consistir em uma análise também política, tecnológica e cultural (GIDDENS, 2000, p. 21).

O Banco Mundial, em seu relatório *Globalização, crescimento e pobreza: construindo uma economia mundial inclusiva* (TWB, 2002), declarou que, embora os países tentem promover mercados integrados por meio da liberalização do comércio e do investimento, eles também se opõem à remoção de barreiras legais à entrada de estrangeiros em seus territórios nacionais (TWB, 2002). A migração, assim, passa a ser analisada não apenas pelo fator econômico, mas também integrada ao cunho social.

De fato, de acordo com Marinucci (2012) e Oliveira (2017), as políticas de imigração e suas leis<sup>1</sup> estão se tornando mais rigorosas<sup>2</sup> à medida que os governos

---

<sup>1</sup> As leis referem-se aos estatutos, regulamentos e precedentes legais nacionais que regem a imigração e a deportação de um país. A rigor, imigração e deportação distinguem-se de outros assuntos, como naturalização e cidadania, embora muitas vezes sejam conflitantes. As leis de imigração variam em todo o mundo, bem como de acordo com o clima social e político da época, à medida que a aceitação dos imigrantes varia do amplamente inclusivo ao profundamente nacionalista e isolacionista. Os países frequentemente mantêm leis que regulam os direitos de entrada e saída, bem como os direitos internos, como a duração da estadia, a liberdade de movimento e o direito de participar de comércio ou governo (OLIVEIRA, 2017; MARINUCCI, 2012).

<sup>2</sup> Ver: Ventura (2014).

tentam minimizar os impactos econômicos, culturais e de segurança de grandes movimentos de pessoas<sup>3</sup>.

A questão da migração é um assunto de permanente debate, visto que os “deslocamentos forçados de milhões de pessoas tornaram-se, na atualidade, pauta prioritária da agenda política mundial” (MARINUCCI, 2012, p. 67), e as relações entre os agentes locais e as pessoas que chegam nem sempre são as mais harmoniosas; elas despertam “diferentes reações, como compaixão e solidariedade, medo e alarmismo, raiva e rejeição” (MARINUCCI, 2012, p. 67).

O contínuo debate, assim como as diferentes reações geradas, na maioria das vezes é decorrente de “barreiras físicas, simbólicas, eletrônicas e políticas [que] foram ou estão sendo criadas ou intensificadas, em uma mundialização negativa, com forte conotação na segurança territorial, o que para muitos significa barrar a migração em sentido amplo” (JARDIM, 2017, p. 17). No entanto de que maneira barrar esse deslocamento? Como anuncia Canclini (2003, p. 30), “a época globalizada é esta em que, além de nos relacionarmos efetivamente com muitas sociedades, podemos situar nossa fantasia em múltiplos cenários ao mesmo tempo”.

As políticas públicas e as legislações devem buscar nas suas deliberações intensificar as formas de inclusão, buscando fomentar uma visão mais humanista para os fluxos humanos na era da globalização. Essa perspectiva também deve ser analisada por meio das formas comunicacionais, buscando na sua realização desvincular-se dos formatos tradicionais e evoluir para abranger essa multiplicidade intercultural.

Afinal, o imigrante, ao chegar ao seu país de destino, procura aprender e assimilar as tradições culturais, visando com isso à melhor comunicação. Da mesma maneira, a sociedade receptora também pode adquirir tradições e costumes daqueles que vêm do exterior. Essa fusão produz efeitos na linguagem, roupas, culinária, música e em outros campos da cultura. Ao fazer isso, ocorre à convivência de diferentes culturas no mesmo espaço social (MARINUCCI, 2012) e as sociedades tornam-se, portanto, mais multiculturais.

---

<sup>3</sup> As políticas legislativas e administrativas de imigração, os estatutos legais e as decisões de tribunais e regulamentos moldam coletivamente os sistemas de imigração dos países – desde alocação de vistos e mecanismos de seleção de imigrantes a programas de integração de imigrantes, controles de fronteira e muito mais. À medida que a migração internacional aumentou de tamanho e se espalhou e que várias nações estão ajustando com mais diligência seus sistemas de imigração diante dos possíveis impactos, especialmente econômicos e culturais, vê-se de modo geral certo rigor (OLIVEIRA, 2017).

Os fluxos migratórios, que antes eram centralizados nos países da América do Norte e da Europa ocidental – na sua maioria, os países latino-americanos estavam fora da rota de migração –, mudaram, com o desenvolvimento das economias, a abertura de mercado, a ampliação das questões regulatórias e outras “variáveis como as facilidades e custos de transporte, as possibilidades efetivas de entrar no país, assim como os interesses e estratégias traçadas pelos chamados ‘coiotes’”<sup>4</sup> (COGO, 2014, p. 238). No movimento migratório internacional “no contexto dos novos fluxos, configurações e direções” das últimas décadas, “o Brasil, sobretudo a partir de 2008, passa a ocupar um específico posicionamento como país receptor de imigrantes” (COGO, 2014, p. 239).

Embora toda política de imigração deva possibilitar o gerenciamento ordenado dos fluxos migratórios, também deve se esforçar para integrar os imigrantes com êxito. Portanto, deve-se cada vez mais preocupar-se com a dimensão cultural da migração e promover a troca de valores e o melhor diálogo entre as comunidades migrantes e as comunidades locais. Dessa forma, as políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelos governos, em níveis nacional e local, têm de prestar mais atenção ao aprendizado de valores e às tradições culturais.

## 4.2 APORTES TEÓRICOS DAS MIGRAÇÕES

A evolução dos estudos sobre migrações dispersa-se por perspectivas interdisciplinares entre as áreas das ciências sociais, sendo também incorporada pelos estudos das ciências humanas. Ao apresentar essa abordagem interdisciplinar, sugerem-se esclarecer as várias definições e tipologias e, acima de tudo, situar as teorias de migração em seu contexto sócio-histórico.

Inicialmente, as teorias enfatizaram os processos de integração social, assimilação cultural e aculturação dos imigrantes, cuja matriz decorre dos estudos da Escola de Chicago, com abordagem sociológica – Marx (1818-1883), Durkheim (1858-1917) e Weber (1864-1920). No entanto, no começo do século XX, os sociólogos americanos foram levados a ver a “migração como um problema, dada a

---

<sup>4</sup> Pessoas ou grupos que cobram para introduzir, de modo ilegal, migrantes nas fronteiras entre países (COGO, 2014, p. 238).

crescente mobilidade populacional da Europa para os países do Novo Mundo, particularmente os Estados Unidos” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 1).

Quando o geógrafo e cartógrafo Ernst Georg Ravenstein (1834–1913), de origem alemã, estabeleceu algumas “regras da migração”, na sua obra intitulada “The laws of migration”, publicada em dois volumes, o primeiro em 1885 e o segundo em 1889, abordou os fluxos internos (Grã-Bretanha) e internacionais (Estados Unidos e demais países da Europa) e apresentou uma análise empírica dos fenômenos migratórios, anunciando temas que até hoje são debatidos: “Classificações de migrantes (temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atracção e repulsão, efeito da distância, contracorrentes, acção de estímulos económicos etc.” (PEIXOTO, 2004, p. 5). Para Ravenstein (1889), a principal causa da migração é a decisão racional, que permeia os centros dos processos migratórios. Assim, ele determinou uma “causalidade entre a mobilidade humana e o desenvolvimento, concluindo que o principal motivo para a imigração teria razão econômica” (SCHMITZ, 2015, p. 90).

Outro autor que pode ser mencionado no estudo das migrações, com dimensão claramente sociológica, é o sociólogo William Isaac Thomas (1863–1947), em *The Polish peasant in Europe and America* (1996), conjuntamente com o filósofo Florian Znaniecki (1882–1958). A obra é considerada um clássico no campo das ciências sociais e foi publicada em 1918. Thomas, em cooperação com Znaniecki, contribuiu para o estudo da sociologia urbana, sobretudo quanto à preocupação surgida nos Estados Unidos acerca da constituição da sociedade ante a presença dos imigrantes (THOMAS; ZNANIECKI, 2006). Essa obra é considerada importante, porque, embora trate de um objeto específico – os cerca de dois milhões de poloneses que migraram para a América entre 1880 e 1910 –, também demonstrou como o processo de migração quebra os laços de solidariedade, particularmente os do sistema familiar (SASAKI; ASSIS, 2000).

Por meio dos testemunhos pessoais de imigrantes poloneses nos Estados Unidos, Thomas e Znaniecki (1996) apresentam uma análise sobre as implicações psicossociais do fenômeno migratório. Essa questão foi estudada com base na análise fatorial cultural e psicológica, e a principal fonte de informação foi o conjunto de correspondências de algumas famílias de camponeses poloneses que foram cruzadas com as de uma família migrante nos Estados Unidos. Essa

correspondência mostrou como essas famílias gradualmente sofreram mudanças de atitudes e valores ao longo da vida.

Em geral, mudança de residência é o principal critério utilizado pelos autores para iniciar os estudos migratórios, no entanto Simmons (1987) sugeriu ampliar essa definição incluindo outras duas perspectivas, apontando “três dimensões principais para definir a migração: uma mudança de residência, uma mudança no emprego e uma mudança nas relações sociais” (SIMMONS, 1987, p. 14). Sua ideia inovadora foi absorvida de maneira especial em pesquisas focadas em dimensões macroestruturais. As teorias da migração cobrem tipos específicos de migração fundamentados em contextos sociais e históricos particulares.

Na apresentação dos textos fundadores, trataremos da fragmentação por intermédio da distinção entre causas e efeitos, abordando, por um lado, aspectos microindividuais, focando no âmbito do indivíduo, da família ou do domicílio, e, por outro, elementos macroestruturais, com ênfase em pontos conjunturais das regiões de origem e destino do migrante (SANTOS *et al.*, 2010, p. 7).

Peixoto (2004) ressalta o fato de o mercado não ser livre e a existência de fatores que interferem nas decisões ditas individuais e racionais, sendo importante estabelecer alternativas que permitam visualizar a migração no nível microssociológico e macrossociológico.

#### **4.2.1 Aspectos microindividuais**

Ao longo dos anos, quando se abordavam as migrações e a forma de explicar os deslocamentos, era por meio da economia neoclássica e de algumas teorias. Uma das primeiras abordagens explicativas da migração interna e internacional focava no âmbito das decisões individuais. O modelo inicial proposto considerava os princípios da racionalidade do indivíduo e da maximização da utilidade de suas escolhas (SANTOS *et al.*, 2010). Esse modelo concentrava suas explicações em fatores denominados de *push and pull*, ou seja, fatores que “estimulavam e desestimulavam os deslocamentos” (BARALDI, 2014, p. 27) e dizia que a existência de tais fatores, incluindo guerra, fome, opressão política ou pressões demográficas, bem como oferta de trabalho, diferenças salariais, entre outros (CASTLES, 2009), incentivava as dinâmicas ocorridas dentro de cada país de origem e levava as

pessoas a emigrar (DIAS, 2019). Assim, com base em informações sobre suas opções é que se toma a decisão de migrar, “a partir de um cálculo de custos e benefícios que o leva a ter uma expectativa de retorno positivo obtido com o movimento” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 7).

Para Sayad (1998) a representação ideal inserida no pensamento do imigrante e afirma que este “levanta os custos e lucros e só se lançará a outro país se a balança apresentar-se positiva, o mesmo se passa na idealização do país receptor, idealmente o processo de imigração seria um processo positivo sem custos” (SAYAD, 1998, p. 102).

Na mesma linha do trabalho de Ravenstein (1889), surgiu o trabalho de Everett Lee em 1966, que ofereceu um novo paradigma para os estudos de mobilidade, a fim de explicar o volume da migração, fluxos de migração e contrafluxos. Ele propõe que a migração é o resultado de um cálculo individual com base em fatores positivos e negativos nas áreas de origem e de destino dos migrantes, nos obstáculos intervenientes e, por último, em fatores pessoais. O modelo de Lee introduz o conceito original de oportunidades intermediárias entre os locais de origem e de destino. O autor ressalta que não são os fatores reais de origem e destino que resultam na migração, mas a percepção desses fatores. Entre os fatores que influenciam a decisão de migração, Lee (1966) aponta contatos pessoais e fontes de informações sobre a situação no destino, como explica Peixoto (2004 p. 15): “A exposição de Lee apresenta algum pendor “sociológico””.

Juntamente com as noções de fatores negativos e positivos e de obstáculos e oportunidades intervenientes, Lee (1966) alude, ao discutir as leis de migração de Ravenstein (1889), a fatores adicionais que mais tarde seriam desenvolvidos por outros estudiosos (PEIXOTO, 2004). Esses autores incluem, por exemplo, a noção de especialização em habilidades e ocupações particulares que prefigura a hipótese de segmentação do mercado de trabalho avançada por Portes (1981) e que será discutida neste capítulo (SANTOS *et al.*, 2010).

Embora o modelo de Lee (1966) seja mencionado em revisões de literatura sobre teorias de migração, ele tem sido amplamente criticado, merecendo atenção sobretudo em dois aspectos. Em primeiro lugar, não é uma teoria, como preconizam as ciências, mas uma estrutura conceitual para classificar os vários fatores que buscam explicar a migração. Observa-se a predominância de fatores

microindividuais, principalmente aqueles ligados ao capital humano, quase havendo a exclusão de fatores macroestruturais.

De fato, o modelo de Lee é inseparável da conjuntura microeconômica da migração voluntária em uma economia competitiva, um postulado central da teoria microeconômica da migração que se concentra na “seletividade dos migrantes” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 10). Esse modelo teórico foi expandido por Todaro (1969) e Borjas (1989), adicionando a ele a noção de ganhos esperados, no entanto essas abordagens eram insuficientes para explicar os numerosos e complexos fatores que influenciavam as migrações. Assim, surgiram complementos a elas, mas ainda associados à teoria microeconômica neoclássica.

Com base nos estudos de Sjaastad (1962) e Becker (1983), foi desenvolvida a teoria do capital humano, em que seus argumentos reforçam a necessidade de analisar os custos e benefícios e determinar a taxa de retorno dos recursos alocados à migração. A teoria, porém, defendia que a migração era um investimento no capital humano.

Esse investimento feito pelo indivíduo em sua educação formal, além dos que eram realizados na aquisição de conhecimento (formação e treinamento profissional), é mensurado a longo prazo e envolve decisões familiares. Isto é, o “migrante aposta na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro (utilizando melhor as suas qualificações), mesmo que para tal seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo” (PEIXOTO, 2004, p. 16). Assim, há custos no curto prazo, mas também se gera retorno em longo prazo, sendo esse retorno monetário e também não monetário. Há um destaque de maneira especial para os investimentos em educação, que “levariam a um aumento na renda e na produtividade dos indivíduos, pelo fato de proporcionarem a eles conhecimento, habilidades e uma capacidade de analisar e resolver problemas” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 8).

Permanecendo na abordagem microindividual, outra questão diz respeito à evolução dos padrões de migração. Zelinski (1971 *apud* DE HAAS, 2010) foi um dos primeiros a delinear uma teoria da mobilidade baseada na noção de “transição vital” que foi amplamente aceita pelos demógrafos, de modo geral. Schmitz (2015, p. 91) comenta que o autor adota uma “abordagem evolucionária em relação ao tema da migração, por meio da conexão com a transição demográfica de uma região e o

processo de modernização, crescimento econômico e aumento da mobilidade da força de trabalho”.

Ao longo da história, cada sociedade desenvolveu estratégias de reprodução demográfica combinando os mecanismos reprodutivos de fertilidade, mortalidade e migração. Então, na percepção de Zelinsky (1971 *apud* DE HAAS, 2010), que vinculou o conceito de “transição vital” ao de “mobilidade vital”, a migração não é, portanto, uma estratégia isolada, no entanto está ligada a outros comportamentos demográficos. Para o autor, as migrações “tendem a aumentar” nas fases iniciais do desenvolvimento das regiões, visto ocorrerem melhorias de transporte e comunicação. “O fluxo de conhecimento, a percepção da falta de oportunidades econômicas locais e o crescimento do nível de bem-estar social induzem tanto a capacidade quanto a aspiração dos indivíduos a migrarem” (SCHMITZ, 2015, p. 91).

O modelo de Zelinski (1971 *apud* DE HAAS, 2010) é mais comumente criticado por sua perspectiva evolucionista, fundamentada na teoria da modernização e do crescimento econômico. Até hoje, essa abordagem, centralizada no Ocidente, permaneceu essencial na concepção de mudança social e de desenvolvimento na demografia.

De fato, as primeiras formulações da teoria da transição demográfica, publicadas no auge do período colonial, foram fortemente influenciadas pelo evolucionismo e apresentam sociedades tradicionais e não industrializadas como um reflexo inverso das sociedades modernas e industrializadas. Numa ótica evolucionista essas sociedades se desenvolverão se adotarem estruturas mais modernas e atitudes que as sustentem.

Hoje, a perspectiva evolucionista foi quase inteiramente abandonada, pelo menos na sociologia e na antropologia, em parte em função da influência da abordagem pós-moderna, que contesta a universalidade das teorias nas ciências sociais. Embora o pós-modernismo nunca tenha dominado a demografia, de modo geral duas correntes de pesquisa exerceram certa influência no campo da teoria da migração. A primeira delas desafia a reivindicação de universalidade de categorias estatísticas, sugerindo que categorias são construções sociais e políticas determinadas historicamente. Essa abordagem crítica foi aplicada para questionar as categorias oficiais produzidas pelos censos, notadamente as raciais e étnicas.

A segunda corrente, ligada aos estudos pós-coloniais, examina as consequências da transferência do legado colonial humano e simbólico para o

coração da metrópole. Diferentemente da imigração da Europa, a migração de ex-colônias, designada como pós-colonial, possui características específicas “resultantes tanto da experiência compartilhada da colônia quanto da experiência contínua da pós-colônia no destino, marcada por preconceitos étnicos e raciais e pela discriminação” (SIMON, 2015, p. 362). Assim, essa abordagem dos fatores individuais ligados ao capital humano deve considerar os fatores macroestruturais envolvendo a percepção do ambiente capitalista envolvido.

#### **4.2.2 Aspectos macroestruturais**

Para vários estudiosos, as decisões de migração só podem ser entendidas em um contexto global. Uma primeira explanação buscou explicar os padrões origem e destino: fluxos de pessoas, mas também de bens, serviços e ideias. Foi Mabogunje (1970), num estudo sobre “a teoria da migração rural-urbana”, o primeiro que propôs uma abordagem sobre “sistemas migratórios” (*apud* PEIXOTO, 2004, p. 27).

Sua estrutura analítica buscava identificar todos os elementos passíveis de influenciar a migração, desde o ambiente econômico até a tecnologia, o ambiente social e fatores políticos. Afinal, como Peixoto (2004) descreve, cada “sistema migratório” possui uma dinâmica particular, resultante de um “contexto histórico (econômico, social, político e tecnológico) determinado e da inter-ligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbios (políticos, comerciais, de capital)” (PEIXOTO, 2004, p. 27).

De fato, a abordagem de sistemas sob essa perspectiva se torna difícil de operacionalizar, dada a grande variedade de fatores identificados, no entanto essa ideia passou a ser utilizada como modelo teórico no fim dos anos 1980, como afirmam Massey *et al.* (1993). A “teoria dos sistemas migratórios” não é um corpo teórico independente, mas uma generalização de outras teorias sobre as migrações, “incluindo a dos sistemas-mundo, teoria das redes, teoria institucional e teoria da causalidade cumulativa” (PEIXOTO, 2004, p. 27), que serão descritas ao longo deste capítulo.

Ao abordar a teoria do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1986), concebe-se a migração internacional vinculada à globalização, sugerindo a ideia de um mercado

de trabalho mundial em uma economia globalizada (PEIXOTO, 2004; MARTINE, 2005). Essa aplicabilidade da dimensão internacional ocorre por conta do “capitalismo moderno”, previsto para a constituição de um processo global de migração, em que os centros de destino são capazes de oferecer oportunidades cada vez mais vantajosas aos trabalhadores de outras nações, por meio dos diferenciais econômicos.

Essa perspectiva global destacou-se mais a partir dos anos 2000, quando foram disseminados os estudos sobre as redes “transnacionais” (VERTOVEC, 2009), ou melhor, a “criação de uma atividade produtiva, gerada por organizações transnacionais” (PEIXOTO, 2004, p. 26), que intensificou o deslocamento migratório.

Como mencionado anteriormente, uma característica inerente à abordagem sistêmica é a da migração circular, ou melhor, a circularidade, que ocorre quando do retorno potencial do movimento migratório. Essa noção foi apontada por Burawoy (1976), cuja contribuição se dá ao estender esse modelo de circulação para abranger todas as formas de migração, especialmente a internacional, reforçando essa análise pelo estudo dos retornos efetuado na comparação entre México-Estados Unidos e África do Sul. Essa teoria contrasta com o postulado do indivíduo racional que maximiza os interesses sob as forças do mercado.

Sayad (2000) aborda essa questão do retorno como um elemento constitutivo da condição do imigrante, por já estar presente na maioria dos projetos migratórios, no entanto percebe-se que essa condição está relacionada a fatores políticos e estruturais, principalmente ao princípio da separação geográfica dos processos de renovação da força de trabalho (reprodução) daqueles da manutenção.

Esse modelo desafia a abordagem clássica, que liga desenvolvimento do capitalismo e movimentos migratórios, para o qual o desenvolvimento leva à emigração, destruindo a sociedade pré-industrial e liberando mão de obra para trabalhar em novos mercados de trabalho urbanos (MASSEY, 1988). A migração, considerada como um método de realocação de recursos, eventualmente restaurará o equilíbrio entre as áreas de origem e destino (TODARO, 1969).

A noção de migração circular sugere que “a sociedade pré-industrial, caracterizada por um modo de produção doméstico, não é destruída, pois continua a garantir a subsistência daqueles que ficam para trás e a segurança ‘social’ daqueles que emigraram” (GREGORY; PICHE, 1983, p. 102), introduzindo fatores macroestruturais ao processo.

O modelo proposto por Burawoy (1976) permanece pertinente hoje em dia por outro motivo. Os programas de trabalho temporário que agora ressurgem nos países industrializados também envolvem dependência econômica e institucional. De fato, mesmo que esses trabalhadores recebam salários de mercado (o que não é necessariamente o caso), os custos de manutenção ligados à integração socioeconômica são reduzidos ao mínimo, privando-os dos direitos de cidadania.

Em uma perspectiva mais geral, a migração, para alguns estudiosos, é uma resposta à demanda por trabalho. Sassen (2010) analisa que a estrutura ocupacional do crescimento industrial da “reestruturação da produção é caracterizada pela concentração locacional dos principais setores da indústria juntamente com a polarização ocupacional” (BAENINGER, 2014, p. 5), contribuindo para o crescimento de um “estrato de alta renda e um estrato, bastante grande, de trabalhadores de baixa renda” (BAENINGER, 2014, p. 5).

Sassen (1988) formula mais explicitamente os fatores que influenciam a demanda de mão de obra imigrante, explicando que a imigração é esse fenômeno sobretudo urbano, desenvolvido pelo que chama de “cidade global”. Nessa cidade os centros urbanos do mundo ampliam seu desenvolvimento e a economia mundial é movimentada. A autora examina a reorganização da produção industrial, como refletida na proliferação de fábricas que exploram trabalhadores indocumentados e de trabalhos de casas industriais. Essa nova economia também produziu aumento na oferta de empregos com baixos salários. Como ela afirma, “mesmo os setores mais dinâmicos e tecnologicamente desenvolvidos da economia geram empregos que podem ser concebidos por trabalhadores de língua estrangeira não qualificada” (SASSEN, 1988, p. 34).

Há que se ressaltar que a “instabilidade e a inexistência de direitos laborais”, os rendimentos reduzidos e a primazia da poupança, que representa um dos primeiros objetivos do projeto migratório, afetam a decisão de adiar as visitas à terra de origem, aumentando então os períodos de ausência física, por inferir que “o trabalho oferece uma estabilidade e credibilidade adquirida perante a sociedade, que acolhe o sujeito por ser um indivíduo produtivo” (FRANKEN; COUTINHO; RAMOS, 2009, p. 424). As prioridades concentram-se em melhorar as condições de vida da comunidade receptora e poupar o suficiente para poder retornar.

### 4.3 REDES DE MIGRAÇÃO

A teoria neoclássica foi fortemente criticada pela nova economia da migração laboral, associada principalmente ao economista Stark (1991). Stark e Bloom (1985) partem de teorias microeconômicas, introduzindo a noção de estratégia familiar, que destaca a interdependência mútua entre migrantes e suas famílias: “A decisão de migrar não é tomada por indivíduos isolados, mas por um conjunto maior de pessoas que estão de alguma forma ligada” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 8).

Em síntese, ao lado do capital humano inserido à teoria neoclássica, também existem o capital de rede e o capital social (parentesco). Castels (2010, p. 34) aborda essa relação ao dizer:

As redes informais proporcionam recursos vitais a indivíduos e grupos. No contexto dos países de saída, as redes são muitas vezes analisadas como mecanismos de transmissão de *capital cultural* (especialmente informação sobre oportunidades de migração, redes e rotas), enquanto no contexto da integração do migrante nas sociedades de acolhida, a ênfase incide sobre o *capital social*, (relações pessoais, família e padrões domésticos, amizade e laços comunitários e ajuda mútua em assuntos econômicos e sociais). Uma nova tendência na análise da ação social do migrante pode ser encontrada na teoria transnacional (grifo nosso).

Essa abordagem foi posteriormente desenvolvida em pesquisas sobre migração nos países em desenvolvimento, particularmente no que diz respeito às estratégias de sobrevivência e à capacidade dos migrantes de se tornarem atores da mudança (DE HAAS, 2010). Destaca-se que, “mesmo na ausência de diferenças salariais, as migrações continuariam a ocorrer, ao contrário do que preconizam os economistas neoclássicos” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 8).

Na visão de Castels (2010, p. 24), a “nova economia da migração do trabalho” pretende superar o individualismo metodológico neoclássico, usando investigações em “domicílios para entender como a migração pode ser uma estratégia coletiva de diversificação de risco antes que de maximização de renda”.

Afastando-se de uma visão individualista e atomística, a migração pode agora ser concebida como o produto de ações coletivas e familiares que vinculam migrantes e não migrantes a um conjunto de relacionamentos que são capturados em novas análises centradas na noção de redes. Peixoto (2004), comenta que podem existir vários tipos de rede, “cujo papel na formação de fluxos, ritmos e ciclos

migratórios e nos percursos de mobilidade social dos migrantes é importante, sendo o seu estudo essencial para analisar uma corrente migratória” (PEIXOTO, 2004, p. 29).

Assim, a ideia de redes nos processos migratórios constitui a interação entre o local de origem do migrante e o de destino, é nessa rede, que ocorrem à mediação entre atores individuais (micro) e forças estruturais maiores (macro). A abordagem de rede também sustenta o modelo de causalidade cumulativa proposto por Massey *et al.* (1993). Nele, essa rede é o elemento da estrutura social utilizado para estabelecer um vínculo entre redes de migração e o efeito do retorno na migração.

Após certo tempo, por meio de um processo de causação circular e cumulativa, a migração torna-se perpetuadora, e essa perpetuação da migração ocorre em função da ação cumulativa de vários fatores, sendo os principais:

- a distribuição de renda;
- a distribuição de terras;
- a organização da produção agrícola;
- a cultura migratória;
- a distribuição regional do capital humano;
- a rotulação social de alguns tipos de trabalho (SANTOS *et al.*, 2010; MASSEY *et al.*, 1993)<sup>5</sup>.

Segundo Massey *et al.* (1993, p. 448), as redes migratórias de trabalho elevam a probabilidade do movimento internacional, “reduzem os custos e riscos do movimento e aumentam a expectativa de retorno com a migração”. Para Massey (1990), as principais redes de relações sociais são formadas por laços de parentesco, de amizade, assim como de locais de origem, o que permite o compartilhamento de experiências com locais diferentes. Tais laços unem imigrantes e não imigrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por quadros informais de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados. Tais experiências e as próprias redes adquirem novos significados e definições haja vista cada contexto migratório.

Outra noção importante no texto de Massey *et al.* (1993) é a distinção entre os processos que iniciam a migração e os que a mantêm. Desde o início, a criação

---

<sup>5</sup> Santos *et al.* (2010) descrevem os reflexos oriundos da aplicação dos fatores.

de mercados nas regiões em desenvolvimento rompe progressivamente os padrões tradicionais de organização social e econômica e gera condições propícias à migração.

Somente após o início da migração é que uma variedade de mecanismos de autorreforço entra em ação, perpetuando e expandindo os fluxos de migração ao longo do tempo e realimentando estruturas comunitárias para promover sua causa cumulativa. A existência de redes leva à criação de um capital social. “As redes migratórias constituíam uma forma de capital social que propiciaria às pessoas terem acesso ao mercado de trabalho no exterior” (MASSEY *et al.*, 1993, p. 448), uma noção que explica por que e como pertencer a uma rede aumenta a probabilidade de migração. Graças aos recursos da rede, os custos e riscos da migração diminuem, enquanto os benefícios aumentam (SANTOS *et al.*, 2010).

Singer (1980) afirma que a migração vai além da motivação econômica e introduz os laços sociais por intermédio de redes de familiares, amigos e conhecidos que são migrantes mais antigos, sendo tais laços um importante fator de atração. O autor complementa: “A adaptação do migrante recém-chegado ao meio social se dá frequentemente mediante mecanismos de ajuda mútua e de solidariedade de migrantes mais antigos” (SINGER, 1980, p. 240).

As perspectivas teóricas, além de considerarem as redes e o capital social como positivos, também avançam na explicação sobre as dinâmicas migratórias internacionais. Elas contribuem para a construção e compreensão de elementos transnacionais nos fluxos de imigrantes de uma mesma origem, contemplando tanto lugares de partida como de passagem e de instalação de migrantes.

Por outro lado, essas redes possuem um leque muito mais amplo, gerando aspectos negativos quando atores institucionais envolvidos nas redes de migração nem sempre são os facilitadores do processo, mas podem “ficar sujeitos à ação de aproveitadores” (PATARRA, 2005, p. 23). Skeldon (2002) informa, por exemplo, que os inúmeros relatórios sobre tráfico de pessoas atestam a existência de vastas redes de contrabando, frequentemente vinculadas a organizações criminosas<sup>6</sup>, levando à superexploração da força de trabalho migrante, o que acaba por transformar a migração internacional numa questão de segurança nacional.

---

<sup>6</sup> Para uma visão geral do estado do tráfico de pessoas em todo o mundo, ver o Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas (UNODC, 2018).

#### 4.4 OS REFLEXOS DA MIGRAÇÃO

Como mencionado anteriormente, o campo dos estudos migratórios permanece dividido, algumas teorias buscando explicar os motivos da migração e outras dissertando a respeito de seus reflexos na realidade contemporânea. A pesquisa sobre os reflexos da migração é fragmentada, visto as múltiplas abordagens entre aspectos macro e micro, bem como entre os contextos dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Dessa forma, os reflexos são percebidos conforme a análise das transformações sócio-históricas no processo.

O texto de Castles e Kosack (1972) aborda a contribuição econômica dos imigrantes e estimulou uma série de hipóteses que serviram de fio condutor para pesquisas subsequentes, focadas em analisar as necessidades do capitalismo ocidental por causa da imigração. Sua abordagem representa uma forte corrente na Europa, ainda hoje válida para vários tipos de imigração, principalmente migração de mão de obra não qualificada, migração irregular e migração temporária em setores como agricultura, construção, hotéis e restauração. A contribuição fundamental dos autores foi destacar a estrutura hierárquica do emprego, com os imigrantes frequentemente no fim da escada socioeconômica, fomentando, assim, a configuração do mercado dual da economia (PATARRA, 2005, p. 25), reforçando a divisão da classe trabalhadora.

Segundo Castles e Kosack (1972), os estudos de inspiração marxista tendiam a se concentrar nos efeitos negativos da imigração. Esse ponto de vista negativo foi reiterado na pesquisa concernente à migração e desenvolvimento, um ponto que discutiremos na próxima seção. Pesquisas recentes sobre os efeitos econômicos mais globais da imigração (no nível macro) produziram resultados contraditórios e incertos, de modo geral. Segundo Massey (1990, p. 4), “o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”.

O aspecto mais problemático desses estudos é de natureza metodológica. A maioria dos pesquisadores reconhece que não existe uma unicidade sobre as técnicas de análises existentes. Essa dicotomia apenas reforça as divergências entre os resultados esperados – que às vezes se apresentam positivos, às vezes negativos e outras vezes indeterminados, mas, em todos os casos, os efeitos

medidos são pouco significativos. Brettel e Holliffield (2000) comentam a necessidade de se desenvolverem trabalhos com maior interdisciplinaridade e destacam pontos nos quais as questões e abordagens propostas por esses ramos do conhecimento se aproximam uns dos outros<sup>7</sup>.

Essa lacuna metodológica está relacionada, em primeiro lugar, ao grande número de parâmetros incluídos nos modelos das visões científicas, que até o momento não convergiram para uma análise mais empírica. Ainda, muitos desses modelos e dos estudos efetuados acerca dessa temática consideram o curto prazo, embora todos os benefícios se tornem visíveis apenas a médio e longo prazo.

Segundo Carter e Sutch (1999), cujo estudo abrange parte do XIX e todo o século XX (1820–2000), os aspectos benéficos da migração são claramente discerníveis. A imigração pode ter tido grande impacto em toda a estrutura econômica, incluindo taxas de participação da força de trabalho, níveis de habilidade da população, quantidade e qualidade do capital e organização da produção (MARTINE, 2005). Para as migrações internacionais no século XIX, portanto, os desafios implicaram revisões conceituais acerca das novas mobilidades, modalidades e explicações acerca desse fenômeno social (BAENINGER, 2014).

Nos países em desenvolvimento, o debate sobre os efeitos econômicos da migração passa por vários questionamentos, pela perspectiva global envolvida no processo, no entanto esse debate também perspassa quase que inteiramente pela migração laboral. Ou seja, as demais formas de analisar os estudos<sup>8</sup> sobre a migração sofre a influência muito forte da questão do mercado de trabalho.

Martine (2005) comenta que esses efeitos econômicos, dependendo da fase do processo migratório e do ciclo de vida do migrante, sua mobilidade pode ser positiva ou negativa, com consequências diferentes no curto e longo prazo. Enquanto no curto prazo a migração pode servir como válvula de escape, aliviando as pressões sobre o mercado de trabalho e trazendo o dinheiro muito necessitado

---

<sup>7</sup> Para aprofundamento nas pesquisas e técnicas de pesquisa sobre a temática dos estudos culturais, ver Escudero (2017).

<sup>8</sup> Essas demais formas de analisar os estudos migratórios são expostas por Escudero (2017, p. 64): “Hoje (anos 2000), o que vemos é uma sofisticação dos estudos migratórios e intensificação de análises dos mais variados temas. Alguns deles: fronteiras simbólicas *versus* fronteiras geopolíticas, construção social de pertencimento e identidade, ressurgimento do conceito de comunidade, minorias (étnicas) e agentes sociais (especialmente no caso sobre organizações de imigrantes), remessas financeiras, culturais e desenvolvimento, políticas migratórias, cidadania, migração laboral, de gênero e de retorno, deslocamento interno e externo por violência (deportados, refugiados etc.), entre muitos outros”.

para as famílias, no longo prazo a perda de trabalhadores mais qualificados, assim como da população jovem, e a dependência sobre as remessas podem constituir obstáculos para o desenvolvimento. Insere-se nessa vertente a questão dos migrantes sazonais, que podem começar a enviar remessas logo após a chegada, conforme afirma Portes (2009), que explica que a migração temporária é a forma de migração com mais efeitos positivos.

Ao ter conhecimento do enorme volume de remessas de migrantes, alguns estudiosos procuraram estimar esses fluxos de caixa em nível global. Em 2018, por exemplo, as remessas para países em desenvolvimento foram de aproximadamente US\$ 616 bilhões (MOREIRA, 2018). Por isso, algumas organizações internacionais envolvidas com desenvolvimento agora estão convencidas de que os migrantes podem se tornar agentes do desenvolvimento (MARTINE, 2005).

Segundo Stark e Taylor (1991), conforme a abordagem realizada por Santos *et al.* (2010, p. 13):

A migração provocaria o aumento do sentimento de privação relativa dos domicílios. A renda originada das remessas de membros que estão empregados no exterior aumentaria a renda dos domicílios no local de origem do movimento migratório. Isso provocaria um desequilíbrio na distribuição de renda local, aumentando o sentimento de privação relativa dos domicílios mais pobres – e que não têm membros que emigraram –, o que estimularia mais movimentos emigratórios.

Ainda nessa vertente de direcionamento de pesquisa, houve aumento considerável no volume dos estudos sobre transnacionalismo (VERTOVEC, 2009)<sup>9</sup>, visto que o transnacionalismo pode ser considerado uma ferramenta de análise que prospecta um meio de visualização do “aumento e [d]a intensidade de fluxos de pessoas, bens, informações e símbolos desencadeados por processos migratórios” (ESCUDERO, 2017, p. 62). A ideia da perspectiva transnacional foi adotada e disseminada por organizações internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Internacional para as Migrações e as várias instâncias da Organização das Nações Unidas.

Todavia, muitos críticos têm procurado atenuar esse entusiasmo pelas capacidades desenvolvimentistas das remessas transnacionais. Particularmente, as revisões da literatura sobre o impacto das remessas sugerem que as situações são muito heterogêneas e que as transferências de renda por si só não são suficientes

---

<sup>9</sup> Sobre o assunto, ver: Escudero (2017), ElHajji (2012; 2016; 2017) e Cogo (2016).

para impulsionar o desenvolvimento econômico de uma região (ou país) se não houver oportunidades de investimento genuínas nas localidades onde as famílias beneficiárias vivem (SKELDON, 2008; DE HAAS, 2010).

De maneira resumida, se as famílias não puderem superar os obstáculos estruturais do desenvolvimento – tais como: acesso ao crédito, confiança nas instituições, políticas de migração favoráveis ao investimento, entre outros –, as remessas não acelerarão significativamente o desenvolvimento local ou nacional. Ou então, como descreve Schmitz (2015, p. 88):

Ganhou força o argumento de que as remessas de imigrantes são instrumentos mais efetivos de distribuição de renda, redução de pobreza e de crescimento econômico que os programas e projetos de assistência oficial para o desenvolvimento.

Considerando esse contexto e os reflexos do processo de migração, percebe-se que existem duas dimensões para os efeitos da migração no nível microindividual. A primeira delas é: a experiência da migração é positiva para homens e mulheres migrantes? A segunda dimensão diz respeito ao impacto da migração nas populações não migrantes e nos habitantes nativos dos países de destino.

Curiosamente, a primeira dimensão raramente foi estudada nos países desenvolvidos, como se os efeitos positivos da migração em nível individual pudessem ser tomados como certezas absolutas. Ou seja, é como se a hipótese microeconômica do indivíduo racional maximizasse seus interesses e se tornasse um postulado que não precisa de verificação.

A segunda dimensão, por outro lado, tornou-se uma questão central, com foco em duas perguntas: como a imigração afeta os ganhos e as oportunidades de mercado de trabalho dos residentes nativos? Todos os grupos de residentes nativos são afetados da mesma maneira pela chegada dos imigrantes no mercado de trabalho? Para ajudar a esclarecer esse questionamento, retoma-se a abordagem de Borjas (1989), que aponta duas visões opostas sobre como a imigração afeta o mercado de trabalho nativo.

Veem-se na atualidade várias iniciativas por parte dos indivíduos das sociedades receptoras de um direcionamento no sentido de afirmar que os imigrantes assumem o emprego dos nativos, enquanto outros argumentam o

contrário, afirmando que os imigrantes não têm impacto nas oportunidades do mercado de trabalho para os nativos. Tais percepções podem ser visualizadas de forma cotidiana em materiais expostos pela mídia e pelas redes sociais<sup>10</sup>.

Borjas (1989) conclui que o arsenal metodológico da econometria moderna é incapaz de fornecer um único fragmento de evidência para provar que os imigrantes têm impacto substancial e adverso nos ganhos e nas oportunidades de mercado de trabalho dos nativos americanos. Compreende-se que os trabalhadores nativos e imigrantes não são intercambiáveis no processo de produção. Com base na teoria da segmentação do mercado de trabalho, conforme desenvolvido por Piore (1979), existem três modos de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho, sendo eles divididos em “primário”, “secundário” e, uma abordagem considerada nova, “enclave étnico”.

O mercado de trabalho primário, conforme Peixoto (2004, p. 23), detém como principais atributos a “estabilidade das condições laborais, bons salários, perspectivas profissionais”, correspondendo a profissionais e trabalhadores qualificados, frequentemente sindicalizados e com reais oportunidades de progresso, vinculados na sua maioria a “trabalhos desenvolvidos nas organizações” públicas e privadas.

Por outro lado, o setor secundário é a imagem inversa do setor primário, sendo composto de “baixa qualificação, baixos salários, baixos níveis de sindicalização, fracas oportunidades de promoção e ausência de assistência social” (PEIXOTO, 2004, p. 23). É nesse segundo setor que muitos imigrantes encontram emprego. Santos *et al.* (2010, p. 13) alegam que “há a rotulação social de alguns tipos de trabalho, que passam a ser considerados como ‘de imigrantes’”. Como a população local não estaria disposta a ocupar esses postos de trabalho, isso contribuiria para o aumento da demanda por imigrantes. Essa questão instiga a reflexão sobre as oportunidades e ameaças levantadas.

O terceiro modo de incorporação, o enclave étnico, concebido por Wilson e Portes (1981), por sua vez, compreende “grupos de imigrantes concentrados em uma área geográfica específica e que organizam uma variedade de empresa que atendem seu próprio mercado étnico e/ou a população em geral” (PORTES, 1981, p.

---

<sup>10</sup> Ver: Fajardo (2015) e Saboya (2017).

290). Ou seja, os empreendedores contratam trabalhadores “coétnicos”, e esse enclave deve ser limitado espacialmente à economia local.

Wilson e Portes (1981) sustentam sua abordagem na solidariedade étnica, ao afirmar que trabalhadores do enclave se equiparam aos trabalhadores inseridos no setor primário em termos econômicos, pois os investimentos em capital humano adquirido ao longo de suas vidas são reconhecidos pelos empregadores. Os estudos baseados nesse modo de incorporação, a maioria norte-americana, concentram-se, sobretudo em imigrantes asiáticos (japoneses, coreanos), mas também em cubanos em Miami.

Por outro lado, Waldinger (1993) conclui que a noção de enclave leva a um impasse conceitual e empírico e sugere abandonar o conceito e usar apenas o da economia étnica. O debate decorrente do trabalho de Portes (1981) enfatizou principalmente os efeitos positivos e negativos dos enclaves em termos de integração econômica dos migrantes. Tomando uma posição oposta aos proponentes dessa abordagem, vários estudiosos questionaram a suposição de que os enclaves étnicos são vantajosos para os imigrantes (SANDERS; NEE, 1992).

Os efeitos políticos da imigração são abordados sob dois ângulos. Em primeiro lugar, eles foram estudados de maneira especial em casos de movimentos de refugiados. Segundo, o efeito da migração sobre a diversidade, em termos de relações entre minorias e majorias, que é uma questão política fundamental no centro do debate vinculado à identidade, no entanto a maioria dos textos discutidos até agora está centrada na discussão da migração de forma legal e voluntária. Na sequência, porém, parte-se para um tipo de migração que também faz parte do processo migratório contemporâneo e está sendo incluído nos estudos de modo mais amplo, que é a migração de refugiados, uma forma de migração muito comum ao longo do século XX e que continua até hoje.

Na discussão dos fatores da migração de refugiados<sup>11</sup>, Jubilut (2007) aponta uma distinção importante entre efeitos internos e externos. Embora os determinantes da perseguição, com base na definição de refugiados da Convenção de Genebra (1958) (ZOLBERG; SUHRKE; AGUAYO, 1986), sejam internos ao país em questão, também podem existir efeitos externos na forma de fatores que agravam as

---

<sup>11</sup> Dados sobre refugiados são divulgados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

condições econômicas e sociais, aumentando assim a probabilidade de conflitos que geram movimentos de refugiados.

Consideram-se como fatores internos para o seu agravamento a intensificação dos conflitos étnicos após o fim da Guerra Fria, “a perseguição às minorias religiosas, a convivência pacífica entre povos pertencentes a culturas diferentes e as ameaças acarretadas pelo terrorismo” (JUBILUT, 2007, p. 14).

As políticas implementadas pelos países anfitriões em potencial, no entanto, representam o tipo mais problemático de efeitos externos. Os autores que abordam essa temática discutem a migração de refúgio no contexto global, com suas enormes assimetrias em termos de poder e riqueza em diferentes regiões do mundo. Prejudicados por distorções estruturais decorrentes de sua incorporação ao sistema econômico global, os países em desenvolvimento participam da economia mundial em termos de desvantagem, e isso agrava todos os tipos de conflito, principalmente étnicos, que, são endêmicos hoje na Ásia e na África (VENTURA, 2014)

De modo resumido, a dinâmica que leva ao surgimento de conflitos sociais não é puramente interna, mas transnacional, e, conforme os conflitos se desenvolvem, eles tendem a ser mais internacionalizados com soluções e ações também em nível internacional.

Ainda por essa crescente diversidade das sociedades, é possível perceber mais uma das consequências da migração, que é a questão do gerenciamento das diferenças sociais, raciais e étnicas. Esse desafio é tratado por Castles (1993) ao estudar a situação dos migrantes e das minorias na Europa Ocidental, notadamente no que diz respeito às políticas de migração e às questões de cidadania, racismo e identidade. Patarra (2006, p. 13) ressalta essa consequência:

Relações étnicas e as novas minorias formadas pós-70 no processo de reestruturação econômica global; a divisão racial e étnica são aspectos de diferenciação social; contudo, nesse processo, ampliam-se as questões, trazendo ao contexto outras dimensões, como classe social, gênero e posição no ciclo de vida, e, em seu conjunto, “reproduzem a heterogeneidade existente para a população nativa”.

Castles (1993) aborda a questão do racismo na Europa e o perigo de que essa “consciência europeia” seja construída em termos excludentes e discriminatórios, com base na ameaça de ser atingida por “massas desesperadas” oriundas dos países do sul. Para ele, a constituição de novas minorias com culturas,

identidades e instituições distintas é um processo irreversível que questiona as noções existentes de identidade e cidadania nacionais: “Os modelos multiculturais parecem oferecer a melhor solução, mas existem obstáculos substanciais à sua realização” (CASTLES, 1993, p. 73). A consequência em longo prazo da imigração será “o surgimento de sociedades multiculturais, levando, por sua vez, a novos conceitos de cidadania e Estado-nação” (CASTLES, 1993, p. 74).

As hipóteses de Castles (1993) formuladas no contexto europeu acabam sendo aplicadas na atualidade e são de grande relevância. Elas geraram duas grandes correntes de pesquisa. A primeira delas é que praticamente todos os estudos sobre os fatores de integração econômica sugerem que a discriminação é fator importante nas dificuldades encontradas por certos grupos de imigrantes, notadamente as chamadas “minorias visíveis”, para usar a terminologia em voga na América do Norte, como coloca ElHajji (2017) “uma minoria transnacional em busca de cidadania universal”.

A segunda corrente diz respeito aos efeitos da imigração nas identidades nacionais, fato propulsor de debate social e político entre os defensores do pluralismo e aqueles que acreditam que a imigração ameaça os valores nacionais. Assim, diversidade étnica, racismo e multiculturalismo são temas que devem ser tratados de forma conjunta como efeito da distinção entre a população receptora e a população imigrante.

#### 4.5 POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO

As teorias de migração não servem apenas para entender e explicar as escolhas das políticas de migração, mas também para justificá-las. Todas as políticas de migração do século XX foram baseadas em um princípio supostamente inabalável: as novas relações sociais estabelecidas nesse novo contexto estrutural. Sob esse paradigma, fundamentado no princípio da soberania nacional, essas políticas de migração são moldadas pelas necessidades econômicas dos países envolvidos e, portanto, concentram-se principalmente no mercado de trabalho, com derivações para os direitos humanos.

Nesse sentido, a livre circulação de pessoas, como preconizado por Carens (1987), acaba tendo alguns impasses, entre eles a questão das legislações

instituídas entre os países, assim como o próprio fluxo econômico projetado por essa sociedade global, em que se percebe que “políticas de atração de trabalhadores qualificados atualmente também estão sendo incrementadas com a circularidade que se apresenta de forma positiva, destacando seus benefícios para todos os envolvidos no processo” (BARALDI, 2014, p. 70).

De acordo com essa proposição, o ponto de partida para a (re)formulação de políticas migratórias consistiria no fortalecimento dos aspectos positivos da migração e na redução progressiva de seus efeitos negativos. Para poder idealizar políticas eficazes de migração, nessa visão, é importante entender o deslocamento espacial como parte das estratégias de sobrevivência e de mobilidade social da população (MARTINE, 2005).

Para Carens (1987), a ideia de que a imigração reduz o bem-estar econômico da sociedade receptora acaba sendo um argumento incoerente. Baeninger (2014, p. 10) comenta que “o conflito social emerge pela ‘não assimilação’ dos contingentes imigrantes nos moldes ditados pelas sociedades receptoras, tanto pelas especificidades das migrações internacionais, quanto pela sua diversidade temporal e espacial”. Além disso, o efeito da imigração sobre a cultura e sobre a história da sociedade particularmente não seria uma consideração moral relevante, desde que não houvesse ameaça aos valores democráticos liberais básicos.

A discussão do autor sobre o princípio comunitário, pelo qual a exclusão é justificada pelo direito das comunidades à autodeterminação, aponta a questão: “Se a liberdade de movimento dentro do Estado é tão importante que substitui as reivindicações das comunidades políticas locais, sobre o que podemos restringir a liberdade de movimento entre os estados?” (CARENS, 1987, p. 260). Ele vai ainda mais longe, citando um princípio também avançado hoje no caso de trabalhadores migrantes temporários: “É certo afirmar que nossa sociedade deve admitir trabalhadores convidados à plena cidadania. Qualquer outra coisa é incompatível com nossos princípios democráticos liberais” (CARENS, 1987, p. 266).

Ghosh (2000) foi um dos primeiros a desenvolver uma abordagem global sistemática para a questão da migração. Seu texto destaca algumas das inadequações das políticas e práticas de migração existentes e defende um regime multilateral mais abrangente, equilibrado e transparente para gerenciar a migração. Ele ressalta a ausência de políticas apropriadas para enfrentar os novos desafios da migração, principalmente o aumento da pressão da emigração em função das

crecentes desigualdades. Patarra (2006) apresenta uma contribuição importante a essa questão ao dizer que os direitos humanos

passaram a ser o instrumento legítimo e aceito de concertação interna e internacional. As políticas migratórias são, assim, celebradas e formuladas a partir dessa legitimação; a efetivação desse caminho ainda está longe de se concretizar; há muito que ser feito, explorando as brechas que as propostas de governança internacional das migrações acabam por configurar. As propostas de organismos internacionais, inclusive no sentido da formulação institucional de medidas jurídicas para a efetivação dos direitos humanos dos migrantes, mediante parcerias, acordos bi ou trilaterais e multilaterais, de um lado, e a moldura dos acordos de integração econômica regional, de outro, constituem uma brecha importante no monitoramento de políticas migratórias; daí o papel imprescindível dos movimentos sociais e outras vozes da sociedade civil organizada (PATARRA, 2006, p. 8).

Em vez de abordar as causas profundas que geram ou alimentam pressões para a migração desordenada nos países de envio ou que atraem migrantes para os receptores por canais irregulares, os governos, de modo geral, reagiram adotando medidas repressivas e restritivas. A principal tese de Ghosh (2000) é de que a migração está ficando fora de controle e que a magnitude da migração irregular em todo o mundo reflete as inadequações do atual sistema de migração.

A abordagem de Ghosh (2000) acabou gerando um novo paradigma, o de “gerenciamento de migração”, ou, como menciona Patarra (2006), a transição de “controle migratório” para a “gestão migratória”. Para alcançar objetivos mais ordenados, previsíveis e humanos por meio da governança global do regime de migração, essa transição baseia-se na premissa básica de que uma migração bem gerenciada pode ser positiva para todos – os países de origem e de destino e os próprios migrantes –, no entanto isso não significa que os Estados devem abandonar a “atribuição de regular a entrada de estrangeiros e supervisionar sua admissão que contemple a permanência, o retorno, a reunificação, a revinculação, o trânsito nas fronteiras e a mudança de pessoas para outros países” (PATARRA, 2006, p. 15).

A pesquisa científica sobre esse tipo de migração “irregular” ainda é muito incipiente, em razão da falta de dados oficiais pelas instituições. Tapinos (2000) apresenta um estudo sobre migração irregular em que fornece um complemento útil às análises de Ghosh (2000) e Patarra (2006), ao examinar os desafios econômicos e políticos da migração irregular. Além dos problemas de medição (regular e irregular), o debate geralmente se concentra no impacto econômico desse tipo de

migração. Por conta dessa modalidade de migração, Patarra (2006) propõe que seja analisado o seguinte ponto: esses países

recebem uma mão-de-obra flexibilizada e que se sujeita a todas as formas de superexploração de trabalho, contribuem para sua produção e consumo e carregam prévios investimentos dos países de origem em sua formação, educação e saúde (PATARRA, 2006, p. 16).

Analisando esse aspecto, para Martine (2005), a migração internacional, no contexto da globalização, não somente é inevitável, como “potencialmente positiva”. Esse deslocamento espacial maciço deve ser entendido como parte das estratégias de sobrevivência, de impulso para alcançar novos horizontes, e a globalização, nesse contexto, age como fator de estímulo, ao aumentar o fluxo de informações a respeito dos padrões de vida e das oportunidades existentes ou imaginadas nos países industrializados.

Em sua opinião, os migrantes em empregos informais são um componente da economia subterrânea, mas não a sua causa, porém a existência de uma economia subterrânea facilita o recrutamento de migrantes ilegais, ajudados por redes de migrantes que facilitam sua entrada no mercado de trabalho informal. Assim, a gestão da migração deve ser efetuada de forma colaborativa entre os governos, para haver o gerenciamento multilateral, pois seria anacrônico tratar do controle da imigração exclusivamente em termos de soberania (MARTINE, 2005).

O período 1960–1980 sempre foi visto como um momento de confronto entre teorias de migração concorrentes, cada uma alegando supremacia para si. Teorias microindividuais focadas na racionalidade econômica e na noção de equilíbrio foram lançadas contra teorias macroestruturais centradas na demanda por trabalho migrante gerada por desenvolvimentos na economia capitalista mundial. A partir da década de 1990, contudo, esses debates teóricos ficaram obsoletos por estudos empíricos que mostraram que cada teoria explica uma parte do processo de migração, sendo algumas aplicáveis mais especificamente a uma região ou a um período histórico específico.

#### 4.5.1 Marcos regulatórios sobre Migração

A estruturação de soluções duradouras por meio de políticas públicas garante a implementação de medidas que asseguram a efetiva inserção do refugiado e migrante em seu novo local de residência. É necessário estabelecer, cada vez mais, uma sociedade de solidariedade para com o acolhimento de migrantes e refugiados e demonstrar, mediante várias ações, seu compromisso com a proteção dos refugiados e dos direitos humanos das pessoas imigrantes.

O Plano de Ação do Brasil, adotado em 2014 por todos os países da América Latina e do Caribe para comemorar o trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre Refugiados (ACNUR, 2014), destaca o papel fundamental das autoridades locais na adoção de políticas públicas que promovam a integração local dos refugiados.

A Lei federal n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980 (BRASIL, 1980), cognominada Estatuto do Estrangeiro, foi sancionada anteriormente ao ano de 1988, período que compreende a fase do resfriamento do regime militar, no entanto criou-se o Conselho Nacional de Imigração (CNIg). A referida lei preconizava a concessão de direitos ao imigrante, e no seu artigo 95 se determinava que “o estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis” (BRASIL, 2019).

Pelo fato de estar sustentado pela Constituição anterior à de 1988, perante o período militar, o Estatuto do Estrangeiro outorgaria tratamento pródigo, haja vista ser possível compreender, em uma primeira leitura, que a lei não oferece dificuldades de interpretação ao foco de que os estrangeiros possuem amplo rol de direitos e garantias fundamentais assegurados.

Tais valores não estão apenas amparados pelo artigo 5.º da atual Constituição Federal, como também sustentados na larga legislação brasileira, bem como nos tratados e nas convenções dos direitos humanos, que, por meio do quórum de concordância, possam se valorizar como emenda constitucional do artigo 5.º, § 3.º, da Constituição Federal, que teve a redação juntada pela Emenda n.º 45 de 2004 (BRASIL, 1988).

O impasse perante os documentos legais reflete-se na realidade do estrangeiro imigrante no Brasil. Pode-se citar um fato ocorrido em 2012, quando um

protesto, organizado por estrangeiros residentes em São Paulo, exigia pleno acesso a direitos básicos como saúde, segurança e trabalho decente

A maioria dos manifestantes era de origem latino-americana e africana, morando na cidade e lutando para obter os mesmos direitos que os cidadãos nascidos no Brasil. São homens, mulheres e crianças que fugiram da pobreza e insegurança de seus países de origem e que esperam encontrar uma nova casa no Brasil (ARAÚJO, 2012).

No Brasil especificamente, o Estatuto dos Estrangeiros (1980) é bastante discriminatório, sobretudo porque era regulado “até então por normas legais implementadas no período do regime militar”, quando os imigrantes eram vistos como uma “ameaça à estabilidade e à coesão social” do país, e pensava-se que deveria manter de fora das “nossas fronteiras aqueles que ‘pretendiam vir causar desordem em nossas plagas’” (OLIVEIRA, 2017, p. 171). Nesse quadro jurídico arcaico, caracterizado pelo autoritarismo e pela falta de democracia, toda a responsabilidade pelo tratamento dos imigrantes era da Polícia Federal.

Embora o Brasil seja um país construído com a força dos imigrantes, a última grande onda de estrangeiros que se estabeleceram no país ocorreu no início do século XX. Desde então, os numerosos choques econômicos levaram o Brasil a tornar-se um país de emigrantes internacionais, conforme Oliveira (2017, p. 171): “Brasileiros passaram a viver no exterior em situação de vulnerabilidade” e não vislumbravam as “mínimas condições que favorecessem uma possível reinserção no país”.

De outro lado, os aspectos relacionados à “entrada irregular de trabalhadores e suas famílias que vieram, sobretudo, da Bolívia e Paraguai; e a chegada massiva de haitianos e africanos, no início dos anos 2010” (OLIVEIRA, 2017, p. 172). Essa situação levou políticos brasileiros, a partir dos anos 1980, à tarefa de atualizar a legislação relacionada à imigração, que datava da era da ditadura, o que dificultava a implementação de um acordo para permitir a livre circulação de pessoas e bens entre Estados membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Para poder conceber uma direção à cidadania do imigrante no Brasil, alguns tratamentos foram realizados. Em primeiro lugar, “a regularização dos estrangeiros que residiam há determinado tempo no país” (OLIVEIRA, 2017, 172). Em segundo, o CNIg passou a enfrentar o “problema emitindo, pontualmente, Resoluções Normativas para cada questão surgida” (OLIVEIRA, 2017, 172).

Ademais dos avanços importantes em aspectos humanitários, proteção, livre circulação dos trabalhadores do Mercosul, entre outros, o que se produziu foi um verdadeiro emaranhado normativo<sup>12</sup>, que, da mesma forma, está longe de afrontar as questões migratórias com a necessidade e a profundidade requeridas (PATARRA, 2012). Deve-se enfatizar que, nesse íterim, o país também aderiu a medidas internacionais que visam à proteção e a garantias dos direitos dos imigrantes, como na questão da Convenção Contra o Crime Organizado e o Tráfico de Pessoas, em 2004 (OLIVEIRA, 2017). Entre avanços e retrocessos, como, por exemplo, a não assinatura da Convenção 97 das Nações Unidas, sobre o direito dos trabalhadores migrantes e suas famílias (MARINUCCI, 2012).

Assim, como as “as discussões e disputas sobre as migrações internacionais e se refletiram nas propostas de leis e normatizações que, além do Anteprojeto patrocinado pelo MJ/SNJ e do Projeto de Lei apresentado pelo CNlg, surgiram no PLS n. 288/2013 e no Projeto de Lei n. 5.565/2009, que tramitavam no Congresso Nacional<sup>13</sup> (OLIVEIRA, 2017). A ênfase dada pelos governos do bloco sul-americano a fatores econômicos em detrimento dos direitos civis mostra um lado pouco discutido do Mercosul<sup>14</sup>, que é mais uma união aduaneira do que política. O Brasil, por exemplo, justifica essa questão, pelo receio de que, ao ter suas fronteiras totalmente abertas aos companheiros de bloco econômico, um grande número de cidadãos dos países mais pobres entre em seu território e sobrecarregue suas instituições e sua economia. Para Jardim (2017) “a nova Lei de Migração acaba com a ideia de que o imigrante é uma ameaça a segurança nacional”.

A estrada que o Brasil deve percorrer para se estabelecer como um Estado de justiça social ainda tem muito a avançar. Se o país quiser manter a paz em suas cidades e boas relações com seus vizinhos, será forçado a pensar sobre a imigração e respeitar as identidades dos imigrantes que entraram legalmente no país. Cabe

---

<sup>12</sup> Podem-se observar as seguintes mobilizações: mobilizações do sujeito e conquistas dos imigrantes (Mercosul, anistia de 2009); mobilizações comprometendo instituições; lacunas da ação do Estado: governo e propostas (Lei dos Estrangeiros); Convenção Internacional sobre os Direitos Humanos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias (direito ao voto; burocracia; trabalho escravo ou análogo e condições de trabalho) (O ESTRANGEIRO, 2019).

<sup>13</sup> Ver: Oliveira (2017) para detalhamento dos projetos e propostas de lei.

<sup>14</sup> Alguns tratados multilaterais foram sendo celebrados na região interamericana. Como referência recente, o Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul. Decreto no 4.975, de 30 de janeiro de 2004.

destacar que protestos como a Marcha dos Imigrantes<sup>15</sup> mostram um passo na direção certa. É importante tornar-se conhecido entre os brasileiros nascidos no país, mostrando seus rostos, seus acentos, onde e como vivem as condições de trabalho. Ademais, as associações de imigrantes estão cada vez mais fortes, para exigir seus direitos em relação à lei e, finalmente, para promover a conscientização (MIGRAMUNDO EQUIPE, 2019). Essa perspectiva é frequentemente usada para descrever situações de discriminação, desigualdade, desvantagem, vulnerabilidade e pobreza entre uma pequena elite que concentra recursos econômicos, sociais e culturais e a maioria pauperizada.

Direcionando para a migração haitiana, isso teria implicações à estruturação de pelo menos dois fluxos migratórios históricos do Haiti com suas próprias particularidades: o que se chamou de diáspora histórica, ou seja, a migração qualificada, com maior nível de educação, redes familiares e contatos para os Estados Unidos, a França ou o Canadá; e a migração pauperizada, com níveis mais baixos de educação, de origem rural, em busca de empregos de subsistência, que até sofre o impacto das crises alimentares e que historicamente migra para a República Dominicana para trabalhar nos engenhos açucarados (MAGALHAES, 2014; HANDERSON, 2015).

Diante da questão dos migrantes e dos refugiados, os haitianos obtêm os pedidos de registro de seus documentos no Brasil, como carteira de trabalho, por meio de uma lacuna na lei. Segundo Cavalcanti *et al* (2015) é “o único coletivo de imigrantes que tem uma Resolução Especial do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que permite a concessão de visto por razões humanitárias”.

Tendo em vista que não cabia instituir refúgio para essas pessoas, o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) levou as solicitações de refúgio para o CNIg. O governo federal aprovou a Resolução Normativa n.º 97, de 2012, do CNIg, concedendo visto permanente, por tempo determinado e por razões humanitárias<sup>16</sup>,

---

<sup>15</sup> Além da tradicional Marcha dos Imigrantes-São Paulo, que na sua sétima edição teve como tema a luta por uma “nova lei de migração justa e humana para o fim da discriminação” e reuniu cerca de mil pessoas de diferentes nacionalidades, de acordo com as instituições organizadoras, em 2019 também foi realizada a 1.ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, evento de caráter consultivo convocado pela Coordenação de Políticas para Migrantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que reuniu em torno de 300 participantes de 35 nacionalidades. Em ambos os encontros, foram discutidos problemas da comunidade e propostas para a criação de políticas públicas específicas (MIGRAMUNDO EQUIPE, 2019).

<sup>16</sup> Consideram-se razões humanitárias, de acordo com a Resolução Normativa CNIg n.º 97/2012, em seu artigo 1.º: “Aqueles resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”.

como forma de facilitar a vinda dos haitianos para o Brasil, tentando coibir o tráfico de pessoas. Os vistos humanitários são concedidos pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe, capital do Haiti, podendo ser renovado ou concedido em caráter permanente. Além dos haitianos, os sírios também foram contemplados com o visto humanitário (CNIG, 2016; SILVA, 2016).

O visto humanitário é uma ferramenta de grande importância, principalmente por seu caráter humanitário. O Brasil tem adotado a prática de conceder vistos humanitários aos estrangeiros, considerando a situação de vulnerabilidade daqueles que os solicitam, por não se enquadrarem nos critérios de asilo nem de refúgio (CNIG, 2016).

Além disso, parece necessário levar a cabo, nesse momento, uma política de informação adequada sobre a convivência com imigrantes, assim como os direitos reconhecidos a cada pessoa brasileira nata. Tais reconhecimentos perspassam por vários órgãos, instituições e declarações, sendo analisados e discutidos há bastante tempo, como o boletim informativo n.º 24 da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre direitos humanos (ONU, 1990), publicado na campanha global de direitos humanos acerca das medidas adotadas no plano internacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), desde 1920, tem estado na vanguarda dos esforços para garantir e manter um tratamento justo para os trabalhadores imigrantes e suas famílias. Sua estrutura é tripartite. Esse esforço manifesta-se de duas maneiras:

- acordos e recomendações que estabelecem diretrizes para leis nacionais e procedimentos judiciais e administrativos, no que se refere à migração para fins de emprego;
- projetos de cooperação técnica que contribuem para garantir os direitos humanos dos trabalhadores (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2019).

Além disso, a OIT apresentou na Conferência Internacional do Trabalho que ocorreu em 1998 a Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, que estabelece quatro princípios fundamentais a que todos os membros da OIT estão sujeitos:

- liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva;
- eliminação de todas as formas de trabalho forçado;

- abolição efetiva do trabalho infantil;
- eliminação de todas as formas de discriminação no emprego ou na ocupação (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2019).

Ademais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (EACDH, 1948) já no seu artigo 1.º afirma: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, ponto também registrado em nossa Carta Magna, que assevera que todos os membros da sociedade têm direito à segurança social e a obter a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

A Constituição Federal, em seu turno, mostra-se ainda mais protetiva quanto aos estrangeiros, ao postular, em seu artigo 5.º, *caput*, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988).

Vale lembrar que a declaração promulga que “todo indivíduo tem direito à vida e à integridade da pessoa” (EACDH, 1948). Esse aspecto ainda não é defendido como deveria, em todos os seus direitos. Hoje, o ataque à vida humana é feito de maneiras muito diferentes, como o racismo ou por meio de certas ideologias, ou ainda por uma classe dominante. É exposto no artigo 5.º da referida declaração que “ninguém deve ser submetido à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes” (EACDH, 1948).

Essa proibição é absoluta. Ou seja, não há exceções. Onde esse tipo de tratamento pode ser encontrado? Em primeiro lugar, nos procedimentos para a expulsão de um estrangeiro para seu país de origem e, em segundo, nas redes de exploração que operam em vários estados. Esse tratamento pode envolver o aspecto físico, mas principalmente o aspecto psicológico e social do imigrante, ao ser submetido a “condições desumanas de moradia, de trabalho” (WALDMAN, 2011).

Alguns imigrantes, com destaque aos haitianos e bolivianos, acabam caindo em redes que exploram trabalhadores estrangeiros irregulares e as fazem trabalhar em condições de escravidão: horários de trabalho abusivos, salários abaixo do mínimo legal, falta de regras básicas de higiene, segurança e habitação. Ocorre que principalmente na cidade de São Paulo, onde muitos imigrantes moram no mesmo

local onde trabalham, ocorre pelo trabalho ser realizado em parte em oficinas de costura e também em razão da falta de documentos (WALDMAN, 2011).

Acerca desse assunto, é possível, antes de mais nada, estabelecer algumas disposições gerais sobre a regulamentação da imigração no local de trabalho. Refere-se aqui a pessoas que vêm ao país, para a inserção no mercado de trabalho. O imigrante ainda é visto por um sentimento de ameaça por uma parcela da sociedade receptora, embora estudos recentes tenham demonstrado que o trabalho migrante pode ser complementado dentro do nacional. Apesar desse sentimento, podem-se elencar três razões pelas quais a imigração e o desemprego não colidem:

- rigidez do mercado de trabalho, ao oferecer ofertas que não encontram revendedores;
- existência de lacunas de trabalho pouco atraentes para os nacionais;
- a realidade da economia submersa ou pouco formalizada.

Essas razões remetem às teorias de segmentação do mercado de trabalho (PEIXOTO, 2004; SANTOS, *et al*, 2010). Ao dizer que esses dois grupos, migrantes e sociedade receptora, atendem a diferentes oportunidades de emprego e mercado de trabalho – estratos do mercado de trabalho primário e secundário –, na maioria dos casos esses mercados não concorrem entre si.

Cabe, no entanto, um reforço com relação ao direito ao trabalho. É preciso distinguir o direito ao acesso ao trabalho e a existência de direitos no trabalho (pós-contrato). Tratando-se da discussão acerca desse tema, têm-se fundamentos nem sempre admissíveis, vinculados à pressão da opinião pública, ao se perceber friamente que a política migratória atrelada ao emprego e à oportunidade de trabalho é ainda diminuta perante os nacionais de países terceiros, por insistir pesadamente no princípio de prioridade dos cidadãos europeus no mercado de trabalho (CAVALCANTI *et al*, 2015).

Veem-se muitas defesas em favor dos direitos fundamentais do imigrante, bem como sobre a necessidade de integração e a não discriminação pelas empresas, entretanto não é concedido, ao imigrante, um alicerce prático adequado, nem garantias sociais mais significativas desvinculadas da existência do contrato de trabalho (OLIVEIRA, 2017). Além disso, deve-se dizer que o direito de desempregados involuntários para residir no país de trabalho em busca de outro emprego é reconhecido. No mesmo sentido, o artigo 8.º da Convenção da OIT (1949), ratificada pelo Brasil em 1965, proíbe o envio ao país de origem do caso de

desemprego involuntário, mesmo no caso de imigrantes indocumentados (OIT, 2019).

A imigração, mesmo aquela considerada irregular, implica toda uma série de aspectos sociais para os imigrantes. O que acarreta que o imigrante, também deva receber os mesmos benefícios do nacional. O Brasil é um Estado de direito social e democrático. Portanto, os imigrantes devem ser impedidos de serem vistos como concorrentes nos empregos estatais ou privados. A imigração envolve muitos fatores que estão relacionados um com o outro e manifesta o acordo com pessoas humanas, com identidades e bagagem. Portanto, é necessário garantir que os imigrantes obtenham as mesmas condições que os nacionais (JARDIM, 2017). Cavalcanti *et al* (2015) comenta que a legislação deve refletir ou traduzir juridicamente o discurso do direito à migração, da abordagem integral do fenômeno migratório, do respeito irrestrito dos direitos humanos destas pessoas e da construção de uma cidadania sul-americana.

Diante desse quesito da legislação, se o direito comparado comprova que a realidade brasileira está bem longínqua da europeia, ressalta, também, que ambas se acercam naquilo que diz respeito ao enigma de ajustar-se a crescentes fluxos migratórios. Evidencia-se que os modelos jurídicos necessitarão sempre de devotada revisão e adaptabilidade, perante o natural contingente do espaço globalizado.

Por causa de todos esses apontamentos, o Ministério da Justiça, por meio da Portaria n.º 2.162/2013, criou uma comissão de especialistas com a finalidade de apresentar uma proposta de Lei de Migrações. Não se trata de reformar ou adaptar o Estatuto do Estrangeiro; o objetivo foi eliminar da ordem jurídica pátria o nefasto legado da ditadura militar nessa área (O ESTRANGEIRO, 2014).

Surgiu então à nova lei brasileira de imigração, a Lei n.º 13.445/17 (BRASIL, 2017), assinada e aprovada em 24 de maio de 2017. Ela veio a adicionar um teor humanitário ao antigo conjunto de leis. Esse novo arcabouço legal, segundo Oliveira (2017, p. 174) representa um grande “avanço no trato da questão migratória” no Brasil e abre a perspectiva de “esperança para os coletivos migrantes que já se encontram por aqui, para aqueles que estão por vir e para os brasileiros que emigraram para o exterior”.

A nova legislação, pautada principalmente na vertente mais humanista para a questão migratória (JARDIM, 2017), promove no seu contexto aproximação da

globalização e da interculturalidade, com base no diálogo intercultural, visto ser necessário ter noção de narrativas culturais que constroem identidades dos migrantes que chegam ao país receptor.

Faz-se preciso levantar as identidades culturais para pressupor certa intencionalidade narrativa, que é formada por histórias particulares. Assim, as identidades são, em parte, o resultado da narrativa da vida social. De acordo com Marconi e Presotto (2006), podemos usar diferentes tipos de narrativas para explicar os inúmeros tipos de história, mas isso também sanciona certas narrativas e desqualifica outras, por motivos políticos ou ideológicos.

No tocante à proteção às identidades culturais, políticas ou ideológicas, observa-se como discorre parte dos artigos 3.º e 4.º da Lei n.º 13.445/17, ao abordar sobre o direito do migrante. Seus incisos remetem-se à composição da identidade. No artigo 3.º, destaca-se:

Art. 3.º [...]

A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:

[...]

XIV – fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante *constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas*;

XV – cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;

XVI – integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;

XVIII – observância ao disposto em convenções, tratados e acordos internacionais;

XIX – proteção ao brasileiro no exterior;

XX – *migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas*;

XXI – promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil;

XXII – *repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas* (BRASIL, 2017, grifo nosso).

O artigo 4.º assegura ao migrante em território nacional, em “condição de igualdade com os nacionais”, a “inviolabilidade do direito à vida”, à “liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2017), promulgada de forma a fortalecer sua identidade, bem como os direitos, descritos em seus incisos:

I – direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;

II – direito à liberdade de circulação em território nacional;

- III – direito à reunião familiar do imigrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
- IV – medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
- V – direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;
- VI – direito de reunião para fins pacíficos;
- VII – direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;
- VIII – acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei;
- IX – amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade (BRASIL, 2017).

As identidades narrativas determinam nossa ação social como agentes da história, entretanto é nossa identidade que imprime os preconceitos e a xenofobia, ou seja, a falta de respeito às identidades dos outros. Em outras palavras, as narrativas sociais podem tornar-se políticas, permitindo a transformação social, ou ser usadas como estratégias de contenção que colocam a diferença no discurso epistemológico fechado.

As narrativas que países beneficiários têm construído ao atravessarem a fronteira são caracterizadas como estigmatizantes, discriminatórias e racistas, geradas pela “crescente manifestação organizada de segmentos sociais, assumidamente com posições à direita do campo ideológico, que são contrários à nova lei” (OLIVEIRA, 2017, p.177). Aplicar políticas restritivas que violam certos princípios fundamentais dos direitos humanos, como o acesso à educação, e o discurso do preconceito e do racismo fomenta valores xenófobos que alimentam a intolerância com o outro.

Com a crescente conscientização mundial sobre os direitos humanos, a paz e a compreensão internacional são, entre outras coisas, o combate de atitudes como o racismo, a xenofobia e a intolerância. Mais recentemente, observa-se o surgimento de um ataque renovado à universalidade dos direitos humanos que ameaça destruir as conquistas da luta de décadas para construir uma sociedade internacional baseada nos valores comuns, embora a sociedade seja heterogênea.

Essas ameaças são ocasionadas, segundo Oliveira (2017, p. 177) por “pessoas completamente equivocadas a respeito das migrações internacionais e que sequer se dão ao mínimo trabalho de conhecer o tema”, pois se o fizessem teriam a “dimensão do quanto são equivocadas suas posições, uma vez que uma vasta gama

de trabalhos acadêmicos<sup>17</sup> sérios mostra que a migração traz mais benefícios do que prejuízos para os países de destino” (OLIVEIRA, 2017, p. 177).

Esses benefícios são de âmbito universal oriundas das Leis Universais dos Direitos Humanos e da OIT, previstas na Lei n.º 13.445/17:

Art. 4º [...] XI – garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador;  
 XII – isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;  
 XIII – direito de acesso à informação, nos termos da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011;  
 XIV – direito à abertura de conta bancária;  
 XV – direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em residência.  
 § 1.º Os direitos e as garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto nos §§ 4.º e 5.º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de convenções, tratados e acordos internacionais de que o Brasil seja parte.  
 § 2.º Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal.  
 § 3.º Não se exigirá do migrante prova documental impossível ou descabida que dificulte ou impeça o exercício de seus direitos, inclusive o acesso a cargo, emprego ou função pública.  
 § 4.º Aplicam-se ao visitante os direitos previstos no *caput* e nos incisos I, II, IV, V, VI, VIII, IX, X, XIII, XIV e XV deste artigo.  
 § 5.º Aplicam-se ao imigrante não registrado os direitos previstos no *caput* e nos incisos I, II, IV, VI, VIII, X e XIII deste artigo (BRASIL, 2017).

A lei garante os direitos do cidadão migrante, entretanto sabe-se que leis não bastam quando se trata do respeito à pessoa humana. Muito ainda precisa ser feito. Como afiança Oliveira (2017, p. 178), muito embora não seja uma “lei dos sonhos”, a sociedade brasileira, particularmente os imigrantes e emigrantes, tem muito a comemorar. O autor ainda comenta que a caminhada não será diferente do que foi até aqui. As disputas seguirão polarizadas, mas o “passo maior já foi dado”, com a aprovação da lei na qual predomina o “enfoque nos direitos humanos”.

Foram apresentadas as várias abordagens teóricas examinando os caminhos pelos quais novas ideias se desdobraram. Em vez de competir entre si, cada abordagem trouxe novos *insights* específicos que devem ser levados em consideração ao tentar explicar a migração.

---

<sup>17</sup> Ver: Martine (2005), Patarra (2006).

#### 4.6 A IMIGRAÇÃO E A DIVERSIDADE CULTURAL

O expansionismo europeu dos séculos passados iniciou um movimento populacional em larga escala que formou a base de muitas sociedades multiculturais do mundo. No entanto, desde o surgimento dessas primeiras ondas migratórias globais, as populações humanas continuaram interagindo entre si e misturando-se de uma maneira que moldou decisivamente a composição étnica de muitos países. A “própria sociedade se transforma e se orienta em direção a um modelo mais cosmopolita” (DIAS, 2019, p. 131).

Embora a emigração não seja um fenômeno novo, ela parece estar se acelerando no processo de integração global. Os padrões de migração em todo o mundo podem ser vistos como um reflexo da rápida mudança que está ocorrendo nos vínculos econômicos, como a questão do mercado de trabalho, e políticos, com as alterações nas legislações e culturais, gerados pela midiatização que existe entre os países.

A imigração, o movimento de deslocamento de pessoas para fixar-se em outro país, e a emigração, o processo pelo qual as pessoas deixam seu país para estabelecer-se em outro, combinam-se para produzir padrões globais de migração que ligam países de origem e destinatários (CANTLE, 2012).

Os movimentos migratórios aumentam a diversidade cultural de muitas sociedades e ajudam a configurar dinâmicas demográficas, econômicas e sociais. Assim como comenta Dias (2019, p. 131), a diversificação dos “fluxos migratórios globais, as sociedades e os Estados confrontam-se com mudanças significativas na relação entre populações e instituições, nos padrões de organização social e nos valores dominantes”.

Ainda segundo o autor, essas novas configurações demográficas, advindas da intensificação da emigração global, especialmente nas últimas duas décadas, tornaram a imigração um grande problema político para muitos países. Com isso, “implicam novas políticas públicas”, que vão desde “o ensino da língua e dos canais de comunicação necessários” até no “sentido da diminuição das dinâmicas de isolamento das populações recém-chegadas” (DIAS, 2019, p. 131). Como menciona Cantle (2012), o aumento das taxas de imigração em muitas sociedades questionou

as ideias de identidade nacional mais comuns e forçou a revisão do conceito de cidadania.

Ao descrever os principais movimentos populacionais globais que ocorreram desde 1945, podemos identificar quatro modelos de imigração. O primeiro deles é o modelo clássico, que se aplica a países como Canadá, Estados Unidos e Austrália, que se desenvolveram como “nações imigrantes”. Nesses casos, a imigração tem sido principalmente um fenômeno promovido, e a promessa de cidadania foi estendida aos recém-chegados, embora restrições e taxas ajudem a limitar o fluxo anual de imigrantes (CANTLE, 2012).

Também se tem o modelo colonial de imigração, que representa países como a França e a Grã-Bretanha, que tendem a favorecer a entrada de imigrantes das antigas colônias, e não de outros países. Por sua vez, o terceiro modelo, o do trabalhador convidado, é aquele seguido por países como Alemanha, Suíça e Bélgica. Os imigrantes são admitidos no país temporariamente, muitas vezes para responder às demandas do mercado de trabalho, mas não acessam os direitos de cidadania mesmo após um longo período de liquidação.

Por fim, há o modelo de imigração de forma indocumentada, que está se tornando cada vez mais comum, em função do aperto das leis que regulam a emigração em muitos países desenvolvidos e industrializados. Com frequência, os indivíduos que conseguem entrar em um país, clandestinamente ou usando o *status* de “não imigrantes”, conseguem viver de maneira irregular fora da sociedade oficial (RAMOS, 2010).

Todavia, quais são as forças que impulsionam a emigração global e como elas estão mudando por causa da globalização? Ao longo dos anos, quando se abordava o assunto migrações, “acreditava-se que a dinâmica das migrações obedecia a cálculos racionais de custo e benefício e maximização da utilidade” (BARALDI, 2014, p. 29). Assim, essa forma de explicar os deslocamentos, por meio de uma ideia da economia neoclássica, concentrava suas explicações em estratégias de atração-repulsão.

Do mesmo modo, as dinâmicas ocorriam nos países receptores para atrair os imigrantes, como, por exemplo, mercados de trabalho prósperos, melhores condições de vida e menor densidade populacional. Dessa forma, “acreditava-se que as migrações gerariam um equilíbrio nas diferenças” (BARALDI, 2014, p. 29). Nos últimos tempos, esse tipo de teoria tem sido criticado por não fornecer

explicações satisfatórias a esse processo complexo e múltiplo da dinâmica migratória (RAMOS, 2010). Afinal, como diz Baraldi (2014, p. 29), os “fatores que influenciavam as migrações eram mais numerosos e complexos”, e não apenas de natureza econômica.

Por outro lado, os estudiosos de emigração concentram-se cada vez mais nos aspectos globais de migração, considerando-os sistemas gerados por intermédio da interação de macro e microprocessos, ou seja, uma dinâmica muito mais coletiva do que individual (CASTLES, 2010). Os fatores em nível macro aludem a questões como a situação política na área, as leis e os regulamentos que controlam a migração ou as mudanças que a economia internacional registra. Os fatores de nível micro, por sua vez, têm a ver com os recursos, conhecimentos e interpretações das próprias populações migrantes.

A emigração global também pode ser entendida mediante o estudo da diáspora. Esse termo define geralmente a “dispersão de um grupo étnico específico” (ELHAJJI; MALERBA, 2016, p.114), que ocorre de maneira forçada ou em circunstâncias dramáticas. No entanto, ElHajji e Malerba (2016, p. 114) lembram que seu uso foi “ampliado e passou a fazer alusão, de um modo mais geral, à realidade social, cultural e política de dispersão pelo mundo de indivíduos ou populações que abandonaram seu território étnico”. Cogo (2012, p. 47) entende-o como uma “identidade coletiva”, que está ligada a toda “uma situação de dispersão da população migrante pelo mundo”, assim como “no interior do próprio país de migração”.

Nessa linha, embora os membros de uma diáspora, por definição, sejam geograficamente disseminados, eles são mantidos juntos por fatores como uma história comum, a memória coletiva da pátria ou a mesma identidade étnica que é cultivada e preservada. As diásporas ocorrem de maneiras diferentes, dependendo das forças subjacentes à dispersão da população original: vítima (por exemplo, a dos africanos), imperial (a dos britânicos), trabalho, comércio (a dos chineses) e cultural.

Apesar dos vários tipos, todas as diásporas compartilham certas características principais:

- um movimento forçado ou voluntário que vai da região de origem para uma ou mais regiões;

- uma memória compartilhada da região de origem, o compromisso de preservar a memória e a crença em um possível retorno;
- uma forte identidade étnica que é mantida ao longo do tempo e da distância;
- um senso de solidariedade para com membros do mesmo grupo étnico que vivem em outras áreas da diáspora;
- certo grau de tensão em relação às sociedades anfitriãs;
- um potencial de fazer contribuições valiosas e criativas para as sociedades anfitriãs pluralistas (MOYA, 2018).

Quanto à diversidade cultural promovida pelas imigrações, os fóruns em que debates sobre a diversidade cultural são realizados nas agências das Nações Unidas, particularmente a Unesco, viam, até a chegada do novo milênio, a clara tendência de priorizar a proteção do legado cultural e, portanto, da diversidade. No entanto, desde então, o discurso da Unesco mudou, para refletir uma compreensão mais sutil da dinâmica da influência cultural, apropriação e mudança.

Embora continue promovendo uma agenda amplamente baseada na preservação e proteção do patrimônio cultural foram tomadas medidas para a reconciliação de reivindicações legítimas por algumas comunidades que desejam manter sua identidade cultural particular com o reconhecimento de que, em certas circunstâncias, tais alegações podem mascarar formas de intolerância e dominação cultural nacional. Assim, por exemplo, o relatório de cultura mundial da Unesco (2002, p. 25) afirma que “a injustiça cultural é muitas vezes escondida sob definições de diversidade que convertem normas em valores fundamentalistas e imobilísticos fora da história”.

Isso não apenas representa um avanço na conceituação da cultura, mas também aborda o problema real do que foi chamado de fundamentalismo cultural, presente em algumas tentativas de defesa das práticas tradicionais. O apelo à autonomia cultural e, de certo modo, às simpatias modernas pelo relativismo cultural pode ser usado para defender muitas atitudes e práticas culturais diferentes que conflitam com os direitos humanos universais. Isso inclui restrições à liberdade das mulheres, medidas repressivas contra a expressão da orientação sexual, atitudes intolerantes em relação à deficiência, tratamento discriminatório de minorias étnicas e assim por diante.

O reconhecimento público desses problemas pode ser lido na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), na qual a aspiração de dar o mesmo *status* à diversidade cultural e aos direitos humanos é expressa em um pluralismo exaustivo. Ou seja, o direito à diversidade é explicitamente concebido como algo existente nas comunidades nacionais e étnicas, e não apenas como uma analogia à soberania política entre Estados-nação. O documento descreve que o respeito pela “diversidade das culturas, a tolerância, o diálogo e a cooperação, num clima de confiança e de entendimento mútuos, estão entre as melhores garantias da paz e da segurança internacionais” (UNESCO, 2002, p. 1).

Colocar essa questão em prática requer uma mudança na conceitualização da diversidade cultural. Provavelmente, o passo mais importante dado a esse respeito até hoje é contemplar a diversidade não como um fim em si, mas como algo de valor indireto. Por exemplo, o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 do PNUD declara que “seria um erro grave considerar a diversidade cultural como valiosa, independentemente de como ela seja alcançada” (PNUD, 2004, p. 22). Essa afirmação, no entanto, é no sentido de que a diversidade cultural não é um valor em si, pelo menos não da perspectiva do desenvolvimento humano. O valor da diversidade cultural “reside em sua relação positiva e frequente com a liberdade cultural” (PNUD, 2004, p. 23-24).

Todavia, as maneiras de entender o valor da diversidade cultural são inúmeras. Num primeiro momento, junta-se a diversidade ao exercício das liberdades individuais e coletivas, e este é impedido de ser usado para justificar qualquer tipo de política repressiva. No segundo, há o reconhecimento e a validade das escolhas conjuntas de uniformidade *versus* diferença, como escolher as vantagens e os confortos da modernidade tecnológica em detrimento das formas tradicionais autênticas de se fazer as coisas. Em terceiro, evita-se a difícil pergunta de por que a existência da diversidade deve ser considerada um bem fundamental (uma questão que não é respondida de forma convincente pelas analogias que às vezes são estabelecidas, como a importância da biodiversidade para o meio ambiente) (PNUD, 2004).

Em síntese, o discurso da política internacional canalizado por organizações como a Unesco, também passou de uma defesa arbitrária da diversidade cultural a todo custo para uma posição mais sutil, na qual a ênfase é colocada na proteção da liberdade cultural, contudo esses argumentos não absolvem completamente o

processo de globalização, pelo menos no que diz respeito ao seu possível impacto cultural negativo, porque eles ignoram a questão da qualidade da experiência cultural como um todo em um mundo globalizado.

Todas as abordagens até o momento foram no sentido de propor uma definição do conceito de migração, entendido como a transição de um espaço social, econômico, político e/ou cultural para outro, a fim de desenvolver um projeto específico e tentar responder a certas expectativas pessoais ou do grupo. É um processo que se inicia no país de origem, mesmo antes de a decisão de migrar ser tomada e de os meios para isso estarem disponíveis. A gestação da migração começa quando ocorre a conjunção de condições e estímulos necessários, tais quais o sentimento de insatisfação ou precariedade própria ou familiar (objetiva ou não), a expectativa de mudança e ascensão social, a influência da origem migratória na família, a manutenção da relação com o círculo de amigos que já migraram, a pressão social e a posse dos recursos mínimos necessários para emigrar (ALVES, 2015).

Além disso, em muitos casos, a emigração ratifica e acelera um processo já começado na sociedade de origem, uma primeira desestruturação das relações sociais tradicionais e o questionamento dos papéis da família sob o efeito da urbanização. Portanto, o efeito modernizador da migração não é atribuível exclusivamente ao contato com a sociedade para a qual se emigrou. A migração seria mais compreensível como o trânsito de sociedades que não são totalmente tradicionais, ou que já experimentaram o início desse processo de modernização, para sociedades que não são totalmente modernas ou que preservam numerosos elementos da tradição (HANNERZ, 1997).

De tudo isso deriva uma premissa importante: o conhecimento das sociedades das quais se emigrou é tão ou mais necessário do que o das sociedades para as quais se emigrou, uma vez que nos permite ter uma visão global das migrações. De uma perspectiva transnacional, a história da trajetória anterior à emigração em si não pode ser separada da etapa da imigração, a ponto de não poder ser entendida sem levar em conta a primeira. As geografias de origem e de destino permanecem inscritas em uma experiência única: a do migrante de dupla face, como emigrante em relação à sociedade da qual sai e como imigrante em relação à em que entra.

A migração, portanto, envolve uma série de deslocamentos de várias maneiras, e não apenas do tipo geográfico. De fato, a distância física está se tornando menos importante do ponto de vista da migração. ElHajji (2011, p.8) “já que a conexão do grupo diaspórico com o mundo não se limita mais à realidade imediata da sociedade de destino”, mas sim é continuamente “reformatada pela mídia transnacional do país, terra ou cultura de origem”. Contribui com essa visão o antropólogo Ulf Hannerz quando menciona que a “era em que a imigração implicava o declínio” e, finalmente, a “perda de vínculos com o local de origem já entrou na história” agora, em vez disso, ouvimos “falar de circuitos migratórios transnacionais” (HANNERZ; 1997; CANCLINI, 2003, p. 27), direcionada pelo atual processo de globalização, não deve “ser entendida no sentido de uma equação matemática “tempo/espço”, mas sim cognitiva “tempo/informação”” (ELHAJJI, 2011, p. 7-8 grifo autor).

A revolução nos meios de transporte (a *democratização* no uso de aviões, por exemplo), a revolução nos sistemas de comunicação (extensão da telefonia móvel ou das antenas parabólicas, sem mencionar as possibilidades da internet via *e-mail* ou videoconferência e seu crescente uso entre os imigrantes), principalmente relacionadas às práticas comunicativas com seu país de origem, assim como a crescente homogeneização cultural e de estilo de vida são fatores que contribuem decisivamente e em caráter particular para a geração das novas migrações.

Patarra (2005, p. 24) contribui com essa visão ao mencionar que “esses deslocamentos se dão por mudança de residência” por “retorno a situações precárias anteriores”, geram também certa “circularidade migratória”, ou acabam ocasionando “dupla residência ou permanências temporárias”. Isso ocorre com “famílias ou individualmente”, na atualidade, houve um “aumento da participação de mulheres”, no entanto, ainda muitas vezes “envolvem ações ilegais ou clandestinas”.

Em resumo, em muitos casos, as vantagens ou a mudança nas condições econômicas não justificam mais a emigração de maneira tão decidida. Portanto, deve-se aprofundar o estudo de outros fatores: condições políticas, falta de liberdades, expectativas criadas pelo modo de vida ocidental, relações históricas coloniais ou a existência de um contexto de recepção favorável, seja pela existência de legislação permissiva, seja pela presença anterior de imigrantes do mesmo país. Muitos imigrantes vivem em condições que nem sempre significam melhoria decisiva em seu padrão de vida que justifique o risco e o custo pessoal da emigração.

Por isso, é necessário estudar cada grupo e investigar a realidade das condições de vida em seus países de origem, estabelecer até que ponto elas estão na base da emigração e, de qualquer forma, que outras variáveis sociais ou culturais influenciam esse fenômeno, da configuração em alguns casos de uma autêntica cultura de emigração à articulação de redes e comunidades migratórias de natureza transnacional.

## **5 FLUXO DAS MIGRAÇÕES PARA O CENÁRIO BRASILEIRO**

As migrações fazem-se presentes na história humana desde o início da sua formação, assim como no cenário brasileiro. Dessa maneira, a quinta parte deste estudo apresenta um panorama histórico da imigração no cenário brasileiro, alinhando tal fato à sua composição no estado de Santa Catarina e na cidade de Joinville. Todo esse decurso será enriquecido com o estudo da migração haitiana. As teorias foram fundamentadas em Souza (2019), Silva (2016), Magalhães (2014), Oliveira (2017) e os dados extraídos do Observatório das Migrações Internacionais (2019).

### **5.1 PANORAMA HISTÓRICO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO BRASIL**

As migrações não são recentes, diferentemente do que se pode pensar haja vista a realidade do Brasil. Elas ocorrem desde que o homem aprendeu a viver em sociedade, sobretudo pela necessidade de acesso a terra para sua alimentação. Retoma-se aqui que a migração é um deslocamento de pessoas visando geralmente à sobrevivência. Esse processo faz parte do ser humano desde os tempos mais remotos, quando o homem era nômade e vivia da caça, da pesca e da coleta de frutos. Nesse período, os seres humanos viviam mudando de região constantemente à procura de novas áreas de caça, de rios ou impelidos pelas variações climáticas.

A imigração é um traço da história do Brasil, desde que as naus portuguesas atracaram no país. Foi com a corte portuguesa de 1808 que se fortaleceu o projeto da construção de uma nação baseada em ideias imigracionistas, estabelecidas nos fluxos de senhores portugueses e escravos, assim como nos fluxos de tantas outras nacionalidades que ao longo do tempo foram compondo esse cenário colonial – alemães, holandeses, ingleses, árabes, entre tantos outros povos –, ainda não configurado como Estado nação (OLIVEIRA, 2017). Segundo estudos, nesse período e com a intensificação da realização de atividades econômicas, o “Brasil passou a receber milhares de africanos trazidos de modo forçado” para trabalhar como “mão de obra escrava na cultura da cana de açúcar” (WALDMANN, 2011, p. 9).

Assim, a partir de 1850, conforme Oliveira (2017), com as instalações das companhias de colonização e imigração e em decorrência da aceleração e da industrialização na Europa, a perspectiva de abertura de novas atividades econômicas e as oportunidades de trabalho fomentavam o desenvolvimento de uma nação brasileira alicerçada na imigração europeia, e esse aspecto pode ser acompanhado pelo percurso histórico de formação do país, que ao longo do tempo passou a receber milhares de imigrantes, assim como fornecer emigrantes para outros países.

Esse grande adensamento dos fluxos migratórios ocorreu não só para o Brasil. O mundo vivia, naquela época, grande expansão dos deslocamentos populacionais, especialmente “aqueles de saída de países europeus rumo ao chamado Novo Mundo (Américas e Oceania)” (OLIVEIRA, 2017, p. 105), conjuntura permitida pelo desenvolvimento tecnológico e pela Revolução Industrial. Essas mudanças influenciaram inovações nos modos de produção, nas matérias-primas e nos maquinários. Alterou-se, dessa forma, a visão do trabalho, além da produção, passando-se a produzir mais em menos tempo, e transformou-se principalmente a visão de tempo e espaço, que trouxe impactos à sociedade e ao seu cotidiano. Nesse ponto, também começaram as modificações no mundo rural, pelo deslocamento da população para os grandes centros.

Esses deslocamentos provocaram alterações nos espaços territoriais, no século XIX, influenciadas por navios a vapor e trens. Propiciando à população transpor distâncias intercontinentais, o “encurtamento de tais distâncias permitiu as pessoas” vislumbrarem a possibilidade de “mudar não só de cidade ou mesmo de país, mas mudar de continente”, para a busca de uma “nova vida em um novo mundo”, instigadas pela “promessa de terras férteis e disponíveis diante de um cenário de miséria, doenças, conturbação urbana e profundas modificações nos modos de vida e trabalho” que assolavam os países da Europa (OLIVEIRA, 2017, p. 105).

Portanto, no fim do século XIX e no início do século XX, o Brasil passou a receber um número significativo de imigrantes oriundos quase que totalmente da Europa, em função das violentas guerras e dos conflitos políticos que abalaram os europeus, bem como pela etapa vigente da Revolução Industrial, que fez exceder a mão de obra naquele continente. Porém o processo capitalista que supostamente requeria o uso dessa mão de obra não conseguiu absorvê-la totalmente, gerando

trabalhadores em demasia e provocando sérios problemas urbanos, tais como a favelização, o aumento da miséria, entre outros.

Assim, a migração internacional, que ocorre em todos os espaços, sendo “freqüentemente causa e efeito de várias formas de conflitos e não um fenômeno isolado” (PATARRA, 2006, p. 13), pode ser percebida pela contínua dificuldade de sobrevivência dos indivíduos nos seus países de origem, fato que é ainda um dos principais fatores propulsores da transferência de pessoas para países diversos, na busca de encontrar melhores condições. Além disso, esse deslocamento pode ser estimulado por guerras, desastres ambientais, perseguições culturais, étnicas e políticas, estudos e trabalhos para melhores condições de vida etc.

As migrações partem em geral de áreas de alta pressão demográfica para baixa. Isso se dá quando uma região ultrapassa sua média populacional, o que ocasiona desequilíbrio na estrutura econômica e desafios na lógica internacional da emigração dos “países periféricos para a periferia do capital” (BAENINGER, 2012). É perceptível que a globalização apresenta “dificuldades e morosidades de suas promessas”, pois, segundo Martine (2005, p. 3), “muitos países crescem pouco ou nada, enquanto isso, as disparidades entre ricos e pobres aumenta”. Dessa maneira, a emigração funciona como uma válvula de escape no sentido de estimular o excedente populacional a procurar outra localidade, como aconteceu, por exemplo, com os haitianos, destaque neste estudo.

Os movimentos migratórios internacionais também podem ser destacados pela “recepção forçada ou planejada de fluxos africanos e europeus/asiáticos” (WALDMAN, 2011, p. 10), respectivamente. Como menciona Waldman (2011, p. 10), principalmente para o caso dos europeus, havia “incentivos e até mesmo subsídios à imigração”, definidos como parte da política do Estado em busca do “branqueamento” da população (SEYFERTH, 2002; GONÇALVES, 2012). De um período de recepção de grandes fluxos de imigrantes até a década de 1930, interrompido pela Segunda Guerra Mundial, seguiram-se algumas décadas de fluxos de entrada menos expressivos<sup>1</sup>.

Já o conceito de migrações internas se refere aos movimentos populacionais que ocorrem dentro das fronteiras políticas de um mesmo país. As migrações internas aumentaram consideravelmente a partir do século XIX, quando o ritmo

---

<sup>1</sup> Mais detalhes, em: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009.

acelerado dos processos de “urbanização e redistribuição espacial da população” passou a ser marcado pela intensa mobilidade populacional (BAENINGER, 2012, p. 77). Tanto as migrações internacionais (externas) como as migrações rural–urbana e rural–rural (internas) mostram o processo que o capitalismo trouxe, ao ocasionar o deslocamento das pessoas na busca de oportunidades no mercado de trabalho.

Como já salientado, a grande corrente migratória em nosso país aconteceu em fins do século XIX e início do século XX. Nesse período, a mão de obra escrava foi sendo substituída pelo mercado livre. Com isso, uma leva de imigrantes estrangeiros, foi instigada pelas condições em que viviam, a vir ao Brasil em busca da realização de seus sonhos: a concessão de terras (OLIVEIRA, 2017).

No contexto interno, as migrações na década de 1930 tiveram abertura de frentes de trabalho para São Paulo e Rio de Janeiro, incentivadas pela industrialização que se iniciava no Brasil no período. Os migrantes foram atraídos pela oportunidade de trabalho na indústria e por melhores condições de vida. Ainda nessa vertente do novo rumo do sistema capitalista, o processo migratório adquiriu nova feição, na década de 1950, quando as propriedades rurais foram tomadas pelas multinacionais com incentivos do governo, impregnando-se nessas propriedades tecnologias avançadas. Os pequenos agricultores, de certa forma expulsos da terra, deslocaram-se com as suas famílias para a zona urbana, provocando o êxodo rural, ou seja, o esvaziamento do campo, em decorrência dessas tecnologias empregadas, já que as máquinas passaram a efetuar os trabalhos rurais.

Pode-se afirmar então, com base em Seyferth (2002), que o deslocamento de pessoas de diferentes regiões do país foi responsável pelo significativo crescimento populacional da maioria dos municípios-alvo da migração, principalmente a partir da década de 1960. Nos anos de 1960, Brasília, capital nacional recém-construída, constituiu fonte de atração de fluxos migratórios e de concentração da população. O mesmo aconteceu com a influência exercida pelos ciclos econômicos da borracha (Amazônia), da mineração (Mato Grosso) e da fronteira agrícola (Centro-Oeste).

Em meados de 1970, o primeiro plano de integração nacional atribuiu importância central ao desenvolvimento da Nova Amazônia (projeto governamental que visava atrair grupos empresariais sulistas e estrangeiros para ocupação de

vastas glebas)<sup>2</sup>. Nesse mesmo período, com a abertura das fronteiras agrícolas no Planalto Central, surgidas como grande opção de investimento, em que os proprietários por meio de incentivos do governo federal e de grandes grupos econômicos desenvolviam projetos agropecuários, o Centro-Oeste brasileiro foi considerado pelo poder público como uma região de solução para a maioria dos problemas agrícolas do Brasil, uma vez que desconcentraria a população carente até então atrofiada nas grandes metrópoles (SILVA, 2016; SEYFERTH, 2002; OLIVEIRA, 2017)

Por se tratar de uma região pouco povoada naquele período, havia disponibilidade de terras, podendo estas ser mais bem aproveitadas e distribuídas entre os brasileiros, o que se via como uma saída para a descentralização da população e da economia, até então concentradas de maneira especial no sudeste e no sul do Brasil.

Projetos para a colonização daquela região foram iniciativas que, baseando-se no propósito do governo de desafogar o sul e o sudeste do Brasil, deram certo. Com tal movimentação populacional, alguns municípios das regiões Sudeste, Sul e Nordeste diminuíram seus volumes de migrantes entre o período de 1981–1991 (BAENINGER, 2012), enquanto surgiram municípios e distritos no centro do país. Tal situação fez com que o contingente populacional dobrasse na década de 1980, pois as terras eram, de modo geral, consideradas de baixo valor e havia muitos incentivos fiscais por parte do governo federal.

Isso ocorreu para a maioria apenas, uma vez que o processo não conseguiu absorver toda a mão de obra disponível, ocasionando muita miséria nas periferias das cidades. A maioria do contingente migratório era formada principalmente de nordestinos, que, sentindo-se castigados pela seca e pela fome, se tornaram peregrinos em sua própria pátria (BAENINGER, 2012).

O processo migratório iniciado nesse período também se estendeu para as demais regiões do país, como, por exemplo, a Região Sul. Lá, grandes propriedades foram divididas entre as famílias, gerando pequenas propriedades de difícil concorrência com os grandes proprietários e também com as multinacionais com a finalidade de exportação. O pequeno agricultor foi estimulado a vender sua pequena

---

<sup>2</sup> Fator responsável pela criação da Transamazônica (eixo rodoviário que visava integrar as regiões mais distantes do país), estimulando o desenvolvimento daquela região.

propriedade no sul para, muitas vezes, comprar grandes propriedades em regiões menos populosas usando o mesmo capital (BAENINGER, 2012).

Quando a sobrevivência dos habitantes está sendo ameaçada, a tendência é procurar outras regiões, principalmente aquelas em que há promessas de vida melhor. Nessa nova dinâmica das migrações no Brasil, o espaço da Região Centro-Oeste assumiu caráter bastante significativo. Para França (2000, p. 2), nos processos de colonização brasileira há a seguinte periodização:

- de 1930–1945, prevaleceu o tipo de “colonização para os trabalhadores nacionais”;
- de 1945–1964, viu-se o tipo denominado de “colonização como resposta do Estado às lutas sociais do campo”;
- de 1964–1984, houve a “colonização contra a reforma agrária”.

Em nome do desbravamento das terras ocupadas, houve intensos conflitos, guerras e extermínios. Cabe aqui uma narrativa de Ewdoro (índio bororó). De acordo com o seu poema, os índios querem viver “desde que os homens de outra raça, de outra cultura, de outro mundo puseram os pés em nossas terras. O homem branco, aquele que se diz civilizado, pisou duro não só na terra, mas na alma do meu povo” (*apud* SIQUEIRA *et al.*, 1990, p. 136).

As migrações internas da população brasileira acompanham as correntes econômicas. Com base nesse propósito, pode-se afirmar que há séculos, desde os primórdios, povoações se locomovem sempre em busca de melhores condições para sua sobrevivência. Em razão desse ritmo expressivo de crescimento populacional, aumentaram também os núcleos urbanos, que foram se destacando, orientados pelos planos de desenvolvimento econômico, regional e nacional. Esse aumento progressivo da população, considerado rápido, deve-se, além do crescimento vegetativo ou natural, principalmente ao processo migratório e ao intenso fluxo populacional de vários outros estados.

A migração interna, em decorrência do aumento da população, apresenta, por outro lado, a desigualdade social existente no Brasil desde a colonização pelos portugueses. Diante disso, Singer (2000, p. 84) afirma que “o Brasil é considerado pelos estudiosos como a terra da desigualdade”. A “disparidade entre ricos e pobres, brancos e negros, homens e mulheres, campo e cidade” acaba por excluir uma parcela da população. Aqueles excluídos por causa de “aquisição de renda, prestígio social, são os que obtêm menos desses recursos” (SINGER, 2000, p. 84).

O que se pode afirmar é que o termo *desigualdade social* atinge, no momento, proporções extremamente conflitantes e insolúveis, porque perpassa por desequilíbrios políticos e econômicos, descaracterizando o próprio ser humano e, por conseguinte, a sociedade como um todo, levando também em consideração a questão da própria produção do espaço, que inclui questões geográficas mais amplas.

A realidade da desigualdade, apontada por Singer (2000), persiste na atualidade, e as regiões mais atingidas com maior número de pobreza são o nordeste e o norte<sup>3</sup>. Segundo o autor, no Brasil a maioria das pessoas tanto na zona urbana quanto na rural “não tem emprego com carteira assinada”, o que significa que tem trabalho temporário, “sendo excluídos dos seus direitos trabalhistas previsto por lei” (SINGER, 2000, p. 90). Esse fator aumenta a questão das desigualdades e a classificação da pobreza.

Partindo dessa premissa e observando a constante saída de inúmeras famílias, nota-se que um dos principais fatores dessa expulsão ainda deriva da ordem econômica. Dessa forma, não se pode estudar o problema migratório como um fato isolado (BAENINGER, 2012). Isso porque a questão da migração é universal e tem sua origem ligada a um momento histórico marcado pelo cercamento das terras, que expulsou o homem do campo, assim como ao desenvolvimento fabril, que utilizou sua força de trabalho, o que equivale a dizer à passagem do feudalismo para o capitalismo numa Europa distante no tempo e no espaço, mas que perpetuou sua herança (SILVA, 2016).

Existem vários fatores determinantes das migrações, e esse movimento de um lugar para outro deriva de causas internas e externas. No Brasil, historicamente, é difícil falar de pobreza sem atentar-se para os grandes deslocamentos da população, como também é difícil falar desses deslocamentos sem relacioná-los à exclusão social, o que leva a estabelecer-se uma causalidade mecânica e imediata entre pobreza e migração, no entanto Martine (2005, p. 4) é preciso “reconhecer que

---

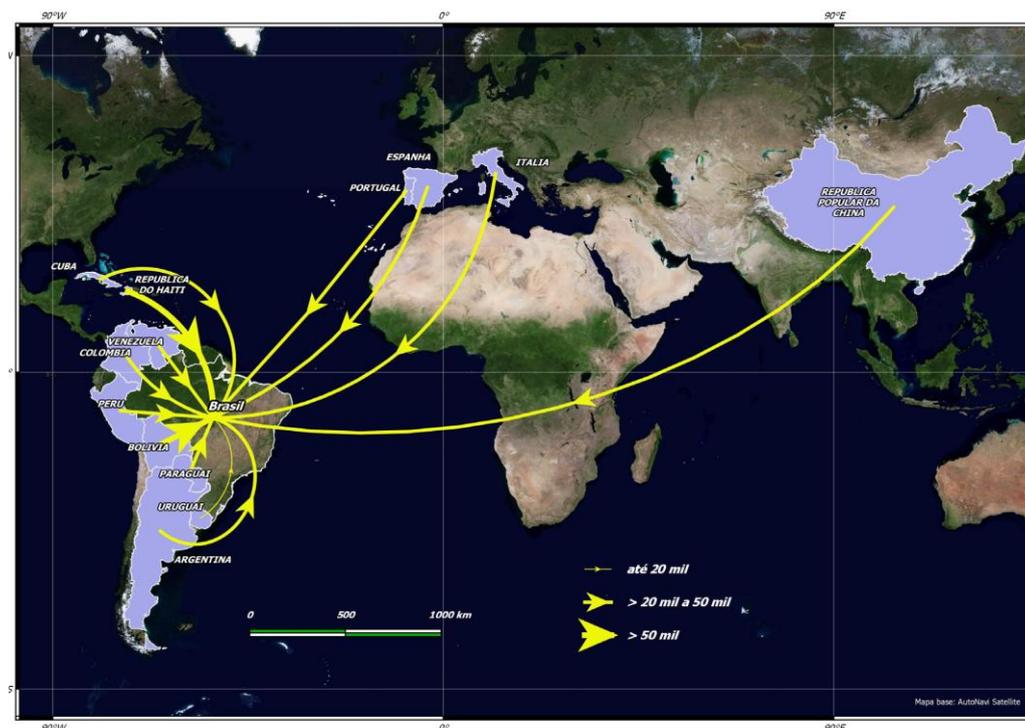
<sup>3</sup> A miséria atinge principalmente estados do norte e do nordeste do Brasil, de maneira especial a população preta e parda, sem instrução ou com formação fundamental incompleta. Mesmo os filhos dessas famílias que querem superar a condição de estudos dos pais acabam paralisados pela limitação econômica familiar. A falta de renda acaba empurrando os estudantes desse estrato para a evasão escolar. Entre ir à escola ou trabalhar para evitar que a família passe fome, a segunda opção é a mais óbvia. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE *apud* JIMÉNEZ, 2019), 11,8% dos jovens mais pobres abandonaram a escola sem concluir o ensino médio no ano passado. Trata-se de um índice oito vezes maior que o dos jovens ricos.

a não-migração também é associada à pobreza, à miséria, a violência e a todas as formas de exploração comumente relacionadas com a migração”.

## 5.2 E NO BRASIL CONTEMPORÂNEO...

O Brasil tem tido um grande volume de imigração, assim como de retorno de brasileiros imigrantes, alterando o antigo paradigma da mais emigração que imigração, tão comum à década de 1980, sobretudo por causa da melhoria da economia no Brasil e das crises econômicas da Europa, dos Estados Unidos e de alguns países da Ásia (OLIVEIRA, 2017). Tal cenário gerou vários estudos sobre esse fenômeno, entre eles o de Baeninger (2012), que descreve os movimentos migratórios do século XXI, particularmente aqueles referentes aos últimos anos, que, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano, imprimem “espaços da migração” marcados pela “condição migratória” diferenciada.

Como Oliveira (2019) coloca é possível perceber, na atual conjuntura, nos “fluxos migratórios predominam que aportaram ao Brasil origens localizadas no Sul Global, invertendo a lógica secular de migração oriunda, principalmente, do hemisfério Norte Global”, essa questão pode ser observada (Figura 2), onde o número de migrantes de longo termo, por ano de entrada segundo principais países de nascimento para o Brasil no período de 2011 a 2018.



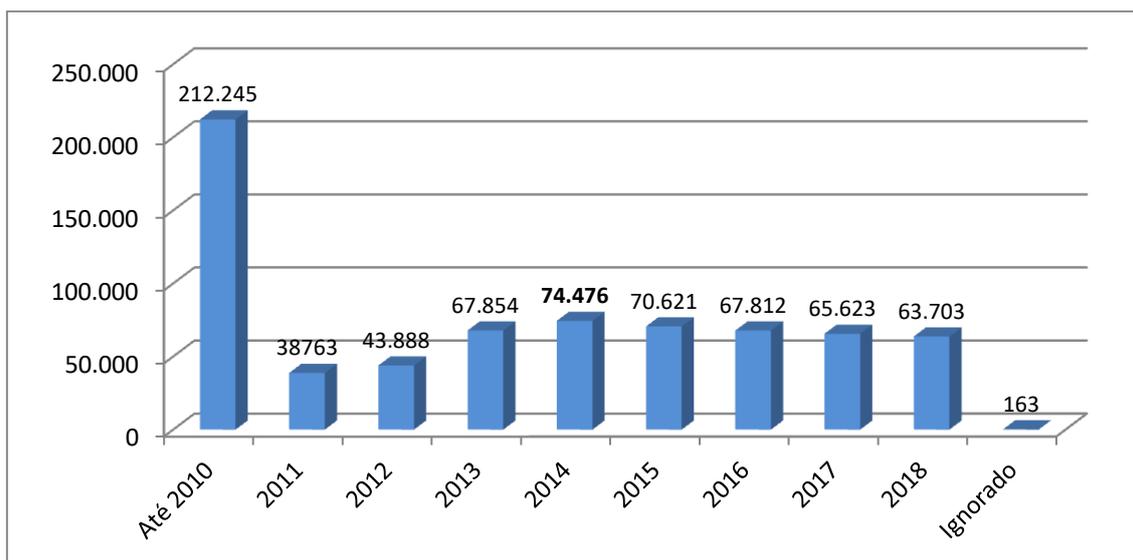
**Figura 2** – Rota dos migrantes de longo termo, segundo principais países de nascimento (2011-2018).

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra (2019)

Para entender essa mudança, pode-se analisar em primeiro lugar o aumento na porcentagem de estrangeiros no Brasil, fato noticiado constantemente pelas mídias físicas e virtuais, sendo que entre 2010 e 2018 o número de imigrantes registrados ultrapassa mais de 700 mil, considerando todos os amparos legais, sendo que o ano de 2014 (74.476) foi onde houve mais registros de longo termo<sup>4</sup> (Gráfico 1), antes de 2010 era utilizada notas metodológicas diferenciadas.

Percebe-se, que os registros nessa tipologia, seguiram uma tendência crescente de 2011 a 2014, no entanto, a partir de 2015, existe uma inversão na inclinação da curva, fato esse que coincide com o agravamento da crise econômica no Brasil, conforme dados extraídos do relatório anual elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2019, *web*).

<sup>4</sup> Essa tipologia foi adotada pelo Sistema de Registro Nacional Migratório, para se adequar à nova lei migratória. A base transformada procurou adequar as modalidades migratórias ao tempo dispensado para a permanência no país, buscando distinguir os movimentos com caráter de mudança de residência, aqui classificados como migrantes de longo termo, daqueles cujos projetos migratórios envolviam uma curta duração, chamados de temporários (OLIVEIRA, 2019).



**Gráfico 1** – Número de imigrantes de longo termo registrados pela Polícia Federal no Brasil entre 2010 e 2018

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra (2019)

Com base nos dados elaborados pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal (Figura 3), percebe-se que, entre a diversidade dos fluxos migratórios, sobretudo entre 2013 a 2016 os haitianos lideraram o *ranking* de entrada no país, foram 76.664 haitianos registrados (Obmigra, 2019), sendo a nacionalidade haitiana a que mais se destaca nos últimos cinco anos pelo crescimento na imigração, no entanto, nos anos de 2017 e 2018, começou a reduzir e em 2018, a Venezuela, passou a ocupar a primeira posição no *ranking* com 25.192 registros.

### Principais Nacionalidades: 2010 e 2018

1º Haitianos	5º Argentinos
2º Bolivianos	6º Chineses
3º Venezuelanos	7º Portugueses
4º Colombianos	8º Peruanos

### Principais Nacionalidades de 2018

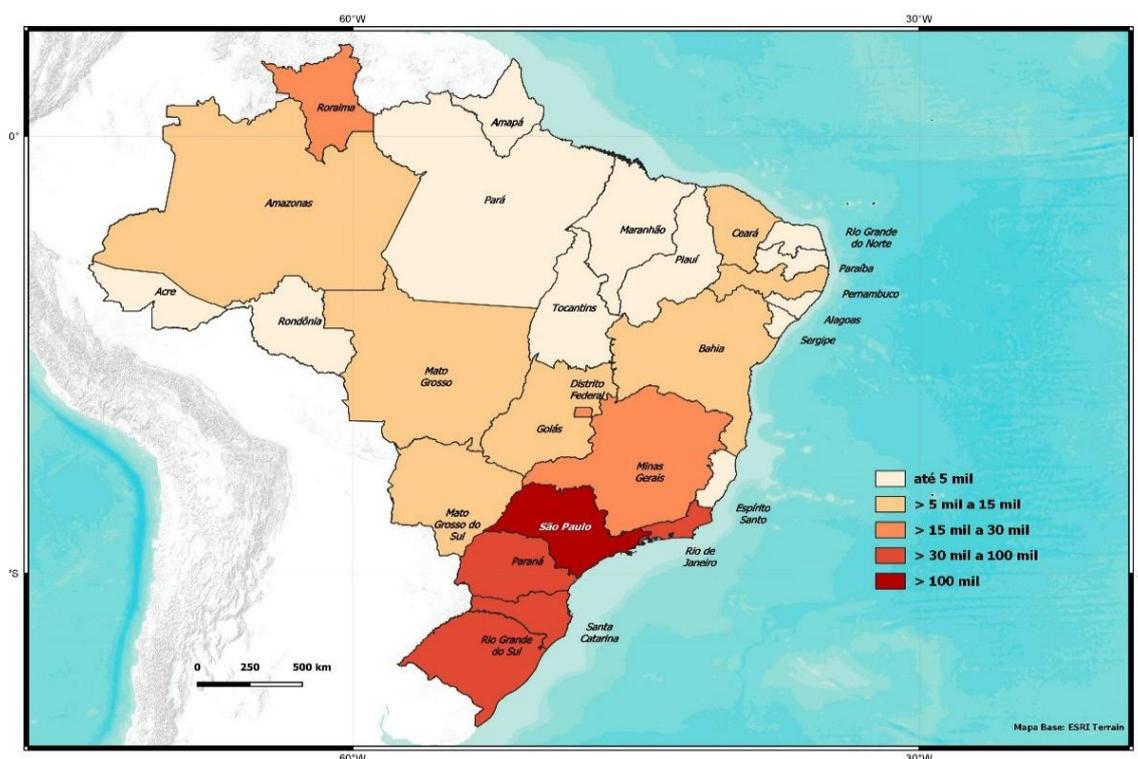
1º Venezuelanos - 39%	4º Bolivianos - 6,8%
2º Haitianos - 14,7%	5º Uruguaios - 6,7%
3º Colombianos - 7,7%	

**Figura 3** – Ranking das principais nacionalidades dos migrantes que chegaram ao Brasil entre 2010 e 2018

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra (2019)

Já os bolivianos sustentaram a segunda posição no período entre 2010 e 2018, foram concedidos 72.598 registros no país. Após 2018, houve uma alteração no *ranking* das nacionalidades (Figura 3), o primeiro lugar passou a ser ocupado pelos venezuelanos (39%), foram seguidos pelos haitianos (14,72%), colombianos (7,7%), bolivianos (6,8%), e uruguaios (6,7%).

Dentre as principais regiões onde se concentram os migrantes (Figura 4), é possível notar que a maior concentração era na “Região Sudeste que detinha 55,1% de todos os registros, com destaques para os estados de São Paulo (41,2%) e Rio de Janeiro (9,4%); o Sul (20,5%) tem a imigração bem distribuída pelos três estados. O Norte (8,6%) passa a exercer algum protagonismo com a chegada dos venezuelanos através de Roraima (4,3%)” (OLIVEIRA, 2019) .



**Figura 4** – Concentração de migrantes por região brasileira, 2011-2018.

Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra), 2019.

Conforme o relatório anual elaborado pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, 2019), pode-se extrair que o perfil demográfico dos migrantes de longo termo é estruturado numa migração masculina (61,4%), concentrada nas idades adultas jovens, 25 a 40 anos (45,4%) e constituída majoritariamente por pessoas solteiras (56,3%). Também se percebe, que o sul,

formado pelos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, assim como outras regiões brasileiras, a partir de 2010 passou a compor a rota de grande leva de migrantes oriundos de países africanos, caribenhos e asiáticos.

Esses dados evidenciam e corroboram, as informações contidas no Gráfico 1, entre 2011 e 2014, fica evidente o aumento crescente de imigrantes. Isso de certo modo pode ser explicado pela situação econômica do Brasil no período, no entanto existem algumas hipóteses para entender esse movimento, como o mercado de trabalho, que pode servir de termômetro desses números, além da projeção internacional do país, principalmente pela existente demanda de postos de trabalho e expansão da economia naquele período.

No período até meados de 2014, a taxa de desemprego no Brasil reduziu-se de dois dígitos para apenas um, chegando ao menor índice da série, 4,3%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Logo, o país tornou-se atraente para imigrantes em busca de emprego e chance de uma nova vida, além do fato de que, quando ocorre essa internacionalização, num horizonte cultural e linguístico, esse movimento pode ser avaliado como um “benefício rico para a população”. Em suma, significa riqueza de encontro de povos, de culturas, de línguas diferentes (ALVES, 2015).

Segundo dados do Obmigra (2019), os grupos ocupacionais que mais empregaram imigrantes no Brasil foram: (1) produção de bens e serviços, (2) serviços, vendedores de comércio em lojas e mercado e os principais setores de atividades econômicas: indústria, comércio e reparação e demais serviços, perceptível pelo número de carteiras de trabalho emitidas para solicitantes de refugio e refugiados apresentou o maior fluxo da série histórica (2011– 2018), com aproximadamente 36.384 (OBMIGRA, 2019).

Quanto à imigração haitiana para o Brasil, mesmo “sendo a emigração componente histórico daquele país” (BAENINGER, 2017, p. 20), pode-se dizer que em números expressivos ela se iniciou em janeiro de 2010, quando um terremoto deixou aproximadamente 300 mil mortos e destruiu grande parte do Haiti. Um fator importante para a compreensão do fluxo migratório dos haitianos para o Brasil é o fato de o Brasil estar na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, a Minustah, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) (BRASIL, 2019), chefiada desde o começo por militares brasileiros. Essa missão internacional de paz

foi criada em junho de 2004 com o objetivo de tentar pacificar o país, que estava à beira da guerra civil.

Acredita-se que esse fator foi determinante para direcionar o fluxo de imigrantes para o Brasil, além de propiciar ao governo brasileiro fatores para a criação de “resoluções normativas” e “documentos imigrantes do Haiti”, por meio do fornecimento do visto humanitário e da carteira de trabalho para entrar, permanecer e circular de forma regularizada no país (BAENINGER, 2017). Até meados do segundo semestre de 2015, aqueles que tinham dificuldade de conseguir o visto no Haiti acabaram empreendendo uma trajetória migratória irregular. Ou seja, saíram do Haiti, passaram por países da América Latina e adentraram no Brasil pelas fronteiras do norte<sup>5</sup> (BAENINGER, 2017; PATARRA, 2012).

Entretanto, a partir de 2015, o Brasil começa a sofrer os efeitos de uma das piores crises político-econômicas<sup>6</sup>. Fato este que leva a uma desaceleração da economia, observada primeiramente pelos altos índices de desemprego, o que faz com que o país não seja mais tão atrativo para os estrangeiros. Diversos estudos têm mostrado os impactos perversos da atual crise para a oferta e a qualidade do emprego no Brasil, situação agravada pelas políticas e reformas legislativas recentemente aplicadas (ALVES, 2018).

---

<sup>5</sup> Conforme Patarra (2012), “ao chegarem à fronteira, estes imigrantes apresentam uma solicitação de refúgio, alegando as péssimas condições de vida no Haiti e a impossibilidade de se continuar vivendo naquele país após o terremoto. Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento de refugiados, as autoridades na fronteira registram estas solicitações e as encaminham ao órgão competente: o Comitê Nacional para Refugiados – CONARE, do Ministério da Justiça, para análise, que encaminha para o Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho para a concessão de visto humanitário. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro de Pessoa Física – CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular pelo país na busca por trabalho.

<sup>6</sup> “No triênio de 2014 a 2016, a economia deverá encolher a um ritmo médio de 2,4% ao ano. [...] O país levou dez anos para reduzi-lo de 10% para 5%, mas precisará de apenas dois anos para que ele avance e retorne ao nível anterior. Os problemas que ele provoca se espraiam pela sociedade. ‘Desemprego dessa magnitude tem consequências sociais graves e de longo prazo’, diz o economista José Pastore, especialista em economia do trabalho” (OLIVEIRA; CORONATO, 2016). Ainda segundo o Dieese (2020) “O crescimento econômico advindos dos anos do governo Lula e Dilma não estamos conseguindo transformar em desenvolvimento, pelo contrário, uma vez que o Brasil entrou numa profunda crise econômica e política a partir de 2015. Falar em pleno emprego no caso brasileiro é complexo, mas inegavelmente em 2012 e 2013 tivemos as menores taxas históricas de desocupação no Brasil, ao redor de 5%, e de fato foram taxas que nos permitiam pensar em atacar outros problemas estruturais do mercado de trabalho. Por exemplo, a informalidade, que sempre foi muito alta. Agora com esse cenário de crise, a gente está completamente distante de poder pensar nisso. A principal delas é a taxa de desocupação, que veio de um mínimo histórico de 5% pra chegar ao que nós temos hoje e mais grave do que isso, temos uma taxa de subutilização da força de trabalho da ordem de 25%. Isso tem persistido praticamente desde 2015. Significa que além da taxa de desocupados, temos um número muito grande de trabalhadores que gostariam de trabalhar mais do que trabalham. Ou seja, estão sendo subutilizados”.

Ainda sobre isso, o Brasil vive uma crise econômica sem precedentes em um contexto de recessão mundial e também atravessa uma das mais profundas crises políticas da sua história<sup>7</sup>. De acordo com Alves (2018), o restante do mundo também está passando por crises semelhantes, o que nesse contexto mundial se revela deveras complicado para o fluxo migratório, que deriva, sobretudo do mercado de trabalho. Se for realizado um comparativo com a atual situação econômica do Haiti ou até a de algum país africano, ainda assim o Brasil é uma alternativa viável, por ter políticas menos restritivas à migração em relação às políticas agressivas dos países europeus, ou mesmo às dos Estados Unidos.

As informações permitem inferir que a “crise econômica enfrentada pelo país é marcador importante na dinâmica da imigração nesse período” (OLIVEIRA, 2019, p.80), segundo o autor, “se distribuímos os registros dos nacionais da República do Haiti por ano de entrada, e relativizarmos as motivações que provocam a migração venezuelana”<sup>8</sup>, se constatará que o “Brasil se tornou menos atrativo para parcela importante da migração oriunda dos demais países”.

Esse cenário pode não ser o mais otimista, no entanto, reforça que as migrações se fazem presentes na história do país desde o princípio da sua formação até os dias atuais. Em alguns momentos, visam à posse da terra; em outros, à abertura de frentes para o trabalho; e em outros, a situação de pobreza e às questões ambientais, motivos esses que intensificam o aumento do fluxo migratório.

A migração haitiana no Brasil tem se constituído como uma das mais relevantes no campo das migrações sul-sul em todo o mundo. Iniciada de maneira mais expressiva em 2010, ela provocou alterações significativas nos fluxos migratórios da América Latina, particularmente no Brasil. Desde 2013, os haitianos formam o principal grupo de estrangeiros no mercado formal brasileiro (CAVALCANTI *et al.*, 2017), e sua presença passou a ser notada em muitos

---

<sup>7</sup> Como o verificado de 2015 até agora, não há registro anterior, nas contas nacionais, de seis anos de recessão e/ou estagnação, isso se percebe pela “piora da renda e do emprego é um fenômeno diretamente relacionado à estagnação econômica que o Brasil atravessa”. Uma das manifestações da crise é a deterioração das condições de vida da população brasileira, registrada nos indicadores do mercado de trabalho, que apontam desemprego em massa, subocupação da força de trabalho, redução dos rendimentos, crescimento da informalidade e diminuição de direitos e garantias dos trabalhadores. De acordo com a IBGE (2019), “em 2014, o país tinha 6,7 milhões de pessoas sem ocupação, ou seja 6,8% da população economicamente ativa. Em 2019, esse percentual atingiu 11,9%, ou 12,6 milhões” (DIEESE, 2020).

<sup>8</sup> O motivo é o agravamento da crise político-econômica na Venezuela, governada pelo presidente Nicolás Maduro. O país vive um cenário sem perspectivas. O governo cortou programas sociais, a inflação está nas alturas e rotina é de escassez de alimentos e medicamentos.

municípios brasileiros. Essa inserção de migrantes no país acaba ocasionando uma alteração no contexto social dos municípios receptores, com questões de interação social e cultural. Da mesma forma, a experiência migratória vai demandar uma forma de participação social.

### 5.3 SANTA CATARINA NO CONTEXTO DA MIGRAÇÃO HAITIANA

Santa Catarina, estado localizado na Região Sul do território nacional, tem seu povoamento diretamente ligado aos interesses de navegações portuguesas e espanholas, no entanto, segundo a historiografia, desde o século XVII, o litoral catarinense era habitado por índios carijós, do grupo tupi-guarani. Após a chegada dos descobridores portugueses, o estado também recebeu ao longo dos séculos levadas de imigrantes alemães, italianos e, em menor número, açorianos, poloneses, ucranianos, holandeses, austríacos, japoneses, entre outros (FICKER, 2008).

A economia do estado é bem diversificada. Em cada região são desenvolvidas atividades diferenciadas. Vê-se o predomínio no Vale do Itajaí da “indústria têxtil e do vestuário, naval e de tecnologia”. A “Grande Florianópolis destaca-se nos setores de tecnologia, turismo, serviços e construção civil”. Já no “Planalto Serrano tem a indústria de papel, celulose e da madeira”. A concentração econômica da região oeste deriva de “atividades de produção alimentar e de móveis”. Destacam-se na região sul os “segmentos do vestuário, plásticos descartáveis, carbonífero e cerâmico”. Por último, a região norte tem seu polo “tecnológico, moveleiro e metal-mecânico” (SANTA CATARINA, 2019a). Além disso, há o forte atrativo do turismo (SANTA CATARINA, 2019b).

Avaliando a migração pelo viés econômico, o estado torna-se um atrativo interessante para os migrantes que buscam oportunidades. O debate sobre a migração no Brasil e, mais especificamente, em Santa Catarina teve crescimento tanto em nível político e midiático como também na pesquisa, apoiados pelo aumento considerável de migrantes que adentram no estado, além da diversificação de seus fluxos e dos seus países de origem nos últimos anos, dentre esses, destacam-se os imigrantes haitianos.

A movimentação de trabalhadores migrantes nos estados da Região Sul do país intensificou-se durante o período de 2011 a 2018, de acordo com o Observatório das Migrações Internacionais (CAVALCANTI *et al*, 2017), com destaque para os 20,5% (Figura 3), esse percentual, apresenta uma boa distribuição entre os estados.

Esse aumento no fluxo acabou resultando no envolvimento de organizações civis e dos próprios migrantes no requerimento de um novo quadro jurídico. Contudo, por ser uma questão de ordem nacional e não particular da região, essa questão foi abordada pelo Departamento de Imigração e Estrangeiros do Brasil, que implantaram medidas administrativas que facilitam a regularidade dos vistos da população migrante, com a promulgação da Lei n.º 13.445/17.

Essa formação de fluxos migratórios, direcionados para a região Sul, decorrem de um processo histórico do Haiti. A história do Haiti é referência entre os processos de independência, não apenas pela luta de independência subversiva para a ordem da metrópole colonialista do século XVII ao XIX, mas também por todos os componentes culturais, sociais, religiosos e políticos que mantinham a escravidão como uma forma legítima de exploração do mercantilismo capitalista. O Haiti é um país historicamente caracterizado por uma vinculação dependente da divisão do trabalho, convertendo-se de “colônia francesa mais próspera no período colonial a país mais pobre das América” (MAGALHÃES, 2017, p. 7).

Em 1804, ao declarar sua independência, o povo haitiano deu um dos primeiros gritos de luta no mundo contra todos os componentes ideológicos da antiga ordem. Foi uma revolução capaz de colocar o país nas páginas da história (HANDERSON, 2015). Hoje, são elementos culturais característicos haitianos o reconhecimento da referida história, o respeito pelos heróis e suas comemorações patrióticas, como o dia da independência ou a celebração do dia da bandeira, em 18 de maio, nas escolas (HANDERSON, 2015). Além disso, referentes significativos de identidade e coesão social inicial dizem respeito à língua *kreole* e aos aspectos culturais da religião *vodou*, que transcendem à simples prática religiosa, assim como o *lakou*<sup>9</sup> (MICHELS, 2018).

Embora seja possível encontrar elementos como os mencionados sobre as raízes da identidade haitiana, a formação dessa sociedade passou de sua origem

---

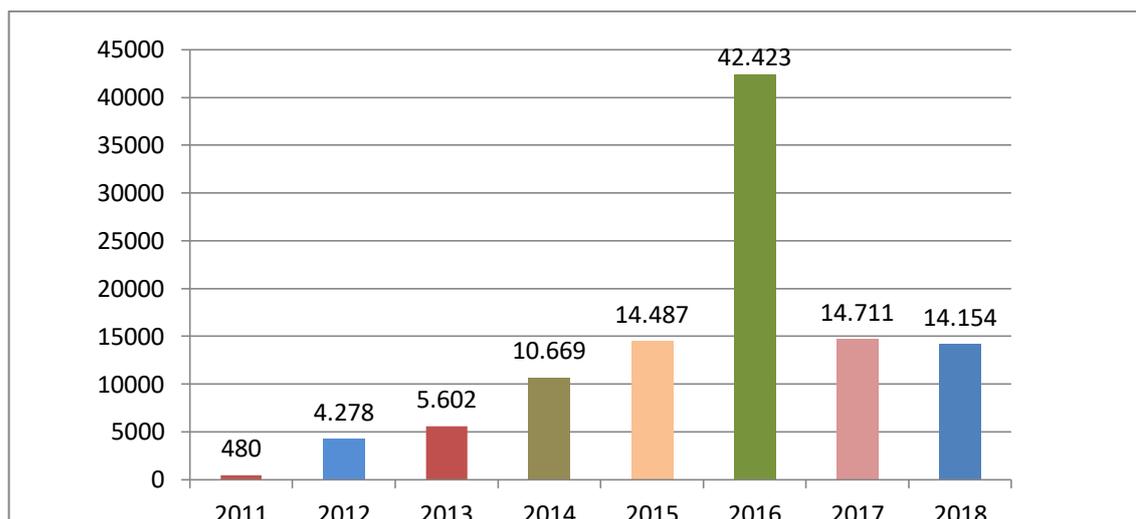
<sup>9</sup> Para estudar o *lakou*, ver Michels (2018).

até hoje por componentes de conotação racial, negação de liberdades e condições de exploração. A formação de uma nação haitiana coesa e orientada para o desenvolvimento do bem-estar de todos os seus cidadãos é, pelo menos, problemática (MAGALHÃES, 2014). Assim, a conformação do Estado, desde a sua origem, tem sido comumente descrita como extremamente complexa, uma vez que são combinadas igualmente, apesar de uma história épica compartilhada, tanto uma conformação lógica de classe como uma lógica de pertença étnico-racial (HANDERSON, 2015).

A migração haitiana para o Brasil é um fenômeno que não tem mais de uma década, no entanto tem longa história em relação a países como a República Dominicana, no primeiro fluxo de migração, no fim do século XIX até os anos 1930, por exemplo. O segundo fluxo foi para Cuba, entre 1915–1930, e o terceiro, para os Estados Unidos (a partir de 1960), conjuntamente com o Canadá e a Europa (principalmente a França). O efeito dessa história é que a diáspora haitiana no mundo é estimada em dois milhões de habitantes (MAGALHÃES, 2014; BAENINGER; PERES, 2017).

Os migrantes haitianos identificaram novos destinos no Brasil com promessas de bem-estar econômico, estabilidade, segurança e possibilidades reais de renda regular (PATARRA, 2012). Esse emergente espaço de migração sul–sul faz parte de um sistema migratório haitiano mais amplo, que conecta a América do Sul com a América do Norte e o Caribe. Essa promessa de futuro foi pouco a pouco inserida em novos campos, em circuitos de expectativas para milhares de migrantes que anteriormente olhavam para os Estados Unidos, Canadá, França ou Espanha como “destinos preferenciais” (MAGALHÃES, 2014).

Conforme dados de registro na Polícia Federal entre 2011 e 2018, estima-se que a população haitiana no Brasil era de aproximadamente 105 mil pessoas nesse período (OBMIGRA, 2019). A quantidade de haitianos que se registraram na Polícia Federal, no período de 2011 a 2018, pode ser observado no Gráfico 2.

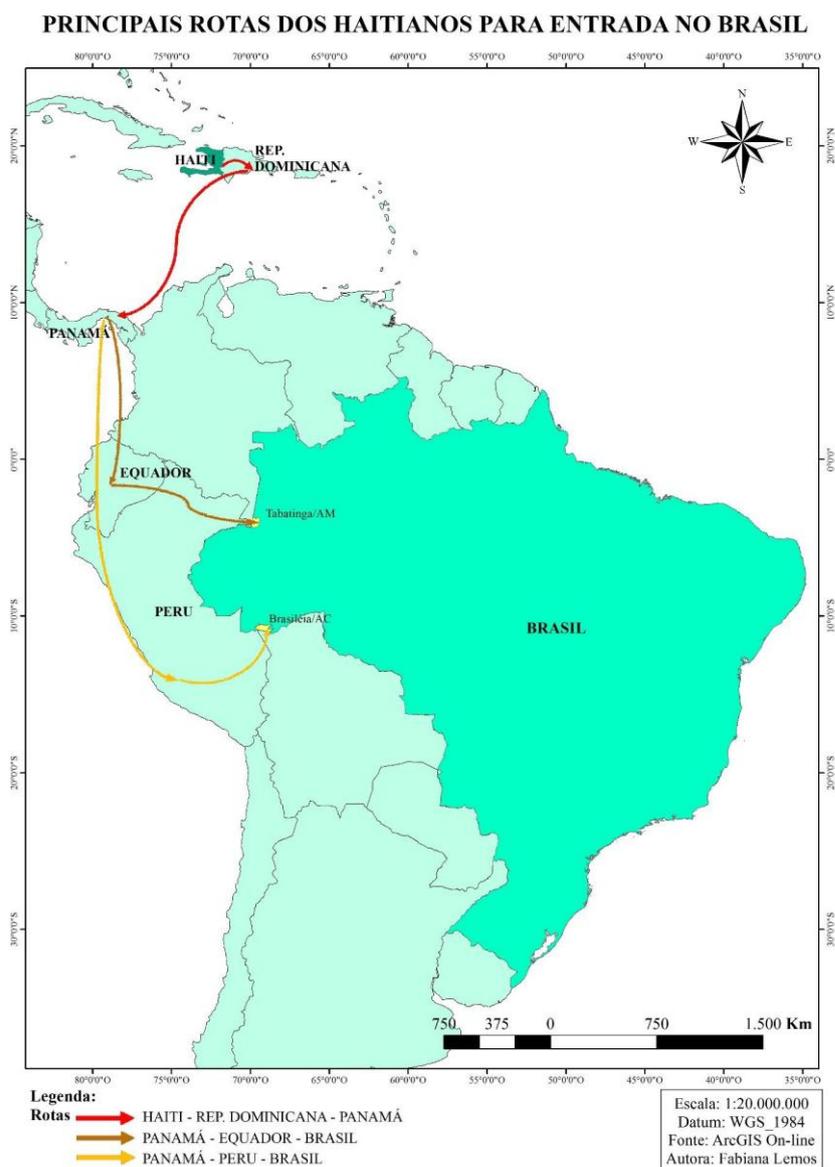


**Gráfico 2** – Número de haitianos por ano de registro 2011-2018.

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados da Polícia Federal, SisMigra ( 2019).

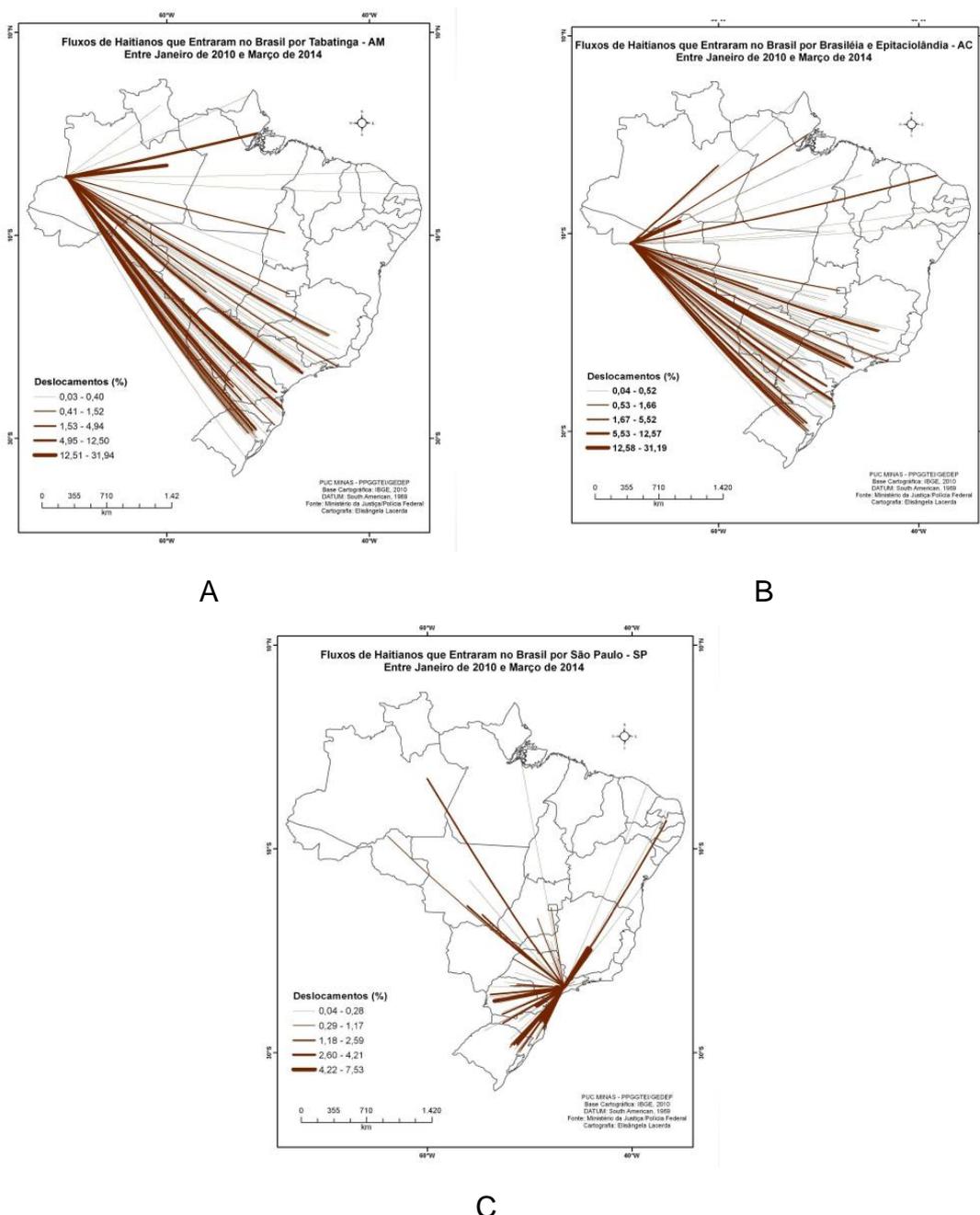
Desse modo, pode-se dizer que desde o ano de 2012 os números relacionados à imigração haitiana no Brasil aumentaram vertiginosamente. O gráfico 4 salienta ainda o aumento expressivo do número de imigrantes haitianos que entraram no país em 2016, chegando ao contingente de 42.423, uma soma muito superior à soma da quantidade de haitianos que entraram no território nacional nos demais períodos.

Ao iniciar sua viagem para o Brasil, os haitianos já têm um destino certo, demanda preocupações das autoridades e instituições envolvidas no processo migratório, menos aqueles que já possuem os vistos. Na maioria das vezes, a viagem, tem início do Haiti até a República Dominicana, o único país de fronteira, de onde embarca de avião para o Panamá, seguindo depois para o Equador ou Peru. “Dentre os três países, o Peru é o único que faz fronteira com o Brasil, mas há exigência de visto para a entrada, por isso muitos optam por outros destinos até chegar ao Brasil, o que torna a viagem mais longa e perigosa”. A Figura 5 apresenta as duas principais rotas que os haitianos percorreram para entrada no Brasil.



**Figura 5** – Principais rotas dos haitianos para entrada no Brasil  
 Fonte: ArcGis (On-line), 2017.

Os fluxos dos haitianos que entraram no Brasil, geralmente pelo espaço aéreo, foram direcionados para as cidades de Tabatinga (AM), Brasileia (AC) e Epitaciolândia (AC), como visualizado na Figura 6, que também aponta os que vieram diretamente para a capital do estado de São Paulo. Essas cidades aparecem nas pesquisas como as primeiras a receberem um contingente de imigrantes haitianos, levando-nos a concluir que foi por elas que se expandiu o fluxo migratório para os demais estados da federação, e os principais destinos foram às regiões Sul e Sudeste.



**Figura 6** – Fluxos de haitianos por (A) Tabatinga (AM), (B) Brasília e Epitaciolândia (AC) e (C) São Paulo (SP), de 2010 a 2014.

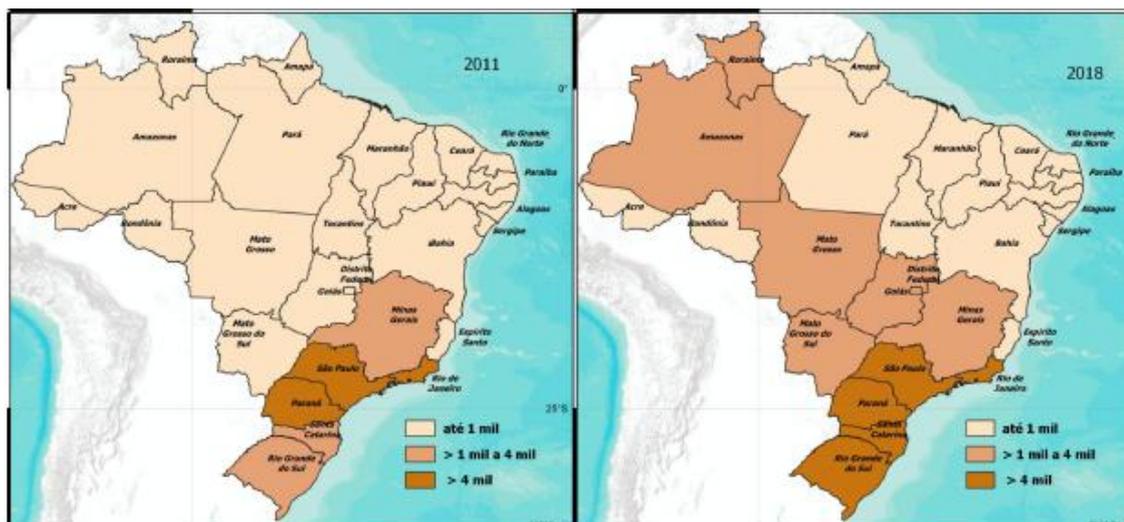
Fonte: Instituto Migrações e Direitos Humanos (2016)

De acordo com Cavalcanti, *et al* (2019, s.p.), pode-se destacar que esses fluxos seriam compostos na “maioria por pessoas do sexo masculino, jovens e com nível de escolaridade médio e superior”, que prolongam seu tempo de permanência no país de destino, ou seja, considerados os migrantes de longo termo, aumentando a possibilidade de colonização, quando conseguem dominar a linguagem, se inserir em empregos estáveis e, finalmente, estabelecer projetos familiares.

O número de vínculos formais de emprego entre 2011 e 2014, teve uma ampliação expressiva, onde São Paulo passou de 23 para 5.025 vínculos formais; o Paraná de 6 para 5.063; e Santa Catarina de 15 para 6.357 vínculos formais de emprego (BAENINGER; PERES, 2017, p. 135) . Este ponto, da “inserção laboral da imigração haitiana” no âmbito da migração “refere-se à maneira como a sociedade receptora constrói a noção do outro e sua “inserção” nesta sociedade”, onde “imigrantes haitianos e haitianas foram convertidos em imigrantes trabalhadores com carteira de trabalho” (BAENINGER; PERES, 2017, p. 134). Entre 2011 e 2018, a movimentação de trabalhadores migrantes nos estados da região Sul do país se tornou mais intensa devido, principalmente, a forte entrada de haitianos (OLIVEIRA, 2019).

A possibilidade de contar com a (documento) carteira de trabalho para imigrantes do Haiti, num total geral para o Brasil de 90.607 de carteiras no período de 2011 a 2018, que se “refletiu na inserção dessa imigração no mercado formal de trabalho no Brasil” (BAENINGER; PERES, 2017, p. 134). No entanto, apesar desses empregos formais, mais da metade da imigração haitiana encontra-se em atividades precárias ou mesmo sem emprego.

O Estado de São Paulo foi o que mais absorveu mão de obra migrante em 2018, porém com saldo negativo de contratações para o mesmo ano (-66,3%). Já a movimentação de trabalhadores migrantes nos estados da Região sul do país intensificou-se durante o período de 2011-2018 (89,6%), esses dados são referentes às autorizações de trabalho concedidas de forma geral aos imigrantes, não específicas dos haitianos (OBMigra, 2019).



**Figura 7** – Movimentação de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho formal – admissões (2011-2018)

Fonte: Elaborado pelo OBMigra a partir dos dados do Ministério da Economia, com base RAIS-CTPS-CAGED (2011-2018)

Baeninger e Peres (2017) descrevem que estas informações direcionadas como sem ocupação ou não classificada revelam as difíceis condições de inserção laboral da imigração haitiana no mercado de trabalho brasileiro. Reflexo dessa forma de inserção são os recrutamentos para empresas de construção civil, pelos frigoríferos, para serviços em restaurantes e de limpeza.

Os coletivos de haitianos que chegaram a Santa Catarina vieram de maneira organizada. Os haitianos destacam-se dos outros imigrantes que o estado, bem como o Brasil, estava acostumado a receber por sua origem étnica afrodescendente e, sobretudo, pelo fato de imigrarem em grandes grupos e se organizarem socialmente em associações de moradores.

Estas associações são, sobretudo, de “natureza cultural, e expressam a capacidade mobilizadora e associativa destes imigrantes”, mesmo em condições adversas, não “apenas no que se refere ao escasso tempo que sobra para as práticas associativas”, mas também das “restrições impostas pelo Estatuto do Estrangeiro à associação e participação política dos imigrantes em nosso país” (MAGALHAES, 2017, p. 193).

No entanto, apesar do interesse do mercado de trabalho das cidades para onde os migrantes haitianos se dirigiram, percebem-se os tensionamentos gerados pela discriminação<sup>10</sup>, xenofobia e o racismo são marcantes, principalmente em

<sup>10</sup> Ver Souza (2018); Coelho (2011). Assim como Floristan Fernandes (1989) aponta que é um equívoco conceber a sociedade brasileira, com o seu histórico escravocrata, sem preconceito racial e

função da cor da pele<sup>11</sup>. Abordar o preconceito e suas variantes atuais em relação à migração haitiana no Brasil não é fácil, dada a sua natureza ideológica e controversa, e também por ser produto das mutações históricas às quais tem sido sujeito em um nível prático e discursivo.

No sentido restrito, entendido como teorias raciais, o racismo refere-se à crença na existência de diferenças biológicas hereditárias entre grupos humanos, que derivam da avaliação de diferenças e habilidades morais. Geralmente, é concebido como um princípio de classificação identitária, ou diferenciação entre grupos sociais e hierarquização, na medida em que haveria raças superiores (SEYFERTH, 1997).

Nessa perspectiva, o racismo constitui base para a rejeição e a discriminação e vem justificar o desprezo, mediante a exploração e o extermínio das raças consideradas inferiores, ou as minorias. Como ideologia, o racismo não é uma simples atitude típica de assuntos racistas (ele ultrapassa os mecanismos psicológicos), de modo que Balibar e Wallertstein (1991) o definem como um fenômeno social total que é parte das práticas (formas de violência, desprezo, intolerância, humilhação, exploração) e dos discursos e representações intelectuais do fantasma da profilaxia e da segregação (necessidade de purificar o corpo social, para preservar a identidade do eu e do nós antes de qualquer perspectiva de promiscuidade, miscigenação e invasão) e que se articulam em torno de estigmas da alteridade (sobrenome, cor da pele, práticas religiosas).

Hoje em dia, a objetividade científica do conceito de raça foi amplamente questionada e as teorias raciais, com suas aplicações dramáticas (desde a colonização até vários genocídios), também a condenaram, porém isso não significou o desaparecimento das lógicas racistas (entendidas como lógicas de segregação e exclusão social) nem das práticas racistas.

Pelo contrário, o racismo teria se adaptado à consciência antirracista moderna, substituindo as categorias raciais pelo determinismo cultural. Assim, um novo racismo teria se consolidado, o “racismo diferencialista” (BALIBAR; WALLERSTEIN, 1991), isto é, o discurso neorracista estruturado em torno de

---

com oportunidades e direitos iguais a todos os seus cidadãos. Os resquícios da escravatura são claros na concepção deste autor que revela a imensa desigualdade no que tange à comparação com relação às posições sociais que ocupam brancos e negros no país. Logo, para Fernandes (1989), enquanto não for concebida a liberdade com a devida igualdade para os negros, o conceito de democracia racial não passará de um mito (FERNANDES, 1989)

estigmas da alteridade e não estritamente codificado em termos raciais, sendo estes substituídos por outros conceitos, como etnia ou mesmo imigração.

Apesar dessas mudanças na linguagem, o *neocorismo* não deixa de cumprir as funções tradicionais do racismo: ao naturalizar (não mais da biologia, mas da cultura) as diferenças entre os grupos sociais, abandona apenas superficialmente sua lógica hierárquica, para por fim continuar a justificar formas de exclusão, desprezo e opressão de grupos considerados minoritários em sociedades que são formalmente consideradas igualitárias.

Embora o determinismo racial ou cultural contradiga a ideologia universalista base no atual sistema econômico (que se destina a explicar a desigualdade socioeconômica por diferenças em termos de mérito e capacidades individuais), o racismo, tal qual o sexismo, continua sendo fator predominante na divisão dual do trabalho, na medida em que permite atribuir empregos menos valorizados e remunerados a grupos étnicos específicos (BALIBAR; WALLERSTEIN, 1991).

É visível que ainda persistem, no Brasil, certas práticas, discursos e instituições fortemente marcados por um racismo cujas matrizes privilegiadas são a ideologia, justificando o desprezo, a exploração e/ou a rejeição de certos grupos de migrantes. Como essa discriminação nunca é assumida, cabe um questionamento aos principais interessados nessa questão, os próprios migrantes, visto que essa situação é o que gera possibilidades concretas de inclusão e exclusão.

#### 5.4 A ESTREITA RELAÇÃO DE JOINVILLE (SC) COM A MIGRAÇÃO HAITIANA

Entre os destinos escolhidos pelos imigrantes para se fixarem no Brasil, está o estado de Santa Catarina, e a cidade de Joinville(SC) figura entre o local de destino desses migrantes. Joinville (SC) é a maior cidade do estado, em população, além de estar em terceiro lugar como polo industrial da região (PREFEITURA DE JOINVILLE, 2016).

Diante desse cenário, a cidade de Joinville (SC)<sup>12</sup> passou a configurar-se como alternativa para a migração haitiana. Nesse cenário de migração internacional para Joinville (SC), a exemplo de outras cidades brasileiras, percebe-se que o perfil

---

<sup>12</sup> Ver: Boing (2014, p. 62-81).

desses imigrantes revela importantes especificidades, como a condição documentada de concessão de visto humanitário pelo governo brasileiro ou seus próprios pedidos de refúgio e também a questão dos indocumentados (BAENINGER; PERES, 2017).

Segundo dados do IBGE (2017), a cidade possui cerca de 570 mil habitantes e fundou-se historicamente como uma *cidade migrante*<sup>13</sup>. Sua evolução demográfica ocorreu em meados do século XIX, época na qual recebeu um grande contingente de imigrantes germânicos (FICKER, 2008; SEYFERTH, 1997), assim como as demais regiões do país, no período de colonização.

Conjectura-se, assim, que o intenso processo de migração que ocorreu em Joinville na década de 1970 fez com que a hegemonia dos tempos coloniais cedesse lugar a um ambiente de diversidade cultural e étnica, visto que milhares de pessoas, vindas de várias partes do Brasil, foram sendo inseridas e tornando-se cidadãos joinvilenses. Com o estável desenvolvimento industrial, havia a necessidade de grande número de mão de obra, em razão da oferta de empregos, que foram supridas com o ciclo de migrações, o que ocasionou o desenvolvimento econômico e novas manifestações culturais (BOING, 2014).

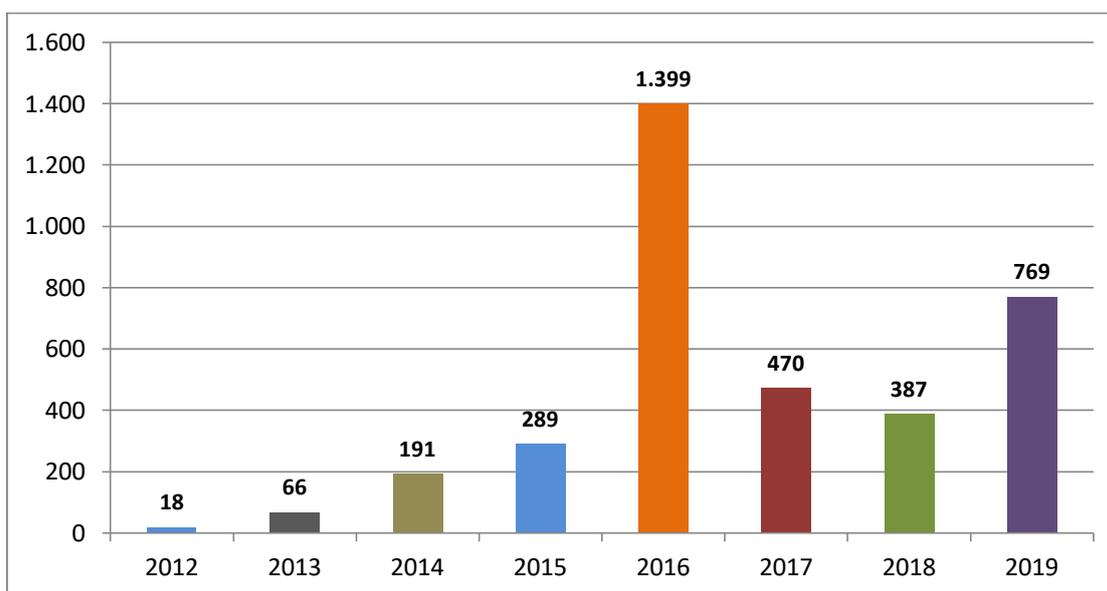
Essa característica dos imigrantes haitianos no território catarinense sustenta uma dinâmica diferente em relação a outros contingentes de migrantes no país, como sua inserção no mercado de trabalho formal e sua migração interna. Ante as experiências nos cenários nacional e estaduais, os dados apresentados nas pesquisas confirmam a tese de que o Brasil se transformou em um objetivo a ser atingido por aqueles que desejam melhoria na qualidade de vida, perfazendo um estágio simples que deve ser alcançado como pré-requisito para alcançar o tão almejado sonho dourado.

Após os catastróficos eventos ocorridos no Haiti no ano de 2010 e por força dos fluxos migratórios internacionais, Joinville deu início à recepção de um número significativo de imigrantes haitianos, passo esse que foi fomentado por meio de políticas de apoio humanitário e de inclusão da população migrante, principalmente derivadas de questões ambientais e problemas estruturais nos países de origem.

---

<sup>13</sup> Conforme Souza (2019, p. 71), *cidade migrante* é uma expressão criada por Coelho (2010), que analisa a história da cidade das últimas décadas problematizando as tensões e imbricações que a chegada e a permanência de migrantes provocaram na construção da vivência da diferença e suas implicações na definição do espaço urbano.

Consoante às informações levantadas pela Polícia Federal e pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (2016), dos imigrantes haitianos que adentraram no Brasil entre 2014 e 2018, 17.386 (23,08%) deslocaram-se para Santa Catarina, dos quais 3,03% escolheram a cidade de Joinville como destino. Entre 2012 e 2019, a cidade chegou a registrar o total de 3.589 haitianos (Gráfico 3). No entanto, percebe-se que em 2017, 2018 e 2019, houve uma redução significativa nos registros, devido à crise econômica e política vivenciada pelo Brasil, a partir de 2015.



**Gráfico 3** – Registros por nacionalidade: República do Haiti (quantidade de imigrantes por mil)  
Fonte: documento cedido por mensagem eletrônica pela Polícia Federal de Joinville (2020)<sup>14</sup>

Um recorte sócio histórico, para essa expressiva migração para Joinville, pode ser segundo Cogo (2014), por causa da estabilidade política e econômica brasileira após 2008, o país passou a receber muitos imigrantes, entre eles os haitianos. De acordo com o Instituto Migrações e Direitos Humanos (2016), estima-se que, além daqueles que estão registrados na Polícia Federal, há no Brasil “um número expressivo (fala-se em 8.000 ou mais) que aguardam a publicação de seus nomes pelos órgãos responsáveis pela autorização e concessão da residência permanente” (SOUZA; BOING, 2017)<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Os dados sobre os registros dos haitianos na cidade de Joinville(SC), foram cedidos pela Polícia Federal para o projeto de pesquisa coordenado pela professora Dra Sirlei de Souza, desenvolvido na Universidade da Região de Joinville (Univille).

<sup>15</sup> Joinville concentrou pedidos de regulamentação na Polícia Federal nos anos de 2015 e 2016. Como descrito pela legislação, em 30 de outubro de 2016 vencia a normativa que garantia aos imigrantes haitianos a documentação de “visto por questões humanitárias” (SOUZA, 2019, p. 70), deferida pela Resolução Normativa n.º 97/2012, que diz respeito a seu tempo de vigência. De

As cidades tornaram-se espaços legítimos para que os refugiados busquem proteção e serviços que os ajudem a permitir o acesso a uma vida digna e gozar os seus direitos fundamentais. Ocorre que, para esses acessos, se faz necessária a documentação oficial de permanência no Brasil e também em Joinville. A exemplo de Joinville/SC, mais da metade dos refugiados e requerentes de asilo no mundo está em centros urbanos, sendo essa também a realidade da população de refugiados no Brasil.

Vê-se, na colocação de Souza (2019, p. 70), que o contingente de imigrantes, de acordo com o Gráfico 3, “torna-se significativo” quando se leva em conta que, pelos dados do censo populacional de 2010, Joinville apresentava população total de estrangeiros de 1.366 pessoas (578 mulheres e 788 homens) (IBGE, 2015b *apud* SOUZA, 2019), número muito inferior de imigrantes haitianos do que o registrado pela Polícia Federal em Joinville nos últimos anos.

Existem vários fatores determinantes das migrações, e esse movimento de um lugar para outro deriva de causas internas e externas. Na cidade de Joinville (SC), essa questão também é visível. Inúmeras oportunidades despotam, principalmente vinculadas ao mercado de trabalho (FICKER, 2008), o que fez com que a cidade recebesse grande fluxo de imigrantes haitianos que buscavam na migração melhor qualidade de vida, em decorrência de toda a situação econômica no país de origem.

Os imigrantes haitianos identificaram Joinville, entre outras cidades, como um novo destino, com promessas de prosperidade econômica, visto a cidade ter um parque industrial diversificado e conter grandes multinacionais instaladas. Joinville atrai os haitianos que desejam uma vida mais estruturada. Por exemplo, no ano de 2013, segundo Branco (2015), uma empresa de recrutamento e seleção com escritório em Joinville contava com “132 pessoas de ascendência haitiana” buscando oportunidade de trabalho. Esse número aumentou 15% em 2015, suprimindo a “demanda de funcionários para cargos operacionais”.

Essa questão remete à estabilidade do mercado de trabalho, assim como segurança e possibilidades de rendimento regular, o que favorece ao imigrante o envio da remessa para seu país de origem, “parte considerável dos salários de

---

começo, ela vigoraria por dois anos, com a possibilidade de ser prorrogada. Várias prorrogações aconteceram. A última delas se deu mediante a Resolução Normativa n.º 11.786 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), de 12 de agosto de 2015 (CNIg, 2015), que prorrogou seu prazo de vigência até 30 de outubro de 2016.

haitianos e haitianas (...) se transforma em remessas para familiares no Haiti, mais um elemento estruturante do campo social desta migração” (BAENINGER; PERES, 2017, p. 136). Magalhães (2014, p. 246) coloca que o envio das “remessas indica a manutenção dos laços afetivos e materiais com a família, ao passo que guarda íntimas relações com a dedicação ao trabalho, com o nível de poupança e consumo e com as estratégias econômicas familiares”.

Vindos de outras partes do Brasil como Acre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os haitianos chegam à busca de melhores ofertas de trabalho e boa remuneração (Cavalcanti *et al*, 2017). Percebe-se que os fluxos de migração para Joinville, a exemplo de tantas outras cidades do Brasil, indicavam que esses locais da América do Sul seriam um dos seus destinos temporários em seus projetos de migração, além da presença predominantemente masculina.

Nessa onda de migração haitiana para o Brasil, discutem-se os diferentes aspectos, tentando responder a como essa migração começa, qual é o perfil dos migrantes haitianos e quais são as causas da migração haitiana para o Brasil, Santa Catarina e Joinville, além de acessar outras questões, mais relacionadas a estudos culturais, como quais desafios interculturais foram gerados por essa migração. O processo de interculturalidade pode ser vivenciado pelos imigrantes, assim como pela comunidade receptora? Como foi dito anteriormente, o elemento econômico é fundamental na decisão de migrar para o Brasil, no entanto existem outros elementos que complementam as razões para a migração (SIMON, 2015).

É importante refletir também sobre os motivos de os haitianos terem escolhido o Brasil como seu destino privilegiado, compreendendo também as rotas utilizadas pelos migrantes haitianos. Diante do aumento da migração haitiana, o governo tem respondido com diferentes medidas de políticas de imigração, as quais influenciaram o comportamento da migração.

As medidas de imigração e sua influência na migração são discutidas sob a luz da grave crise humanitária que conduziu a essa migração. Diante da literatura revisada, há dois elementos que podem ajudar a explorar a origem dessa migração: companheiros haitianos no Brasil e a presença de militares brasileiros no Haiti (SIMON, 2015). O Brasil estava no comando da missão de estabilização das Nações Unidas do Haiti com um número significativo de militares presentes no país.

Acredita-se que, antes de 2010, o Brasil quase não havia recebido migrantes haitianos, no entanto, após o terremoto, uma onda migratória começou do Haiti para

o Brasil, assim como também para Joinville. O pressuposto difundido por algumas pesquisas é que o contato com militares e civis brasileiros, além do fortalecimento do intercâmbio cultural entre os países, permitiu intensificar os laços entre o Brasil e o Haiti e contribuiu para que os haitianos identificassem o Brasil como um país de destino. Por causa do perfil socioeconômico dos migrantes haitianos no Brasil e de toda a história do país, parece plausível pensar que foi o encontro entre a população haitiana e as forças armadas brasileiras que permitiu o estabelecimento dos primeiros contatos necessários para iniciar a migração (MAGALHAES, 2014)

No que concerne ao perfil de migrantes haitianos em Joinville, eles vêm de diferentes cidades do Haiti. Os principais locais de origem são: Port-au-Prince, Gonaves, Cap-Haïtien, Dessalines, Trou-du-Nord, Plaisance e Saint-Marc. Alguns migrantes também vêm da República Dominicana e muitos utilizam o município de Joinville como cidade de passagem (JOINVILLE, 2019).

Esses são os haitianos que trabalharam e viveram na República Dominicana. No caso dos migrantes que deixaram o Haiti, identificam-se pelo menos duas rotas de migração. A primeira rota é Cap-Haïtien, Ouanaminthe, Santiago de los Caballeros (República Dominicana), Panamá, Equador, Peru e Brasil. A segunda rota consiste em: Port-au-Prince, Santo Domingo (República Dominicana), Equador, Peru e Brasil (JOINVILLE, 2019).

Apesar de parecer pouco relevante falar sobre as causas da migração haitiana para Santa Catarina, considera-se necessário aprofundar a análise acerca do assunto, uma vez que essa exploração pode fornecer algumas pistas para entender a continuidade e evolução ao longo do tempo dessa migração. O fator econômico não é o único elemento; outros complementam esse ponto fundamental. A percepção da falta de futuro reflete a enorme desconfiança no aparelho político do Haiti para resolver problemas econômicos e sociais.

O terremoto de 2010 aumentou a disfunção das instituições governamentais e a crise de governança. Handerson (2015, p. 51) afirma que, “após o terremoto, mesmo as pessoas não afetadas diretamente por ele já estavam numa crise no Haiti que piorou do ponto de vista social e humanitário”. Outro elemento é “relativo à pobreza, ao subdesenvolvimento, à falta de oportunidades de trabalho, que, somadas aos efeitos diretos do terremoto, provocaram a decisão de emigrar” (SILVA, 2016, p. 24). Dessa forma, diante da crise econômica, social, política e

ambiental do Haiti, a migração parece ser a melhor e talvez a única solução para resolver dificuldades pessoais e familiares.

As manifestações visíveis de sucesso econômico confirmam a percepção do público de que a migração é a melhor opção para o progresso e ajuda à família. O envio de remessas para parentes, investimentos em construção habitacional, instalação de um negócio familiar etc. servem como incentivo para que outras pessoas assumam que a migração é um caminho de capitalização econômica (PATARRA, 2012). Esse efeito de demonstração é um elemento importante que motiva e incentiva os não migrantes a fazerem o curso da migração.

A migração é um fenômeno multidimensional de geometria variável. Na sua análise diferentes abordagens interdisciplinares são combinadas, por isso é difícil uma resposta definitiva. Contudo, saber que a questão econômica é o principal elemento motivador da migração para o Brasil pode levar à ideia de que, uma vez que o Brasil deixa de ser economicamente interessante<sup>16</sup>, a migração em massa diminuirá apesar da existência de redes de imigração e de tutelas legais que aparam esse fenômeno.

---

<sup>16</sup> Como mencionado sobre a crise econômica no Brasil.

## 6 AS MÚLTIPLAS FORMAS DE INTERPRETAÇÃO: NARRATIVAS

Por fim, na sexta parte os resultados são apresentados em “As múltiplas formas de interpretação”, foi realizada a análise hermenêutica de profundidade das entrevistas selecionadas, onde os protagonistas são os imigrantes haitianos. Adotou-se uma forma de compreensão mediante a aplicação de categorias apreciadas no intuito de auxiliar no entendimento da relação entre a interculturalidade e a migração contemporânea. São as categorias:

- o processo de imigração, buscando conhecer, por meio do contexto histórico, como foi esse processo para os entrevistados;
- a influência e fragmentação familiar, considerando como a família tal qual estrutura social é ponto central das decisões do ato de migrar;
- a comunicação intercultural e o papel das tecnologias, observadas, no campo da interação, na maneira como os indivíduos se comunicam e interagem;
- a adaptação sociocultural e relações com a comunidade. Ou seja, como é a relação interacional dos sujeitos com a cidade que escolheram para viver;
- o recordar da cultura do país de origem, com ênfase no saudosismo e nas manifestações culturais de espaço-tempo.

O processo de reflexão e análise das entrevistas suscita pontos adicionais aos descritos a seguir, no entanto busca-se atender a questões que podem ser úteis na compreensão da dimensão intercultural no processo contemporâneo de imigração.

A realização das entrevistas deu-se no período de julho de 2016 a julho de 2017. A coleta dos dados ocorreu em ambientes distintos. Para quatro dos entrevistados, a conversa foi no espaço da Universidade da Região de Joinville (Univille), enquanto os demais, ou seja, os outros seis, tiveram a conversa em suas residências. Cabe destacar que o casal entrevistado Pierre e Jeana participaram conjuntamente da entrevista. No momento da análise interpretativa das narrativas, alguns relatos dos imigrantes foram inseridos na sua transcrição original, pois assim se destacam os aspectos interculturais do processo.

## 6.1 CONTEXTO DO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO

A mobilidade humana é um traço constitutivo da própria história da humanidade. Desde a última década do século XX, é possível perceber a intensificação dos fluxos e movimentos migratórios internacionais (COGO; BADET, 2013). Entre eles, um movimento migratório importante que tem o Brasil como destino se tornou comum mais recentemente por parte dos haitianos. Fatores diversos fazem “emergir os complexos motivos pelos quais se migra, sejam eles de ordem socioeconômica, sejam de ordem pessoal” (SOUZA, 2019, p. 189). Alguns desses fatores são verificados em um contexto histórico pela análise realizada do processo de migração, narrado pelos imigrantes haitianos.

Jean Sefood (2017), haitiano, nascido em 1981, na ilha Lagonav, explica sua decisão de sair de seu país. Narra que, antes de vir para o Brasil, se mudou inicialmente para a Venezuela e deixou o país quando viu que no Brasil poderia ter melhores oportunidades. Nesse ponto, é válido expor que a decisão de Jean de imigrar em busca de melhores oportunidades de emprego e de estudo reflete as escolhas de muitos imigrantes, principalmente os haitianos. Ele informa que o “*estrangeiro é bem valorizado em seu país*” (SEFOOD, 2017). Vê-se que Jean exemplifica que várias pessoas quando emigram, ao retornarem para o Haiti, têm melhores oportunidades.

As pessoas emigram porque querem melhor oportunidade de emprego. Ressalta-se que particularmente no Haiti o terremoto ocorrido em 2010 piorou as condições do país, que, após a tragédia, passou por várias crises. Esse cenário incentiva o fluxo emigratório. Sefood (2017) afirma: “*Bom, eu resolvi sair de lá para viajar para Venezuela, primeiramente*”. Em seguida, ele expõe o porquê da decisão de migrar:

*Eu tinha um sonho, desde que eu era criança. O meu sonho de fazer um estudo fora do Haiti, porque, desde que eu era criança, eu vi lá no Haiti as pessoas que encontram emprego, que ganham bem. Eles estudaram fora. Porque lá no Haiti, quando uma pessoa estuda fora, e volta, você facilmente encontra um emprego e ganha bem (SEFOOD, 2017).*

Reforça ainda a questão do retorno e de melhores condições de aceitação pelo país: “Lá no Haiti, isso tem muito valor uma pessoa que estuda fora quando chegar lá trabalha muito bem. Por exemplo, você chegar lá no Haiti, você pode

trabalhar melhor do que um haitiano. Lá se valoriza muito os estrangeiros” (SEFOOD, 2017).

A busca e o contexto da realidade de Jean Sefood diante do seu processo de decisão são percebidos, também, em vários entrevistados. Observa-se, por exemplo, que Luther Jean Luiz, haitiano, nascido em 1991, morou no Haiti até os seus 18 anos de idade e saiu do país um ano antes de ocorrer a tragédia causada pelo terremoto em 2010. Ele relata que o processo de imigração foi difícil: “Aí, quando eu viajei, eu larguei tudo, porque meu pai [inaudível] entrou na Venezuela” (LUIZ, 2017). Ainda, conforme seu relato, “quando cheguei na Venezuela, não corri atrás de estudo. Comecei na verdade, mas era complicado” (LUIZ, 2017). Para o processo de decisão de Luther, compreende-se que, por ter acontecido antes do desastre natural, foi fortemente influenciado pela instabilidade econômica e política haitiana. Assim como todos os demais entrevistados, Luther veio em busca de melhores oportunidades.

Para o casal entrevistado Pierre Woody e Jeana Raymond, o processo de decisão de imigração de Jeana foi influenciado pelo fato de Pierre ter imigrado primeiro ao Brasil. A mulher informa que morar com seu esposo é mais “fácil” em comparação com o cenário anterior, com o distanciamento do geográfico do casal: “Meu nome é Jeana. Eu sou casada, e meu idade é 30 anosnhõs. Queria vir para encontrar meu malido, vem antes e depois um anhõ eu vim” (RAYMOND, 2018). Essa fala anuncia que o processo de migração, entre a vinda do marido e a sua, levou um ano. “É bem luim prá fica sozinho, fica bem longe dele é bem luim. Depois um ano eu vem plá cá. Vem molá junto com ele pra mim é mais fasso” (RAYMOND, 2018). Veem-se na fala de Jeana, ainda, dificuldades de pronúncia; o processo de adaptação estava ocorrendo de maneira gradual.

Para Baeninger (2012), os indivíduos migram porque pensam que podem melhorar suas próprias vidas ou as de suas famílias ao fazê-lo. A migração é desencadeada pelo conhecimento ou pela crença de que existem melhores oportunidades econômicas em algum outro lugar. Para os haitianos, há desigualdade econômica, regional e local considerável em seu país. Dessa forma, as pessoas buscam migrar, se possível. Cabe ressaltar que o processo de decisão para a imigração possui fatores basilares, como a pobreza, a falta de oportunidades econômicas e os baixos padrões de vida. Tais fatores contrastam com elementos

determinantes perante a busca de melhores oportunidades, empregos e padrão de vida no local de destino.

A decisão de imigrar de todos os haitianos entrevistados abarca um processo de ponderação de custos e benefícios potenciais, uma vez que, de acordo com Sayad (1998), os migrantes precisam considerar fatores gerais, como o custo da viagem e acomodação, as chances de encontrar trabalho e os salários vigentes na área de destino em comparação com os da área de origem. Eles também são influenciados por fatores individuais, como contatos com parentes ou amigos nas áreas de destino ou o efeito potencial de sua ausência no lar deixado para trás. Sabe-se que muitos haitianos abandonaram suas casas por diferentes razões: muitos foram à procura de empregos, melhor educação e/ou assistência médica, contudo muitos também não tiveram escolha.

A busca pela realização de um sonho e a otimização da qualidade de vida estão presentes em todos os entrevistados. Por exemplo, para Roland Lafront, haitiano entrevistado, no seu processo de decisão de imigração, quando ele já estava na Venezuela, foi questionado por seu amigo que tinha um irmão que morava no Brasil sobre o motivo de ele ainda não ter imigrado para o Brasil: “Tem que esperar, estou tentando de conquistar meu sonho, esperar, vamos ver” (LAFRONT, 2017). Roland também relata que saiu da Venezuela por questões políticas e que lá não tinha liberdade de se expressar. Ao conversar com esse amigo, Roland resolveu vir para o Brasil. Observa-se que conhecer as condições de outros lugares é importante nas decisões de migração. Portanto, as comunicações modernas desempenham papel significativo. Os migrantes em potencial podem conhecer as oportunidades pela mídia, pelas imagens da televisão ou pelos retornados, e, por meio do sistema de relações e interações, veem-se os desafios centrais da interculturalidade nesse processo.

Muitos imigrantes acabam se comprometendo com as normas e culturas do local onde são criados. Alguns podem viver experiências intensas, inseridos nos campos sociais transnacionais. Isto é, não escolheram simplesmente entre o lar e a sociedade anfitriã. Em vez disso, encontram equilíbrio, embora tênue, entre os recursos e restrições comparáveis que circulam nesses campos e os implantados efetivamente em resposta às oportunidades e aos desafios que se apresentam.

Em relação à deterioração das condições de vida, o fator pobreza nem sempre produz o abandono automático da sociedade em crise. Mesmo nos países

em desenvolvimento submetidos às piores situações, mecanismos migratórios são implementados igualmente. De qualquer forma, a população que emigra geralmente não coincide com a população que está em piores condições nas sociedades de origem. Por exemplo, na entrevista com Shiller, ele relata sobre a vida no Haiti e conta que sempre “deu um jeito” para manter a família:

*Ela [a mãe] cuida de nós todos. Mas, sabe, no Haiti a gente sempre dá um jeito, né. Mesmo que não tem trabalho, nós, os pais, deram um jeito pra conseguir manter a família, né, cuidar dos filhos, tudo. Porque um tipo de trabalho, nós fizemos nosso negócio (SHILLER, 2017).*

Whistler Ermofils (2017)<sup>1</sup> retrata como era sua vida no Haiti, uma vida no campo, com produção e trabalho. Suas narrativas remetem a essa questão. A entrevistadora reforça em várias perguntas como era essa parte da sua vida, e ele responde: “Na verdade, minha mãe, ela fez bastante el vaje, quer dizer, tem galinha, bastante galinha, cabrito [...], criação de animais, bastante” (ERMOFILS, 2017). Ao ser questionado sobre o porte dos animais, ele comenta:

*Pequenos animais, isso. Mas, quando eu nasci, eu comecei a crescer, minha mãe estava fazendo isso, eu ajudava ela a cuidar deles. Levantar todo dia, antes de ir na escola, mas tinha que dar comida, milho pras galinhas, o cabrito tem que buscar [?] pra ele, colocar eles no campo para eles pastarem. Depois à tarde, ia lá ver como eles estão (ERMOFILS, 2017).*

Ressalta-se que em cada entrevistado há uma combinação de forças, fraquezas e esperança, e coletivamente eles representam algo maior que a soma de suas partes. De fato, muitos perderam suas casas, e tal situação, combinada a uma série de fatores nacionais existentes à época, os levou a imigrar. As políticas liberalizadas para refugiados e a busca por trabalho em países latino-americanos, especialmente o Brasil, como a concessão do visto humanitário, fizeram muitos haitianos imigrarem em busca de melhores condições de vida, no entanto separando filhos de seus pais e fragmentando famílias, assunto para o qual é dada atenção no tópico a seguir.

---

<sup>1</sup> Nessa entrevista, estavam presentes: Ilanil Coelho, Sirlei de Souza e Eduardo Felipe. Dessa forma, os entrevistados alternaram-se nas indagações.

## 6.2 INFLUÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO FAMILIAR

A interseção cultural no processo migratório ocorre de várias maneiras. Primeiramente, pequenos exemplos revelam que a cultura circundante gera diferenças transculturais entre pequenos grupos. Isto é, observa-se que a comunicação entre membros de culturas diferentes pode ocorrer por vários casos, seja pela imigração, seja pela globalização (mediante o uso de mídias sociais). Logo, a cultura afeta o indivíduo por meio do estigma externo em relação a certas relações sociais.

A família é um dos principais impulsionadores da migração. Nesse sentido, trata-se de uma categoria, em função de laços familiares novos ou estabelecidos, e abrange várias subcategorias, tais como a reunificação com um membro da família que migrou anteriormente, a família que acompanha um migrante principal e casamentos entre imigrantes e cidadãos locais. Conforme relatam Becker e Borges (2015), em um artigo publicado sobre as dimensões psicossociais da imigração no contexto familiar, alguns membros da família podem não imigrar, outros podem imigrar e ter finanças insuficientes para patrocinar parentes em suas decisões de saírem do país de origem, e outros podem migrar por influência familiar.

Assim, os diferentes tipos de migração proporcionam “experiências individuais de cada migrante”, o que implica dizer que o “indivíduo que imigra fisicamente nem sempre imigra emocionalmente”, pois ultrapassar as fronteiras geográficas não constitui a tarefa “primordial da migração, mas sim transpor as barreiras” social, econômica, cultural e linguística (BECKER; BORGES, 2015, p. 2).

O entrevistado Luther Jean Luiz, ao ser perguntado sobre quais fatores o fizeram sair do Haiti, se o terremoto ainda não havia ocorrido, narra: “*Então, como meu pai*”, que “*já faz tempo que ele tava na Venezuela, ele já conheceu o mundo fora*” (LUIZ, 2017). Ele explica ainda que o pai “*interessava que eu viaje, que eu viajasse pra mim conhecer um pouco*”, afinal “*eu também achava interessante de viajar*” (LUIZ, 2017), assim como a maioria dos haitianos. “*A maioria de nós, no Haiti, algumas têm famílias outros lugares do mundo. É um cultura mesmo, é difícil ver uma família que não tem um parente outros países. Na época pra mim era normal*” (LUIZ, 2017, grifo nosso). Nesse caso, vê-se claramente a influência paterna no processo de migração.

O entrevistado Jean Michelet (2017), que nasceu em 1987, no Haiti, em uma ilha denominada de Lagonav, perto de Porto Príncipe, por exemplo, estava se preparando para ir para a Venezuela, por conta da influência de seu pai e de seu irmão, em 2010. Naquele ano ocorreu o terremoto. Michelet vivenciou a tragédia em seu país e só conseguiu ir para a Venezuela em 2012. Sua decisão de imigrar para a Venezuela foi influenciada por seu pai e seu irmão, que já estavam no país. A influência que os parentes exercem nas decisões do indivíduo na questão de imigração evidencia que os laços familiares são mantidos além das fronteiras nacionais.

Os imigrantes que residem no novo país, de modo geral, começam a criar uma nova vida familiar, influenciada pelos costumes culturais passados e pelos modos do novo país. No caso de Jean Michelet (2017), ele se sentiu mais confortável e confiante de migrar para perto de seu pai e de seu irmão. Observa-se, nesse caso, que a decisão de Jean Michelet e de Luther, naquele momento, exemplifica a busca por integração ou adaptação sem abandonar de forma abrupta a cultura doméstica para adotar os caminhos da cultura dominante, já que ambos buscaram, em seus processos de imigração, a segurança no seio familiar de quem já tinha imigrado.

Para o fluxo de imigração, tais entendimentos culturais são críticos para reforçar os valores e comportamentos familiares. Influências como a disponibilidade de parentes próximos também ajudam a manter a vida familiar, além de auxiliar nas práticas interculturais. O entrevistado Jean Sefood afirma ao narrar sobre a família que, embora sua esposa esteja morando com ele no Brasil, “*tenho um filho*”, que ficou no Haiti: “*Sim, ele está lá*” (SEFOOD, 2017). Ao ser questionado acerca da idade, responde: “*9 anos*” (SEFOOD, 2017).

Nota-se, nesse contexto, que a realidade da migração também apresenta muitos desafios para as famílias e seus membros. Entende-se que a migração é um meio de melhorar o padrão de vida e traz considerável potencial de desenvolvimento para os migrantes e suas famílias, de maneira especial de natureza econômica, e tradicionalmente a família é um excelente centro de coesão social e desenvolvimento da sociedade nos dois países, de origem e destino.

Os desafios, nessa esfera, podem envolver a separação dos membros da família por longos períodos em que os membros da mesma família se tornam transnacionais, o que implica significativos problemas psicossociais, dificuldades de

integração nos países de destino e mudanças nos papéis intrafamiliares de gênero. Esses desafios têm se elevado em todo o mundo, dado o contexto do aumento da mobilidade da mão de obra e de políticas restritivas de migração. As pessoas mais afetadas pela migração familiar são geralmente os filhos, porque são separados dos pais, por permanecerem no local de origem, ou porque migram com a família ou sozinhas. Em outro trecho da entrevista, Jean Sefood informa que a última vez que viu seu filho foi havia seis anos e meio, quando saiu do Haiti, e complementa: “*Sim, sim, eu vim em janeiro de 2011*” (SEFOOD, 2017).

Entende-se que a juventude é uma categoria que sofre as consequências da migração nos múltiplos contextos inerentes ao processo de migração, e essa dimensão passa por duas vertentes: os que permanecem no local de origem com outros membros da família, como é o caso do filho de Jean Sefood, ou aqueles cujos familiares migram, ocasionando o distanciamento físico. Há vários estudos, como o de Boyd (1989), que reúnem evidências sobre as desvantagens da migração familiar para seus membros e que afirmam que a atenção dada aos aspectos regulatórios deve ser incentivada.

De acordo com o entrevistado Shiller Pierre (2017), nascido em 1985, em Lagonav, seu pai migrou para a França em busca de uma vida melhor quando Shiller tinha apenas 4 anos: “*Vamos dizer a maioria das pessoas no Haiti acharam que melhor deixar o país e procurar oportunidade fora. Aí nesse objetivo meu pai deixou nós*” (PIERRE, 2017). Shiller, por influência do pai, queria imigrar à França, porém, por causa das dificuldades no processo de imigração, decidiu vir para o Brasil, uma vez que, conforme ele, o país era receptivo à migração.

Ressalta-se que há pesquisas sobre migração e desenvolvimento que demonstram que as escolhas relacionadas à migração estão ligadas às necessidades de seus familiares e que a migração afeta os países de origem dos indivíduos (CASTELLS, 2000; BRZOZOWSKI, 2012). Tal aspecto econômico pode ser verificado na entrevista de Jean Sefood (2017): “*A importância, porque eu tive a oportunidade de trabalho, de ganhar dinheiro, mandar lá para minha família, pro meu filho acho que é só, tem muita importância*”.

A entrevistada Manouse França (2017), haitiana que reside atualmente no Brasil, relata que deixou no Haiti dois filhos pequenos, um de 3 anos e outro de 5. Os pais dela são quem cuida dos filhos, e ela mantém fotos das crianças pela casa: “*Estão aqui nessas fotos. [...] Lindos*” (FRANÇOIS, 2017). Quer-se entender a

perspectiva da mulher sobre os filhos, se ela vai buscá-los, a que ela responde: “*Estou pensando. Se Deus quiser, eu gostaria. É triste ficar aqui sem eles, eles lá e eu aqui, é bastante difícil*” (FRANÇOIS, 2017). Aqui se estabelece ainda mais sua ligação com sua família no Haiti: “*Eu tenho quatro irmãs, dois irmãos*” (FRANÇOIS, 2017).

Em razão do terremoto de 2010 e, por conseguinte, da instabilidade política e econômica do Haiti, gerou-se um ambiente propício à imigração. No entanto, conforme se vê nas entrevistas, o nível de integração dos imigrantes haitianos no conjunto familiar é fragmentado. Isto é, no processo migratório, as famílias acabam dividindo-se entre os que ficam em seu país e os que buscam migrar em busca de melhores condições. Como o Haiti vive em um cenário de recessão, há frequente mobilidade internacional de haitianos por meio de redes transnacionais, como já comentado sobre a diáspora haitiana.

### 6.3 COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL E O PAPEL DAS TECNOLOGIAS

De acordo com Canclini (2015a), a comunicação intercultural ocorre nos processos cotidianos pelos quais os imigrantes se envolvem com as comunidades receptoras, e esses processos ajudam esse grupo a construir efetivamente redes de relações de apoio mútuo, de maneira a contribuir para uma sociedade mais coesa.

Essa interação, conforme expõe Canclini (2015a), pode assumir várias formas, como encontros iniciais, experiências compartilhadas, diálogos contínuos, trabalho conjunto em questões de interesse comum, entre outros. Sem interação, os migrantes podem acabar vivendo vidas paralelas, nas quais só teriam relacionamentos muito limitados com outras pessoas da comunidade em geral. Assim sendo, na ausência de engajamento real, o preconceito e os estereótipos imprecisos têm maior probabilidade de moldar atitudes no que se refere aos outros.

Além de prejudicar a coesão social, as falhas na interação podem prejudicar as oportunidades dos migrantes de transformar quaisquer direitos de igualdade social e econômica em realidade. Como diferentes dimensões da igualdade (por exemplo, conseguir um emprego, obter cidadania, desenvolver relacionamentos e redes sociais) em geral estão inter-relacionadas, isso pode prejudicar seriamente o empoderamento e o potencial de maior integração dos migrantes. As sociedades

receptoras também perdem ao não reconhecer os benefícios potenciais que podem surgir do acolhimento dos migrantes e das contribuições que trazem.

Os jovens imigrantes, em comparação com seus pais, podem incorporar valores que representam independência ou liberdade em suas decisões. Por exemplo, Jean Michelet (2017) queria melhorar sua qualidade de vida, trabalhar, estudar e, quando a situação política na Venezuela piorou, decidiu com mais quatro amigos vir para o Brasil. Como ele tinha conhecimento da língua inglesa e absorveu boa parte de todo um processo de globalização cultural ao longo de seu percurso histórico, conseguiu praticar o diálogo cultural com um brasileiro que também falava o idioma. Visto seu contato ser um professor, observa-se tal ação quando ele aponta o motivo de ter saído do estado do Rio Grande do Sul para ir a Santa Catarina. A resposta de Jean expõe algumas dificuldades e sentimentos:

*Na verdade, eu não gostava muito de lá. Eu tinha um amigo aqui, e tinha também amigo em São Paulo, mas eu conversei com um amigo brasileiro lá em Estrela [RS]. Ele era um professor também, ele falou que viaja muito também para outros países, ele falava em inglês. Eu falei para ele que tinha interesse em viajar até São Paulo, porque na verdade eu não conhecia muito do Brasil. Ele falou para mim que lugar bom para você morar é nas cidades pequenas (MICHELET, 2017).*

Complementa: “São Paulo é muito grande, é muito mais complicado para você” (MICHELET, 2017). Escutou o conselho e foi “para Santa Catarina, entrei aqui em 2013” (MICHELET, 2017).

Ao associar os meios de comunicação aos migrantes, a interconexão existente no mundo digital entre famílias transnacionais pode ser apreciada. Denise Cogo (2010) reflete sobre a existência de um circuito de comunicação transnacional em que os migrantes criam redes de comunicação por meio de relacionamentos interpessoais mediante canais não oficiais entre suas comunidades e nações de origem e países com maior nível de desenvolvimento onde estão estabelecidos. A autora destaca que a “mídia tem um papel estratégico na produção de espaços de agenciamento de coletivos, redes e organizações migratórias no Brasil” (COGO, 2018, p.13). Assim, como é por dela que podem ser realizadas as “lutas por direitos e cidadania em distintos âmbitos: social, jurídico, intercultural e universal” (COGO, 2018, p. 13).

No mundo de hoje, as tecnologias de informação e comunicação oferecem várias maneiras de envolver dois mundos, dois idiomas, duas culturas com rapidez e

qualidade. A comunicação no processo de migração é uma entidade indispensável das famílias transnacionais, que dependem da mídia para manter laços emocionais e até resolver dificuldades. Identidades e culturas que se misturam no processo migratório e o uso de redes como promoção da migração são temas que merecem destaque na perspectiva da relação migração e comunicação.

Assim, verifica-se que o transnacionalismo migrante cria maior grau de conexão entre pessoas, comunidades e sociedades por intermédio das fronteiras (reais ou imaginárias), trazendo mudanças para o cenário social, cultural, econômico e político das sociedades de origem e de destino. Oportunidades e desafios podem surgir desses intercâmbios transnacionais tanto para migrantes e suas famílias quanto para as sociedades envolvidas, em razão do papel e da influência da comunicação, em seu sentido mais amplo, nos atores do processo de migração.

Nesse campo, observa-se que Whistler Emorfils auxiliou a criar uma associação de imigrantes haitianos, convidando via redes sociais haitianos para que pudessem compartilhar suas experiências, expor as barreiras e oportunidades: “Informações sobre dificuldades, oportunidades. Às vezes, quando tem um haitiano com algum problema a gente conversa no Whats[App], o que pode fazer. É, várias coisas” (ERMOFILS, 2017). Verifica-se que as migrações e as conexões sociais possuem forte elo, e as novas tecnologias de comunicação e informação contribuem substancialmente para que os migrantes em potencial, mesmo em seus locais de origem, acessem informações sobre melhores oportunidades de trabalho, bem como facilitam a interação dos imigrantes com seus pares e a “aproximação dos grupos sociais, culturais ou étnicos vizinhos geograficamente” (ELHAJJI, 2011, p. 2).

Em suma, os papéis das tecnologias e da mídia ajudam no desenvolvimento de um fluxo contínuo de transferência de informações, e esse fluxo funciona como um dos principais facilitadores da migração. As redes de comunicação têm efeito multiplicador. São utilizadas para obter informações, escolher o local de destino, entrar na sociedade receptora, bem como criar grupos para que os imigrantes compartilhem suas experiências e superem barreiras. Por exemplo, na entrevista de Jeana e Pierre, eles afirmam que usaram essa prática para conseguir resolver a questão da documentação, para Jeana imigrar ao Brasil. Na entrevista com o casal, eles informam que a tecnologia auxilia em seu processo de aprendizagem “Pierre: Sim, a tecnologia. Sirlei: A aprender a língua, a se comunicar? Pierre: Sim. Jeana: Ajuda!” (WOODY, 2017; RAYMOND, 2017).

Essas redes multiplicam-se continuamente e possibilitam, por exemplo, o processo de saída do migrante do país de origem, a inserção e o assentamento no local de destino, o reagrupamento familiar e, em alguns casos, o processo de retorno. As redes de relações também inspiram a confiança e o apoio ao migrante em seu espaço de solidão, bem como trazem o conhecimento de novas pessoas que estão enfrentando esse processo, para fornecer informações oportunas sobre os possíveis comportamentos a serem seguidos e as formas de relacionamento.

De acordo com Cogo (2012), os objetivos fundamentais das redes, sejam familiares, sejam profissionais, são conectar pessoas estabelecidas em diferentes espaços e, por sua vez, criar estratégias de desenvolvimento fora do local de nascimento, pois a “autonomia das escolhas de decisão está diretamente ligada à capacidade de interação de cada sujeito com as tecnologias da comunicação” (COGO, 2012, p. 45).

Vê-se no trecho da entrevista de Jean Michelet o uso da tecnologia para se conectar:

*Sirlei: Muito bem. Nossa, bastante história, né? Quando você disse que seu amigo indicou Santa Catarina, tu foi pesquisar no mapa, ou tinha algum amigo morando aqui em Joinville? Jean: Eu tinha um amigo aqui. Sirlei: Haitiano também? Jean: Haitiano também. Sirlei: Ah, e daí vocês falavam por WhatsApp? Jean: Sim, pelo Face[book] por mensagem. Aí ele me ajudou (MICHELET, 2017).*

Constata-se, nesse caso, que o uso de novas tecnologias, como telefones celulares, possibilita e facilita o envio de remessas, a manutenção do contato, seja com os pais, seja com os amigos, para manter esses relacionamentos a distância. O imediatismo e a confiabilidade das tecnologias dão a Jean Michelet a construção de uma boa rede de relações, bem como ajudam no processo de comunicação com alta interatividade em tempo real com amigos, influenciando na tomada de decisões sobre o processo de migração.

A facilidade das interações sociais está permeada pela tecnologia presente. Conforme o relato de Manouse França (2017), ela se comunica com vários grupos por intermédio de um aplicativo móvel. Um trecho é interessante analisar da entrevista da mulher, ao que se refere às tecnologias nos dias de hoje no tocante às práticas de comunicação da imigrante com sua família: “*Estou pensando. Se Deus quiser, eu gostaria. É triste ficar aqui sem eles, eles lá e eu aqui, é bastante difícil*”. Sua comunicação com os filhos, ela mesma comenta: “*Eu ligo lá, vejo eles*”, por

mídias como Skype, ou então: “*Se não, eu falo com eles normal*” (FRANÇOAIS, 2017). Isso ocorre praticamente de forma diária, na narrativa dela: “*Todo dia, não. Às vezes, quando eles estão conectados lá, eu falo [...]. Como hoje não estão conectados, eu fico assim com saudades deles*” (FRANÇOAIS, 2017, grifo nosso).

Observa-se que os imigrantes variam na intensidade de suas conexões transfronteiriças, distinguindo-se entre transmigrantes, os capturados pelo campo social nacional do país anfitrião e os que mantêm algum vínculo contínuo com o país de origem. As características associadas às variações na intensidade da conexão e a cada tipo específico de conexão dependem dos laços sociais de cada imigrante. A conectividade, nesse ponto, é altamente sensível aos imigrantes haitianos para que eles consigam fazer a aculturação e interagir com outros membros.

A ideia de se criar uma ponte para casa reflete o desejo de muitos imigrantes de um dia voltar para casa. A comunidade haitiana constrói essas pontes há décadas, desde as primeiras ondas de refugiados, na década de 1960. Essas conexões foram construídas usando rádios e jornais. Os anos de 1990 trouxeram acesso à internet para muitos e, com o aumento do conteúdo da *web*, atenderam à comunidade haitiana.

Esse cenário é muito diferente do de algumas décadas atrás, em que se esperava uma carta e não se podia responder a ela imediatamente, exemplo que pode ser verificado na entrevista de Whistler Ermofils (2017) quando ele informa que se comunicava com o pai imigrante por fita-cassete e carta, ou seja, esse aspecto evolutivo das práticas e formas de comunicação, pode ser observado na fala de Whistler, ele se comunicava com o pai imigrante por fita cassete e carta:

*Meu pai mandava cassete, não tinha telefone para falar. Só gravação, depois de um mês a gente assistia. Depois que a pessoa pega a carta lá nos [Estados Unidos] EUA, vai demorar quase um mês pra receber no Haiti. Mesmo o banco era assim, não tinha transferência, não tinha agência bancária (ERMOFILS, 2017).*

Whistler informa que levava cerca de um mês para receber a fita de seu pai, enquanto nos tempos atuais desfruta uma comunicação acessível e flexível, por causa das novas mídias e redes sociais: “*Tem grupo no WhatsApp, vários. Tem um grupo que tem associação, por exemplo, na outra cidade, lá em Floripa, Chapecó, tem duas pessoas que fazem a combinação. Colocam gente de Blumenau, Itajaí*” (ERMOFILS, 2017).

A entrevistada Rose Sandy (2017) também descreve que a comunicação com sua mãe é nutrida com certa facilidade pelo celular, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas e chamadas de voz: “*Sirlei: Você fala com ela todo dia, quantas vezes? Rose: Todo dia. Sirlei: Todo dia. Por WhatsApp?*” (SANDY, 2017).

Verifica-se que as tecnologias nas práticas comunicacionais auxiliam de forma relevante a interação do imigrante com o seu grupo, bem como ajudam o imigrante a ter uma troca cultural mais fácil.

#### 6.4 ADAPTAÇÃO SOCIOCULTURAL E RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

Para iniciar este tópico, faz-se a seguinte pergunta: como a migração e a adaptação, isto é, mudanças psicológicas e/ou comportamentais resultantes da migração, afetam a variação cultural no grupo haitiano e entre este e a comunidade receptora brasileira? Abordam-se, aqui, a adaptação sociocultural e como os haitianos interagem com a comunidade.

Aprender a língua do país destinatário por parte do imigrante, por exemplo, é uma forma de se tornar mais familiarizado com o modo de vida da sociedade anfitriã e de se sentir confortável com a sociedade com a qual convive. Na tentativa de compreender essa questão, analisam-se os fatores socioculturais no que tange à aprendizagem dos haitianos da língua portuguesa falada no Brasil.

Existem muitas semelhanças entre aprender uma língua e aprender uma cultura. Compreende-se que a ponderação apropriada de como uma pessoa está familiarizada com uma cultura é sua habilidade com o idioma, conforme relata Krissman (2005). Portanto, uma possível explicação para a relação entre aprendizagem de idiomas e aculturação é que é mais fácil para o imigrante adaptar-se à cultura convencional tendo boa compreensão da língua majoritária da sociedade.

No depoimento de Roland Lafront (2017), quando a entrevistadora pergunta sobre como foi a entrevista de emprego na metalúrgica Tupy, o entrevistado informa que teve de fazer um exame e escrever, mas ele não sabia a língua portuguesa:

*Eu resolvi escrever isso em francês e dar pra ele, depois disso ele falou comigo. “Eu gostei”, ele falou... “Eu gostei, Roland, mas você deveria escrever isso em espanhol, mas não em francês”. Eu falei: professor, eu não sei de nada em espanhol. Eu lê, eu*

*entende o que que é... Sirlei: E quis responder... Roland: E a maneira que eu... mais fácil pra mim de responder [...]. Sirlei: E você na Tupy respondeu em francês? Roland: Não, em espanhol [risos]... Sirlei: Agora você está surfando em duas, três línguas... E a pessoa que estava ali recrutando aceitou em espanhol... Roland: Si, porque dá pra entender a mesma coisa. Sirlei: Bem próximo, né... Roland: É dá para entender... Eu misturei. Aquele momento eu misturei os dois, as palavras em português que eu sabia e espanhol... Sirlei: O importante era responder... Roland: Si, dar uma resposta... (LAFRONT, 2017).*

Verifica-se que, à medida que a barreira do idioma sai do contexto, o recém-chegado vai se integrando à comunidade e à aculturação, conforme exposto no referencial teórico deste estudo. A mudança no padrão de afiliação a uma ou a ambas as culturas resulta do contato entre grupos, incluindo ajustes psicológicos e socioculturais. Os ajustes psicológicos referem-se à satisfação geral da pessoa com a sociedade receptora e são influenciados por mudanças de valores culturais, atitudes e comportamentos (BERRY, 2009).

A adaptação sociocultural inclui a capacidade de interagir com sucesso e de encaixar-se na cultura convencional. Nesse diapasão, é possível apropriar-se das questões críticas de Berry (2009), que são os elementos basilares para o resultado da aculturação. Assim sendo, pergunta-se, *a priori*, quão bem os haitianos tentam participar da sociedade em que vivem atualmente. Vê-se, por exemplo, no relato de Roland, que ele tem atitudes positivas em relação à cultura do espaço receptor e está buscando ativamente se encaixar:

*Sou um haitiano e eu sempre me falo, eu sempre falo comigo que sou um cidadão do mundo, por isso eu deveria ter uma capacidade de se adaptar muito grande. [...] Na Venezuela e aqui dá muito rápido e dá certo, mas Joinville é legal, é bom e é ruim (LAFRONT, 2017).*

Um trecho que merece destaque é quando Manouse informa que está aprendendo a língua portuguesa:

*Eu aprendi, igual eu estou aprendendo português. Porque quando eu fui lá na República Dominicana eu não falava nada, só falava crioulo e um pouquinho de francês. Então quando eu cheguei lá na República Dominicana, em um ano aprendi a falar. Sirlei: É porque você fala espanhol, bem ou mais. Mistura um pouco, é normal. Manouse: É por isso que eu falei, o meu português está... Sirlei: Está muito bom pra quem está aqui há dois anos. Está muito bom! (FRANÇOAIS, 2017).*

A fluência é com frequência considerada pelo parâmetro da conversação. Portanto, trata-se da capacidade de ter uma conversa cotidiana. Os imigrantes

haitianos, particularmente, que muitas vezes, ainda não possuem fluência de conversa, podem ter dificuldade continuada com o tipo de linguagem, reduzido ao contexto e à exigência cognitiva necessária para ter sucesso nas profissões. Na entrevista de Rose Sandy (2017), por exemplo, ela menciona a “*dificuldade entre homem e mulher achar trabalho*”.

Os haitianos, de modo geral, possuem dificuldade de acessar a língua portuguesa. Dessa forma, eles aprendem a língua no cotidiano, porém a dificuldade de obter essa fluência na conversa faz com que tenham receio de falar determinadas palavras, por não ter a prerrogativa de aceitação e também por a comunidade receptora, normalmente, não fomentar a aprendizagem da língua local. Verifica-se, por exemplo, a fala da esposa de Jean Sefood<sup>2</sup>, que estava no Brasil havia anos, e falava de forma fluída o idioma:

*Muito bem, nós estamos nessa entrevista também com a esposa do Jean, ela vai ficar aqui participando, se ela se lembrar de alguma coisa importante ela também pode participar. Ela está no Brasil menos tempo, um ano, quase um ano, né? Você pode falar o seu nome para nós?*

*Meu nome é Luana, eu sou haitiana, eu tenho um filho lá no Haiti, eu sou casada, eu tenho 31 anos.*

*Sirlei: Já está falando bem português!*

*Luana: Não.*

*Sirlei: Tem que falar bastante, quanto mais fala mais aprende, né, Jean? (SEFOOD, 2017).*

Na entrevista de Pierre e Jeana, verificam-se as dificuldades não só do aprendizado da língua portuguesa, mas do entendimento entre os indivíduos participantes da comunicação. Como Pierre coloca:

*A língua é uma dificuldade também [...]. Depois que mais, é quando faz uma coisa, um [vai a um lugar], você foi um lugar para pedir uma coisa, é quando falo com a gente assim não consegui, porque eu estango. Tem várias coisa eu não sabe (WOOD, 2017).*

O discurso, nesse ponto, não é culpar os imigrantes pelas escolhas fora de seu controle, pois esse tipo de argumento é manifestamente injusto. Em vez de buscar soluções para problemas reais, colocam-se recursos na abordagem de problemas imaginários. O problema imaginário é que os imigrantes haitianos, por

---

<sup>2</sup> Essa participante, Luana, não integrou a amostra total do estudo, pois, na entrevista de Jean, somente acompanhou o marido e pouquíssimo se manifestou por falar muito pouco o português, mas, atenta, fez parte de cada momento. A fala apontada aqui foi uma das suas intervenções, a qual acreditamos ser relevante para nossa análise. Por isso, sua inserção.

experiência própria, sabem que a vida no Brasil sem boa fluência da língua portuguesa é difícil. O que muitos entrevistados buscam é aperfeiçoar o português deles e, ao mesmo tempo, melhores oportunidades, de modo geral. As sociedades receptoras também têm dificuldades, nesse cenário especificamente o Brasil, de facilitar o aprendizado da língua portuguesa para os imigrantes haitianos.

Observa-se, na entrevista de Luther, por exemplo, que ele procura também melhorar sua interação com a comunidade receptora usando estratégias: *“Não, na verdade, quando eu cheguei, eu fui procuro trabalho, porque ainda não sabia conversar. Aí todo dia era pra mim assistir a algum filme, assistir, tentar ouvir alguma coisa, pra mim se adaptar”* (LUIZ, 2017).

Há diferentes estilos de aculturação. O estilo que envolve tentativas de se encaixar e participar plenamente da cultura convencional e, ao mesmo tempo, esforçar-se para manter a cultura do patrimônio é conhecido como integração. Esse estilo aparece nos relatos de Jean Michelet (2017) sobre como ele se relaciona com a cidade de Joinville. Jean utiliza a bicicleta como meio de locomoção para ir ao trabalho, na empresa Tupy. Compreende-se que Joinville, desde a década de 1970, vem ganhando destaque ante a difusão de meios alternativos de transporte. O hábito de pedalar é característico dos moradores de Joinville, bem como esta sedia o único museu da bicicleta da América Latina (BOING, 2014).

Nas relações com a comunidade e religiosidade, Jean informa que vai à igreja somente aos domingos e já conheceu os monumentos de Joinville:

*Naquele bairro lá que eu moro lá, é um lugar bacana, é um lugar bom. Importante para mim, e também o centro da cidade é ótimo, eu gostei de quase todo aqui em Joinville. Joinville é bom para morar, tem um clima bom também. Chove muito* (MICHELET, 2017).

A igreja torna-se uma espécie de segunda família para muitos imigrantes haitianos, pois muitos deles não têm família ou cônjuges no Brasil. De modo geral, conforme Ribas (2008), as afiliações religiosas são instrumentais na geração de redes usadas para facilitar a migração externa das comunidades de envio. Essa dinâmica religiosa tem implicações importantes para a interculturalidade e, principalmente, nos processos de imigração.

Quando a entrevistadora pergunta para Manouse François o que mais ela faz aqui para se divertir e passar o tempo, a entrevistada responde que vai à igreja: *“Meu Deus. Minha vida agora tá. Depois do trabalho, eu chego aqui e vou pra igreja*

*evangélica*” (FRANÇOAIS, 2017). Nos momentos de lazer, ela relata: “*Para passear, eu praticamente não saio*” (FRANÇOAIS, 2017). Sua rotina é trabalhar, ir para a igreja e ao curso na universidade: “*Ir para o curso. É porque segunda eu vou para a igreja, para uma reunião que faz também, terça vamos visitar pessoas. Orar, e tudo para elas. E quarta vou para o curso, e quinta vou também pra igreja. E é assim*” (FRANÇOAIS, 2017).

Manouse Françaais combina diferentes valores culturais. Suas estratégias de enfrentamento ao observar as experiências gerais de sua vida estão em uma lógica que não ocorre, porque sobressai na entrevista a experiência multicultural em eventos independentes ao longo de sua rotina, em busca da integração e do cultivo de suas próprias tradições. Quando questionada sobre por que vai para a igreja, Manouse narra: “*É porque eu tenho bastante, como diz, bastante grupos. Tem um que é só pra pessoas que são casadas. [...] Tem só pra cantar. E eu estou nos dois, é assim*” (FRANÇOAIS, 2017).

Verifica-se que Manouse Françaais não decidiu ir para a igreja em um cenário limitado em que a manifestação cultural e sua aplicação só podiam ser vivenciadas por imigrantes haitianos. A entrevistada lá pode compartilhar suas experiências com outras pessoas. Vê-se tal questão, por exemplo, quando ela informa que está inserida em vários grupos na igreja. Foi encontrado nos indicativos que as “práticas religiosas” e o “apoio das igrejas” são subsídios importantes na “adaptação cultural de imigrantes”, auxiliando na “integração com a comunidade local” e no apoio prestado a situações adversas (BECKER; BORGES; 2015, p. 7).

Para os haitianos entrevistados que estão separados de sua terra natal e de muitos parentes, a comunidade e a religião são um refúgio no sentido de que criam um sentimento de pertencimento e participação diante da perda e das tensões da adaptação (BECKER; BORGES, 2015). Como as comunidades e organizações religiosas fornecem um sistema abrangente de interação, bem como uma comunidade com que os imigrantes se reúnem e formam redes de apoio mútuo, elas propiciam um lastro psicológico que ajuda a melhorar os traumas do estabelecimento precoce e o encontro frequente com a discriminação.

Nesse sentido, é válido ressaltar que as igrejas e os templos proporcionam oportunidades de comunhão e amizade, geralmente em um ambiente cultural familiar, e são uma fonte de consolo e abrigo contra o estresse, os contratemplos e as dificuldades de aceitar a vida em um novo país. O envolvimento com a “igreja e

com as práticas religiosas, como a oração, parece funcionar como uma estratégia de enfrentamento do tipo religioso no processo de adaptação vivenciado” (BECKER; BORGES, 2015, p. 7).

Observa-se com frequência que os grupos religiosos são uma fonte alternativa de respeitabilidade para os recém-chegados, algo particularmente importante para os haitianos que sentem que lhes é negado reconhecimento social no Brasil. Nesse ponto, retorna-se à mensagem descrita por Manouse François (2017), que diz pertencer a vários grupos da igreja e, com isso, sentir o respeito dos demais membros. Jean Michelet (2017) informa que congrega em crioulo.

Para Becker e Borges (2015), os imigrantes, quando vão à igreja, podem reproduzir e reafirmar aspectos importantes das culturas de seu país de origem, como, por exemplo, incorporando práticas étnicas em cerimônias religiosas. Para Jean Michelet (2017), essa prática religiosa é vista, também, como um recordar de sua cultura de origem. Nas relações com a comunidade, ele relata que fez vários amigos e participa da recreativa<sup>3</sup> da empresa em que ele trabalha. Há ações de desenvolvimento das redes sociais de Jean Michelet que proporcionam socialização, no entanto a recordação é algo constante nas narrativas dos imigrantes, sejam positivas, sejam negativas, aspecto explorado na sequência.

## 6.5 O RECORDAR DA CULTURA DO PAÍS DE ORIGEM

Muitos imigrantes, como a maioria de seus antecessores, mantêm laços estreitos com seus países de origem e frequentemente permanecem envolvidos não apenas com a família, mas também com as nuances culturais pátrias. Não há problema em manter a comida, o idioma e a música que abarcam o viés cultural do país de origem para o migrante, uma vez que, ele conhecendo mais de um idioma, por exemplo, tem melhores oportunidades. Em suma, muitos indivíduos procuram manter os costumes tradicionais de sua terra natal (WEISSMANN, 2018).

---

<sup>3</sup> Nome comumente usado na cidade para as associações recreativas mantidas pelas empresas, para proporcionar lazer, esportes e demais serviços aos seus empregados. Nesse caso, a recreativa em questão é a Associação Atlética Tupy (AAT).

O recordar da cultura de origem leva a compreender que, com a presença do imigrante, há a construção permanente de ideias e imagens por meio das quais determinada comunidade percebe suas diferenças.

A categoria analisada sobre o recordar da cultura de origem enfatiza o respeito pelas variações e diferenças culturais. A paixão pátria, por exemplo, é claramente observada na entrevista de Shiller Pierre (2017). O entrevistado demonstra o que o Haiti representa para ele, quando a entrevistadora pergunta onde gostaria de viver, ao alcançar seu sonho: “*É, olha, não é voltar pro Haiti. Voltar pro Haiti eu não vou conseguir. É pior ainda, entendeu? É pior ainda de voltar pro Haiti. Não é por... Eu podia voltar pro Haiti, mas pra voltar pro Haiti eu vou precisar de ajuda de novo*” (PIERRE, 2017).

O relato cede lugar à compaixão diante do desejo dele e de como essa representação e esse sentimento pátrio podem ser frustrantes diante das dificuldades financeiras para vários imigrantes. Shiller Pierre (2017, grifo nosso) completa:

*Olha, eu acho que... Eu não sei, eu não sei o que eu vou escolher. Vou escolher meu país ou o lugar que eu realizei o meu sonho. Acho que eu posso ir e voltar, né, já que, já que eu vou ter uma vida mais ou menos, eu vou conseguir viajar pro meu país. Sei lá, hoje eu posso dizer, ah, tá, eu vou deixar meu negócio com, com as pessoas que tão trabalhando, então eu vou ficar um mês no meu país. Então eu vou ficar um mês aqui, onde eu realizei meu sonho. Entendeu? Daí eu acho que eu vou, eu vou viajando, eu acho. Ir pro meu país, volto de novo e volto. É que, sabe, eu não vou, não vou esquecer o meu país. Eu não posso esquecer meu país também. Às vezes eu tô imaginando, se hoje eu sei que aqui eu vou morrer amanhã, vou morrer amanhã, hoje eu vou no meu país. Pra morrer lá. Não vou aceitar de morrer aqui. [...] É no Haiti. Eu vou querer voltar no Haiti pra morrer lá. Eu sei que eu fico velho e tal, daí é meu sonho, já tô vendo minha família, meus filhos, tá tudo, tudo na mão já pra eles. Então, deixa eu vou pra lá, vou morrer no meu país. Entendeu? Já que não posso levá-los pra lá.*

De acordo com Souza (2019, p. 150), “ao investigar a imigração haitiana no tempo presente, lida-se com narrativas que, desse mesmo presente, aludem o tempo passado conhecido e experimentado, bem como o tempo futuro como espera de um porvir”. O relato de Shiller Pierre (2017) mostra o sentimento de pertencimento ao local. O apego que ele tem é por causa de uma identidade cultural muito forte com seu país natal (passado) e espera poder morrer no seu país (futuro). Conforme visto neste trabalho, na compreensão de Habermas (2002), a identidade exhibe certa quantidade de características distintivas acordadas pelos indivíduos que fazem parte do grupo.

De acordo com o exposto nesta investigação, Moya (2018) informa que há vários tipos de diáspora, mas todos partilham alguns atributos centrais, tais como: a ideia da memória compartilhada da região de origem, o compromisso de preservar a memória e a crença em um possível retorno.

Nessa esteira, pode-se verificar na entrevista de Manouse Françaais um trecho que merece destaque. Ao ser indagada sobre gostar muito do Haiti, mesmo estando longe há alguns anos do país, ela afirma: “*Bastante, mesmo assim*” (FRANÇOAIS, 2017). A recordação é perceptível na sua narrativa:

*Às vezes, para mim eu penso que tô lá, é porque, na verdade, é onde está toda sua família, toda sua lembrança, todos aqueles que você tinha, mãe, pai, especialmente filhos. Nunca vou esquecer, Nunca. [...] Na verdade, nunca, porque eu fiquei bastante tempo sozinha lá na República Dominicana, e agora aqui é difícil* (FRANÇOAIS, 2017).

No caso de Manouse Françaais, seu sentimento de saudade remonta o seu envolvimento familiar. Vê-se que tal sensação é reflexo da parte integrante de sua experiência de imigração em um novo destino. Especialmente, compreende-se que, quando os indivíduos pensam em si mesmos em termos de uma identidade social particular, as emoções experimentadas por causa dessa associação ao grupo a que eles pertencem podem se tornar importantes impulsionadores de atitudes e comportamentos intergrupos. Ao se aplicar tal raciocínio ao contexto extraído da entrevistada, constata-se que a família que está no Haiti, ao qual Manouse Françaais pertence, é frequentemente parte substancial de sua identidade social.

Os sintomas gerados pelo afastamento do indivíduo de seu país de origem são um dos principais desafios para as sociedades culturalmente diversas, uma vez que se vê a relevância dessa atenção diante do sentimento, tanto dos imigrantes quanto dos nativos, de sentir-se em casa na interação social entre si. Ao entender a nostalgia expressa pela entrevistada, ressalta-se que essa nostalgia é proposta como uma forma de proteger a continuidade da identidade do indivíduo, influenciando um renovado senso de identidade social, com base na conscientização das experiências passadas.

Ao tentar compreender o motivo do ar nostálgico evidenciado pela entrevistada, vê-se, conforme expõe Hall (1997), que os símbolos e eventos de seu grupo de pessoas do passado reestabelecem uma conexão simbólica que dá a sensação para Manouse Françaais de que seu eu social é duradouro. Isto é, que

não somente ela, mas o ser imigrante anseia, por natureza, os velhos tempos de seu país natal. Como tal, nesse cenário, é comum perceber que sentir saudade de seu país de origem é um meio de lidar com sua identidade ameaçada.

Como exposto neste estudo, a memória de uma sociedade é essencial para que sua identidade cultural não se perca com o passar do tempo. Logo, vê-se na entrevista de Jean Sefood (2017) que há o sentimento saudosista nas brincadeiras de infância dele:

*Brinquei com pipa. Como se chama isso, não sei. Como se chama aqui uma roda de bicicleta tira o pneu, o círculo de ferro, pega um pedaço de madeira para colocar lá e fazer correr na rua? E correr na rua. Isso se chama cerca, mas pode se dizer cerco. É como o pneu. Sabe aquele ferro que tinha no pneu da bicicleta? Tem que tirar todo o raio, deixar vazio, pegar o ferro que sobrou, numa forma de círculo, e jogar. Brincava com aquilo (SEFOOD, 2017).*

Quando a entrevistadora pergunta se Whistler Ermofils espera retornar para o Haiti, ele responde que gosta bastante de seu país de origem:

*E eu gosto muito de lá, mesmo o Haiti tendo dificuldade, muito problema. Lá na minha cidade é um lugar bem tranquilo para a gente morar. O bandido não tem como ir lá fazer nada, sabe, é uma ilha, tem praia e calor. Tem calor, mas não é muito calor. Sabe o vento que sai do mar? É muito bom (ERMOFILS, 2017).*

Whistler e os demais entrevistados citam constantemente seu senso de pertencimento ao país de origem e o amor pela terra natal, que é insistente e, de modo geral, o ponto principal das saudades dos imigrantes.

A compreensão de dimensões interculturais do processo de migração contemporâneo, suscitadas pelas múltiplas formas de interpretação realizadas nesse capítulo, demonstram que cada entrevistado mesmo sendo membro da mesma cultura, possui contexto e histórias de vidas distintas e que somente com a integração ocorre o processo de interculturalidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, a abordagem multifacetada fez parte do percurso. Na escrita dos capítulos, procurou-se cobrir uma gama de informações com o intuito de fornecer uma análise diferenciada para a compreensão do dimensionamento da interculturalidade no processo de imigração contemporâneo, por meio da análise das narrativas dos imigrantes haitianos na cidade de Joinville, objetivo central desta tese.

No decorrer da pesquisa, percebeu-se a interculturalidade como um sistema de relações e interações, remetendo a ideia de que (toda) a sociedade possui aspectos multiculturais. Ou seja, tem-se a coexistência de diferentes culturas, nacionalidades, assim como inúmeras classes sociais, gêneros, religiões, entre outros. O dimensionamento intercultural exposto nas entrevistas com os imigrantes haitianos pôde ser verificado quando se examinou a maneira pela qual esses grupos sociais administram suas diferenças em uma estrutura de participação coletiva, bem como no cotidiano das comunidades receptoras.

Os grupos sociais, em qualquer forma de organização social, são grupos de natureza cultural, social e ideologicamente identificados e com interesses comuns. Dessa forma, a interação dos imigrantes haitianos é baseada em uma estrutura de relações de dependência que alimenta, ajusta, atualiza, define e redefine a dinâmica das relações entre grupos.

Pensar na dimensão da interculturalidade em termos de questão histórica e sócio-anropológica excede em muito qualquer tentativa de abordar a enorme complexidade que a suporta. A multiplicidade de variáveis que intervêm em sua definição – histórica, política, econômica, social, antropológica ou cultural – necessita de extensão e do tratamento de um amplo conjunto de dados.

A contribuição concentrou-se fundamentalmente, portanto, nas tentativas de construir um discurso coerente com a realidade multicultural oriundo dos relatos dos imigrantes haitianos. Observou-se, *a priori*, que a tarefa de investigar os espaços sociais em que a interculturalidade aparece nos depoimentos dos imigrantes haitianos é um exercício cooperativo com outros estudos da área que abordam a questão da interculturalidade no processo migratório. Em uma perspectiva intercultural, ressalta-se que não há uma única cultura que defina completamente todos os grupos sociais que compõem e representam a sociedade diante do

processo migratório, já que esta se encontra sempre em busca de um equilíbrio frágil e, muitas vezes, dificultoso ocasionado entre tensões diversas: por um lado, a comunidade acolhedora e sua nuance cultural e, por outro, o imigrante, com seus valores e culturas enraizados em representações simbólicas de seu país de origem.

Nesse jogo de relações entre culturas que se cruzam, se misturam, se sobrepõem ou se opõem em espaços e instituições sociais complexos, nosso interesse em focar nas estratégias interculturais da imigração haitiana ao Brasil (processo que faz, de modo geral, com que cada indivíduo imigrante busque sua adaptação à realidade cultural brasileira) é entendido pela busca investigativa da exposição nas maneiras de adaptação e acomodação do imigrante aos costumes e de como percebe essa troca cultural para a cidade de Joinville.

Mergulhar em outro mundo cultural é um processo laborioso. As conexões interculturais expõem grandes barreiras para os imigrantes, bem como para a comunidade que acolhe os novos grupos, haja vista que a interculturalidade, em sua nuance, representa o espaço interacional e o contato entre indivíduos de culturas dissemelhantes.

Foi traçado um percurso pensando em verificar o papel da interculturalidade no processo migratório. Também, quis-se efetuar um levantamento dos principais referenciais teóricos que fundamentam a formação do processo de interculturalidade e migração contemporânea, abordando interdisciplinarmente diversos temas, entre eles a globalização, a comunicação intercultural, a adaptação cultural e as variações decorrentes desse processo. No segundo momento, propôs-se investigar o fenômeno migratório ante a dinâmica econômica do processo de globalização e as teorias existentes sobre migração e seus fluxos. Por último, analisaram-se, por meio de uma abordagem hermenêutica, entrevistas com imigrantes haitianos que fazem parte de um banco de narrativas de histórias de vida disponível no Laboratório de História Oral da Univille.

Esses objetivos foram sendo contemplados no processo de construção do trabalho. No primeiro capítulo, observou-se que o contexto do processo de formação da interculturalidade perspassa de forma condicionante pelas relações culturais globais e locais e influencia os fluxos humanos na atualidade. Esse movimento provoca reações à diversidade cultural, fazendo com que desponhem inquietudes sobre sociedade homogênea ou heterogênea.

Percebeu-se nessa abordagem que a cultura assumiu um papel de apoiador direto das dimensões econômicas, políticas, comunicacionais e sociais, já que todas as suas definições passam pelo viés cultural, assim como se descreveu no capítulo dois que a globalização transforma a cultura em mercadoria. Essa transformação pode se dar pelos aspectos relacionados à influência dos meios de comunicação e da indústria cultural.

O mundo torna-se cada vez menor e mais interconectado, e o volume de informação acarreta uma troca cultural sem medida. Essa troca estimula a formação das culturas híbridas, reforçadas pelo crescente fluxo migratório internacional do século XXI, provocando, assim, a dinâmica da globalização como fenômeno social. Atentando-se ao processo de formação de identidade do migrante, o seu *estar-no-mundo* revela a importância do sentimento de pertencimento ao seu país de origem, ou somente que ele existe e está inserido na sociedade. Essa inserção pode ser tanto individual quanto coletiva. Conforme o indivíduo convive com as sociedades multiculturais, acaba por questionar, ou melhor, assimilar, outras formas de convívio, outras culturas e, com isso, tornar-se uma identidade móvel.

Essa formação intercultural também pode ser observada quando, nos contextos cotidianos, ocorrem práticas comunicacionais, entrelaçadas com a perspectiva da adaptação intercultural. Essas práticas comunicacionais nos processos migratórios contemporâneos são derivadas principalmente da celeridade da globalização e das tecnologias de comunicação. Elas promovem desafios interculturais convergentes com os fluxos humanos em constante movimento ao gerar o contágio social entre os diferentes indivíduos e grupos, visando à diversidade, às relações e às interações dos agentes envolvidos.

Constatou-se, ao analisar os imigrantes haitianos, que eles podem se aculturar aos comportamentos locais por meio de processos de aprendizagem social, como a conformidade, potencialmente impedindo a migração de eliminar a variação cultural entre grupos. Uma análise dos conceitos de migração à luz de autores trabalhados no presente estudo sugere que a aculturação é comum, mudando, às vezes substancialmente, em direção aos valores culturais da sociedade adotada, no entanto há pouco entendimento da dinâmica em nível individual subjacente a essas mudanças em termos de população. Ou seja, o efeito da migração e da aculturação na variação cultural entre grupos é algo complexo de ser dimensionado.

Vê-se que a extensão da adaptação está diretamente ligada ao número de manifestantes com quem cada entrevistado se inter-relaciona. Logo, a adaptação resulta também do quanto os haitianos interagem de preferência com seus pares culturalmente semelhantes. Vê-se que as nuances culturais no grupo de imigrantes podem ser mantidas adicionalmente pelo aprendizado social enviesado pelos ganhos e, de maneira surpreendente, por exemplo, ao interpretar uma narrativa em que se averigua pouca aculturação do sujeito. Esta não se reduz diante do dimensionamento intercultural em toda a sua forma holística, uma vez que se compreende que a aculturação, independentemente de sua extensão e profundidade, é fundamental para manter quantidades realistas de diversidade cultural entre grupos.

Embora as entrevistas forneçam *insights* sobre a dinâmica potencial do dimensionamento intercultural no processo de imigração haitiana, especialmente em Joinville, tal imigração à cidade representa uma evolução cultural. Nesse ponto, destaca-se a necessidade de mais pesquisas sobre os entretos da troca de aprendizagem e as relações subjacentes que induzem mudanças em uma sociedade diante da junção com elementos culturais estrangeiros.

Os questionamentos gerados da exploração da dimensão intercultural no contexto dos imigrantes são: há um limite para o discernimento do quanto às práticas interacionais do imigrante se tornam parte da sociedade receptora? Até que ponto se concebe o equilíbrio da interação pela comunidade acolhedora? Assim, compreendem-se tais indagações como se houvesse uma margem daquilo que é ou não é recíproco, interpondo não o modo de se estabelecer essa ponte, e sim o limiar dessa rede na interculturalidade.

Com o crescente aumento da globalização, a necessidade de se comunicar de maneira mais eficaz entre as culturas torna-se relevante em um mundo hiperconectado, contudo essa atmosfera conectada apresenta oscilação com a sua constituição, ao evidenciar que uma parcela da população representa aqueles que ainda são desconectados, com receio de aceitarem os diferentes como parte dessa aldeia global. Dessa forma, é essencial aprender como entender melhor as perspectivas culturais estrangeiras e como fazer acomodações e interações nessa relação de troca cultural. Em síntese, culturas diferentes veem as coisas de maneira diversa, uma vez que os valores culturais contrastantes e padrões de pensamento

podem levar duas pessoas a ver a mesma imagem e a descrevê-la de maneiras fundamentalmente distintas.

Para chegar até esse ponto, aportes teóricos contribuíram com todo o percurso da investigação do fenômeno migratório, sendo observados nos capítulos 4 e 5 como a evolução dos estudos a respeito de migrações acarreta uma ótica interdisciplinar, tendo em vista o aspecto do processo de globalização, mas principalmente as teorias existentes sobre migração e seus fluxos.

Essas teorias englobam a formação de fatores explicativos para a migração, cuja questão central se pauta no aspecto econômico do processo, ao analisar as questões microindividuais, com foco no âmbito das decisões individuais do migrante, derivadas da maximização da utilidade da sua escolha, averiguando os custos e lucros do processo migratório. Enquanto isso, as questões macroestruturais são traçadas em contexto global, levando em consideração o contexto histórico e a interligação com outros tipos de intercâmbio, formadas por um conjunto de teorias complementares, indo na direção de uma migração transnacional.

A migração é fomentada pelas redes migratórias, e a decisão acaba sendo influenciada pela família, por amigos e pelas tecnologias de informação, que provocam a interação entre o local de origem do migrante e o de destino, fazendo a mediação entre atores individuais (micro) e forças estruturais maiores (macro). Nas entrevistas analisadas, o fator das tecnologias da informação destacou-se entre os entrevistados, pois a decisão de migrar, assim como o percurso a ser realizado, como proceder no local de chegada, a quem procurar, aparece nas narrativas como as principais práticas comunicativas utilizadas pelos imigrantes haitianos.

Ao analisar as entrevistas realizadas pelo grupo de pesquisa e dimensionadas no percurso metodológico descrito na introdução, pôde-se chegar a múltiplas interpretações. Estas foram elencadas no capítulo 6 por meio das categorias definidas. Observou-se que a própria análise hermenêutica de profundidade das entrevistas fez com que a autora percebesse as importantes sutilezas da conversa, mostrando inúmeras interpretações, até mesmo aquelas que vão contra a própria tese, uma vez que os grupos podem transformar simples mal-entendidos em estilos de comunicação e processos de pensamentos e conflitos. Por isso, na análise, houve atenção às palavras, nas falas ditas nas entrelinhas das transcrições, na compreensão do processo de pensamento e no contexto em vários graus. Essa preocupação desempenhou papel crítico na própria comunicação intercultural.

Cabe destacar que, ao trabalhar com a análise hermenêutica de profundidade, procurou-se desconstruir as formas simbólicas escritas e narradas e fazer com que as falas identificadas nas entrevistas tivessem várias interpretações, fosse para uma análise sobre suas narrativas de vida e pensamentos futuros, fosse sobre como a interculturalidade é abordada no seu cotidiano de imigrante e em Joinville muitas vezes sem nem mesmo perceber.

Verifica-se, portanto, a excelente oportunidade de desenvolvimento desse aspecto intercultural na sociedade joinvilense, em função dessa troca. Tais interações estão no convívio com a sociedade, com esses grupos culturais considerados diferentes. Assim, busca-se a ampliação da visão de mundo. Destarte, a partir do momento em que um indivíduo nota que há diferenças e desigualdades, especialmente sobre o processo migratório, tal percepção contribui para a perspectiva de uma sociedade cada vez mais global, uma sociedade que aceita as diferenças, uma sociedade em que cada indivíduo aprende todos os dias em seu cotidiano, aprendizado que traz à luz a sensibilidade do ser e com isso seu crescimento enquanto ser humano.

A interação com a diversidade cultural promove um caminho de convivência com o imigrante, bem como compreende a situação dele, fazendo com que o imigrante integre a sociedade a que ele está chegando e que a comunidade receptora entenda as suas dificuldades, tais como se identificar, interagir e conversar. Foi possível notar nas análises que a comunidade receptora tem dificuldade de receber os imigrantes, seja pela barreira da língua, seja por causa da própria cultura e da sua manifestação cultural.

Assim sendo, buscou-se evidenciar a dimensão intercultural em um mundo cada vez mais conectado e, ao mesmo tempo, desconectado em aspectos sociais e políticas públicas, sendo importante considerar que temos desenvolvimentos em relação a essa noção que não estão acabados, mas em franco processo de construção.

Após esta investigação, veem-se oportunidades para a produção de conhecimento científico sobre as minúcias da imigração haitiana em Joinville, e poderiam ser aprofundados estudos que se concentrem na tomada de decisões, em outras formas simbólicas e em barreiras no nível individual do imigrante, para fornecer informações relevantes sobre as experiências deles e fomentar políticas públicas nessa área.

Ainda há muito para se pesquisar e esmiuçar sobre a questão da interculturalidade e da migração. Que existem desdobramentos possíveis, nem cogitados no início do estudo, que fornecem estímulos ao pesquisador na composição de conhecimentos para a construção de espaços cada vez mais humanizados e igualitários.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALSINA, Miquel R. Cuestionamientos, características y miradas de la interculturalidad. **Sphera Publica**, Múrcia, n. 4, p. 53-68, 2004.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **Cartagena+30: países da América Latina e o Caribe adotam plano de Ação Comum**. Brasília: ACNUR, 2014. Disponível em: <<https://www.acnur.org/cartagena30/pt-br/cartagena30-paises-da-america-latina-e-o-caribe-adotam-plano-de-acao-comum/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, v. 80, p. 71-96, 2010.

ALVES, Patrícia Villen Meirelles. **Imigração na modernização dependente: “braços civilizatórios” e a atual configuração polarizada**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

\_\_\_\_\_. Brasil, país de expulsão? Desemprego e emigração no Brasil. Dossiê emprego e profissões. Nov. 2018. Disponível em < <http://www.comciencia.br/brasil-pais-de-expulsao-desemprego-e-emigracao-no-brasil/>>. Acesso em 23.mar.2020

ALVES, Zélia M. M. B.; SILVA, Maria Helena G. F. D. da. Análise qualitativa das entrevistas: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 1992.

ANDERSON, Linda E. A new look at an old construct: Cross-cultural adaptation. **International Journal of Intercultural Relationship**, v. 18, n. 3, p. 293-328, 1994.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa.)

APPADURAI, Arjun. **Dimensões culturais da globalização**. A modernidade sem peias. Lisboa, Portugal: Teorema, 2004.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. *In*: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 311-328.

ARAÚJO, Richard de. Imigrantes marcham pela igualdade de direitos no Brasil. **Global Voices**, 2012. Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2012/12/14/imigrantes-marcham-pela-igualdade-de-direitos-no-brasil/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AVILA, Otávio. **O Haiti em Curitiba: um olhar interpretativo das práticas comunicativas dos haitianos no novo território**. 2016. Dissertação (Mestrado em

Comunicação) - Programa de Pós-Graduação e Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

\_\_\_\_\_. **Conceitos fundamentais dos estudos migratórios e a comunicação intercultural.** VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2018.(s.p.).

BAENINGER, Rosana e PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista brasileira de Estudos Populares.** Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BAENINGER, Rosana; DEMETRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice. Imigração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 17-40, jan/abr. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2236-99962020000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962020000100017&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 mar. 2020.

BAENINGER, Rosana. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Campinas: Núcleo de Estudos de População (Nepo)/Unicamp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Migrações Internacionais no século 21:** desafios para uma agenda de pesquisa. *In:* CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima. **Anais [...].** 2014.

\_\_\_\_\_. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In. LUSSE, Carmem (org) **Migrações internacionais:** abordagens de direitos humanos. Série Migrações. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p.13-30.

BALIBAR, Etienne, WALLERSTEIN, Immanuel. **Raça, nação e aula.** Madri, 1991

BARALDI, Camila B. F. **Migrações Internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana:** o prisma do Brasil e da integração sul-americana. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BARBER, Benjamin. **Strong democracy participatory politics for a new age.** Berkeley: University of California Press, 2003.

BAYLIS, John; SMITH, Steve. **The globalization of world politics:** an introduction to international relations. Oxford: Oxford University, 1998.

BECK, Ulrich. **O que é a globalização?** Equívocos do globalismo, respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva:** política, tradição e estética na ordem social moderna. Madri: Aliança Editorial, 2008.

BECKER, Ana Paula Sesti; BORGES, Lucienne Martins. Dimensões psicossociais da imigração no contexto familiar. **Boletim da Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 35, n. 88, p. 126-144, jan. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-711X2015000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2015000100009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 abr. 2020.

BECKER, Gary. S. **Human Capital**: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. Chicago, University of Chicago Press, 3 ed., 1993, 390 p.

BENNETT, Milton J. Becoming interculturally competent. *In*: WURZEL, J.S. (Org.). **Toward multiculturalism: a reader in multicultural education**. Newton, MA: Intercultural Resource Corporation, 2004. Disponível em <[https://www.idrinstitute.org/wp-content/uploads/2018/02/becoming\\_ic\\_competent.pdf](https://www.idrinstitute.org/wp-content/uploads/2018/02/becoming_ic_competent.pdf)>. Acesso: Jan.2020.

BERRY, John W. A critique of critical acculturation. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 33, p. 361-371, 2009.

BOING, Eliziane M. **Uma discussão sobre a paisagem cultural em Joinville/SC**. Joinville: Editora Univille, 2014.

\_\_\_\_\_. ELHAJJI, M. Consumo: uma prática de comunicação dos imigrantes haitianos na cidade de Joinville (SC). **Caderno de resumos**. VI Simpósio de Pesquisa sobre Migrações. Rio de Janeiro, UFRJ, Périplos, 2018. p. 171-184.

BORJAS, George. J. *Economic theory and international migration*. *International Migration Review*. v. 23, n. 3, Special Silver Anniversary Issue: International Migration an Assessment for the 90's, autumn/1989, p. 457-485.

BOYD, Monica. Redes les e pessoais na migração internacional: desenvolvimentos recentes e novas agendas. **International Migration Review**, v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.

BRANCO, Glória. Joinville: a nova cidade dos príncipes do Haiti. **MigraMundo**, 2015. Disponível em <<https://www.migramundo.com/joinville-a-nova-cidade-dos-principes-do-haiti/>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Estatuto do Estrangeiro**: regulamentação e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 104 p.

\_\_\_\_\_. **Lei n.º 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Estatuto do Estrangeiro. Brasília, 1980. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm)>. Acesso em: 13 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Dados 2016**. Disponível em <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao>>. Acesso: mar.2019.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/busca?searchword=MINUSTAH&searchphrase=all>>. Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Nova lei de Imigração**. Lei n.º 13.445, de 24 de maio de 2017. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm)>. Acesso em: jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso: Jul.19

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: jun. 2018.

BRETTEL, Caroline. B.; HOLLIFIELD, James. F. Introduction. In: **Migration Theory: Talking Across Disciplines**. BRETTEL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (editores). New York, Routledge, p.1-26, 2000.

BRZOZOWSKI, Jan. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 137-156, 2012.

BURAWOY, Michael. A função e reprodução do trabalho migrante: material comparativo da África Austral e dos Estados Unidos. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 1031-1042, 1976.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Madri: Akal, 2010.

BURNS, Meter. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos. 2002

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015b.

\_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015c.

CANTLE, Ted. **Interculturalism: for the era of cohesion and diversity**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2012.

CARENS, Joseph H. Estrangeiros e cidadãos: o caso das fronteiras abertas. **Review of Politics**, v. 49, n. 2, p. 251-273, 1987.

CARTER, S. B.; SUTCH, R. Perspectivas históricas sobre as conseqüências econômicas da imigração para os Estados Unidos. In: HIRSCHMAN, C.; KASINITZ, P.; DEWIND, J. (orgs.). **O manual de migração internacional: a experiência americana**. Nova York: Russell Sage Foundations, 1999. p. 319-341.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-288.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, 2.)

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.v.1

\_\_\_\_\_. Internet e sociedade em rede. *In*: MORAES, Dênis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 255-288.

CASTLES, Stephen. Entendendo a Migração Global: uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília. vol. 18, núm. 35, Julio-diciembre, 2010, pp. 11-43.

\_\_\_\_\_. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

\_\_\_\_\_. Migração e minorias na Europa. Perspectivas para os anos 90: Onze hipóteses. *In*: WRENCH, John; SOLOMON, John. (orgs.). **Racismo e migração na Europa Ocidental**. Oxford: BERG, 1993. p. 17-34.

\_\_\_\_\_. Understanding global migration: a social transformation perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, n. 10, 2010.

\_\_\_\_\_; KOSACK, Godula. A função de imigração laboral no capitalismo da Europa Ocidental. **New Left Review**, v. 73, p. 3-21, 1972.

\_\_\_\_\_; MILLER, Mark J. **The age of migration: international population movements in the modern world**. 4. ed. New York: Palgrave MacMillan, 2009.

CAVALCANTI, Leonardo; *et al* (orgs). A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. **Relatório Anual 2019**. Caderno: Imigração e Refúgio no Brasil. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra 2019.

\_\_\_\_\_, *et al* (orgs). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2017.

CHAVES, Helena Lúcia. A. **Globalização e ideologia: uma análise sobre a dimensão ideológica do processo de globalização**. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

COELHO, Ilanil. **Pelas tramas de uma cidade migrante: Joinville, 1980-2010**. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_. **Pelas tramas de uma cidade migrantes**. Joinville: Ed. Univille, 2011.

COGO, Denise. A comunicação cidadã sob o enfoque transnacional. **Intercom Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 81-103, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. *In*: \_\_\_\_\_. **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 43-66. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/10/diasporas-migrac3a7c3b5es-tics.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Comunicação e migrações transnacionais: o Brasil (re)significado em redes migratórias de haitianos. **Revista de Estudos Universitários**, v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php?journal=reu&page=article&op=view&path%5B%5D=2130>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Haitianos no Brasil – comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Chasqui Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito, n. 25, p. 23-32, mar. 2014. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.com/index.php/chasqui>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **Mídia e cidadania das migrações transnacionais no Brasil**. p.103-126. *In*: Migrações e direitos humanos: problemática socioambiental. Lajeado: Ed. da Univates, 2018.

\_\_\_\_\_. Mídia, alteridade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. **Anais...** 2015. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria\(1\)\\_2754.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos20015-comautoria(1)_2754.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019

\_\_\_\_\_; BADET, Maria. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores: migrantes no Brasil**. Bellaterra, Espanha: Institut de la Comunicació de la UAB; São Leopoldo, Brasil: Instituto Humanitas da Unisinos, 2013.

COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES; MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Perfil Migratório do Brasil**. 2009.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIG). **Ações do Conselho Nacional de Imigração: políticas públicas para migração**. Brasil: CNIG, 2014. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/acoes-do-cnig>>. Acesso em: jul. 2018.

COOLEY, Charles H. The development of sociology at Michigan. *In*: \_\_\_\_\_. ANGELL, Robert C. (orgs.). **Sociological theory and social research: being selected papers of Charles Horton Cooley**. Nova York: Holt, 1930. p. 3-14.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DANTAS, Sylvia. Saúde mental, interculturalidade e imigração. **Revista USP**. São Paulo, n. 114, p. 55-70, julho/agosto/setembro 2017.

DE HAAS, H. **Migration transitions**: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration. Oxford: International Migration Institute, 2010. (Working Papers Series, v. 24.)

DIAS, Nuno. Imigração, patrimônios culturais e coesão social em contexto de superdiversidade: estudo de caso de uma abordagem participativa na Freguesia de Arroios. **Cidades**, Lisboa, n. 39, p. 129-140, dez. 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2182-30302019000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302019000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jan. 2020.

DIASPOTICS: Migrações Transnacionais & Comunicação Intercultural. **Fluxos e rastros da condição “diaspótica”**. Diaspotics: Migrações Transnacionais & Comunicação Intercultural. Disponível em: <<https://diaspotics.org/>>. Acesso em: Jul. 2020.

ELHAJJI, Mohammed ; ESCUDERO, Camila. *Webdiáspora*: migrações, TICS e memória coletiva. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. **Anais...** Brasília: COMPÓS, 2015. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2015\\_autores\\_2759.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/compos2015_autores_2759.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_.; MALERBA, João P. Dos usos comunitários da webradiofonia no contexto migratório transnacional. *REMHU*, **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**. v. 14, n. 46, p. 109-127, jan.-abril 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852016000100109&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852016000100109&script=sci_abstract)>

\_\_\_\_\_. Comunicação intercultural: apontamentos analíticos. **Contemporânea**, n. 4, p. 52-60, 2005. Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_04/contemporanea\\_n04\\_05\\_Mohmmad.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_04/contemporanea_n04_05_Mohmmad.pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. **Esferas**, v. 1, p. 145-151, 2014. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/4632/3249>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. **Revista de Economía Política de la Tecnologías de la Información y de la Comunicación**, v. 13, n. 2, 2011.

\_\_\_\_\_. Migrantes, uma minoria transacional em busca da cidadania universal. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: Compós, 2016. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/biblioteca/cidadaniauniversal\(comnome\)\\_3282.pdf](http://www.compos.org.br/biblioteca/cidadaniauniversal(comnome)_3282.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. **Interin**, v. 22, p. 203-220, 2017. Disponível em: <<http://seer.utp.br/index.php/i/article/viewFile/568/529>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro – Montreal: Conexões transnacionais / Ruídos interculturais. *In: Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 31-42. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/10/diasporas-migrac3a7c3b5es-tics.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Comunicação Intercultural: Prática social, significado político e abordagem científica. **COMPÓS** -Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto de 2006 - 2/16. Disponível em <[www.compos.com.br/e-compos](http://www.compos.com.br/e-compos)>. Acesso: Fev.2020

\_\_\_\_\_. Comunidades diaspóricas e cidadania global: o papel do intercultural. **ESFERAS** - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, v. 01, p. 145-151, 2014.

\_\_\_\_\_. HUERTAS, Amparo; COGO, Denise (orgs.). **Diásporas, migraciones, tecnologías de la comunicación e identidades trasnacionales**. Barcelona: Bellaterra; Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. v. 1. Disponível em: <<http://incom.uab.cat/diasporas/por/index0.html>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

ERMOFILS, Whistler. **Whistler Ermofils**: entrevista [15 fev. 2017]. Joinville, 15 fev. 2017. Entrevistadores: Sirlei de Souza e Ilanil Coelho.

ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS (EACDH). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. EACDH, 1948. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

ESCUADERO, Camila. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FAJARDO, Luís. O que aconteceria se não houvesse limites a imigração? **BBC News Brasil**, 2015. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151001\\_barreiras\\_imigracao\\_rm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151001_barreiras_imigracao_rm)>. Acesso em: 21 mar. 2020.

FEATHERSTONE, Mike. A globalização da complexidade: pósmodernismo e cultura de consumo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, p. 105-124, 1996.

FELDMAN-BIANCO, Bela; *et al.* **Dossiê intitulado Imigração Haitiana no Brasil**: Estado das Artes PERIPLOS | GT CLACSO - Migración Sur-Sur | Volume 01 - Número 01. OBMigra, 2019.

FERRARI, Maria A. Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios. *In*: MOURA, Cláudia P. de; FERRARI, Maria A. (orgs.). **Comunicação, interculturalidade e organizações: faces e dimensões da contemporaneidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 43-64.

FICKER, Carlos. **História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca**. 3. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FLEURI, Reinaldo Matias. Palestra. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE, 5., 2005. **Anais** [...]. Disponível em: <[www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri\\_2005\\_recife\\_resumo\\_e\\_texto\\_completo.pdf](http://www.paulofreire.org.br/Textos/fleuri_2005_recife_resumo_e_texto_completo.pdf)>. Acesso em: ago. 2019.

FRANÇA, Maria. S. C. **Xavante, pioneiros e gaúchos: relatos heróicos de uma história de exclusão em Nova Xavantina**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

FRANÇOAIS, Manouse. **Manouse Françaais: entrevista** [26 maio 2017]. Joinville, 26 maio 2017. Entrevistadora: Sirlei de Souza.

FRANKEN, Ieda; COUTINHO, Maria da P. de L.; RAMOS, Natália. Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 419-427, out-dez. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2009000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2009000400002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 abr. 2020.

FREUND, Alexander. História oral como processo gerador de dados. **Tempos Históricos**. v. 17. p.28-62. 2013.

FRÓIS, K. P. Globalização e cultura a identidade no mundo de iguais. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 62, dez. 2004.

GADINI, S. L.; REIS, T. A. A cultura na era da globalização: as ressignificações culturais nos espaços locais. **Razón y Palabra**, v. 20, n. 4, p. 151-161, 2016.

GASANA, Faustin. **Irregular migrants structural vulnerability and survival strategies: a case study in Bergen area**. Thesis (Master thesis in Migration and Intercultural Relations) – University of Stavanger, Stavanger, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 2003.

GHOSH, B. Rumo a um novo regime internacional para movimentos ordenados de pessoas. *In*: **Gerenciando a migração: hora de um novo regime internacional?** Oxford: Oxford University Press, 2000. Capítulo 1.

GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Sociology**. Oxford: Polity Press, 1990.

GIL, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, José Ângelo W. **Fast-Food**: um estudo sobre globalização alimentar. Salvador: EDUFBA, 2010.

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GONÇALVES, Paulo Cesar. **Mercadores de braços**: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo. São Paulo: Alameda, 2012.

GREGORY, Joel W.; PICHÉ, Victor. Migração de retorno africana: passado, presente e futuro. **Marxismo Contemporâneo**, v. 7, p. 169-183, 1983.

GUIMARÃES, J. Gerardo M. **Repensando o folclore**. Barueri: Manole, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HACKRADT, Lucas. O que é interculturalidade? Entrevista concedida por Milton J. Bennett para a revista *Época*. **Foco Intercultural**, 2013. Disponível em: <<https://focointercultural.wordpress.com/2013/10/02/teste5/>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso: Jan.2020

HALL, Edward. T. **The silent language**. New York: Anchor Press. 1975.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**. 1997. Disponível em: [http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda\\_2011\\_02.pdf](http://www.gpef.fe.usp.br/teses/agenda_2011_02.pdf). Acessado em: 10 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HANDERSON, J. **Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HANNERZ, Ulf. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chaves da antropologia transnacional. **Maná**, 3(1): p. 7-39, 1997.

HOFSTEDE, Geert H. **Culturas e Organizações**: Compreender a nossa Programação mental. Portugal, Sílabo, 2003.

HORTA, Carlos Felipe de Melo Marques (coord.). **O grande livro do folclore**. Belo Horizonte: Leitura, 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

HUYNH, Que-Lam *et al.* Bicultural identity integration. *In: SCHWARTZ, Seth J. et al.* (orgs.). **Handbook of identity theory and research**. Nova York: Springer, 2011

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ÍNDICE BIG MAC. **Dicionário Financeiro**. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/big-mac-index/>>. Acesso em: fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. IBGE. 2010. <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: jul.2019

\_\_\_\_\_. **Panorama:** população. IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/joinville/panorama>>. Acesso em: nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Estimativa da população de Joinville**. IBGE, 2017. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa\\_tcu.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm)>. Acesso em: ago. 2019.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Haitianos no Brasil:** dados estatísticos, informações e uma recomendação. Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <[http://www.migrante.org.br/images/Haitianos\\_dados%20PF\\_CNIg%20-%20Recomendao%20de%20Registro%201.pdf](http://www.migrante.org.br/images/Haitianos_dados%20PF_CNIg%20-%20Recomendao%20de%20Registro%201.pdf)>. Acesso em: jul. 2019.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. A lei migratória e a inovação de paradigmas. *In: MOREIRA, E. et al.* Refúgio, migrações e cidadania. **Cadernos de Debates**, v. 12, n. 12, 2017.

JIMÉNEZ, Carla. Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13, 5 milhões de miseráveis. **El País**, São Paulo, 6 nov. 2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315\\_913111.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html)>. Acesso em: 30 jan. 2020.

JOINVILLE. Fundação IPPUJ. **Joinville:** Cidade em Dados. Joinville, 2019. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/JoinvilleCidade-em-Dados-2016.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2019.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

KIM, Young Y. **Becoming intercultural:** an integrative theory of communication and cross-cultural adaptation. Thousand Oaks: Sage, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cross-cultural adaptation: an integrative theory.** Thousand Oaks: Sage, 1995.

\_\_\_\_\_; GUDYKUNST, William B. (orgs.). **Methods for intercultural communication research.** Beverly Hills, Londres, Nova Déli: Sage, 1984.

KLOPF, Donald W. **Intercultural encounters: the fundamentals of communication.** Englewood: Morton, 1987.

KLUVER, R.; FU, W. The cultural globalization index. **Foreign Policy**, 2004. Disponível em: <<http://www.foreignpolicy.com>>. Acesso em: 18 jan 2020.

KOESTER, Jolene; OLEBE, Margaret. The behavioral assessment scale for intercultural communication effectiveness. **International Journal of Intercultural Relations**, v. 12, p. 233-246, 1988.

KOJIMA, Lina. **Migração Repetitiva entre o Brasil e o Japão.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KRISSMAN, Fred. Sin coyote ni patro? Por que a rede de migrantes: falha em explicar a migração internacional? **International Migration Review**, v. 39, n. 1, p. 4-44, 2005.

LANFRONT, Roland. **Roland Lanfront: entrevista** [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: Campus Bom Retiro da Univille, 2016.

LEE, Everett S. A theory of migration. **Demography**, v. 3, n. 1, p. 47-57, mar. 1966.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOPES, Luís C. **O culto às mídias: interpretação, cultura e contratos.** São Carlos: Ed. UFSCar, 2004.

LUIZ, Luther Jean. **Luther Jean Luiz: entrevista** [14 abr. 2017]. Joinville, 14 abr. 2017. Entrevistadora: Sirlei de Souza

MAGALHÃES, Luís Felipe A. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti.** Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

\_\_\_\_\_. O Haiti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haitianos em Balneário Camboriú – SC. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 223 – 256. jan./jun. 2014.

MALVENTANO, Alessandro. **Globalização e homogeneização cultural.** Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo) – Faculdade de Comunicação e Marketing, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2018.

MANCEBO, Deise. Globalização, Cultura e Subjetividade: Discussão a partir dos meio de comunicação de massa. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Set-Dez 2002, Vol. 18 n. 3, pp. 289-295.

MARCONI, Marina de A; PRESOTTO, Zélia M. N. **Antropologia: uma introdução**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARINUCCI, Roberto. **Paradigmas de políticas migratórias e o Brasil**. Brasília: CSEM Centro Escalabrino de Estudos Migratórios, 2012.

MARTIN, Hans-Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social**. Lisboa: Terramar, 2000.

MARTINE, George. A globalização inacabada. Migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MASSEY, Douglas. *et al.* Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2938462?seq=1>>. Acesso em: 19 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento econômico e migração internacional em perspectiva comparativa. **Population and Development Review**, v. 14, n. 3, p. 383-413, 1988.

\_\_\_\_\_. Estrutura social, estratégias domésticas e a causa cumulativa da migração. **Population Index**, v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.

MEAD, G. H. The social self. *In*: RECK, A. J. (org.), **Selected writings: George Herbert Mead**. Indianápolis: Bobbs-Merrill, 1964. p. 142-149.

MEIO & MENSAGEM. Coca-Cola transforma fogos em canudos. **Meio & Mensagem**, 5 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2015/01/05/coca-cola-tranforma-fogos-em-canudos.html>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

MICHELET, Jean. **Jean Michelet**: entrevista [28 abr. 2017]. Joinville, 28 abr. 2017. Entrevistadora: Sirlei de Souza

MICHELS, M. **Cognição e cultura**: um diálogo interdisciplinar sobre o Lakou haitiano e suas manifestações na condição migrante. Joinville: UNIVILLE, 2018

MIGRAMUNDO EQUIPE. Marcha dos Imigrantes e Refugiados 2019 acontece em 1.º de dezembro na Paulista. **MigraMundo**, 30 out. 2019. Disponível em: <<https://www.migramundo.com/marcha-dos-imigrantes-2019-acontece-em-1o-de-dezembro-na-paulista/>>. Acesso em: 3 abr. 2020.

MILESI, Rosita. Por uma nova lei de migrações: a perspectiva dos direitos humanos. *In*: MOREIRA, Elaine *et al.* **Refúgio, migrações e cidadania**. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2007. p. 77-96.

MILESKI, André. Companhias aéreas dos EUA são as donas do céu hoje. **Exame**, 14 out. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/companhias-aereas-dos-eua-sao-as-donas-do-ceu-hoje/>>. Acesso em: mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOREIRA, Assis. Fluxo de remessas de emigrantes pode chegar a US\$ 616 bi. **Valor Econômico**, 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/coluna/fluxo-de-remessas-de-emigrantes-pode-chegar-a-us-616-bi.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MOURA, Cláudia P. de; LOPES, Maria Immacolata V. de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MOYA, José. Migration and the historical formation of Latin America in a global perspective. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 20, n. 49, p. 24-68, dez. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222018000300024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222018000300024&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jan. 2020.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. **OIT: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO**. DISPONÍVEL EM: <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>>. ACESSO EM: 12 DEZ. 2019.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cosmopolitan communications: cultural diversity in a globalized world**. Nova York: Cambridge University Press, 2009.

O ESTRANGEIRO. De estrangeiros a cidadãos. **O Estrangeiro**, 2014. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2014/09/12/de-estrangeiros-a-cidadaos/>>. Acesso em: fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Brasil e os direitos humanos dos imigrantes. **O Estrangeiro**, 2012. Disponível em: <<https://oestrangeiro.org/2012/12/15/direitos-humanos-dos-imigrantes-no-brasil/>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

OLIVEIRA, Adriana C. de. Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil sob o prisma histórico. *In*: ZIERMAN, Artur (org.). **Impacto dos fluxos imigratórios recentes no Brasil**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2017.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 171-179, abr. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982017000100171&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jan. 2020.

OLIVEIRA, Grazielle; Coronato, Marcos. Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. **Época**, 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>>. Acesso em 2 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **International Migration 2019**. Disponível em: <[https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/MigrationStock2019\\_Wallchart.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/wallchart/docs/MigrationStock2019_Wallchart.pdf)>. Acesso em: fev. 2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Gabinete das Nações Unidas. Alto-Comissário para Direitos Humanos. **Convenção Internacional sobre Trabalhadores Migrantes e seu Comitê**. ONU, 1990. (Boletim Informativo n. 24.) Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/917816.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Unesco, 2002. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaratio\\_n\\_cultural\\_diversity\\_pt.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaratio_n_cultural_diversity_pt.pdf)>. Acesso em: fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Resumo do Relatório Mundial. 2009. Disponível em <[http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r\\_edh/relatorio\\_unesco\\_cultura.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/r_edh/relatorio_unesco_cultura.pdf)>. Acesso: fev.2020

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**: Adotada e proclamada pela Resolução n.º 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Unesco, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Escritório no Brasil. **Trabalhadores Migrantes**. n. 97(1), 1949.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Informe sobre las migraciones en el mundo 2013: el bienestar de los migrantes y el desarrollo**. 2013. Disponível em: <[http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main\\_page=product\\_info&cPath=37&products\\_id=1019&zenid=3piouecbtuhq3lm9ol43qllvc4](http://publications.iom.int/bookstore/index.php?main_page=product_info&cPath=37&products_id=1019&zenid=3piouecbtuhq3lm9ol43qllvc4)>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ORGANIZACIÓN EN ESTADOS IBEROAMERICANOS (OEI). **Formación en administración y gestión cultural**. 1997-1998. Disponível em: <<http://www.campus-ei.org/cult002.htm#Multicult>>. Acesso em: abr 2018.

ORTIZ, Renato. Diversidade cultural e cosmopolitismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 47, p. 73-89, ago. 1999.

PALMER, Richard E. **Hermenêutica**. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2006.

PARSONS, Talcott. Cooley and the problem of internalization. *In*: REISS, Albert J. (org.). **Cooley and sociological analysis**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1968. p. 48-67.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

\_\_\_\_\_. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 2006.

\_\_\_\_\_. Brasil: país de imigração? **E-Metrópolis**, v. 3, n. 9, p. 1-18, 2012.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações**: teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: Socius, 2004.

PELLEGRINO, Adela. La migración internacional en América Latina y el Caribe: tendencias y perfiles de los migrantes. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas, 2003. (Serie Población y Desarrollo, 35.)

PIERRE, Shiller. **Shiller Pierre**: entrevista [18 jun. 2016]. Entrevistadora: Sirlei de Souza. Joinville: Associação de Moradores do Comasa do Boa Vista, 2016

PIETERSE, Jan Nedervee. **Decolonization of the imagination**: culture, knowledge and power. Omaha: University of Nebraska, 1997.

PIORE, Michael. **Birds of passage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, Alejandro. Convergências teóricas e dados empíricos no estudo do transnacionalismo imigrante. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 69, p. 73-93, 2004.

\_\_\_\_\_. Migração e desenvolvimento: reconciliando visões opostas. **Ethnic and Racial Studies**, v. 32, n. 1, p. 5-22, 2009.

\_\_\_\_\_. Modos de incorporação estrutural e teorias atuais da migração laboral. *In*: KRITZ, Mary M.; KEELY, Charles B.; TOMASI, Silvano M. (orgs.). **Tendências globais na migração**: teoria e pesquisa sobre movimentos internacionais da população. Nova York: Centro de Estudos de Migração, 1981. p. 279-297.

PREDIGER, Reneo P; SCHERER, Luciana; ALLEBRANDT, Sérgio L. Hermenêutica de profundidade e suas possibilidades metodológicas: um levantamento bibliométrico da produção científica com essa metodologia. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, (enero-marzo, 2018). Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/hermeneutica-produccion-cientifica.html>>. Acesso em 23.Nov.2019.

PREFEITURA DE JOINVILLE. Fundação Ippuj. **Joinville**: Cidade em Dados. Joinville: Fundação Ippuj, 2016. 158 p. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2016.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2009**. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de->

desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20009.html.>  
Acesso em: jan 2020.

\_\_\_\_\_. Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Portugal: Lisboa, 2004. Disponível em <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-20004.html>>  
Acesso 16.Nov.2019.

RAMOS, Natalia. Comunicação, cultural e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. **Revista portuguesa de pedagogia**. Ano 35, n2, 2001, p.155-178.

\_\_\_\_\_. Interculturalidade e alteridade: dinâmicas, contextos e políticas. *In*: SERAFIM, José Francisco; TOUTAIN, Lídia M. Brandão; GEFFROY, Yannick. (orgs.). **Perspectivas em informação visual: cultura, percepção e representação**. Salvador: EDUFBA, 2010.

RATHJE, Stefanie. Intercultural competence: the status and future of a controversial concept. **Journal for Language and Intercultural Communication**, v. 7, n. 4, p. 254-266, 2007.

RAVENSTEIN, Ernst G. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, v. 52, parte 2, p. 241-301, 1889.

RAYMOND, Jeana. **Jeana Raymond**: entrevista [28 jul. 2018]. Joinville, 28 jul. 2018. Entrevistadora: Sirlei de Souza.

RIBAS, Ana Claudia. O Imigrante: **A igreja Católica, Identidades e Representações o Migrante Brasileiro. Percursos**. Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas de Educação. 2008

SABOYA, Érica. Protesto da direita anti-lei de migração incorreu em crime, diz especialista. **El País**, 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938\\_726291.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493851938_726291.html)>  
Acesso em: 21 mar. 2020.

SAMOVAR, Larry A.; PORTER, Richard E.; MCDANIEL, Edwin R. (orgs.). **Intercultural communication: a reader**. 13. ed. Madri: Wadsworth, Cengage Learning, 2012.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Understanding Intercultural Communication: *An*: Introduction and Overview. In L. Samovar, & R. Porter (Eds.), **Intercultural Communication: a Reader**. Australia, Canada: Thomson Wadsworth, 2003.

SANDERS, Jimmy M.; NEE, Victor. Problemas na resolução do debate sobre economia do enclave. **American Sociological Review**, v. 57, n. 3, p. 418-420, 1992.

SANDY, Rose. **Rose Sandy**: entrevista [29 jul. 2017]. Joinville, 29 jul. 2017. Entrevistadora: Sirlei de Souza.

SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina é rica e diversificada**. 2019a. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/conhecasc/economia>>. Acesso em: 8 mar. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Gradil, 1989.

SANTOS, José Luís. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, Mauro A. dos *et al.* **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **Políticas de inclusão e integração de migrantes e refugiados**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/prefeitura-de-sp-apresenta-politicas-de-inclusao-e-integracao-de-migrantes-e-refugiados/>>. Acesso em: 12 fev. 2020.

SASAKI, Elisa M; ASSIS, Gláucia de O. 2000. A migração internacional no final do século. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP*, 12., 2000, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu, 2000.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. esp., p. 7-32, jan. 2000.

SCHILLER, Herbert I. **O império norte-americano das comunicações**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCHMITZ, Guilherme de Oliveira. A migração e o desenvolvimento global: propostas para a organização do debate teórico e construção de uma agenda unificada de pesquisa. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 19, jan./abr. 2015.

SCHÜTZ, Alfred. **La construcción significativa del mundo social: introducción a la sociología comprensiva**. Barcelona: Paidós, 1993.

SEFOOD, Jean. **Jean Sefood: entrevista** [2 jun. 2017]. Joinville, 2 jun. 2017. Entrevistadora: Sirlei de Souza.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **MANA** 3(1), p.95-131, 1997. Disponível em: <[Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131997000100004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000100004)>. Acesso: Nov.2019.

\_\_\_\_\_. Colonização, imigração e a questão racial. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

SHAFFER, Laurence F.; SHOBEN JR., Edward J. **The psychology of adjustment**. Boston: Houghton Mifflin, 1965.

SILVA, Milton F. da. **Haitianos no Brasil: uma leitura crítica da notícia no jornalismo impresso**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

SIMMONS, Alan. B. Explicando la migración: la teoría em la encrucijada. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México: Colegio de México, v. 6, n. 1, p. 5-31, enero/abr.1987.

SIMON, Rene. **Processo imigratório dos haitianos no Brasil**. In: REDIN, G.; MINCHOLA, L. A. B. Imigrantes no Brasil: proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas. Curitiba: Juruá, 2015, p. 357-368

SINGER, Paul I. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio de A. (coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Etene, 1980. v. 1. p. 211-144. (Estudos Econômicos e Sociais, 4.)

\_\_\_\_\_. **Economia Política da Urbanização**. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SIQUEIRA, Elizabete Madureira *et al.* **O processo histórico de Mato Grosso**. 2. ed. Cuiabá: UFMT, 1990.

SJAASTAD, Larry A. Os custos e retornos da migração humana. **Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, parte 2, p. 80-93, 1962.

SKELDON, Ronald. Tráfico: uma perspectiva da Ásia. **International Migration**, v. 38, n. 3, p. 7-30, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Sirlei de. **Narrativas imigrantes: tramas comunicacionais e tensões da imigração haitiana em Joinville/SC (2010-2016)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

\_\_\_\_\_; BOING, Eliziane M. A imigração haitiana em Joinville (SC) e as estratégias de inserção em busca da cidadania. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: INTERCOM, 2017. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0725-1.pdf>>. Acesso em: 30 abr.

SPITZBERG, Brian H. What is good communication? **Journal of the Association for Communication Administration**, v. 29, p. 103-119, 2000.

\_\_\_\_\_; CUPACH, William R. **Interpersonal communication competence**. Beverly Hills: Sage, 1984.

SREBERNY-MOHAMMADI, Anabelle. The global and the local in international communications. *In: \_\_\_\_\_*; CURRAN, James; GUREVITCH, Michael (orgs.). **Mass media and society**. 2. ed. Londres: Arnold, 1996. p. 177-203.

STARK, Oded. BLOOM, David E. A nova economia da migração laboral. **The American Economic Review**, v. 75, n. 2, p. 173-178, 1985.

\_\_\_\_\_. **The Migration of Labour**. Oxford: Basil Blackwell, 1991. 406 p.

TAPINOS, Georges. **As apostas econômicas e políticas da migração ilegal, na OCDE: combate ao emprego ilegal de estrangeiros**. Paris: OCDE, 2000.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

THE WORLD BANK (TWB). **Globalização, crescimento e pobreza: construindo uma economia mundial inclusiva**. TWB, 2002. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/news/speech/2007/10/10/an-inclusive-sustainable-globalization>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. Nota Metodológica. *In: \_\_\_\_\_*. **The Polish peasant in Europe and America: a classic work in immigration history**. São Paulo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_;\_\_\_\_\_. **The Polish peasant in Europe and America: a classic work in immigration history**. Urbana: University of Illinois Press, 1996.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis: Vozes. 2011.

\_\_\_\_\_. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TING-TOOMEY. **Communicating across cultures**. Nova York e Londres: The Guilford Press, 1999.

TODARO, M. P. *A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos* (1969). *In: MOURA, H. A. (org.), Migração interna: textos selecionados*, Fortaleza, BNB/ENTENE, 1980, p.145-172, 722p.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e associação**. Barcelona: Península, 1979.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 517-553, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582012000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 abr. 2020.

TUSICISNY, Andrej. Civilizational conflict: more frequent, longer, and bloodier? **Journal of Peace Research**, v. 41, p. 485-498, jul. 2004.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **Global report on trafficking in persons**: 2018. Nova York: United Nations, 2018. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics\\_TIP/Publicacoes/GLOTiP\\_2018\\_BOOK\\_web\\_small.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_TIP/Publicacoes/GLOTiP_2018_BOOK_web_small.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNIVILLE. **Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI 2017-2021)**. Universidade da Região de Joinville. Disponível em <[https://www.univille.edu.br/pt\\_br/institucional/univille/politicas\\_institucionais/politica\\_extensao/878673](https://www.univille.edu.br/pt_br/institucional/univille/politicas_institucionais/politica_extensao/878673)>. Acesso em 29.Jan.2020.

VENTURA, Deisy. **Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros**. UOL Notícias, 03 de maio de 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2020

VERTOVEC, Steven. **Transnacionalismo**. Canadá: Routledge, 2009.

WALDINGER, Roger. O debate sobre o enclave étnico: revisão crítica. **European Review of International Migrations**, v. 9, n. 2, p. 15-29, 1993.

WALDMANN, Tatiana. C. **Padrão migratório do Brasil. p.9-11. 2011. In: \_\_ Informe sobre a Legislação Migratória e a Realidade dos Imigrantes**. Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – CDHIC. Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras – ESF, São Paulo, Brasil. 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. “Espaço económico”. In: Enciclopédia Einaudi, Vol. 7, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1986.

WEBER, Roziney Alencar Melo. **A comunicação intercultural no ambiente de trabalho: a interação entre trabalhadores brasileiros e estrangeiros em empresas multinacionais no Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/9373.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

WEISSMANN Seidmann, Lisette A. **Interculturalidade e vínculos familiares: uma intervenção psicossocial**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 26, n. 27, p. 21-36, 2018. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 6 abr. 2020.

WIEMANN, John M. Explication and test of a model of communicative competence. **Human Communication Research**, v. 3, n. 3, p. 195-213, mar. 1977.

WILSON, K.L, PORTES, A. Enclaves de imigrantes: uma análise da experiência do mercado de trabalho dos cubanos em Miami. **American Sociological Review**, 86 (2), pp. 295-319. 1980

WOODY, Pierre. **Pierre Woody**: entrevista [28 jul. 2018]. Joinville, 28 jul. 2018. Entrevistadora: Sirlei de Souza.

YUM, Jock O. Locus of control and communication patterns of immigrants. *In*: KIM, Young Y.; GUDYKUNST, William B. (orgs.). **Cross-cultural adaptation: current approaches**. Newbury Park: Sage, 1987.

ZANFORLIN, Sofia. Migração e Escola de Chicago: caminhos para uma comunicação intercultural. **ESFERAS** - Revista Interprogramas de Pós-graduação em Comunicação do Centro Oeste, v. 01, p. 161-168, 2014.

\_\_\_\_\_. Etnopaisagens, Migração Contemporânea e as Tecnologias da Comunicação: o Corredor da Central e a nova migração africana para o Rio de Janeiro. *In*: **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. p. 433 – 448. Disponível em: <<https://oestrangero.org.files.wordpress.com/2014/10/diasporas-migrac3a7c3b5es-tics.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_; DRAVET, Florence. Pluripertencimentos e comunicação intercultural nos fluxos migratórios: percursos transnacionais entre migrantes na cidade de São Paulo. **RECIIS**, v. 9, n. 4, 2015.

ZOLBERG, A.R.; SUHRKE, A.; AGUAYO, S. Fatores internacionais na formação de movimentos de refugiados. **International Migration Review**, v. 2, n. 20, p. 151-169, 1986.